Paisagens Evanescentes. Estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos

Émilie Stoll, Edna Ferreira Alencar, Ricardo Theophilo folhes, Chantal Medaets

▶ **To cite this version:**

Émilie Stoll, Edna Ferreira Alencar, Ricardo Theophilo folhes, Chantal Medaets (Dir.). Paisagens Evanescentes. Estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos. 2019. hal-02278738

HAL Id: hal-02278738
https://hal.science/hal-02278738

Submitted on 18 Sep 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

NAEA
EDITORA
Émilie Stoll
Edna Alencar
Ricardo Folhes
Chantal Medaets
(Orgs.)
PAISAGENS EVANESCENTES
Estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos

PAISAGENS EVANESCENTES

Estudos sobre a percepção das transformações
nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento
Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

EDITORA

Nirvia Ravena - Editora-Chefe
Lairson Costa - Diretor Executivo

COMISSÃO EDITORIAL

Edna Castro, NAEA/UFPA
Flavio Gaitán, UNILA
Gisela Leitão, EUC (Colômbia)
Lucimara Costa, UFAM
Marion Glaser, LCTME (Alemanha)
Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT
Nirvia Ravena, NAEA/UFPA
Peter May, UFRJ
Renato Boschi, IESP/UFRJ

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CIENTÍFICA

Durbens Martins Nascimento (interino)

EMILIE STOLL
EDNA ALENCAR
RICARDO FOLHES
CHANTAL MEDAETS
(ORGS.)

PAISAGENS EVANESCENTES

Estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos

Belém, Paris
2019

Texto revisado conforme as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Diagramação / Capa
Laurence Billault

Revisão Final
Lairson Costa

Imagem da capa
© Véronique Isabelle
Autoretrato II, 2008-2013, acrílico sobre tela, 151 x 120 cm

Tradução do prefácio
Chantal Medaets

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

P149

Paisagens evanescentes : estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos / Emilie Stoll ... [et al.], (orgs.).- Belém : NAEA, 2019.

244 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-7143-183-6 (impresso)

ISBN 978-85-7143-182-9 (e-book)

1. Etnologia - Amazônia. 2. Ecologia social - Amazônia. 3. Paisagens - Amazônia. I. Stoll, Emilie, [et al.], orgs.

CDD 22. ed. – 305.8009811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Editora Naea
Av. Perimetral, Número 1- Guamá, Belém-PA, CEP 66075-750
Telefone (91)3201-8521, editora_naea@ufpa.br

APOIO FINANCEIRO

ODYSSEA Project: Observatory of the dynamics of interactions between societies and environment in the Amazon

European Union Framework Programme for Research and Innovation Horizon 2020, Maria Sklodowska-Curie Actions, Research and Innovation Staff Exchange

H2020-MSCA RISE 2015 Grant agreement n° 691053.

Unité Mixte de Recherche Patrimoines Locaux, Environnement et Globalisation (PALOC)

Muséum national d'Histoire naturelle

Institut de Recherche pour le Développement

Institut des Amériques

Réseau d'enseignement supérieur, de recherche et de coopération internationale. Appel à projet 2017 du Pôle Nord - Est.

APOIO INSTITUCIONAL

Projeto CAPES-COFECUB n°Sh811-14: Reelaborações identitárias e restruturações territoriais na Amazônia

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Campus France – Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil

Unité de Recherche Migrations et Société (URMIS)

Université de Paris

Université de Côte d'Azur

Institut de Recherche pour le Développement

Centre National de la Recherche Scientifique

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia; Programa de pós-graduação em Antropologia

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

SUMÁRIO

Os autores 11

Prefácio 17
Hugh Raffles

Introdução
Etnografar as paisagens evanescentes da Amazônia 21
Emilie Stoll, Edna Alencar, Chantal Medaets, Ricardo Folhes

Capítulo 1
O ritmo da vida na várzea: sazonalidade e socialidade 41
Mark Harris

Capítulo 2
Percepções sobre o processo de transformação de paisagens na várzea do médio rio Solimões, RDS Mamirauá, Amazonas 65
Edna Alencar

Capítulo 3
Mobilidade espacial e coprodução de paisagens na região do Lago Grande de Curuai, Santarém, Pará 93
Ricardo Folhes

Capítulo 4
"Moramos no mundo dos invisíveis": sobreposição, ruptura e movimento em uma área quilombola 115
Julia Sauma

Capítulo 5
"Vamos segurar nossas pontas!": Paisagens em movimento e domínio sobre os lugares no rio Arapiuns, Santarém-Pará 137
Emilie Stoll

Capítulo 6
Belém do Grão-Pará: de águas e mudanças na paisagem 163
Edna Castro

Capítulo 7
Uma coderiva no mundo sensível das paisagens enlameadas de Belém 195
Véronique Isabelle e Flávio Leonel Abreu da Silveira

Capítulo 8
Múltiplas formas de trabalho precário na paisagem urbano-fluvial do porto do Cacau-Pirêra, Iranduba, Amazonas 221
Raquel Salgado Marques e Elenise Faria Scherer

Epílogo
Quem fui eu e como sou hoje? 243
Miguel Pinto

Porto da Boa Vista, em Arapixuna,
no canal do Jari. Fotografia: E. Stoll (2018).

OS AUTORES

Edna Alencar

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, pós-doutora pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 (França) e professora associada da Universidade Federal do Pará, onde atua nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). É pesquisadora colaboradora do Instituto Mamirauá (IDSM/MCT) e desde 1993 realiza pesquisas na região do Baixo Amazonas (Alto Solimões e Médio Solimões) com temas relacionados a territórios sociais, conflitos socioambientais, gestão de recursos pesqueiros, gênero, meio ambiente e memória social. Coordena atualmente um projeto de pesquisa sobre a participação de mulheres pescadoras na governança da pesca e na gestão de recursos pesqueiros nas RDSs Mamirauá e Amanã.

E-mail: ealencar@ufpa.br

Edna Castro

Professora da Universidade Federal do Pará, Doutora em Sociologia e pesquisadora do CNPq. Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará em 1969. Concluiu mestrado (1978) e doutorado (1983) em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França). Foi professora visitante em diversas universidades brasileiras e internacionais. Foi diretora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA – nos períodos de 1997-2000 e 2005-2009. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/ANPUR (2007-2009) e membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

Ricardo Folhes

Doutor em Geografia pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 (2016), em cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Pará (UFPA) na área de concentração Dinâmica Socioambiental na Amazônia. Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pará, atuando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Atua com pesquisas em desenvolvimento rural; dinâmica agrária e fundiária e mobilidade territorial.

E-mail: rfolhes@gmail.com

Mark Harris

Professor de antropologia histórica na Universidade de Saint Andrews (Escócia) e diretor do Instituto de Filosofia, Antropologia e Estudos de Filme. Obteve seu doutorado na London School of Economics and Political Science em 1996. Recebeu o Philip Leverhulme Prize em 2004. A British Academy publicou seu primeiro livro, *Life on the Amazon* (2000), e Cambridge University Press publicou *Rebellion on the Amazon* (2010). É autor de vários artigos e organizou *Ways of Knowing* (2007, Berghahn Books), co-organizou com Stephen Nugent *Some Other Amazonians* (2006, Institute for the Study of the Americas) e co-organizou com Nigel Rapport *Reflections on the Imagination* (2014, Routledge). Foi professor visitante na Universidade Federal do Pará (Belém) e na London School of Economics (Inglaterra).

E-mail: mh25@st-andrews.ac.uk

Véronique Isabelle

Antropóloga e artista visual. Mestre (2013) e Doutora (2018) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará. Desenvolve projetos colaborativos que reúnem a prática das artes visuais e da antropologia, tanto na metodologia quanto na apresentação de suas pesquisas. Ela trabalha o tema da antropologia da paisagem e interroga as relações práticas e simbólicas que certos grupos estabelecem com o rio, as ilhas e a várzea. Participou de exposições no Brazil, no Canadá e na França e realizou diferentes projetos de curadoria. Foi bolsista do CNPq.

E-mail: veroniqueisabelle@hotmail.com

Raquel Salgado Marques

Professora assistente da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas, atuando no Núcleo de Ensino Superior de Ipixuna, município do Amazonas. É formada em Letras/Língua Francesa pela Universidade Federal do Amazonas (2007). É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (2011). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Território e Ambiente na Amazônia (CNPq) onde desenvolve pesquisa sobre Trabalho, Paisagem e Ambiente na Amazônia.

E-mail: msc.raquelsalgado@gmail.com

Chantal Medaets

Pós-doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutora em Antropologia pela Universidade Paris Descartes (2015), seu trabalho se situa na fronteira entre a Antropologia e a Educação. Realizou pós-doutorado no Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL), da Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris 3 (2017-2018) no âmbito do programa CAPES-COFECUB. Desenvolve desde 2010 pesquisas sobre práticas educativas de populações indígenas e ribeirinhas na região do Baixo Tapajós, estado do Pará.

E-mail: chantalm@unicamp.br

Julia Sauma

Antropóloga, professora no departamento de antropologia do University College London (UCL). Mestre (Museu Nacional, UFRJ), Doutora (UCL) e Pós-doutora (USP, PNPD-Capes), trabalha há treze anos com povos remanescentes de quilombos na Amazônia. Seu trabalho atual traça as relações entre o pensamento, a atuação política e a cosmologia dos seus interlocutores quilombolas, e também reflete sobre a relação deles com a paisagem e com os povos ameríndios. Integra os grupos de pesquisa NanSi (Núcleo de Antropologia Simétrica) no PPGAS do Museu Nacional (UFRJ) e o CROC (Cosmology, Religion, Ontology and Culture) no Departamento de Antropologia do UCL.

E-mail: j.sauma@ucl.ac.uk

Elenise Faria Scherer

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, ambos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É pós-doutora pelo Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine (CREDA) do Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 (2007-2008). É pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa no Brasil, nos campos do Trabalho e Políticas Sociais.

E-mail: elenisefaria@gmail.com

Flávio Leonel Abreu da Silveira

Doutor em Antropologia Social (UFRGS) e professor Associado II da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem interesses em temas como: Antropologia Urbana; Estudos sobre imaginário, memória e paisagem; Interações entre humanos e não humanos no mundo urbano. É pesquisador do CNPq e está ligado aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (Campus de Belém) e de Linguagens e Saberes na Amazônia (Campus de Bragança).

E-mail: flabreu@ufpa.br

Emilie Stoll

Antropóloga, pesquisadora do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS) na unidade de pesquisa Migrações e Sociedade (URMIS), em Paris. É Mestre pelo Institut d'Etudes Politiques (Sciences-Po) de Estrasburgo, na França (2007), Doutora em Antropologia pela École Pratique des Hautes Études (Paris), Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (2014) e Pós-doutora pela University of Aberdeen, Escócia (2015), e pelo Institut de Recherche pour le Développement (IRD) na unidade de pesquisa Patrimônios locais Meio ambiente e Globalização (PALOC) (2016-2017). Trabalha desde 2010 com populações indígenas e ribeirinhas do rio Arapiuns, no município de Santarém, estado do Pará. Atualmente estuda, na Amazônia, trajetórias sociais e espaciais de descendentes de migrantes e mecanismos de ancoramento na terra.

E-mail: emilie.stoll@cnrs.fr

Igarapé Juparіquara.
Fotografia: Débora Flor.

PREFÁCIO

Hugh Raffles

Lama, enlameado, lamaçal. Como Véronique Isabelle e Flávio Leonel Abreu da Silveira mostram em sua elegante contribuição para esta coletânea inspiradora, é difícil encontrar palavras que captem melhor os desafios e as potencialidades analíticas envolvidas no estudo das regiões de várzea da Amazônia. Um lugar, um *mythos*, a várzea é uma *paisagem* em todos os sentidos da palavra. Sua famosa volubilidade, suas constantes transformações, são também tratadas nos ensaios aqui apresentados; eles mostram paisagens a um só tempo sólidas e fluidas, incertas e previsíveis, urbanas e rurais, temporal e espacialmente dinâmicas, onde o local e o global coabitam assim como coabitam criaturas visíveis e invisíveis, histórias submersas, narrativas e memórias que atravessam os tempos. A várzea não é apenas literalmente enlameada – feita de matéria espessa, que agarra, modela os movimentos –, mas também metaforicamente enlameada – opaca, sedimentada, orgânica, processual, heterogênea, implacavelmente material. Nessas condições, "agência" não me parece um termo tão adequado para apreender as particularidades desse ambiente: por um lado, é muito pouco específico para de fato permitir que se navegue melhor por este contexto multifacetado e dinâmico; por outro, é limitado para descrever um mundo prodigiosamente integrado e, ao mesmo tempo, feito de dissolução, formação e reformação.

Minha experiência dessa paisagem é sem dúvida similar à dos autores desta coletânea. A várzea se impôs a mim e a minha imaginação de uma maneira que eu não tinha previsto, exigindo uma atenção redobrada – às águas, marés, rios, chuvas, ao sol, calor, frio, aos insetos, pássaros, suas plumas, às plantas, solos, sons, cheiros, texturas, à pele, suor, fome, doenças, aos prazeres, ao fogo... Essa paisagem me desafiou a perceber e sentir o meu entorno para procurar maneiras de pensar que não me deixassem cair em clichês e estereótipos. Eu digo que a *paisagem* exigiu ou me desafiou, mas as pessoas fazendo suas vidas nela, no Igarapé Guariba, algumas horas rio abaixo de Macapá (Amapá), também exigiram. Porque elas também estão imersas e dependem da força da paisagem, da mesma forma que sua força forja e transforma a mesma paisagem. Não há campo ou objeto de estudo etnográfico que não imprima sua marca

na nossa maneira de pensar e escrever sobre ele: para muitos de nós que moramos ou trabalhamos ali, a várzea amazônica é claramente uma fonte desse princípio da pesquisa antropológica.

Talvez essa seja a razão pela qual antropólogos trabalhando na Amazônia sempre buscaram maneiras de pensar as paisagens e as pessoas de maneira conjunta, se esforçando para conceitualizar esse par incerto e instável. Como os autores nesta coletânea enfatizam, os termos desse par não são nem evidentes em si mesmos, nem têm definições conceituais estáveis. Através da discussão de casos concretos, analisados de maneira sutil, os autores mostram que os recursos para desenvolvermos o que Franz Krause chamou de "antropologia fluvial" estão ali presentes e são abundantes. Ao propor uma genealogia que parte do trabalho de três pesquisadores-chave – Mark Harris, Edna Alencar e Thierry Valentin – os editores dão um novo foco para o célebre debate antropológico sobre natureza e cultura, debate tantas vezes protagonizado por autores que trabalham ou trabalharam na região (de Julian Steward, passando por Claude Lévi-Strauss, Betty Meggers, Anna Roosevelt, Eduardo Viveiros de Castro e tantos outros), e que teve, em diferentes momentos, distintos desfechos. Ao considerar a paisagem como um objeto etnográfico chave, constituído conjuntamente por diversos atores humanos e não humanos, os autores desta coletânea mostram que as regiões ribeirinhas da Amazônia continuam não somente dando origem a experimentações profícuas de pensamento, escrita e prática política, mas continuam a ser um *locus* atual e vital para a sua emergência.

Hugh Raffles é Professor de Antropologia na The New School for Social Research (New York, Estados Unidos) e Diretor do Graduate Institute for Design, Ethnography and Social Thought. Ele é o autor do livro premiado *In Amazonia, a Natural History* (2002).

Indo para a roça. Comunidade Pancada, Rio Erepecuru.
Fotografia: Julia Sauma (2010).

Etnografar as "paisagens evanescentes" da Amazônia

Émilie Stoll
Edna Alencar
Chantal Medaets
Ricardo Folhes

Na segunda metade do século XX, grupos sociais que habitam as áreas rurais da Amazônia brasileira, especificamente aqueles situados às margens de rios e lagos, têm sido objeto de estudos que deixam evidentes os desafios de classificá-los a partir de conceitos estabelecidos, como o conceito de camponês e a variante "campesinato tradicional da Amazônia ribeirinha", forjados no intuito de distingui-los de grupos de migração recente (LIMA; POZZOBON, 2005; LIMA-AYRES, 1992)[1]. Categorias analíticas como "caboclo" e "ribeirinho" também são utilizadas numa tentativa de estabelecer uma classificação dessas populações diante da diversidade de formas de organização social e interação com o ambiente e as paisagens. Nos diferentes estudos, grande ênfase é dada às características do ambiente, especialmente às várzeas e áreas ribeirinhas, como um fator para compreender as particularidades do modo de vida que ali se desenvolve (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006; FRAXE, 2011; LIMA, 1999; NUGENT, 1993; PARKER, 1985). Esses trabalhos ampliaram os temas e métodos de abordagem desenvolvidos nas pesquisas pioneiras sobre populações estabelecidas nas proximidades dos rios da Amazônia realizadas por Charles Wagley (1977) e Eduardo Galvão (1976), que se situam, no campo da antropologia brasileira, nos "estudos de comunidade"[2].

1. Nessas regiões, os termos "caboclo", "campesinato histórico" e "populações tradicionais" têm sido, no entanto, aplicados para fazer referência aos grupos que combinam elementos do campesinato (família como unidade de produção e consumo, relação com mercado, etc.) com os usos múltiplos de recursos naturais, baseados no extrativismo vegetal e animal, na agricultura e, em alguns casos, na pequena pecuária.

2. Termo usado para se referir às pesquisas que tomavam como universo de estudo pequenas cidades ou vilas da zona rural.

Estudos mais recentes, desenvolvidos nos anos 1980-1990, tomaram a forma de reflexões temáticas sobre, por exemplo, a vida material e a economia doméstica (LIMA-AYRES, 1992), as atividades produtivas e sua inserção no mercado (BRONDIZIO et al., 1989; MORAN, 1993), o manejo de recursos pesqueiros (ARAÚJO, 1994; CASTRO; MCGRATH; FUTEMMA, 1994; FURTADO, 1993) e florestais (BALÉE, 1989; POSEY; BALÉE, 1989; SMITH, 1996), a agricultura da várzea (CHIBNIK, 1994; HIRAOKA, 1993; LIMA-AYRES, 1992; PADOCH, 1999), o catolicismo popular (MAUÉS, 1995), os cultos urbanos de possessão (BOYER-ARAÚJO, 1993), a pajelança cabocla e suas entidades (CRAVALHO, 1999; FAULHABER, 1987; MAUÉS, 1990; SLATER, 1994).

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, alguns autores ampliaram as abordagens desses trabalhos ao apresentar análises bastante originais sobre processos de transformação das paisagens alagáveis da Amazônia (em áreas de várzea, beiradões, zonas estuarinas e costeiras) e sua relação com as identidades e práticas dos seus habitantes. Apontamos três autores cujos estudos consideramos particularmente instigantes: a brasileira Edna Alencar, o britânico Mark Harris e o francês Thierry Valentin, que mostraram a importância de se considerar as características dos ambientes e os modos de habitar e agir nas e com as paisagens para compreender a maneira como os habitantes constroem suas representações de mundo. Esses três autores realizaram pesquisa de campo na Amazônia brasileira nos anos 1990 e defenderam ou publicaram suas teses no início dos anos 2000. Vinculados a projetos e a instituições acadêmicas situadas em países diferentes, os resultados das pesquisas foram divulgados de maneira separada, sem que um diálogo fosse estabelecido entre eles. São trabalhos reconhecidos até hoje como referências para as três áreas onde realizaram suas observações de campo, respectivamente, o curso médio do rio Solimões[3] (nas proximidades da cidade de Uarini, estado do Amazonas), o baixo curso do rio Amazonas (região de Óbidos) e a região costeira do estado do Pará (zona Bragantina). No entanto, o fato de esses três autores partilharem um mesmo interesse pela agência das paisagens e pela interação de seus interlocutores com elas, analisando esse tema de um ponto de vista antropológico, não tinha ainda, a nosso conhecimento, sido apontado. Consideramos esses trabalhos como obras pioneiras, que analisaram a relação homem-paisagem na Amazônia num período em que a necessidade de questionar e qualificar a dicotomia sociedade-natureza torna-se central para a antropologia, como veremos adiante.

Gostaríamos portanto, neste livro, de dar destaque às pesquisas de Alencar, Harris e Valentin, considerando-as como um conjunto em que se pode observar, até certo ponto, uma coerência metodológica e conceitual. Faremos isso trazendo textos de dois desses autores, assim como a contribuição de outros pesquisadores

3. Solimões é o nome dado ao rio Amazonas acima de Manaus.

que, baseados em estudos etnográficos, analisam a relação homem-paisagem na Amazônia, pensando seus termos como sendo coconstitutivos. Há, de fato, estudos desenvolvidos por uma nova geração de antropólogos (por ex. FOLHES, 2016; SAUMA, 2013; STOLL, 2014) que integraram contribuições desses autores e dialogam com temas que fazem parte de debates atuais na antropologia, como a antropologia simétrica, as novas formas de escrita e de narração, as várias agências em ação em tempos de antropoceno e o engajamento militante dos pesquisadores nas lutas sociais dos coletivos com os quais trabalham. Assim, os textos dessa coletânea pretendem responder às seguintes perguntas: como os moradores das margens dos rios amazônicos percebem as transformações em suas paisagens? Num contexto de globalização e de ampla circulação de ideias, artefatos e pessoas, quais são os agentes percebidos como responsáveis por essas transformações? De que maneira o estudo das relações entre os coletivos (humanos, não humanos) e as paisagens nos permite apreender aspectos da socialidade na Amazônia?

Três estudos pioneiros da interação entre paisagens e identidade na Amazônia

Entre 1992 e 1994, Mark Harris realizou, para seu doutorado, uma pesquisa de campo em comunidades ribeirinhas na costa do rio Parú, no município de Óbidos (estado do Pará), região do Baixo Amazonas. Nessa área de várzea, a oscilação do nível das águas entre as estações de seca e de chuva é de aproximadamente seis metros. Os habitantes podem ficar o ano todo em suas casas construídas sobre palafitas e desenvolvem atividades econômicas como a criação de gado, a pesca, a agricultura de ciclo curto, e a produção de juta. Na sua tese, publicada em inglês pela British Academy em 2000 (HARRIS, 2000), Harris estuda como os habitantes do rio Parú constroem suas identidades através da sua experiência da história e do seu engajamento contínuo num mundo vivido – ou seja, na materialidade da vida quotidiana – marcado pelos ciclos das águas (cheia e seca) e pelas transformações das paisagens (2000, p. 8). O ritmo da vida e das práticas (econômicas, agrícolas, religiosas, etc.) das pessoas acompanha os ciclos sazonais e os movimentos das águas. Harris mostrou como a temporalidade (cíclica) que caracteriza a várzea do Parú influencia as relações sociais, e como esse modo de viver, tão marcado pela água, contribui para fabricar uma paisagem social e de trabalho particular (as comunidades de casas de palafitas, as plantações de ciclo curto, a criação de gado, a vida social contraída da estação chuvosa, etc.). A vida social sofre variações ao longo do ano, e, segundo Harris, há mais restrições de mobilidade na estação chuvosa, e maior mobilidade na estação da seca. Porém, o autor não trata o ambiente como um fator que determina totalmente a vida dos moradores dessa região, como se eles apenas "se adaptassem" a essa paisagem

Edna Alencar: várzea do rio Solimões, RDS Mamirauá, município de Uarini – Amazonas.

Mark Harris: várzea do rio Parú, município de Óbidos – Pará.

Thierry Valentin: ecosistema de mangue, Praia Grande, região bragantina, litoral atlântico – Pará.

Localização dos estudos de caso de Alencar, Harris e Valentin.
Realização: Laurence Billault (IRD).

particular. Trata-se, como Harris explicita no texto que traduzimos para esta coletânea, de centrar a análise nas interações entre, de um lado, as pessoas, suas escolhas e hábitos, e de outro as paisagens em constante transformação. Com esse enfoque nas interações, Harris se distancia de uma literatura que apresentava as populações caboclas como o produto da adaptação dos homens a pressões externas, principalmente econômicas (demanda do mercado) e ecológicas (a Amazônia, um meio ambiente hostil).

Em 1994, Thierry Valentin também esteve na região de Óbidos, antes de escolher fazer sua pesquisa de doutorado, entre 1999 e 2000, em comunidades costeiras da zona Bragantina, no litoral atlântico do estado do Pará, não muito longe do estuário do rio Amazonas. As pessoas desta região vivem principalmente da pesca e da agricultura familiar, num ecossistema marítimo e de mangue. A tese de doutorado de Valentin foi defendida na Universidade Lumière Lyon 2, na França, em 2001 (VALENTIN, 2001). Inédito até hoje, esse trabalho teve pouca divulgação e o autor não continuou publicando, já que optou por uma carreira na diplomacia. Escolhemos, no entanto, incluir sua pesquisa como uma referência porque foi recebida na França como um trabalho inovador tanto na forma da escrita quanto no foco escolhido para a etnografia. Valentin tece, de fato, toda a narrativa da tese em torno de um acontecimento cataclísmico ocorrido 26 anos antes: a submersão e a destruição da Praia Grande onde ficava o povoado homônimo, levada por uma onda gigante. Em consequência, a comunidade foi extinta e os moradores, os *praianos*, se deslocaram para outros povoados e vilas da região. A originalidade do trabalho é a construção da narrativa, que parte desse

evento de destruição de uma praia, para abordar questões como o vínculo das pessoas aos lugares, sua identidade e sua relação com entidades não humanas. Valentin mostra o quanto as trajetórias sociais e espaciais das pessoas foram afetadas pela submersão da praia. Esse evento remoto criou um sentimento forte de pertencimento à Praia Grande (praia e comunidade) por parte de seus antigos moradores, que se dispersaram em diversos municípios da região. Esse sentimento de ser *praiano* está associado à uma sensação de culpa ligada à maneira pouca cuidadosa com a qual os antigos moradores teriam tratado sua praia: dotada de uma agência própria, a praia teria resolvido *partir*. Valentin traz assim à tona a percepção de populações costeiras sobre a agência de elementos da paisagem – como a praia, já que, para seus interlocutores, foi ela que decidiu deixá-los.

Rio acima, Edna Alencar desenvolveu estudos em 1993 na região da várzea do médio Solimões[4], com o objetivo de conhecer o processo de formação dos povoados e, com isso, ter acesso ao modo como as pessoas interagiam com o ambiente ao escolher os lugares para construir suas casas, roças, etc. A pesquisa utiliza as memórias dos moradores sobre a história dos lugares, cujas narrativas mencionavam a intensa dinâmica da paisagem e evidenciavam os modos como percebiam e explicavam as transformações da paisagem. Essa região está sujeita a grandes variações no nível das águas, maiores do que aquelas observadas no Baixo Amazonas por Mark Harris, podendo atingir até 12 metros de amplitude. Em decorrência, as alterações das paisagens são mais intensas e, muitas vezes, a correnteza destrói os terrenos situados às margens do rio, e até ilhas inteiras. Esse fenômeno é localmente conhecido como *terras caídas*. Em 2000 e 2001, Alencar retornou a essa região para fazer a pesquisa de campo de seu projeto de tese de doutorado, que foi defendida na Universidade de Brasília em 2002 (ALENCAR, 2002). Essa autora foca seu olhar principalmente na convivência dos habitantes do povoado de São João, município de Uarini, Amazonas, com o fenômeno das *terras caídas*. Ao cair, a terra arranca o chão onde estão fixadas as casas e as roças dos moradores, e provoca a extinção dos povoados, quando as casas precisam ser reconstruídas em outras terras. Esse fenômeno incentiva práticas de mobilidade dessa população ribeirinha, e participa da construção de um conhecimento fino sobre a dinâmica do meio ambiente e as agências que transformam as paisagens. Os referenciais ambientais que surgem da transformação da paisagem (pontas, ilhas, ressacas, etc.) tornam-se símbolos que marcam as alteridades e identidades associadas ao lugar, e forjam assim a identidade do grupo social. Na sua tese, Alencar propõe uma reflexão conceitual sobre a paisagem e, desde então, ela

4. Na época, a autora integrava um projeto que tinha como objetivo conhecer o processo de ocupação humana de uma parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDS Mamirauá), onde foram realizados os estudos pioneiros visando à implementação dessa Unidade de Conservação (AYRES; MOURA; LIMA-AYRES, 1994; LIMA; ALENCAR, 2001; LIMA; ALENCAR, 2000).

tem publicado artigos nos quais procurou desenvolver essa discussão, com base no material etnográfico da tese e em outros trabalhos de campo que continua realizando na mesma região. O capítulo 2 desta coletânea inscreve-se nesse caminho de reflexão.

Esses três autores realizaram estudos em três regiões alagáveis, conectadas entre si pelo rio Amazonas, e cujas paisagens são bastante diferentes, mas têm em comum o fato de serem afetadas pela variação do nível das águas: seus moradores veem assim, a cada ano, parte de suas terras serem alagadas e acompanham atentos as transformações constantes das paisagens. Esses autores partem de problemáticas diferentes – o ritmo do trabalho atendendo aos regimes de enchente e seca (Harris), as agências não humanas na construção da memória de um lugar destruído (Valentin), a mobilidade dos povoados diante do fenômeno das *terras caídas* (Alencar) – mas têm em comum o objetivo de mostrar como a interação entre as pessoas e as dinâmicas das paisagens participam na construção de uma identidade social e relacional, baseada no conhecimento do meio ambiente ribeirinho e na transmissão de memórias topográficas ligadas a lugares que mudaram ou desapareceram. Nesse sentido, esses estudos se diferenciam dos demais produzidos na mesma época por escolher um foco que não é nem o das populações ribeirinhas *per se* nem a da várzea enquanto ecossistema. Harris, Valentin e Alencar descrevem a interação entre os humanos e o meio ambiente para ancorar suas etnografias. Esses trabalhos não se restringem apenas a um determinado contexto regional, pois se inscrevem em debates científicos mais amplos num período em que se consolidam as reflexões sobre as interações entre sociedades e o meio ambiente.

Uma antropologia que reconecta o ambiente com o *anthropos*

Nos anos 2000 multiplicam-se etnografias que estendem seu olhar para além do humano, privilegiando a percepção das populações estudadas sobre o ambiente e sobre seres que eles consideram como dotados de uma agência própria, principalmente animais e vegetais, que até então eram relegados ao status de elementos de uma natureza considerada como separada do *anthropos*, do social. Diversas reflexões foram publicadas sobre o que se tornou uma categoria metodológica e analítica, os "não humanos". Na Europa, Tim Ingold publica o livro *The Perception of the Environment* (2000b)[5], no qual desenvolve uma perspectiva ecológico-fenomenológica de considerar o mundo (INGOLD, 2000a; 2017,

5. Sob iniciativa do antropólogo brasileiro Carlos Steil (UFRGS), o livro encontra-se em fase de tradução para o português pela editora Vozes, que já publicou, em 2015, uma tradução do livro mais recente de Ingold, *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description* (*Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*) (INGOLD, 2015).

p. 157). Philippe Descola abre a cátedra de "antropologia da natureza" no Collège de France (Paris) e propõe dividir em quatro "ontologias" a maneira como as sociedades humanas se relacionam com o mundo (DESCOLA, 2005)[6]. No Brasil, Eduardo Viveiros de Castro consolida sua teoria do "perspectivismo ameríndio", para falar de uma maneira de enxergar o mundo própria das populações indígenas das terras baixas da América do Sul (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Essa mudança nas abordagens dos conceitos de natureza e cultura pretende desconstruir o paradigma dualista que caracterizou o fazer antropológico desde os primórdios, paradigma que opunha uma ordem da natureza a uma ordem da cultura. Para esses autores, essa separação deixa evidente a imposição de uma visão eurocêntrica, de uma maneira peculiar de perceber o mundo, que é usada para interpretar outras epistemologias. Esses trabalhos mostram que a percepção do que seria "natural" ou "cultural" varia de uma sociedade para a outra, dependendo da experiência prática das pessoas ao interagir com outros elementos do seu ambiente. Eles permitem integrar uma dimensão propriamente ecológica à maneira de estudar os coletivos e suas interações[7], e inscrevem plenamente a antropologia no projeto das chamadas "humanidades ambientais" (BLANC; DEMEULENAERE; FEUERHAHN, 2017). Na era do antropoceno, os não humanos devem ter sua própria história, que se cruza com a história dos humanos numa rede de perspectivas interconectadas. Essas ecologias e a reconexão da natureza com o *anthropos* (DEMEULENAERE, 2017) abrem caminhos para estudos das paisagens integrando novos sujeitos, novas agências e novas perguntas para a antropologia[8]. Tim Ingold, especialmente, oferece ideias instigantes para etnografar paisagens, em particular as paisagens da Amazônia ribeirinha. Para esse autor, o ambiente não é uma "construção cultural da natureza", mas um "processo em tempo real, em crescimento e em desenvolvimento" (INGOLD,

6. Se essa obra não foi ainda traduzida para o português, na revista *Tessituras*, o artigo "Além de natureza e cultura" (DESCOLA, 2015) traz pontos relevantes do pensamento de Descola, assim como o pequeno livro *Outras naturezas, outras culturas* (DESCOLA, 2016), tradução de uma conferência dada pelo autor em 2007.

7. Com a noção de "ecologia da vida" derivada da "ecologia do espírito" de Gregory Bateson, ou da "ecologia do sensível", Tim Ingold lembra que o mundo inteiro – e não apenas os humanos – está "saturado de subjetividade e de intencionalidade" (INGOLD, 2000a, p. 14). Para dar legitimidade aos discursos dos nossos interlocutores não ocidentais, e assim reconectar com o processo da vida, é necessário se desfazer da ideia de uma superioridade da razão abstrata ou universal e nos (re)situar numa relação ativa e dinâmica com o nosso meio ambiente. Para Philippe Descola, deixar de lado o nosso antropocentrismo permite realizar uma "ecologia das relações" (DESCOLA, 2011, p. 13) entre humanos e não humanos.

8. Por exemplo, entre 2011 e 2014, na cátedra de Antropologia da Natureza do Collège de France, Philippe Descola proferiu um curso intitulado "As formas da paisagem". O áudio do curso é disponível online na URL: https://www.college-de-france.fr/site/philippe-descola/course-2011-2012.htm

2000a, p. 20) que depende do engajamento perceptivo[9] de uma pessoa no mundo (p.21). Sua proposta é integrar a dimensão temporal e o movimento – ou seja, o ritmo – no estudo do ambiente e da paisagem. O tempo que passa é, para ele, inerente à paisagem que seria "um registro durável – e ao mesmo tempo um testemunho – das vidas e dos trabalhos das gerações do passado que habitaram nela, e que, ao fazê-lo, deixaram ali algo de si mesmos" (INGOLD, 2000c, p. 189, tradução nossa). A palavra-chave aqui é o conceito de "habitar" (*dwelling*), que ele empresta do filósofo Martin Heidegger, já que a paisagem se forja através do ato de habitar o ambiente, de trabalhar nele, de transitar por seus caminhos. Assim, para Ingold, "a paisagem é o mundo tal como conhecido para os que moram nele, que habitam seus lugares e que caminham ao longo das trilhas que os conecta" (INGOLD, 2000c, p. 193, tradução nossa). Ao integrar a temporalidade e o movimento a sua "poética do habitar" (2000a, p. 26), Ingold propõe assim o conceito de "taskscape" (2000c, p. 190) para designar o ritmo das atividades sociais do habitar o mundo. Essa abordagem foca então nos processos em devir. Esse conceito e essa maneira de olhar a paisagem é particularmente pertinente para analisar a vida dos habitantes dos rios amazônicos, ritmada pela "evanescência" que caracteriza as paisagens da região.

Da pertinência de estudar a "evanescência" das paisagens ribeirinhas da Amazônia

As paisagens das planícies alagáveis da Amazônia são, de fato, caracterizadas por mudanças sazonais, ritmadas pelos regimes de enchente e vazante das águas dos rios e, nas áreas estuarinas e costeiras, pelo regime diário de variação das marés. Essas paisagens são alteradas por diversos fatores que transformam sua morfologia quando, de um ano para outro, ocorre a erosão – destruição de terrenos levados pelas águas – e a sedimentação – que permite a formação de novas ilhas e praias. Trata-se então de paisagens em movimento perpétuo (HARRIS, 1998) que, durante uma parte do ano, escapam da vista quando ficam submersas sob as águas. Em outros casos, apenas se mantêm na memória das pessoas (ALENCAR, 2002; 2007; 2013), porque foram levadas pelas águas (VALENTIN, 2001). O ritmo e o movimento são, portanto, dois elementos estruturais nesse ecossistema. Qualificamos de "evanescentes" essas paisagens em constante transformação para insistir no ritmo e no movimento, entendidos não apenas como dados do ecossistema, mas sim como dinâmicas participando de um processo em perpétuo devir, acionado por várias agências, humanas e não humanas.

9. Tim Ingold usa o conceito de "percepção (visual)" tal como foi elaborado por James Gibson, ou seja, como uma interação ecológica entre um corpo e o ambiente.

Para viver nesse tipo de ambiente ribeirinho amazônico, os habitantes desenvolvem diferentes maneiras de interagir com suas paisagens; compreender as características e as temporalidades das suas paisagens é, para eles, fundamental. Essa evanescência influencia também, sem determinar, a maneira com que os moradores constroem materialmente sua vida e suas atividades produtivas (as casas erguidas sob palafitas, flutuantes ou ainda localizadas longe das beiras; a circulação de pessoas, do gado e mesmo de algumas plantas, levados de um terreno alagado a terras mais altas, ao longo do ano, etc.)

Por esses motivos, os estudos supracitados, realizados entre os anos 1990 e 2000, assim como aqueles que apresentamos nesta coletânea, encontraram uma ressonância particular nas reflexões desenvolvidas por Tim Ingold, ora mobilizando conceitos como o "taskscape" (HARRIS, 1998; 2000; 2012), ora focando nas dinâmicas temporais e na mobilidade intrínseca a essas paisagens, identidades sociais e modos de vida (ALENCAR, 2002; HARRIS, 1998; 2000; 2005; VALENTIN, 2001, p. 20). Desenvolveram uma etnografia fluida, que segue os meandros interacionais de um mundo em devir mais do que as estruturas formais de uma cultura estabilizada.

Embora esses trabalhos possam ser inscritos em uma perspectiva relacional do habitar, ao integrar o ritmo como parâmetro estruturante da etnografia, não ficaram presos à ideia de uma paisagem que enfatiza somente a *forma* cavada na textura da terra, ou seja, o visível. Trazem sua contribuição ao descrever paisagens físicas, sociais e de trabalho que têm como característica primeira o fato de se subtraírem a vista, por estarem parte do ano imersas ou por serem definitivamente destruídas pelas águas.

Novas pesquisas, novas trilhas para o estudo das paisagens "evanescentes"

Os trabalhos de Alencar, Harris e Valentin abriram pistas que vêm sendo exploradas e prolongadas em trabalhos mais recentes. Com essa coletânea, quisemos dar visibilidade a esses trabalhos iniciais, retomando seus temas e convidando autores que trabalham nos mesmos lugares. Nesse sentido, o primeiro capítulo é uma versão revisitada e ampliada da tradução de um artigo de Mark Harris, inicialmente publicado em 1998 no *The Journal of the Royal Anthropological Institute*. Este artigo representou um marco fundamental para aqueles que se interessam sobre o tema; nele, o autor explicita a relação entre sazonalidade e socialidade, utilizando a noção de *taskscape*. Harris mostra que, para as populações ribeirinhas da costa do rio Parú (município de Óbidos, Pará), a sazonalidade é constituída pelo movimento de pessoas e pela estrutura rítmica das suas atividades sociais, que entram em ressonância com as transformações periódicas do seu ambiente de várzea.

Em seguida, a coletânea dá um passo à frente ao perguntar: como os habitantes da Amazônia dos rios percebem a evanescência constituinte do seu ambiente? Num mundo mais e mais globalizado, quais são os agentes, novos e antigos, da transformação das paisagens? Como a percepção da evanescência da paisagem está integrada nos discursos políticos dos grupos estudados, e como dialoga com o direito fundiário dessas populações?

A coletânea propõe então, depois do capítulo inicial, dois textos sobre trajetórias e circulações de pessoas, roças e animais que respondem às mudanças sazonais e às transformações fortuitas das paisagens de várzea.

No segundo capítulo, Edna Alencar revisita a região onde fez a pesquisa de sua tese de doutorado, na RDS Mamirauá (médio Solimões, estado do Amazonas) e relata a história da comunidade de São Francisco de Boia. Como é muito comum na região, as famílias desse povoado tiveram que se mudar várias vezes e reconstruir suas casas e roças à medida que o fenômeno de erosão – as *terras caídas* – avançava, destruindo os terrenos dos lugares habitados. Diante dessa situação, muitas famílias resolveram construir casas flutuantes, em substituição às casas em palafitas. Graças a elas, os habitantes podem permanecer em determinados lugares com os quais têm um vínculo forte. A autora mostra que as paisagens continuam vivas nas memórias das pessoas, mesmo quando não existem mais fisicamente. O fenômeno das *terras caídas* incita também as pessoas a ler constantemente e com grande atenção seu ambiente, buscando indícios que permitam antecipar uma transformação futura da paisagem, como a observação da evolução de uma praia ao longo dos anos e, dessa forma, poder agir estrategicamente e antecipar suas ações às ações do ambiente.

No capítulo três, Ricardo Folhes descreve a prática de transumância do gado e dos moradores da região do Lago Grande de Curuai (município de Santarém, região do Baixo Amazonas). Buscando tirar proveito dos dois ecossistemas a que têm acesso, a várzea com suas terras férteis, mas alagáveis, e a terra firme que acolhe os animais durante a cheia, os moradores organizam o transporte do gado e outros animais menores de criação para terrenos situados em um ou outro ambiente, de acordo com o nível das águas. Distanciando-se de uma compreensão que reduz essa mobilidade sazonal a uma simples adaptação a padrões ecológicos e climáticos, Folhes mostra que levar em conta as relações de poder econômico e político entre os moradores é fundamental para entender a configuração atual do uso dos terrenos nos dois ecossistemas.

Os dois capítulos seguintes exploram o vínculo que os moradores constroem com o lugar em que habitam, através das interações entre humanos e não humanos, estes últimos sendo considerados os *donos* desses mesmos lugares. As autoras

levam também em conta, em suas análises, o contexto político de reivindicação por um reconhecimento identitário, quilombola e indígena, respectivamente.

No capítulo 4, Julia Sauma explora os meandros da história do povoamento do rio Erepecuru, um afluente do rio Trombetas (município de Oriximiná, estado do Pará, região do Baixo Amazonas), por populações quilombolas. O acesso à terra só se deu depois de uma transação com as cobras grandes encantadas *donas* daquele rio, que "abriram uma passagem para os negros fugidos se estabeleceram ali". Até hoje, a permanência das famílias no lugar depende de um equilíbrio sutil entre as forças do corpo das pessoas, aquelas dos lugares onde moram e aquelas dos seres encantados que também residem ali. A paisagem é o reflexo da convivência harmoniosa entre os chamados *filhos* do Erepecuru, e entre estes e os encantados. Essa concepção de lugares que seriam forjados nas interações entre humanos e não humanos ancorou reivindicações territoriais dos filhos do Erepecuru para a demarcação de uma área quilombola, finalmente criada em 1997. Central a essa descrição é a ideia colocada pelos moradores de que a sua área pertence, primeiro, aos *invisíveis*: seres e *forças* que participam no seu jeito de viver. Busca-se, assim, complementar o trabalho feito pelo conceito de paisagem na antropologia, trazendo o *invisível* para o campo analítico.

No capítulo 5, Emilie Stoll mostra como as interações malsucedidas entre as famílias que ocupam as margens do rio Arapiuns (último afluente do rio Tapajós, município de Santarém, estado do Pará, região do Baixo Amazonas) e os seres encantados que vivem no nível subaquático afetam as paisagens ribeirinhas. Para poder residir numa determinada ponta ou cabeceira, os humanos precisam negociar os termos de uma corresidência com os não humanos, já que estes últimos são considerados como os *verdadeiros donos dos lugares*. O domínio sobre a terra, em longo prazo, está diretamente ligado à relação de confiança estabelecida entre coletivos humanos do passado e do presente e os coletivos encantados. As narrativas sobre estas interações contam a história das várias "camadas" de ocupantes do lugar ao longo do tempo. Esses diferentes coletivos formam os diferentes elos de uma cadeia hierarquizada de *donos*, numa região onde existem fortes pressões sobre o domínio da terra.

O último conjunto de textos da coletânea trata das relações entre o rural e o urbano, num contexto marcado por mudanças rápidas nas paisagens do trabalho situadas nas periferias de duas metrópoles amazônicas.

O capítulo 6 propõe uma reflexão de Edna Castro sobre as transformações, no decorrer do tempo, das paisagens da cidade ribeirinha Belém (capital do estado do Pará, no estuário do rio Amazonas) e das suas ilhas, à medida que chegam novos atores, novos empreendimentos vinculados ao mercado global e

num contexto de urbanização crescente. A partir da reflexão crítica da teoria do desenvolvimento, a autora examina as relações rural-urbano e as contribuições de diferentes grupos sociais no processo de transformação das paisagens. As paisagens aparecem então como catalisadoras de diversas experiências culturais, políticas e sociais que se entrechocam.

No capítulo 7, Véronique Isabelle e Flavio Silveira de Abreu propõem uma etnografia poética das paisagens de lama nas quais vivem as populações ribeirinhas de uma ilha do entorno da cidade de Belém, no estuário do rio Amazonas. Os autores descrevem as práticas sociais e habilidades corporais dos moradores nos vários tipos de lama que compõem as diferentes fases de transição entre o meio aquático e o meio terrestre. A figura do enlameado, como expressão da mescla de matérias, nos leva a percorrer junto com os autores as margens-devir da metrópole urbana, pelos "braços-barcos" que a ligam com o mundo das ilhas situadas ao seu redor.

O capítulo 8, assinado por Raquel Salgado Marques e Elenise Faria Scherer, encerra a coletânea com uma descrição das formas de trabalho precário na paisagem urbano-fluvial do porto do Cacau Pirêra (município de Iranduba, em frente à cidade de Manaus, médio rio Amazonas). Com a construção da ponte sobre o Rio Negro, a paisagem mudou, bem como os fluxos de consumidores da feira que ali acontece. Novas oportunidades emergem enquanto outras se fecharam. As autoras mostram como a construção da ponte fez emergir um novo território de trabalho e produziu uma série de mudanças na paisagem do porto e dos bairros periurbanos.

Uma contribuição amazônica para um debate mais amplo

Esperamos assim oferecer ao leitor interessado na relação homem-paisagem um panorama de pesquisas amazônicas recentes que aceitaram o desafio de pensar essa relação de maneira dinâmica, como um entrelaçamento no qual nenhum dos elementos determina totalmente o outro, mas ambos se constroem e reconstroem juntos. Assim, concordamos com o Stephen Nugent (1981) quando afirma que as práticas sociais não são determinadas pelos ecossistemas nos quais ocorrem[10]. Nesse sentido, a Amazônia ribeirinha – um ambiente que exige que seus moradores lidem cotidianamente com as constantes transformações, e que foi descrito na literatura de maneira estereotipada como um meio "hostil" ou um

10. Nugent critica os pressupostos da ecologia cultural (de autores como Julian Steward, Mervin Harris, Daniel Gross, etc.) e do seu prolongamento, a antropologia ecológica (Emílio Moran e seguidores), cujo objetivo é entender os mecanismos de adaptação das sociedades humanas aos seus ambientes. Nugent mostra que isso leva a um determinismo ambiental.

"inferno verde" – é um laboratório útil para pôr à prova essa afirmação. Através dos oito exemplos etnográficos apresentados nesta coletânea, vemos grupos sociais distintos (ribeirinhos do interior, indígenas, quilombolas, moradores de cidades) enfrentando um mesmo desafio – as alterações nas paisagens provocadas pelo ciclo das águas, a instabilidade dos territórios vividos – mas respondendo de maneiras diferentes. A convergência se dá na percepção dessas populações sobre a atuação de agentes não humanos (vegetais, animais, espirituais) nesses processos. Segundo nossos interlocutores, as interações entre os coletivos humanos e não humanos moldam as paisagens, participando da sua transformação no decorrer do tempo.

As perguntas levantadas nessa coletânea e os exemplos etnográficos apresentados entram em ressonância com trabalhos desenvolvidos em outras paisagens "evanescentes", localizadas em outros lugares do mundo e em outros ecossistemas: a vida "anfíbia" no rio Keli na Finlândia (KRAUSE, 2010) e no delta McKenzie no Canadá (KRAUSE, 2017), as trilhas de gelo dos Inuit durante o inverno canadense que desaparecem no verão, transformando os eixos de circulação das pessoas e das renas (APORTA, 2002; 2009; 2011), as caminhadas dos índios Pataxó nas paisagens "em transe" do Nordeste brasileiro (CARDOSO, 2016) ou, ainda, as interações entre os índios Q'eros e os agentes não humanos responsáveis pelo derretimento dos glaciares nos Andes peruanos (COMETTI, 2015).

No vasto escopo dos trabalhos antropológicos sobre as relações entre o homem e o ambiente, observamos hoje um campo de pesquisa em curso de delineamento. Os autores deste campo interessam-se por paisagens dinâmicas, apreendidas etnograficamente como processos contínuos de interações entre coletivos. As paisagens são construídas e se reconstroem ao mesmo tempo que seus habitantes se deslocam nelas, seguindo trilhas que remetem a grandes desafios sociais ao longo do tempo (crescimento populacional, sedentarização, conflitos armados, gestão de recursos que se tornam escassos, etc.). As paisagens evoluem sempre, são muitas vezes "evanescentes" (como as apresentadas neste volume) ou "contestadas" (BENDER; WINER, 2001). Os pesquisadores, então, apreendem os processos de formação e transformação das paisagens percorrendo os lugares junto com seus interlocutores, às vezes informando a própria narrativa etnográfica, como nos lindos trabalhos de Hugh Raffles (2002), Ben Orlove (2002) ou ainda Thiago Cardoso (2016). As pesquisas desse campo são desenvolvidas com base nas leituras fenomenológicas da antropologia ambiental, num contexto político iniciado nos anos 1990 com a Conferência Eco-92, no Rio de Janeiro, em que a preocupação com questões ambientais (poluição atmosférica, desmatamento, perda da biodiversidade, etc.) ganhou maior visibilidade na mídia e em agendas governamentais de diferentes países. No Brasil, essa preocupação impulsionou a

criação de unidades de proteção ambiental, parte delas habitadas por populações que passaram a ser legalmente consideradas como "tradicionais" e que são objeto de estudo de diversos textos aqui apresentados. Com esta coletânea queremos destacar uma vertente da antropologia amazônica que vem atualmente crescendo e que participa plenamente dessas discussões.

Referências

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. **Sociedades Caboclas Amazônicas:** Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. 378 p.

ALENCAR, E. F. **Terra Caída:** Encante, Lugares e Identidades. 262 p. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Paisagens da memória**: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 16, n. 2, p. 95-110, 2007.

_____. **"Nesse tempo não existia essas ilhas por ali"**: sobre modos de perceber o ambiente e narrar o passado. *Iluminuras (Porto Alegre)*, v. 14, nº 34, p. 11-32, 2013.

APORTA, C. **Life on the ice:** understanding the codes of a changing environment. *Polar Record*, v. 38, n. 207, p. 341-354, 2002.

_____. **The Trail as Home**: Inuit and Their Pan-Arctic Network of Routes. *Human Ecology*, v. 37, n. 2, p. 131-146, 2009.

_____. **Shifting perspectives on shifting ice**: documenting and representing Inuit use of the sea ice. *Canadian Geographer / Le Géographe canadien*, v. 55, n. 1, p. 6-19, 2011.

ARAÚJO, R. **Manejo ecológico, manejos políticos**: observações preliminares sobre conflitos sociais numa área do Baixo Amazonas. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (orgs.), *Amazônia e a crise da modernização*. 2 ed. Belém: MPEG, 1999, p. 297-306.

AYRES, J. M.; MOURA, E. A. F.; LIMA-AYRES, D. de M. **Estação Ecológica Mamirauá**: o desafio de preservar a várzea na Amazônia. In: FRANCO, H. B. *Trópico em Movimento: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no trópico úmido*. Belém: UFPA, POEMA, 1994, 312 p.

BALÉE, W. **The culture of Amazonian forests**. In: POSEY, Darrel A.; BALÉE, W. (Org.). *Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies*. New York: New York Botanical Garden, 1989. p. 1-21.

BENDER, B.; WINER, M. **Contested Landscapes:** Movement, Exile and Place. London: Bloomsbury Academic, 2001. 414 p.

BLANC, G.; DEMEULENAERE, E.; FEUERHAHN, W. **Humanités environnementales:** enquêtes et contre-enquêtes. Paris: Publications de la Sorbonne, 2017. 350 p.

BOYER-ARAÚJO, V. **Femmes et cultes de possession au Brésil:** les compagnons invisibles. Paris, l'Harmattan, 1993. v. 1, 287 p.

BRONDIZIO, E. et al. **Estratégias de subsistência de uma população ribeirinha do Rio Marajó-Açú, Ilha de Marajó, Brasil**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 2, p. 153-170, 1989.

CARDOSO, T. M. **Paisagens em transe:** uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal. Tese de Doutorado (Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CASTRO, F. de; MCGRATH, D. G.; FUTEMMA, C. T. **Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no Baixo Amazonas:** uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 389-402.

CHIBNIK, M. **Risky Rivers:** The Economics and Politics of Floodplain Farming in Amazonia. Tucson: University of Arizona Press, 1994. 267 p.

COMETTI, G. **Lorsque le Brouillard a cessé de nous écouter.** Changement climatique et migrations chez les Q'eros des Andes Péruviennes. Bern, Berlin, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Wien: Peter Lang, 2015.

CRAVALHO, M. A. **Shameless Creatures:** An Ethnozoology of the Amazon River Dolphin. *Ethnology*, v. 38, nº 1, p. 47-58, 1999.

DEMEULENAERE, E. **L'anthropologie au-delà de l'anthropos.** Un récit par les marges de la discipline. In: BLANC, G.; DEMEULENAERE, E.; FEUERHAHN, W. (org.), *Humanités environnementales. Enquêtes et contre-enquêtes*. Paris: Editions de la Sorbonne, 2017.

DESCOLA, P. **La nature domestique:** symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar. In: FONDATION SINGER-POLIGNAC (Org.). Paris, Maison des sciences de l'homme, 1986. 450 p.

_____. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005. 623 p.

_____. **L'écologie des autres:** l'anthropologie et la question de la nature. Versailles, Éd. Quae, 2011. 110 p.

_____. **Além de natureza e cultura**. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 3, n. 1, p. 137-155, 2015.

_____. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016. 64 p.

FAULHABER, P. **O navio encantado:** etnia e alianças em Tefé. Belém: MPEG, 1987. 253 p.

FOLHES, R. T. **O Lago Grande do Curuai:** história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia. 299 p. Tese de Doutorado (Geografia) - Université Paris III Sorbonne Nouvelle & Universidade Federal do Pará, 2016.

FRAXE, T. de J. P. **Homens anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. São Paulo, Annablume, 2011. 223 p.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas:** um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica. Belém: MPEG, 1993. 486 p.

GALVÃO, E. **Santos e visagens:** um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 153 p.

HARRIS, M. **The Rhythm of Life on the Amazon Floodplain**: Seasonality and Sociality in a Riverine Village. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 1, p. 65-82, 1998.

_____. **Life on the Amazon:** the anthropology of a Brazilian peasant village. London: British Academy, 2000. 236 p.

_____. **Riding a wave**: Embodied skills and colonial history on the Amazon floodplain. *Ethnos*, v. 70, nº 2, p. 197-219, 2005.

_____. **Rhythm of wetland life**. Seasonality and Sociality. *The Oxford Handbook of Wetland Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 739-750.

HIRAOKA, M. **Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do Estuário do Amazonas**. In: FURTADO, L. G. (Org.), *Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.

INGOLD, T. **Culture, nature, environment**: steps to an ecology of life. In: *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000a. p. 13-26.

_____. **The perception of the environment:** essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000b. 465 p.

_____. **The temporality of the landscape**. In: *The perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge, 2000c. p. 189-208.

_____. **Estar Vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

_____. **Prêter attention au commun qui vient**. *Multitudes*, n. 68, p. 157-169, 2017.

KRAUSE, F. **Thinking like a river:** An anthropology of water and its uses along the Kemi River, Northern Finland. 302 p. - University of Aberdeen, 2010.

_____. **Towards an Amphibious Anthropology of Delta Life**. *Human Ecology*, v. 45, n. 3, p. 403-408, 2017.

LIMA, D.; ALENCAR, E. F. **A lembrança da História:** memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. *Lusotopie*, p. 27-48, 2001.

LIMA, D. de M. **A construção histórica do termo caboclo**: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.

LIMA, D. de M.; ALENCAR, E. F. **Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões**. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Senac, 2000. p. 133-161.

LIMA, D.; POZZOBON, J. **Amazônia socioambiental.** Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 45–76, 2005.

LIMA-AYRES, D. de M. **The social category caboclo.** History, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian region (the middle Solimões). 342 p. PhD - King's College, 1992.

MAUÉS, R. H. **A ilha encantada:** medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores. Belém: Centro de Filosofia e C. Humanas, NAEA/UFPA, 1990. 271 p.

_____. **Padres, pajés, santos e festas:** catolicismo popular e controle eclesiástico: um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia. Belém: Editora Cejup, 1995. 522 p.

MORAN, E. F. **Through Amazonian eyes:** the human ecology of Amazonian populations. Iowa City: University of Iowa Press, 1993. 230 p.

NUGENT, S. **Amazonia:** Ecosystem and Social System. *Man*, v. 16, n. 1, p. 62-74, 1981.

_____. **Amazonian caboclo society:** an essay on invisibility and peasant economy. Providence: Berg, 1993. 278 p.

ORLOVE, B. **Lines in the water:** nature and culture at Lake Titicaca. Berkeley: University of California Press, 2002. 287 p.

PADOCH, C. **Várzea:** Diversity, Development, and Conservation of Amazonia's Whitewater Floodplains. Bronx, N.Y: New York Botanical Garden, 1999. 407 p.

PARKER, E. P. **The Amazon Caboclo:** Historical and Contemporary Perspectives. Williamsburg: College of William and Mary, 1985. 367 p.

POSEY, D. A.; BALÉE, W. L. **Resource management in Amazonia:** indigenous and folk strategies. Bronx: New York Botanical Garden, 1989. 287 p.

RAFFLES, H. **In Amazonia:** a natural history. Princeton: Princeton University Press, 2002. 302 p.

SAUMA, J. F. **The Deep and the Erepecuru:** tracing transgressions in an Amazonian Quilombola territory. Ph.D. Dissertation - University College London, 2013.

SLATER, C. **Dance of the Dolphin.** Transformation and disenchantment in the Amazonian imagination. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. 321 p.

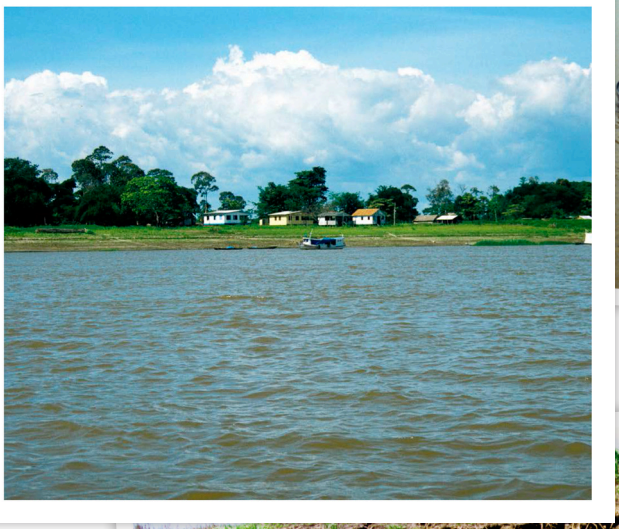
SMITH, N. J. H. **The Enchanted Amazon Rain Forest:** Stories from a Vanishing World. Gainesville: University Press of Florida, 1996. 220 p.

STOLL, E. **Rivalités riveraines :** territoires, stratégies familiales et sorcellerie en Amazonie brésilienne. 563 p. Tese de Doutorado (Antropologia) - Ecole Pratique des Hautes Etudes / Universidade Federal do Pará, 2014.

VALENTIN, T. **L'Amazonie métisse :** narrations et définitions des figures de soi et d'autrui au sein de villages ruraux du Nord du Brésil - Etat du Pará. Tese de Doutorado (Antropologia) - Université Lumière Lyon 2, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115–144, 1996.

WAGLEY, C. W. **Uma comunidade amazônica:** estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 312 p.



O ritmo da vida na várzea: sazonalidade e socialidade[1]

Mark Harris

As pessoas que moram na várzea do rio Amazonas têm que lidar com variações sazonais. Com a cheia do rio, suas casas construídas em palafitas tornam-se "ilhas" em uma imensa área alagada. Durante a estação seca, a terra torna-se apropriada para o plantio e a pesca fica mais fácil, já que os peixes passam a se concentrar em áreas menores. As pessoas também caçam e criam gado e, quando o rio inunda suas plantações, elas têm que realizar a colheita andando com a água pela cintura. Nesse período, o gado é mantido em plataformas construídas com troncos de madeira – as *marombas* – e os animais são alimentados com capim trazido em canoas. Há aspectos anfíbios na vida da várzea. Ela possui um ritmo temporal particular, que faz com que os ribeirinhos[2] tenham que ajustar suas atividades sociais e econômicas às mudanças de nível das águas do rio. Esse monitoramento constante permite que eles tirem vantagem de diversos recursos para subsistência e que criem oportunidades de geração de renda.

Desde os anos 1980, diferentes pesquisas acadêmicas sobre a Amazônia têm se esforçado para revelar a amplitude do impacto humano sobre o ambiente, visto não mais como uma "natureza intocada". Arqueólogos, ecólogos, historiadores e antropólogos têm mostrado que, a exemplo de qualquer outra região, a Amazônia foi um lugar transformado pela ação humana. Boa parte dessas pesquisas foram realizadas nas várzeas e nas ribanceiras adjacentes (*bluffs*)[3] aos principais rios. De maneira genérica, considera-se que a várzea foi habitada em tempos pré-históricos por um grande número de povos amazônicos (HECKENBERGER; NEVES, 2009; NEVES; PETERSON, 2006) que manipularam e transformaram

1. Este capítulo foi traduzido por Roberto Rezende. É uma versão revisada e ampliada do que publiquei em *The Oxford Handbook on Wetland Archaeology*, editado por Francesco Menotti e Aidan O'Sullivan, Oxford University Press, Oxford, 2012.

2. 'Ribeirinhos' é um dos termos usados na Amazônia brasileira e na literatura popular e acadêmica para se referir às populações amazônicas que habitam às margens dos rios. O termo é geralmente inclusivo embora não inclua os povos indígenas.

3. *Bluffs*, em inglês, é um termo que deriva da geografia e é especialmente utilizado por Denevan (1996), como veremos a seguir. Designa uma pequena colina ou ribanceira na margem de um rio.

Figura 1. Crianças brincando no porto de uma casa ribeirinha na costa do Parú, Óbidos.
Fotografia: Mark Harris, 1992-1994.

os ambientes de acordo com suas necessidades (RAFFLES; WINKLERPRINS, 2003). Mas o entendimento detalhado das práticas de tais povos é complexo e muitos aspectos do período que antecede a chegada dos Europeus ainda não foram esclarecidos. Hoje em dia, diferentes coletivos humanos exploram as várzeas e a terra firme sazonalmente, mudando o seu local de habitação entre um período e outro. Há uma grande variação nas práticas de manejo dos recursos naturais e na forma que tomam as economias domésticas de populações ribeirinhas de diferentes rios (e mesmo dentro de uma única localidade). Muitos pesquisadores defendem que não houve um desenvolvimento linear das sociedades amazônicas entre a pré-história e o presente (CLEARY, 2001). Conquistas, doenças e guerras levaram a uma série de mudanças abruptas, que não aconteceram apenas nos últimos 500 anos (ROOSEVELT, 1999). O certo é que a várzea sempre foi um lugar atrativo para habitar e trabalhar (LATHRAP, 1970, p. 27), mesmo apenas em parte do ano. O ambiente da várzea é rico em recursos naturais como peixes e tartarugas e o rio facilita a comunicação e o transporte. Hoje em dia, parte das pessoas vive na várzea o ano todo, enquanto outras se movem para a terra firme de acordo com a necessidade ou com suas escolhas.

Muitos pesquisadores têm enfatizado, no entanto, que esse ambiente único apresenta uma série de desafios. A perspectiva convencional é de que a várzea é

Figura 2. Casa em palafitas na costa do Parú durante a cheia do rio Amazonas.
A casa tem um teto em amianto, paredes em palha de curuá e um chão de madeira. Do lado de fora da casa, vê-se a juta secando. Costa do Parú, Óbidos. Fotografia: Mark Harris, 1992-1994.

um lugar "arriscado" para se viver, por causa da duração e da altura imprevisível de cada cheia. Por exemplo, Michael Chibnik (1994) enfatiza o confronto entre humanos e natureza na análise da economia da várzea peruana perto de Iquitos. Além disso, um rio que sobe rapidamente pode destruir plantações e derrubar barrancos repentinamente. Assim, discute-se a variedade de estratégias adaptativas utilizadas pelos ribeirinhos para lidar com esses problemas. O tema subjacente nesses casos é o dos humanos que se opõem à natureza, inventando soluções técnicas para se adaptar[4]. Um ecólogo chegou a dizer que "a várzea amazônica ainda é pouco ou nada alterada pelas atividades do homem moderno, uma exceção nos dias atuais até mesmo nos trópicos" (SIOLI, 1997, p. vi). Essa percepção da várzea como a última fronteira tropical natural está presente em muitas pesquisas. E não é difícil compreender as razões: cada cheia pode fazer desaparecer os vestígios das atividades do ano anterior e repor os nutrientes do solo com novos sedimentos – o "rio é o arado", como disse outro memorável comentador, Edward Higbee (1945), que também escreveu: "A natureza mesma prepara a terra para o plantio" (1945). Quase não há infraestruturas associadas

4. A construção de casas flutuantes pelos moradores do rio Solimões, onde as terras caídas estão muito presentes, é analisada por Edna Alencar no presente volume.

à modernidade nas áreas de várzea da Amazônia brasileira: como o rei Canuto[5], os ribeirinhos da várzea têm que enfrentar as cheias e vazantes, diariamente ou anualmente, sem poderes divinos e sem serviços básicos.

A várzea, como qualquer outra paisagem, carrega a marca das atividades humanas. Assim, a proposta de que as margens dos rios são uma nova fronteira é, ao meu ver, equivocada. Alguns dos recursos da várzea, como os tracajás, as tartarugas ou os peixes-boi, têm estado sob ameaça de superexploração desde os tempos coloniais. Os vários tipos de áreas inundáveis têm sido habitados por diferentes tipos de sociedades há milhares de anos e essa habitação deve ser descrita como o cerne da vida amazônica em vez de sua periferia. Nesse sentido, as várzeas oferecem um ambiente único para pensarmos a relação entre a sociedade e a natureza.

1. Aspectos ecológicos e geofísicos da várzea amazônica

A várzea é um ambiente geológico relativamente novo. Formou-se durante o Pleistoceno (IRION; JUNK; MELLO, 1997), em decorrência do aumento e da queda do nível do mar nos períodos glacial e interglacial respectivamente. Com o nível do mar baixo e o clima mais quente durante o período interglacial, ocorreu a sedimentação que preencheu as planícies. A atual forma das várzeas na Amazônia tem cerca de 5 mil anos. Esse vale de áreas baixas foi esculpido entre duas antigas formações rochosas: o escudo das Guianas, ao norte, e o planalto brasileiro, ao sul. Se incluirmos os Andes, de formação mais recente e onde fica a nascente do rio Amazonas, temos a composição de uma grande bacia hidrográfica.

Wolfgang Junk desenvolveu a ideia de "pulso de inundação" para se referir às dinâmicas sazonais: "a principal variável em grandes sistemas de rios-várzeas. Ela leva a distintas condições ambientais, mudanças periódicas nas comunidades de animais e plantas, e interações múltiplas e intensas entre as fases aquática e terrestre nas zonas de transição aquática-terrestre" (JUNK, 1997, p. 8). Esta ideia é útil na medida em que reconhece uma área em constante fluxo, tomando o rio e as terras adjacentes como um sistema indivisível. A várzea do tronco principal do rio Amazonas, assim como a dos seus maiores tributários, é "caracterizada por um pulso de inundação previsível e monomodal [que ocorre uma vez ao ano] e por uma grande amplitude da cheia" (JUNK, 1997, p. 6). Junk contrasta esse tipo de área inundável com as áreas costeiras alagadas (Marajó, por exemplo), áreas pantanosas, feitas de savanas periodicamente alagadas (como o Pantanal mato-grossense) e as áreas de floresta periodicamente alagadas (ao longo dos rios de

5. O todo poderoso Rei Canuto da Inglaterra acreditava que podia até parar o avanço da maré e apostou nisto a sua coroa. Claro, perdeu ambas, a aposta e a coroa.

Figura 3. Os diversos ambientes e os elementos da paisagem da várzea.
Elaboração: L. Billault

água preta e clara). Essas áreas diferem quanto à previsibilidade das enchentes, sua frequência (monomodal ou polimodal, no caso da influência das marés), a quantidade de substâncias suspensas, e a cobertura vegetal. Junk (1997, p. 7) lembra, no entanto, que essas são classificações artificiais e que há diversos tipos de ambientes intermediários. Esse *continuum* torna difícil estimar exatamente a área ocupada por áreas alagadas na Amazônia. O autor acredita que cálculos anteriores, que sugerem que essas áreas representem de 2 a 3 % do total da região amazônica, estejam subestimados e prefere sugerir algo em torno de 20 % (JUNK, 1997, p. 14). Escrevendo de uma perspectiva ecológica, Junk pode afirmar que as cheias são algo previsível porque elas são ocorrências sazonais associadas às chuvas. De um ponto de vista da experiência humana, no entanto, a altura exata da cheia, sua extensão e a velocidade com que as águas do rio sobem e descem não são conhecidas de antemão, o que faz toda a diferença.

Outro aspecto físico da várzea, que tem influência significativa na vida social e econômica, é a elevação das restingas (Figura 3). As restingas variam em altura e oferecem diferentes oportunidades para a exploração humana. Quanto mais vulnerável for um cultivo agrícola a enchentes, mais provável é que ele se encontre em restingas mais altas. A diferença de altitude pode não ser muito grande, alguns metros no máximo, mas permitirá que as espécies cultivadas desfrutem de um maior período de crescimento.

O estudo mais abrangente sobre várzea que considera a interface entre pessoas e ambiente foi realizado por Hilgard O'Reilly Sternberg em seu livro *A água e o homem na várzea do Careiro* (1998). A pesquisa de campo original ocorreu no início da década de cinquenta – embora tenha sido atualizada para a segunda edição de 1998 –, durante a qual ele testemunhou a enchente de 1953, uma das maiores

do século XX. O autor fez sua pesquisa de campo em uma ilha larga e baixa situada no meio do rio Amazonas, próximo à cidade de Parintins. Desde meados do século XIX, a ilha havia sido ocupada de maneira estável, por pequenos posseiros. Localizadas próximo ao grande mercado urbano de Manaus, as terras da ilha eram adequadas para a criação animal e para a agricultura (STERNBERG, 1998, p. 246). Em relação ao meu argumento, Sternberg sublinha a importância das variações sazonais, que obrigam as pessoas a fazerem ajustes constantes em suas práticas. Ele também argumenta que há duas paisagens que se alternam com as variações no fluxo de água do rio e que as pessoas têm que aprender a trabalhar nesses dois tipos de ambientes que requerem habilidades específicas (STERNBERG, 1998, p. 245). No centro de seu livro está o rio Amazonas, como protagonista do drama da vida na várzea. O título do primeiro capítulo já revela algo do poder ao mesmo tempo criativo e destrutivo desse rio, "a água e o produto da atividade geomórfica: a terra". De fato, sobre a formação da terra, Sternberg ouviu de um de seus informantes que "a água colocou ela [a terra] lá e a água vai levá-la embora" (1998, p. 99).

2. Ecologia histórica no contexto da várzea: *taskscape* e prática fluvial

A abordagem escolhida para o restante deste capítulo é, de maneira geral, baseada na ecologia histórica. Essa abordagem busca ir além do conceito de adaptação e acomodação que caracteriza a ecologia cultural e a ecologia humana (BALÉE, 1998; ROOSEVELT, 1980). Esses modelos teóricos tendem a não mostrar interesse nas formas pelas quais a política e a história moldam o uso dos recursos naturais (NUGENT, 1981) e são, em geral, monocausais e funcionalistas nas suas concepções da adaptação da sociedade ao ambiente (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006). William Balée e Clark Erickson argumentam que a ecologia cultural considera toda intervenção humana sobre a natureza como tendo uma influência negativa sobre a construção da paisagem, ao alterá-la (BALÉE; ERICKSON, 2006). A ecologia histórica, por sua vez, trata a ação humana de forma um pouco mais positiva e considera que ela tem efeitos benéficos sobre a criação de lugares e paisagens ao longo do tempo. De acordo com Balée e Erickson, a ecologia histórica não veria "atividades de subsistência, calendários sazonais, tamanho da população, povoações, e assim por diante" como tendo controle sobre o desenvolvimento social; em vez disso, as sociedades humanas "começam imediatamente a transformar a maior parte desses constrangimentos em fenômenos analíticos insignificantes" (2006, p. 4).

Como já foi dito (CLEARY, 2001, p. 72), o termo chave desses trabalhos é "paisagem" ou *landscape*, no inglês original: "O produto do choque entre natureza

Figura 4. Um domínio de água-virando-terra ou de terra-virando-água. No final da vazante, da varanda se pode ver a lama secando e a ponte que conecta a casa em palafitas ao rio. Equilibrar-se sobre as tábuas finas é uma habilidade. Costa do Parú, Óbidos. Fotografia: Mark Harris, 1992-1994.

e cultura, onde quer que tenha ocorrido, é uma paisagem[6], objeto central de análise da ecologia histórica (…) [A paisagem] pode ser vista como uma totalidade [de pessoas e ambientes] – ou seja, como unidade multiescalar, diacrônica e holística de estudo e análise" (BALÉE; ERICKSON, 2006, p. 2–3). Esse entendimento poderia parecer totalmente aplicável para a várzea. No entanto, as áreas alagáveis da Amazônia não se encaixam nesse quadro. Citando Carole Crumley, Balée e Erickson mostram que uma "paisagem contém evidências físicas das […] atividades mentais", e enfatizam que "os registros físicos da intencionalidade são centrais para o entendimento das inter-relações entre a sociedade humana e seus ambientes bióticos ao longo de escalas temporais e espaciais" (2006, p. 2). Mas a várzea não é de maneira alguma igual à terra firme. O rio pode destruir uma ribanceira com casas, levando ao mesmo tempo todos os traços do trabalho, como a preparação dos plantios, e assim por diante. A paisagem da várzea pode ser entendida como um processo constante de transformação, no qual as mudanças no terreno resultantes dos movimentos do rio são reconhecidas e esperadas. Então, é preciso um arcabouço analítico distinto para contextos de áreas alagadas nos quais o trabalho de gerações não se acumula como camadas geológicas.

Por essas razões, para além dos dados econômicos, é importante incluir as experiências e percepções das pessoas, bem como outros aspectos sociais, na análise da sazonalidade. Por exemplo, em minha própria pesquisa no baixo Amazonas, no estado do Pará, próximo à cidade de Óbidos, o rio é entendido pelos ribeirinhos como *criador da terra* e transmissor de *força*[7] durante as cheias. A terra e a água são inseparáveis na percepção local da paisagem. O rio, então, não é um domínio de água mais do que de terra, nem as margens do rio marcam as fronteiras entre as duas. Ao contrário, o conjunto da paisagem é um domínio de água-virando-terra, ou terra-virando-água, à medida que as estações se sucedem.

Nesse ponto, a noção de *taskscape* é especialmente útil para explicar o contexto da várzea. Tim Ingold (2000) cunhou o termo para indicar "um conjunto de atividades relacionadas", enfatizando seus padrões, sequências e ritmos. Assim, o *taskscape* é composto de uma variedade de atividades; ele mudará de acordo com os tipos de atividades realizadas pelas pessoas. A paisagem (*landscape*) é o acúmulo das marcas do *taskscape* sobre o ambiente, é o "*taskscape* tornado visível" (INGOLD, 2000, p. 204). *Taskscape* é um termo interessante para o contexto das

6. A tradução direta de *landscape* para português é geralmente 'paisagem', porém esse termo não carrega todos os sentidos do que no inglês, em especial na obra de Tim Ingold. Por isso optei por essa referência ao termo do artigo em inglês. Isso é importante em especial porque *taskscape*, que aparece mais à frente, não tem tradução para o português.

7. Essa *força* é diferente da analisada por Sauma (no presente volume). Para os interlocutores de Sauma, *força* é o que pode provocar a abertura ou o abandono de uma localidade pelos moradores.

áreas alagáveis porque, ao enfatizar padrões temporais, evita privilegiar elementos sociais ou naturais. Em vez disso, diferentes ritmos sazonais se entrelaçam nos principais elementos das atividades das pessoas – rio, peixes, animais, clima, plantas. Assim como as pessoas podem deixar traços de seus trabalhos, as águas dos rios, os animais e as plantas também podem. O rio, então, não é um objeto a ser dominado, mas um agente e uma parte viva do ambiente.

A transitoriedade e a instabilidade da vida na várzea amazônica não implicam que os ribeirinhos contemporâneos não transformem o rio e a paisagem de diversas maneiras. Vemos essas transformações, por exemplo, nos campos elevados nas áreas de savana em Mojos, na Amazônia boliviana, ou nos sambaquis[8] do baixo Amazonas e das áreas estuarinas. Na foz do Amazonas, alguns desses sambaquis eram muito altos (cerca de 12 metros), pois eram lugares onde se realizavam cerimônias; outros menores eram destinados ao uso doméstico e ao plantio de espécies comestíveis (HECKENBERGER; NEVES, 2009). Os sambaquis também serviram para direcionar cursos d'água, embora poucas pesquisas tenham se dedicado a reconstruir a sazonalidade e a socialidade no passado pré-histórico da região amazônica. Na ilha de Marajó, há evidências que existiram eficientes sistemas hidráulicos para a produção de peixes fora da estação de chuvas (SCHAAN, 2010). Menos comentada é a forma como os habitantes da várzea contemporânea promovem o assoreamento durante as cheias. Essa técnica eleva a terra na qual os plantios são cultivados e reduz os riscos de destruição por enchentes, ou ao menos prolonga o período de crescimento (PADOCH; PINEDO-VASQUEZ, 1999). Essa técnica parece reproduzir, em versão menor, o que era feito nos sambaquis pré-históricos.

Importantes pesquisas recentes feitas por Hugh Raffles e Antoinette WinklerPrins (2003) mostraram o quanto o rio Amazonas esteve sujeito à manipulação humana. Os autores investigaram as formas pelas quais as pessoas da região de Macapá (Amapá), no passado e no presente, alteraram os canais de modo a desviar a água para longe ou para introduzi-la em novas áreas, ou criaram novos canais para reduzir o tempo de viagem ou para abrir completamente novas áreas. Algumas dessas mudanças antropogênicas são de larga escala. Um canal próximo à cidade de Macapá foi alargado de 2 metros para 50 metros; o trabalho demorou várias estações secas e exigiu a retirada de uma cachoeira. E essas práticas são bastante comuns na região. Em seu esplêndido livro sobre a história natural do rio Amazonas, Raffles traz à tona as formas pelas quais a várzea e os rios que a configuraram, se transformaram através da agência de humanos e não humanos. Raffles chama essas intervenções de "práticas fluviais" (2002, p. 35) que revelam "histórias de criatividade". Esse argumento ajuda a entender a várzea como

8. Depósito de materiais orgânicos e calcários que sofreram fossilização química, de origem humana pré-histórica.

um lugar que não limita a vida humana, mas que a torna possível, oferecendo potencialidades e oportunidades.

As ideias de práticas fluviais e de *taskscape* estão diretamente relacionadas. Ambas reconhecem a interconexão de vários elementos naturais e não naturais como produtores da paisagem terrestre e hídrica, colocando o "trabalho" desses agentes (rio, pessoas, animais e plantas) no mesmo quadro de análise. É claro que o tempo e a maneira em que essas atividades se encaixam são elementos cruciais da análise, embora estudos sobre essas variações sazonais que ocorrem nas várzeas amazônicas sejam raros; muito mais comum é essas variações serem consideradas como dadas e abordadas, portanto, de maneira implícita.

A sazonalidade é um fator que contribui para a existência de vários ritmos da vida social. As estações assumem uma importância primordial na Amazônia porque as pessoas têm que constantemente "prestar atenção" (INGOLD, 2000) à subida e à vazante do rio, à migração de peixes, ao movimento dos animais, à dureza do solo, ao crescimento e à morte das plantas, aos ventos, às chuvas, e assim por diante. Isso faz com que elas modifiquem seus próprios movimentos a partir desse monitoramento perceptivo constante: suas ações entram assim em "ressonância" com as oscilações do ambiente (INGOLD, 2000, p. 196–201). A expressão "prestar atenção" (*to attend*) é utilizada por Ingold para indicar o envolvimento completo e ativo dos sentidos das pessoas na percepção do seu entorno. A periodicidade das atividades que produzem a vida social pode, assim, ser tomada como intrínseca e constituinte da sazonalidade, mais do que apenas uma expressão dela. O conteúdo atual dessas atividades pode variar de ano para ano, ou de uma época histórica para outra, mas, ainda assim, é uma periodicidade incorporada, produzida na atenção que as pessoas prestam ao seu ambiente. Se não houvesse coordenação entre o trabalho e demais atividades e as variações sazonais do nível do rio e dos recursos naturais disponíveis, haveria uma mescla caótica de demandas conflitantes.

Os riscos aparentes da vida na várzea têm sido reformulados em diversos trabalhos como um fenômeno social, não mais como um constrangimento externo causado pelo ambiente, de natureza puramente material ou econômica, ao qual os humanos têm que se adaptar. Apesar das ameaças envolvidas, as pessoas escolhem continuar vivendo na várzea. Isso sugere que a escolha é feita tanto por aspectos sociais (entre outros, o prazer de viver no lugar) como por oportunidades econômicas. Estou defendendo, a partir da ecologia histórica, uma abordagem holística, que combina o social, o econômico e o ambiental.

Figura 5. Homem, durante a cheia, dirigindo sua canoa cheia de capim para alimentação do gado na maromba. Costa do Parú, Óbidos. Fotografia: Mark Harris, 1992-1994.

3. Variações sazonais e o movimento contínuo da vida

Como esse entendimento sobre a sazonalidade se relaciona com o tempo e a vida social? Esta seção é baseada no meu próprio trabalho de campo no rio Parú (região de Óbidos) e no de outros autores que estudam populações ribeirinhas no baixo Amazonas (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006; HARRIS, 1998; 2000; 2005). Ela será complementada com dados de pesquisas realizadas na região de Tefé, rio Solimões, sobre como essa paisagem dinâmica influencia a memória, as narrativas do passado e as biografias culturais. A questão que me coloco é a de saber se há um modo de vida específico da várzea.

Os habitantes da várzea interpretam as mudanças sazonais de acordo com múltiplos fatores. O ano é dividido em dois – o período da cheia e da seca. Também utilizam os termos *inverno* e *verão*, que são basicamente os tempos de chuva e de falta de chuvas, respectivamente. Mas esses tempos não coincidem exatamente com o movimento de enchente e de *vazante* do rio, já que o rio começa a baixar no final do período de chuvas e as estações seca e chuvosa chegam antes

nas porções mais altas do rio. O período de seca também é conhecido como um *tempo de fartura*. Inversamente, o período de cheia é um *tempo de fome* ou de *miséria*. Vários outros marcadores sazonais são utilizados, em referência aos tempos, como as épocas de tipos específicos de peixes, pássaros, animais ou plantas. Na várzea, a época de praticamente todos esses animais e plantas é a seca, ou seja, elas não coincidem com as fases de maior cheia das águas.

Além disso, há um julgamento estético associado à sazonalidade. A época das águas baixas é considerada *bonita*[9], é quando as pessoas ficam *felizes*. E este bom humor é perceptível na atmosfera geral da comunidade. O tempo é quente e a terra está mais seca; os lavradores trabalham com sol. As pessoas dizem que a vida é *animada*, com *muita movimentação* o tempo todo[10]. Pequenas festas acontecem espontaneamente, com as pessoas sentadas na sombra, fora do sol forte, bebendo e tocando músicas com os instrumentos que têm à mão, o que inclui panelas e latas. Também podem acontecer festas relacionadas ao trabalho, como no momento em que as pessoas se reúnem para pescar um cardume de peixes migratórios (*piracema*). Eu ficava sempre surpreso com a falta de formalidade desses eventos – ninguém dava ordens a ninguém, havia apenas uma coordenação de esforços informal e não pronunciada.

Contrastando com a época da seca, durante o período de cheias, as pessoas não se aventuram para além de visitas à casa de parentes que moram a poucos metros de distância. As pessoas dizem que *sentem frio* por causa das chuvas, então ninguém se sente à vontade para trabalhar ou sair de casa por muito tempo. Elas preferem se manter aquecidas, ficando dentro de suas redes. Além do mais, pode chover a qualquer momento e ninguém quer ficar ensopado. A água do rio fica com mais sedimentos e detritos, tornando-se desagradável para o consumo. Todos esses fatores geralmente fazem as pessoas se sentirem mal, *na miséria*. Todos reclamam da cheia, já que ela pode destruir coisas e restringir o movimento das pessoas. Cada pessoa é continuamente relembrada e conscientizada do quão pouco ela pode fazer. Em outras palavras, a *alegria* que as pessoas da várzea sentem é resultado de sua participação ativa no ambiente e de sua percepção consciente sobre as mudanças.

Os habitantes da várzea do Parú reconhecem, assim, duas épocas distintas no ano, cada uma com um tipo próprio de vida social. Uma é associada com o *viver bem* e uma forma *animada* de ser; a outra tem a ver com a espera, o tédio e

9. A *beleza* das paisagens do verão é também ressaltada pelas populações do rio Arapiuns, na região de Santarém (STOLL, no presente volume).

10. Aqui há uma conexão forte entre os quilombolas do rio Erepecuru (ver Sauma, no presente volume), onde os moradores querem manter direitos de propriedade coletivos (e não individuais). Propriedades individuais (e vendas potenciais) ameaçariam sua capacidade de se mover, seus trajes e suas alegrias. Aqui, a paisagem ativa as forças de *alegria, raiva* e *tristeza*.

Figura 6. Meninos enchendo baldes com água do rio no porto da casa.
Durante a cheia, a água é muito mais "suja" e menos "saudável". Costa do Parú, Óbidos.
Fotografia: Mark Harris, 1992-1994.

a regeneração. As relações sociais seguem essa oscilação entre um período de expansão e outro de contração. As pessoas são forçadas pela cheia das águas a abandonar a vida social intensa dos meses anteriores. Elas entram em um período de socialidade menos intensa e distribuída, voltada para dentro do grupo de casas vizinhas habitado por irmãos, esposas, crianças e pais, em vez de se voltarem para o exterior mais distante.

As transições entre as épocas do ano e entre as atividades econômicas são baseadas não em um calendário formal, mas nas relações entre elas. Assim, para citar um exemplo, as pessoas não dizem que elas têm que plantar porque é setembro. Em vez disso, elas decidem plantar quando certas condições (fenômenos que variam sazonalmente) se encontram reunidas. Em outras palavras, a sequência de atividades tem um padrão temporal. Essas relações são produzidas no engajamento contínuo e prático entre as pessoas e o ambiente. Isso não significa negar que essas periodicidades ambientais às quais os humanos respondem são causadas, em última instância, pela mecânica de movimentos planetários da qual deriva o calendário formal. Mas não é a partir deste que as pessoas planejam e realizam suas atividades.

Qual é a natureza dessas épocas sazonais? Poderíamos dizer, seguindo a ideia de *taskscape*, que a época é a duração imanente do tempo em que se pratica um determinado conjunto de atividades e tarefas. Toda a vida se dá no tempo, mas não a partir de uma série de eventos que pode ser ordenada em uma trajetória externa e uniforme. O tempo social é intrínseco ao fluxo da vida, e responde a outros fenômenos, como o movimento do rio, dos animais, do clima, e assim por diante. Então, a vida em torno do rio é composta desses ritmos que convergem no presente. Estes não são ritmos "naturais" aos quais as pessoas se adaptam ou que elas tentam dominar. Assim, a periodicidade da vida social não é o resultado de pressões ou necessidades externas, nem de uma estrutura social imposta pelo ambiente à qual os indivíduos devem se adequar. Em vez disso, o ritmo anual é constituído pelo envolvimento e pela percepção alerta das pessoas a um ambiente em transformação que, por sua vez, integra-se nas constelações de relações sociais em transformação.

4. Mobilidade sazonal

Muitos ribeirinhos do rio Parú permanecem na várzea durante o ano todo. Alguns, no entanto, vão para áreas de terra firme que não inundam, ou para vilas e cidades próximas. Essa mudança temporária de residência é de alguma forma semelhante à tradição europeia e norte-americana de sair dos centros urbanos

Figura 7. Pescador consertando sua malhadeira em águas rasas, na vazante.
Fotografia: Mark Harris

para o interior durante os meses de verão mais intensos[11]. No caso amazônico, as razões para a migração sazonal são variadas. Em cheias muito grandes, as pessoas podem ser forçadas a deixar suas casas nas restingas mais baixas, já que as águas irão inundar toda a estrutura. No baixo Amazonas, o declínio histórico de atividades relacionadas à época das chuvas, como a colheita da juta, levou famílias a se dedicar novamente à criação de gado, e ter que retirar o gado da beira dos rios durante as cheias (WINKLERPRINS, 2002)[12]. Essa prática depende da proximidade da terra firme e implica custos, o que a torna relativamente rara. Os tipos de atividades e como elas ocorrem mudam ao longo da história e estão conectados a demandas econômicas do mercado mundial. Detalhes históricos relevantes dessas mudanças na vida social não têm sido registrados, tornando difícil argumentar para além das explicações econômicas.

11. Veja Folhes (2016) sobre as famílias de Vila Curuai, região de Santarém, que se deslocam nos tapiris da várzea no verão para produzir piracuí e criar gado e voltam para terra firme no inverno para acessar os campos naturais, formando um esquema de transumância.

12. De fato, a criação bovina na região do baixo Amazonas foi estabelecida pela primeira vez no fim da época colonial. No baixo Amazonas, entre Faro e Prainha, o deslocamento do gado para a terra firme vem crescendo consideravelmente, enquanto o uso das marombas vem diminuindo. Em alguns casos, como na região do Lago Grande, a maromba foi praticamente abolida (FOLHES, 2016).

Figura 8. No verão, maromba em palafitas altas. Lugar onde fica o gado durante a cheia. Costa do Parú, Óbidos. Fotografia: Mark Harris, 1992-1994.

Mas o movimento periódico das pessoas entre áreas alagadas e terra firme tem uma longa história. Os detalhes específicos da sazonalidade e da socialidade destacados acima se aplicam apenas a épocas históricas nas quais as pessoas permanecem na várzea ao longo de todo o ano. Desde a conquista, houve dois períodos nos quais ocorreu uma intensificação das atividades na várzea do baixo e médio Amazonas: por volta de 1780 a 1880, quando plantações de cacau dominaram a várzea, e entre 1930 e 1990, quando a juta se tornou uma fibra popular na fabricação de sacos para armazenar café. Ambas as atividades estavam relacionadas com o mercado de exportações. Mas, fora desses períodos, a residência exclusiva na várzea pode não ter sido tão comum como era no final do século XX (WINKLERPRINS, 2006). Em Parú, onde realizei minha pesquisa de campo, o declínio da produção de juta não fez tanta diferença na mobilidade. Foi o apoio financeiro do governo a aposentados e crianças em idade escolar que encorajou esse grupo de pessoas a se mudar para a cidade durante uma parte do ano. Isso não altera a base teórica do argumento – a ligação entre a variação sazonal e a vida social está sempre presente. O sequenciamento das atividades é diferente. Na realidade, a vida na cidade para uma pessoa originária da várzea, de acordo com meus informantes, é muito limitada em oportunidades de trabalho. A falta de dinheiro e a pobreza generalizada – vivenciadas na cidade – restringem o movimento e afetam o sentimento de bem-estar.

A migração sazonal, argumenta Wiliam Denevan (1996), era a norma nas sociedades pré-coloniais amazônicas. Em seu "modelo de ocupação de ribanceiras" (*bluff model of settlement*), o autor sugere que as maiores sociedades instaladas nas margens dos rios e que foram mencionadas nas primeiras crônicas dos conquistadores, provavelmente não habitavam a própria várzea, mas estavam primordialmente localizadas em faixas mais altas de terra. As premissas do modelo de habitação eram as seguintes: a utilização diversificada de recursos naturais, a proximidade da área ocupada com um rio navegável o ano todo, e o acesso fácil à água potável a partir da terra firme. Nem toda margem de rio reunia esses requisitos. Os barrancos também eram mais seguros; permitiam que seus moradores se colocassem em posição defensiva para se proteger contra eventuais ataques de inimigos. Ainda assim, as várzeas eram parte necessária da vida econômica por causa de seus solos férteis e da produtividade pesqueira dos lagos. Assim, Denevan propõe um modelo baseado em uma "estratégia dual ou complementar do uso da várzea e da terra firme" (1996, p. 671). Evidências arqueológicas confirmam a existência de uma mobilidade sazonal e o acesso a recursos em diferentes ambientes (ROOSEVELT, 1999). No entanto, não se tem certeza se a mobilidade sazonal realmente implicava uma estratégia de residência dual, nem se existiram diferentes arranjos sazonais para diferentes sociedades. As crônicas dos conquistadores mencionam enormes casas com palafitas nas várzeas, atestando que ali havia residências temporárias (PORRO, 1994). O argumento mais amplo deste capítulo é que cada sociedade humana é inerentemente sazonal e organiza suas atividades econômicas e sociais de acordo com um arranjo temporal próprio. Como deve ter ficado claro a partir dos diversos exemplos citados, os imperativos ecológicos não determinam a forma como cada sociedade humana explora a várzea. Assim, cada sociedade tem seu movimento sazonal ao longo do ano, e esse movimento se constitui também a partir de influências históricas.

5. Vivendo no presente em um ambiente fluido

Dada a mobilidade que aparenta ser uma prática cultural das pessoas que vivem próximas aos rios amazônicos, alguns pesquisadores têm examinado como ou se esse ambiente aquático molda "mentalidades" ou atitudes perante o mundo (por exemplo, SLATER, 2003, p. 183-186). Duas antropólogas, Deborah Lima e Edna Alencar, têm particularmente mostrado interesse em explorar a memória e a identidade na paisagem instável e em constante mudança da várzea. O Solimões sofre mais com o processo de erosão fluvial (conhecido localmente como *terras caídas*) do que o Amazonas. Assim, a mudança de residência às vezes é forçada, para que as pessoas não percam suas casas em um desmoronamento – embora às

vezes não seja possível prever quando um barranco cairá[13]. Essas antropólogas mostraram que essas comunidades de várzea têm uma história coletiva curta ou superficial, já que as pessoas não partilham de um mesmo passado – elas estão em movimento constante – e elas estão mais preocupadas com suas condições imediatas. Mais do que isso, as memórias, que estariam associadas a lugares particulares em um dado ambiente, são desconectadas de seus pontos de origem, uma vez que a várzea se transforma e assume novas formas. Então, as histórias de vida são contadas não como narrativas cronológicas, mas como ciclos ligados a atividades sazonais, ou como situações ou "épocas" específicas que duraram mais, como a "época da juta". O tempo do relógio se achata à medida que as pessoas intensificam seu envolvimento com o ambiente. Grande valor é dado às relações do momento e do lugar atual (LIMA; ALENCAR, 2001). As pessoas falam da vida como se ela reiniciasse a cada ano, pois "ser um morador da várzea significa viver no presente" (2001, p. 44). A forma de vida e as características ambientais privilegiam o imediato, que demanda grande atenção. As qualidades de resiliência e improvisação que muitos pesquisadores apontaram como sendo características importantes de ribeirinhos amazônicos (por exemplo MORAN, 1974; SMITH et al., 1995) estão implicadas nessa luta para se tirar o máximo do aqui e agora.

Conclusões

O grande escritor brasileiro Euclides da Cunha disse do Amazonas que ali "a inconstância do rio contamina o ser humano" (2006, p. 13). À medida que um viajante navega pelo rio, ele parece extremamente monótono, com muros verdes de floresta revestindo as margens, às vezes interrompidos por casas e campos de criação de gado. Mas, quando permanecemos em um mesmo lugar, há mudanças constantes e muitas vezes inesperadas. Esse paradoxo é muito importante, apesar da caracterização negativa que Cunha fez da Amazônia como sendo um "inferno verde". O rio é identificado como tendo dimensões tanto espaciais como temporais. O rio flui no tempo e é um lugar, ou um ambiente, no qual peixes nadam e no qual as pessoas vivem e viajam. O argumento apresentado aqui foi o de que os ribeirinhos do Amazonas e do Solimões vivem *com* o rio, em vez de próximo a ele ou se adaptando a ele. O rio é parte da vida das pessoas e é pensado não como um objeto a ser controlado, mas como outra forma de vida. Cunha está certo ao escrever que há uma contaminação entre as pessoas e a água: a vida na várzea não é uma interação entre entidades determinadas, mas um contínuo entrelaçamento de atividades de pessoas, do rio, de plantas, da terra, dos peixes

13. Sobre esse assunto, ver o capítulo de Alencar, no presente volume.

e do clima. Dessa perspectiva antropológica, as características ambientais e os processos econômicos e sociais se combinam e se influenciam mutuamente, tornando a socialidade e a sazonalidade parte de um mesmo movimento que se desenrola e se revela continuamente.

Isso significa que a vida social na várzea não pode ser considerada nem como um puro reflexo dos ritmos sazonais, nem, ao inverso, como sendo independente deles: a sazonalidade é parte constituinte da vida social local. Esse argumento me parece bem ilustrado pelos ritmos do consumo alimentar. As pessoas dizem *comer bem* durante a estação seca. Nessa época, há uma profusão de alimentos e sabores, o que cria um sentimento de bem-estar. Durante a cheia, a obtenção de alimentos torna-se mais difícil e as pessoas se preocupam com os perigos que a alta das águas pode trazer (*terras caídas*, falta de consumo, doenças, proximidade de animais peçonhentos). Todos ficam mais em casa e é comum inclusive que as pessoas emagreçam. Se o alimento fabrica o corpo, sua partilha contínua cria e mantém laços sociais. Quando há menor produção e partilha de alimentos, o que acontece na cheia, as relações também não podem ser vividas em sua plenitude. Conceitualmente, à magreza do corpo corresponde uma contração da vida social, enquanto ao aumento da corpulência de cada um coincide a vitalidade das relações sociais durante a época da seca.

Assim, seguindo esse argumento, a periodicidade que marca a vida social na várzea do Amazonas não deve ser entendida como unicamente uma resposta a pressões ou necessidades, nem como resultado direto da imposição de uma estrutura ambiental à qual os indivíduos apenas se conformariam. Sugiro, ao contrário, que, para os ribeirinhos desta região, as variações rítmicas anuais são inerentes à vida social e marcam seu ritmo. A sazonalidade é intrínseca ao engajamento dessas pessoas com seu ambiente e forja a sua capacidade de percepção, incentivando-os a estar alerta a qualquer mudança ou movimento da paisagem. E esse movimento e competências são, por sua vez, integrados aos contornos móveis de suas relações sociais.

Nesse sentido, proponho uma compreensão da sazonalidade a partir da noção de "habitar", baseando-me nos estudos de Marcel Mauss sobre os Eskimós e na noção de *taskscape* tal como foi formulada por Tim Ingold. Isso significa que há um certo grau de ressonância entre as maneiras de habitar dos ribeirinhos e os ritmos do ambiente onde vivem. Eu oponho essa perspectiva àquela que considera os ritmos sazonais como externos à vida social, como se eles apenas fornecessem parâmetros de medida do tempo ou de duração das atividades, e não pensando movimentos sazonais e atividades como elementos consubstanciais. A natureza é percebida, desde essa ótica, como um invólucro no interior do qual a vida é vivida; ela forneceria aos atores sociais um conjunto de condições, de parâmetros externos com os quais eles devem lidar em suas vidas. Ritmos

sazonais, nesta perspectiva, são vistos como restrições impostas do exterior e não como parte integrante da vida.

O termo ressonância não tem aqui um sentido vago. Eu o uso para descrever a atenção aguçada que as pessoas com quem trabalho têm para aspectos do seu ambiente. Ele permite também chamar atenção para a natureza processual da relação entre pessoas e ambiente que, juntos, constroem o produto final desse processo, a vida. Isto corrobora a posição mais geral de Ingold, quando sugere que os ambientes humanos estão em "contínua criação" (1992:51). Nesse sentido, podemos pensar em "culturas" e "ambientes" como processos em desenvolvimento, como um conjunto de atividades e trabalhos "em movimento" (*work in motion*). As atividades humanas são parte crucial desse processo e a sazonalidade ritma o próprio movimento criativo.

Referências

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 378 p.

BALÉE, W. L. **Advances in historical ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. 429 p.

BALÉE, W. L.; ERICKSON, C. L. **Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands**. New York: Columbia University Press, 2006. 432 p.

CHIBNIK, M. **Risky Rivers: The Economics and Politics of Floodplain Farming in Amazonia**. Tucson: The University of Arizona Press, 1994. 267 p.

CLEARY, D. **Towards an Environmental History of the Amazon: From Prehistory to the Nineteenth Century**. *Latin American Research Review*, v. 36, n. 2, p. 65-96, 2001.

CRUMLEY, C. L. **Historical Ecology: Integrated Thinking at Multiple Temporal and Spatial Scales**. In: HORNBORG, A.; CRUMLEY, C. L. (Org.). *The World System and the Earth System: Global Socioenvironmental Change and Sustainability since the Neolithic*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007. p. 15-28.

CUNHA, E. da. **The Amazon: Land without History**. In: SOUSA, R. W. (trad.). Oxford; New York: Oxford University Press, 2006. 128 p.

DENEVAN, W. M. **A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia**. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.

FOLHES, R. T. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. 299 p. Tese de Doutorado (Geografia) - Université Paris III Sorbonne Nouvelle & Universidade Federal do Para, 2016.

HARRIS, M. **The Rhythm of Life on the Amazon Floodplain: Seasonality and Sociality in a Riverine Village**. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 1, p. 65-82, 1998.

_____. **Life on the Amazon: the anthropology of a Brazilian peasant village**. London: British Academy, 2000. 236 p.

_____. **Riding a wave: Embodied skills and colonial history on the Amazon floodplain**. *Ethnos*, v. 70, n. 2, p. 197-219, 2005.

HECKENBERGER, M.; NEVES, E. G. **Amazonian Archaeology**. *Annual Review of Anthropology*, v. 38, n. 1, p. 251-266, 2009.

HIGBEE, E. C. **The River is the Plow**. *The Scientific Monthly*, v. 60, n. 6, p. 405-416, 1945.

INGOLD, T. **Culture and the perception of the environment.** In: CROLL, ELISABETH; PARKIN, DAVID J. (Org.). *Bush Base, Forest Farm: Culture, Environment, and Development*. London, New York: Routledge, 1992. p. 39-46.

_____. **The temporality of the landscape**. *The perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge, 2000. p. 189-208.

IRION, G.; JUNK, W. J.; MELLO, J. A. S. N. De. **The Large Central Amazonian River Floodplains near Manaus: Geological, Climatological, Hydrological and Geomorphological Aspects**. In: JUNK, W. J. (Org.). *The Central Amazon Floodplain*. Berlin: Springer, 1997. p. 23-46.

JUNK, W. J. **General Aspects of Floodplain Ecology with Special Reference to Amazonian Floodplains**. In: JUNK, D. W. J. (Org.). *The Central Amazon Floodplain*. Berlin: Springer, 1997. p. 3-20.

LATHRAP, D. W. **The Upper Amazon**. London: Thames & Hudson Ltd, 1970. 256 p.

LIMA, D.; ALENCAR, E. F. *A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões*. Lusotopie, p. 27-48, 2001.

MORAN, E. F. **The adaptive system of the Amazonian caboclo**. In: WAGLEY, C. W. (Org.). *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974. p. 136-159.

NEVES, E.; PETERSON, J. **Political economy and pre-Columbian landscape transformations in Central Amazonia**. In: BALÉE, W. L.; ERICKSON, C. L. (Org.). *Time and complexity in historical ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*. New York: Columbia University Press, 2006. p. 279-310.

NUGENT, S. **Amazonia: Ecosystem and Social System**. *Man*, v. 16, n. 1, p. 62-74, 1981.

PADOCH, C.; PINEDO-VASQUEZ, M. **Farming above the flood in the várzea of Amapá: Some preliminary results of the Projeto Várzea**. In: PADOCH, C. et al. (Org.). *Várzea: Diversity, development, and conservation in Amazonia's Whitewater Floodplains*. New York: The New York Botanical Garden Press, 1999. p. 245-354.

PORRO, A. **Social organization and political power in the Amazon floodplain: the ethno-historical sources**. In: ROOSEVELT, A. C. (Org.). *Amazonian Indians from Prehistory to the Present*. Tucson: Arizona University Press, 1994. p. 79-94.

RAFFLES, H. **In Amazonia: a natural history**. Princeton: Princeton University Press, 2002. 302 p.

RAFFLES, H.; WINKLERPRINS, A. M. G. A. **Further Reflections on Amazonian Environmental History: Transformations of Rivers and Streams**. *Latin American Research Review*, v. 38, nº 3, p. 165-187, 2003.

ROOSEVELT, A. C. **Parmana. Prehistoric Maize and Manioc Subsistence Along the Amazon and Orinoco**. New York: Academic Press, 1980.

_____. **Twelve thousand years of human environment interaction in the Amazon floodplain**. In: PADOCH, C. et al. (Orgs.). *Varzea: Diversity, Development and Conservation of Amazonia's White Water Floodplains*. New York: The New York Botanical Garden Press, 1999. p. 371-392.

SCHAAN, D. **Long-Term Human Induced Impacts on Marajó Island Landscapes, Amazon Estuary**. *Diversity*, v. 2, n. 2, p. 182-206, 2010.

SIOLI, H. **Foreword**. In: JUNK, W. J. (Org.). *The Central Amazon: Floodplain ecology of a pulsing system*. New York: Springer, 1997.

SLATER, C. **Entangled Edens: Visions of the Amazon**. Berkeley: University of California Press, 2003. 332 p.

SMITH, N. J. H. et al. **Amazonia: Resiliency and Dynamism of the Land and its People**. Toyko ; New York: United Nations University, 1995. 252 p.

STERNBERG, H. O. **A Água e o Homem na Várzea do Careiro**. 2 ed. Belém: MPEG, 1998. 330 p.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. **Seasonal Floodplain-Upland Migration along the Lower Amazon River**. *Geographical Review*, v. 92, nº 3, p. 415–431, 2002.

_____. **Jute cultivation in the Lower Amazon, 1940–1990: an ethnographic account from Santarém, Pará, Brazil**. *Journal of Historical Geography*, v. 32, nº 4, p. 818–838, 2006.

Casa flutuante.
Fotografia: Edna Alencar.

Capítulo 2

Percepções sobre o processo de transformação de paisagens na várzea do médio rio Solimões, RDS Mamirauá, Amazonas

Edna Alencar

> "A inconstância tumultuária do rio retrata-se ademais nas suas curvas infindáveis, desesperadoramente enleadas, recordando o roteiro indeciso de um caminho perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos (...) Sempre desordenado, e revolto, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente um quadro indefinido. (...) Tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta".
>
> Euclides da Cunha (1996, p. 1-9)

Introdução

O capítulo analisa o modo como moradores de uma comunidade ribeirinha, São Francisco do Boia, situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDS Mamirauá)[1], região da várzea do curso médio do rio Solimões, percebem os processos de transformação das paisagens, associados à agência humana e de elementos do próprio ambiente. Nessa região, a oscilação do nível das águas ao longo do ano configura uma sazonalidade dividida entre uma estação de seca, ou verão, que ocorre entre os meses de julho a dezembro e corresponde ao período em que as águas dos rios atingem o nível mais baixo e diminui a ocorrência

1. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma categoria de unidade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Para conhecer o processo de implantação da RDS Mamirauá, ver Ayres, J. M.; Moura, E.; Lima-Ayres, D. (1994).

de chuvas, e uma estação da cheia, ou inverno, entre os meses de janeiro e junho, período em que há uma forte incidência de chuvas e o nível das águas dos rios sobe, chegando a cobrir grandes áreas de florestas. Nas cheias mais rigorosas, o nível das águas pode atingir até 15 metros e cobrir faixas de terra mais altas (AYRES, 1993; SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ/MCT-CNPq, 1996).

A sazonalidade também está associada à variação na intensidade das correntezas dos rios que desencadeiam processos de transformação das paisagens ribeirinhas, provocando a erosão das terras, eventos denominados localmente *terra caída*, ou a sedimentação de dunas de areia mobilizadas nos leitos dos rios pelas correntezas, o que faz surgir novas terras, transformando praias em *ilhas*. Esses dois processos, a erosão das terras e a formação de novas terras, ao transformar as paisagens, provocam a mobilidade de pessoas e de povoados inteiros, pois, à medida que as terras caem ou novas terras surgem em frente aos povoados, as casas são desfeitas e reconstruídas em outro local (ALENCAR, 2002; 2010).

Outro fator de transformação das paisagens é a agência humana quando as pessoas derrubam a floresta para construir casas e abrir *campos*[2] de criação de animais; para fazer roças e cultivar espécies vegetais não nativas – cacau, laranja, manga, limão, entre outras; ou cultivar espécies nativas que nascem ao acaso, após o manuseio de suas sementes, como as palmeiras de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e de jauari[3] (*Astrocaryum jauari* Mart.)[4]. Essas ações criam elementos de paisagem que estão associados ao processo de formação dos lugares e são importantes referências do engajamento das pessoas nas paisagens. Ou seja, são marcas, registros das ações e das histórias dos sujeitos que as praticam, e também evidências da agência de elementos do ambiente com os quais essas pessoas interagem. Portanto, como uma construção cultural, ou seja, "um fenômeno oriundo da experiência humana no mundo" (SILVEIRA, 2009, p. 73), nenhuma paisagem é desprovida

2. No sentido local, o termo *campo* refere-se à porção de terra onde a floresta foi derrubada e deu lugar a uma grama rasteira que serve de pasto para o gado.

3. Para os moradores dessa região, as palmeiras de jauari (*Astrocaryum jauari*) localizadas às margens de rios sinalizam locais de antigos povoados, pois nasceram após os moradores jogarem as sementes que estavam no estômago de peixes como o tambaqui. Com relação aos cacaueiros, alguns são considerados *da natureza*, quando a dispersão das sementes é atribuída a animais e às águas.

4. A análise do papel da agência humana na transformação das paisagens amazônicas tem sido realizada numa perspectiva interdisciplinar por antropólogos, ecólogos e etnobotânicos que avaliam a importância de fatores sociológicos, históricos e ecológicos no processo de construção das paisagens. Para Balée (1998), fatores históricos seriam responsáveis por grandes mudanças na relação entre as sociedades humanas e seus ambientes, contrariando assim a tese da adaptação centrada em fatores evolutivos. Noda et al. (2012) mostram como a produção de alimentos, por meio do cultivo de roças realizado por grupos indígenas – Ticuna e Cocama – que habitam a região do Alto Solimões, são responsáveis pela transformação das paisagens e criação de novos elementos de paisagens, como as roças e as capoeiras.

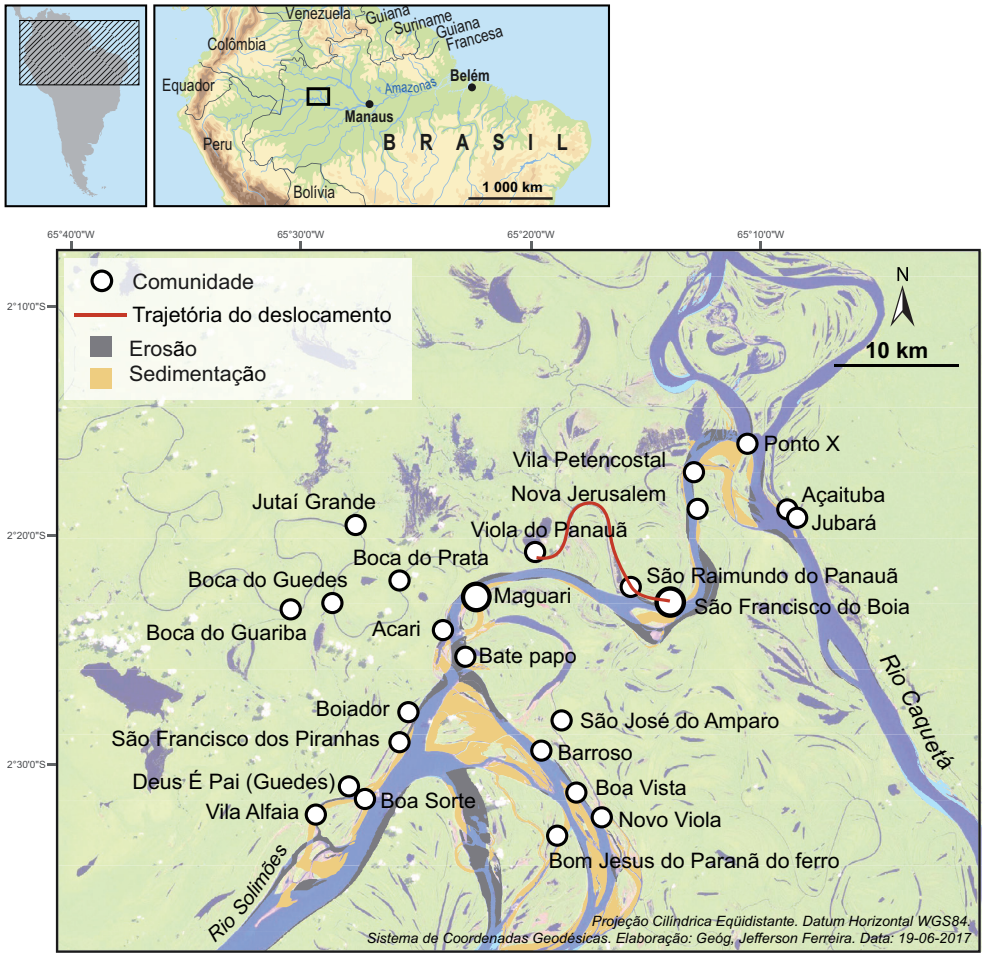


Figura 1. Trajetória do deslocamento das famílias do São Francisco do Boia (1990-2015)
Fonte: IDSM/2017. Mapa: Edna Alencar, 2017.

de significados. Contudo, nessa região da várzea do médio Solimões, esses elementos de paisagem que surgem a partir da agência humana são de curta duração por estarem sujeitos à agência de elementos do ambiente.

Os processos de significação da paisagem variam de acordo com os contextos culturais e ambientais onde são engendrados e evidenciam o trabalho de recortar, selecionar, atribuir nomes e sentidos a um conjunto de elementos do ambiente que formam a paisagem geográfica. Portanto, para compreender as percepções locais sobre a paisagem é necessário conhecer os quadros conceituais, os sistemas classificatórios e as toponímias nativas (BASSO, 1988; SHEPARD JR. et al., 2001).

A percepção dos moradores dessa região da várzea do médio Solimões sobre as paisagens é orientada por conhecimentos – pressupostos, habilidades e técnicas (CARNEIRO DA CUNHA, 2007; INGOLD, 2000a) – que resultam da observação empírica, da experiência de interagir com os diversos elementos do ambiente. Esses conhecimentos orientam as estratégias desenvolvidas para habitar esse tipo de ambiente e acompanhar as mudanças na paisagem; para prever transformações futuras promovidas por elementos do ambiente ou agência humana e para classificar os elementos de paisagem que surgem dentro de um processo de transformação.

Para elaborar a análise, uso como exemplo etnográfico[5] a história do grupo social[6] que deu origem à comunidade São Francisco do Boia, descrevendo sua trajetória ao longo de mais de duas décadas, numa paisagem em constante transformação, promovida principalmente por eventos de *terra caída*. Também destaco as estratégias usadas para habitar esse tipo de ambiente de várzea[7] e lidar com as modificações constantes da paisagem provocadas pela agência de elementos do ambiente que destroem as marcas da agência humana na paisagem, interrompendo os vínculos que haviam sido formados com os lugares. A mobilidade das casas e dos povoados e a utilização de casas flutuantes[8] para facilitar o processo de mobilidade e, sobretudo, a construção de redes de solidariedade, como o grupo de parentesco, são as principais estratégias que ficam evidentes nesse exemplo.

5. Os extratos etnográficos foram coletados entre os anos de 2011 e 2015 com moradores do povoado São Francisco do Boia e outras comunidades situadas no paraná do Aranapu, na RDS Mamirauá (ALENCAR, 2013; ALENCAR; SOUSA, 2012; ALENCAR; SOUSA; GONÇALVES, 2015).

6. Uso o termo "grupo social" para me referir a uma coletividade constituída por pessoas que realizam ações conjuntas, unidas por laços de afinidade e objetivos comuns e que podem ser "definidas por formas comuns de acesso a recursos produtivos e por sua participação em relações sociais similares para ganhar a vida" (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 51).

7. As várzeas ocupam uma área de cerca de 1,5 % de toda a planície amazônica e apresentam grande concentração de biodiversidade. Em território brasileiro, a várzea possui uma extensão de cerca de 65 mil km² (PORRO, 1996) e uma largura que varia de 25 km em sua parte mais estreita até 200 quilômetros na parte mais larga (AYRES, 1993).

8. São casas construídas sobre largos troncos de árvores de espécies com grande capacidade de flutuação, como o açacu (*Hura crepitans*), e presas por grossas cordas a pontos fixos na terra. Esse tipo de casa se adequa mais facilmente às variações no nível das águas dos rios, pois podem ser deslocadas ao longo do ano de acordo com o nível das águas dos rios e paranás. Segundo Alencar e Sousa (2016, p. 226), "a opção por morar neste tipo de casa depende do poder aquisitivo da família porque ela precisará investir recursos na extração ou compra de materiais que normalmente não utiliza numa casa construída em terra, como as boias feitas de troncos de açacu. Até os anos 1980, essa madeira era muito usada por extratores de madeira para construir as jangadas usadas para realizar o transporte das toras de madeira. Outra limitação diz respeito aos custos com a manutenção e a perecibilidade dos materiais, como as boias, pois, quando deterioradas, a casa como um todo afundará".

A história apresentada a seguir[9] não é um caso isolado, pois outros povoados da RDS Mamirauá passaram por processos semelhantes (ALENCAR, 2002; 2010; LIMA; ALENCAR, 2001; LIMA; ALENCAR, 2000). Trata-se de um exemplo paradigmático do modo como muitas famílias que residem nessa região do Solimões estão engajadas nas paisagens e lidam com os eventos ambientais que são os principais agentes de transformação, e com os quais elas aprendem a conviver, desenvolvendo estratégias e habilidades práticas. O caso também mostra que os processos de tomada de decisão para fazer a mudança do povoado para outro local, assim como a escolha desse novo local, são orientados pelo conhecimento que os moradores possuem sobre as dinâmicas da paisagem e dos elementos que promovem essas mudanças. Ou seja, é a percepção do que ocorre no presente, guiada pelo conhecimento obtido com as experiências do passado, que lhes permite fazer previsões sobre as transformações futuras na paisagem (ALENCAR, 2007; 2013).

1. Breve histórico da trajetória de um grupo social em ambiente de várzea

A comunidade São Francisco do Boia está hoje situada no paraná do Aranapu[10], em ambiente de várzea. A história do grupo social se confunde com a da família representada por J. Cordeiro e sua esposa E. Cordeiro, uma das mais antigas dessa região do paraná do Aranapu[11] (MIRANDA, 2015). Ao longo de quase três décadas, esse grupo vem realizando uma mobilidade constante do local de habitação, como resposta às transformações que ocorrem na paisagem, promovidas principalmente por eventos de *terra caída*. A mobilidade ocorre dentro de um

9. Os relatos aqui apresentados são fragmentos de memórias sobre o processo de mobilidade de uma família, tendo como principal fator as transformações nas paisagens. Os fatos narrados não necessariamente seguem uma cronologia, pois embora tenha tentado obter as datas dos eventos narrados, elas não foram fornecidas pelo narrador. Portanto, algumas datas apresentadas aqui são estimativas, realizadas a partir de associações com outros eventos (ALENCAR, 2010).

10. Paraná é o termo utilizado para referir a um canal que liga dois rios, ou um braço de rio que é separado do leito principal por ilhas. Nessa região do curso médio do rio Solimões existem vários paranás que ligam o Solimões ao rio Japurá, como o Aranapu e o Auati-Paraná, por exemplo. O Aranapu liga o rio Solimões ao rio Japurá e corta o território da RDS Mamirauá.

11. O grupo social que deu origem à comunidade São Francisco do Boia tem sua base formada por duas famílias principais, Martins e Cordeiro. Ao longo de sua existência, pessoas pertencentes a outras famílias foram adicionadas pelo casamento. Ao longo do processo de mobilidade desse grupo, algumas pessoas foram incluídas por interesses econômicos de partilhar territórios pesqueiros e também excluídas quando surgiram conflitos relacionados a atividades produtivas. A liderança política local está nas mãos de membros das duas famílias principais, unidas por casamentos entre seus membros.

território cujas fronteiras são estabelecidas pelos paranás do Panauã, do Aranapu e do Guedes, e pelos lagos Cleto e Jutaí Grande (Figura 1). Essas são as principais referências espaciais utilizadas pelos moradores para ancorar a temporalidade da ocupação e para se situar na paisagem do presente. Trata-se de lugares onde os antepassados construíram os povoados e realizaram atividades extrativas como a pesca. No presente, seus descendentes continuam a trabalhar nesses lugares.

O primeiro povoado onde J. Cordeiro morou com a família, no início dos anos 1990, tinha o nome de Viola do Panauã e estava situado dentro do paraná do Panauã (Figura 1), um canal que desagua no paraná do Aranapu. Entretanto, como nessa área havia um intenso processo de erosão das terras situadas nas margens do paraná, J. Cordeiro decidiu procurar outro local para morar, dando início à desafiadora trajetória dessa família pelas paisagens da várzea do médio Solimões. Essa mobilidade na paisagem é marcada por mudanças na composição do grupo social, com a integração de outras famílias, e no tipo de atividade econômica, alternando a pesca com o extrativismo de madeira, além da alteração do nome do povoado.

Box 1. Primeira Mudança: Povoado Viola, paraná do Panauã

"O primeiro lugar onde nós moramos, o Viola, que a terra caiu, era mais pra cima. Tá com uns 24 anos mais ou menos que saí do Viola e vim pro [lago do] Cleto[12] [...] Nós se mudamos pra cá por causa de *terra caída* mesmo. A comunidade lá era nossa. Só era minha família. [...] Aí fui construindo a família, e cada vez mais aumentando a família, né, e foi ficando tudo difícil [porque] a terra começou a cair e fui perdendo o amor do lugar, né. Não é dizer que o lugar é ruim de se viver. Não. É bom de se viver. Mas eu não pretendia mais ficar lá não. Aí botei pra sair. E pra onde eu me mudava, o pessoal [os filhos] vinha comigo [...] Aí mudemos pra esse lugar de nome Boia que fica na Boca do [paraná do] Panauã, onde morava minha madrinha. Ali formemos a comunidade nossa, que deram o nome de São Francisco do Boia por causa do nome do marido dela, que era Francisco Nunes. Porque o lugar quem achou foi ele. Aí nós moramos lá na Boca do Panauã parece que uns três anos só. Ai não deu certo também [...] porque depois que nós arrumemos a comunidade todinha, que ajeitemos tudo, com casa em terra e tudo, aí a terra caiu... Começou a cair de cima, pra banda do campo. Aí caiu o [tamanho do] *campo* certinho assim. Uns cento e poucos metros que tinha de *campo sentou*! Só de uma vez! E toda valença é que o pessoal tava todinho na comunidade. Foi um sufoco medonho! Ninguém sabia o que fazer não. Vinha aquelas ondas da altura desse forro aqui, pra cá pra baixo! E o flutuante fazia assim [balançava], que era meio raso, né, e já tava assim metade

12. Grande lago onde as famílias dessa região realizam a pesca.

dentro d´água... Ô sufoco danado! Mas é assim mesmo. E ainda demos foi sorte porque a *terra caída* chegou só no campo mesmo, aí parou. Nós tinha muito gado, mas aí com a *terra caída* eu fui e acabei. Vendi o gado..."

(Sr. J. Cordeiro. São Francisco do Boia. Janeiro de 2015).

Nessa primeira mudança, os Cordeiros foram morar no lugar onde residiam alguns parentes, situado dentro do paraná do Panauã, mas próximo da *boca*[13]. A nova organização do grupo social implicou a mudança do nome do povoado de Viola para o de São Francisco do Boia, sinalizando esse novo momento de refundação ou continuidade de um projeto[14]. Esse nome será mantido mesmo quando mudam para o paraná do Aranapu, já no início do ano 2000 (ver Box 4) e expressa a duração do grupo social e sua relação histórica com um território.

O relato do Sr. J. Cordeiro menciona a existência de uma atividade, a criação de gado, que está associada à abertura dos *campos*, elementos recorrentes de referência espacial na paisagem das comunidades. Eles surgem quando as pessoas derrubam a mata para cultivar pasto para o gado e quando abrem uma clareira em frente às casas para que possam ser vistos e avistar o movimento de pessoas e de embarcações que trafegam pelo rio[15]. Assim, quando nos aproximamos de algumas comunidades ribeirinhas dessa região, ao longe é possível avistar uma faixa de terra, situada imediatamente às margens dos rios, onde se destaca o verde da grama. Contrastando com os *campos,* está a *mata alta,* situada atrás das casas, onde podem ser encontrados os caminhos que dão acesso às roças, aos lagos ou às áreas de coleta e extração de produtos vegetais diversos.

13. *Boca* é o termo local para sinalizar o local onde um curso d´água encontra outro: a boca de um lago que se comunica com um rio ou paraná; o encontro de um paraná com um rio. No caso descrito, trata-se do encontro com o paraná do Aranapu.

14. De acordo com Lima e Alencar (2001; 2000) e Alencar (2007; 2010), no processo de mobilidade dos povoados por fatores ambientais, a tendência é conservar o nome original. Nas situações onde a mobilidade ocorre por fatores sociais, políticos, ideológicos e conflito de família, a tendência é alterar o nome, para sinalizar a refundação do grupo social. A criação das *comunidades* nos anos 1970 e 1980, por agentes da Igreja católica, seguindo a ideologia das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e a adoção do nome do santo padroeiro para o lugar eram um indicativo da existência de uma organização comunitária. A partir dos anos 1990, a conversão a uma igreja de denominação pentecostal ou neopentecostal desencadeou processos de fissão dos grupos sociais por conflitos ideológicos, e o surgimento de comunidades com nomes associados a essa religião, como Nova Jerusalém, Nova Betânia, Pentecostal, Monte Sinai, Ebenézer, etc.

15. Numa região onde o acesso a mercadorias ainda depende de comerciantes que utilizam barcos para fazer a venda de bens e comprar produtos naturais, a visibilidade das casas é um fator importante para que sejam atendidos por esses comerciantes. Sobre esse tema ver Lima e Alencar (2001; 2000).

Box 2. Segunda Mudança: Povoado São Francisco do Boia, paraná do Panauã

"Aí, no outro dia, nós baixemos os flutuantes tudinho aqui mais pra cá baixo [...] pra *boca* do Panauã. Eu calculo que uns 500 metros mais pra baixo. Aí no outro dia quando amanheceu comecemos a roçar a área da comunidade. Aí quando o pessoal souberam, disseram: *Olha, o papai tá roçando a restinga ali pra baixo! Ah, nós também vamos*. Aí, quando foi umas nove horas, tinha muito terçado zoando dentro daquela mata! Aí rocemos, rocemos, e quando foi de tarde já tava tudo roçado e derribado [a mata] do tamanho da comunidade todinha. Aí no outro dia, limpemos tudinho a comunidade e preparemos logo o campo de futebol, porque o pessoal gostava de jogar futebol. Nesse tempo, eu jogava bola também. Aí tiramos aqueles tocos tudinho, jogando paus fora, até quando o campo ficou *bonito*. Ave Maria, que sufoco danado!"

(Sr. J. Cordeiro. São Francisco do Boia. Janeiro de 2015).

Nos anos seguintes, os moradores do São Francisco do Boia realizaram pequenos deslocamentos das casas em direção à saída do paraná do Panauã (Figura 1), na tentativa de fugir do alcance da terra caída. Nesse processo, eles acompanharam as transformações na paisagem promovidas pela agência de elementos do ambiente, que eram perceptíveis em um curto espaço de tempo. Ao mesmo tempo, sua agência também alterava a paisagem, ao fazer o roçado para estabelecer as casas, o campo de futebol ou ao abrir as roças. Algumas marcas dessa agência humana, como as capoeiras ou as plantas cultivadas, desapareceram junto com a terra caída.

Box 3. Terceira Mudança: Povoado São Francisco do Boia, paraná do Aranapu

"Aí passou bem uns cinco anos, aí lá a *terra caída* já vinha descendo. Foi chegando devagar, cada vez mais perto. Aí, quando chegou bem perto, que o banzeiro da *terra caída* ia quase quebrando esse flutuante todinho, aí resolvemos baixar de novo [1998]. Só que, nessa época, o pessoal já não queria mais viver em terra, queria tudo *morar n´água*, por causa das mudanças [do povoado]. Aí nós fizemos um flutuante pros meninos aí, pra dentro desse [paraná do] Panauã, depois que aprontemos, baixamos pra cá [no paraná do Aranapu]. Aí nós ainda arriemos (as casas) ali pra baixo, pra perto da boca desse lago do Gigante. Ainda passamos lá mais de uma semana roçando. Tá lá até hoje o *campozão*... Aí, eu disse: *Rapaz, aqui não vai dar certo não.* Porque essa praia [situada na frente da comunidade atual] tava crescendo e tava fechando pra negócio de transporte de água. Eu vi que nós ia ficar isolado. E olha agora, a terra monstra como tá agora! Aí, nós subimos mais

pra cima e fizemos outro roçado mais na frente. Outro lugar de novo. Foi mais de uma semana roçando. Aí, eu disse: *Rapaz, isso não vai dar certo não, porque aqui não tem poço. Isso aqui só é lama e fica com quase 500 metros pra chegar na beira do rio*".

(Sr. J. Cordeiro. São Francisco do Boia. Janeiro de 2015).

Observando as transformações que se processam na paisagem pela ação de elementos do ambiente, as pessoas estão permanentemente em busca de sinais na paisagem do presente para poder tomar decisões. Nesse exercício, elas buscam vislumbrar a paisagem do futuro (ALENCAR, 2007), tendo como referência o processo que observam no presente. A avaliação é orientada pelo conhecimento, somado às experiências que remetem às práticas desenvolvidas pelos antepassados, pela experiência de habitar nesse ambiente, de estar engajados e implicados na paisagem do presente (GOW, 1995), vivenciar as mudanças que ocorreram no passado e aquelas que estão em processo no presente.

Box 4. Quarta Mudança: Povoado São Francisco do Boia, paraná do Aranapu

"Aí, quando deu um *repique* grande, botamos os motor nos flutuantes e trouxemos pra cá. E aqui já tava *roçado*. O primeiro que morou nesse lugar aqui fui eu. Escolhi um lugar bem longe onde não aparecia nada de *terra caída*. Aqui era *feio*, não enxergava um palmo assim pra frente. Era *cerrado* mesmo. Aí, encostemos os terçados e passamos uma semana direto, direto mesmo, trabalhando, roçando, destocando *mulateiro*, arrancando *caxingubeira* pela raiz. Até que nós aprontamos a área todinha do lugar da comunidade. Aí acalmou, [a terra] não caiu mais. Até agora, graças a Deus, que não caiu mais, parou de cair. Mas a *terra caída* ainda chegou até nessa ponta aí, mas agora parou [...]. Com fé em Deus não vai cair mais, não. Então, são cinco tentativas de formar uma comunidade em menos de 20 anos. Mas é porque *a terra caída não deixava nós sossegado*".

(Sr. J. Cordeiro. São Francisco do Boia. Janeiro de 2015).

Na narrativa acima, é possível identificar alguns elementos estéticos que configuram a paisagem ideal de um lugar. Assim, um lugar é considerado *bonito* quando existe um *campo limpo,* ao redor do qual estão distribuídas espacialmente as casas (Figura 2). Ou seja, refere-se à ausência de *mato* (vegetação mais baixa que cresce após o corte da floresta, como o capim canarana, mata-pasto, etc.) e da *mata,* que é a floresta não alterada pela ação antrópica, não domesticada (ALENCAR, 2002). Na concepção local, um lugar é considerado *feio* quando o *mato* e a *mata* avançam sobre as casas tornando as pessoas mais vulneráveis à ação de

Figura 2. Campo situado na frente de uma comunidade. Paraná do Ferro, RDS Mamirauá. Fotografia: Marcos Lopes, 2011.

elementos do ambiente, especialmente de predadores como as onças e os animais peçonhentos; ou permitindo que árvores tombem sobre as casas durante os fortes temporais que ocorrem com grande intensidade no verão. A presença da *mata* impede as pessoas de observarem o movimento de embarcações e que a comunidade seja vista por quem passa pelo rio ou paraná. Um lugar onde a *mata* avança sobre as casas também pode ser um indicador, para os visitantes, de que as pessoas do lugar não formam um grupo social coeso, não possuem uma organização que consiga estimular ações coletivas visando à limpeza dos espaços coletivos da comunidade.

Box 5. Quinta Mudança: Formação da comunidade São Francisco do Boia, paraná do Aranapu

"E ainda se mudemos pra esse outro lado durante um ano [...] Ficava bem ali onde tá aquele *mato baixo*, onde tá aqueles *queimados*. Onde tem esses paus altos tudinho aí. E pra *limpar* o lugar da comunidade, eu fiz esse roçado aí. Acho que foram 17 terçados [pessoas roçando]. E ainda plantei lá uma roça monstra que nem o cão!! E aí o pessoal ficou tudo animado [...] Mas aí, o prefeito de Maraã não queria dar assistência pra nós com negócio de escola. Aí foi preciso mandar chamar ele, que ele veio parar lá em casa. Aí eu disse: *Me diga uma coisa, porque que vocês não querem dar assistência pra nós? Você vê que tá o colégio, tá tudo do lado daqui. Nós só tamo desse lado aqui porque tamo analisando a terra caída. Se ela vai continuar ou não. Que é pro cara não tá de noite se perturbando com a terra caída. A comunidade é essa daqui*

mesmo. Só que nós tamo do lado de lá. Mas nós tamo aqui na frente da comunidade. Todo mundo tá do lado de lá. Mas aí, ele não quis fazer a escola lá e ela continuou aqui mesmo. Aí, os meninos saíam de lá e vinha estudar aqui. Todo dia. Ia e voltava".

(Sr. J. Cordeiro. São Francisco do Boia. Janeiro de 2015).

A experiência e o aprendizado que resulta do engajamento e da convivência com os eventos naturais que alteram a paisagem fornecem às pessoas os conhecimentos ecológicos básicos que lhes permitem classificar e descrever a sucessão de elementos que se destacam no processo de transformação das paisagens. Terra e água são dois elementos centrais desse universo, que atuam juntos, seja construindo novas terras, seja destruindo o que foi construído. A presença de *remansos*, de novas praias, de ilhas, de lagos, ou de *enseadas* e *ressacas* – que surgem quando as terras caem – são indicadores da dinâmica ambiental (Figura 3). Observar a evolução de cada um deles fornece as referências das mudanças que já aconteceram no ambiente e sinalizam as mudanças que ocorrerão no futuro. Em síntese, pela observação do processo de transformação da paisagem e da sequência de sucessão dos elementos, as pessoas conseguem prever mudanças futuras. Esse fato demonstra que habitar esse ambiente implica estar permanentemente atento aos sinais que apontam para as mudanças futuras (ALENCAR; SOUSA; GONÇALVES, 2014).

Box 6. Avaliando as mudanças futuras na paisagem do São Francisco do Boia, paraná do Aranapu

"E agora tem essa ilha que saiu aí e que já furou uns dois canos, por causa do canal do rio. Eu tenho pra mim que o canal do rio joga em cima dessa ilha aí. O rio num era por aqui não, o rio era por ali. O canal do rio era por ali, por trás dessa ilha. E hoje em dia já virou tudo ilha. Tudo t*erra nova que nasceu. A terra velha já se acabou tudo*. E hoje em dia, a praia que tinha aí, já virou tudo ilha. E essa praia daqui, ela vai encostar pra cá e vai fechar pra cá. Eu tô *maldando* [prevendo] isso aí. Porque engata pau [tronco de árvores mortas] bem no meião. E o canal tá jogando em cima dessa ponta de lá da ilha. E nessa ponta aí tem um remanso que vai dessa ponta aí até nessa *terra caída*. Não é qualquer motor que passa arribando aí não. Porque tá caindo direto, direto. E pra cá não caiu mais. Graças a Deus."

(Sr. J. Cordeiro. São Francisco do Boia. Janeiro de 2015).

Figura 3. Ponta de uma ilha do paraná do Aranapu, onde é possível verificar sinais de eventos de terra caída que indicam mudanças futuras na paisagem. Fotografia: Edna Alencar, 2014.

Figura 4. Casas flutuantes, com registros de terra caída, paraná do Aranapu, RDS Mamirauá. Fotografia: Marcos Lopes, 2011.

Figura 5. Casa flutuante no paraná do Mapixari, RDS Mamirauá. Fotografia: Edna Alencar, 2012.

Figura 6. Comunidade São Francisco do Boia. Fotografia: Géssica Miranda, 2015.

A estratégia de construir casas flutuantes facilitou o processo de tomada de decisão sobre a mudança da comunidade para outro local (Figura 4). Segundo o Sr. J. Cordeiro, aos poucos "o pessoal já foi pegando o exemplo e decidindo fazer flutuante porque é mais vantagem. E desistindo de fazer casa em terra". Como dito, essa decisão é tomada após uma avaliação dos elementos da paisagem para calcular a possibilidade de ocorrer eventos de *terra caída*. Outro fator que influencia fortemente a tomada de decisão sobre a substituição do tipo de casa é a facilidade de ter acesso a água durante todo o verão, sem precisar fazer grandes deslocamentos.

A mudança introduzida nessa paisagem com a adesão a um tipo de arquitetura que são as casas flutuantes não alterou o padrão de habitar que toma como referência as margens dos rios[16] (Figura 5). A distribuição espacial das casas flutuantes de forma paralela ao rio, tendo como referência a terra que se transformou, replica o padrão observado nas casas construídas em terra, com a entrada da casa situada de frente para o rio ou paraná. Como ocorre com as casas construídas em terra, o critério para escolher o local onde serão ancoradas as casas flutuantes é a presença de casas de membros do seu grupo de parentesco na vizinhança. Uma prática recorrente é que os filhos construam suas casas próximas à casa de seus pais, favorecendo a articulação de uma rede de ajuda, de solidariedade e de trocas afetivas e materiais – alimentos, material de trabalho, canoas, etc. – configurando uma paisagem de parentesco (ALENCAR, 2002; ALENCAR; SOUSA; GONÇALVES, 2015).

À semelhança das casas construídas em terra, as casas flutuantes também passam por processo de mobilidade provocada por fatores sociais, como conflitos entre vizinhos, e ambientais, como a presença de eventos de *terra caída* ou mudanças no leito do paraná que alteram o fluxo das correntezas e favorecem a ocorrência de *banzeiros*[17]. Uma casa flutuante situada em área exposta a fortes ventos e temporais pode ter sua estrutura prejudicada e telhas destruídas com o balançar constante. Para evitar esse tipo de problema, ela deve ser deslocada para um local onde fique abrigada do vento forte.

Embora a maioria das casas de São Francisco do Boia seja flutuante, a escola e a casa comunitária foram construídas em terra porque a prefeitura de Maraã não concordou que fossem construídas como casas flutuantes (Figuras 6 e 7). Consequentemente, sempre que a cheia é muito grande, as aulas são suspensas.

Em 2015, duas famílias decidiram construir suas casas em terra, após uma cuidadosa avaliação dos elementos da paisagem situados no entorno da comunidade,

16. Para uma descrição das técnicas de construção e tipos de materiais usados nas casas flutuantes, remeto o leitor ao artigo de Alencar e Sousa (2016).

17. Pequenas ondas provocadas pelo vento ou pelo movimento de embarcações.

Figura 7. Casas flutuantes da comunidade São Francisco do Boia.
Fotografia: Edna Alencar, 2016.

que indicavam não haver previsão de ocorrência de *terra caída*. De acordo com o Sr. J. Cordeiro, "agora o pessoal já está se animando pra fazer casa em terra de novo. Porque a gente já pesquisou e viu que não vai mais querer cair. Então o pessoal já se animou de novo para fazer [casa] em terra". Embora as casas tenham sido construídas sobre esteios, cuja altura foi calculada tendo como referência o nível máximo que a água alcançou na última grande cheia, de 1998, as famílias foram surpreendidas por uma grande cheia que ocorreu em 2015 e que cobriu o assoalho das casas numa altura de até 70 cm.

2. Sistema de classificação e nominação dos elementos que compõem as paisagens

Nessa região do médio Solimões, a destruição dos terrenos (Figura 8) pode ocorrer de forma gradativa, com a destruição de pequenas porções dos barrancos que é perceptível de um ano para outro, permitindo que as pessoas tomem decisões à medida que a terra cai, visando evitar danos, tais como mudar as casas de lugar (ALENCAR, 2002; 2013). Pode também ocorrer de forma inesperada, num espaço de tempo muito curto, de algumas horas, e provocar perdas materiais como

Figura 8. Sinais de *terra caída*, rio Solimões. Fotografia: Edna Alencar, 2010.

a destruição de roças, de casas e de áreas onde há o cultivo de espécies frutíferas (ALENCAR, 2002; 2010). Esse processo de transformação das paisagens pela ação de elementos do próprio ambiente é acompanhado pelos moradores que reagem movendo as casas, seja recuando ou avançando em direção ao leito do paraná do Aranapu. Embora eles estejam cientes da existência de riscos da terra cair, não é possível prever o momento exato ou o tamanho da porção de terra que será destruída pelas águas. Às vezes o fenômeno pode atingir um raio de mais de 100 metros de extensão, conforme vimos nos relatos acima.

A erosão das terras, além de provocar a mobilidade das famílias, também reduz as áreas das comunidades, destrói lagos e altera as fronteiras dos territórios, como mostra a pesquisa de Luiz Fernando Schwartzman e colaboradores (2014)[18]. Nesse processo, as referências das ações humanas que serviriam como toponímias

18. O uso de imagens de satélite tem permitido aos pesquisadores do Instituto Mamirauá analisar o processo de transformação geomorfológica que ocorre nas áreas de fronteiras da RDS Mamirauá, usando dados coletados a partir de 1985. De acordo com Jefferson Ferreira, geógrafo e pesquisador do instituto, é possível estimar, por exemplo, o tamanho da área que sofreu erosão desde 1940, "fazendo uma estimativa da quantidade de área erodida em 28 anos (1986 a 2014) [...] considerando-se uma taxa de 9,1 metros por ano" (2017, depoimento pessoal) de área erodida. Ver também Schwartzman et al. (2014).

Figura 9. Praia no leito do paraná do Aranapu, próximo a São Francisco do Boia.
Fotografia: Edna Alencar, 2012.

para sinalizar a existência de um *lugar* também são destruídas. Portanto, se as memórias das paisagens que existiram no passado não fossem partilhadas e as experiências acumuladas sobre as dinâmicas da paisagem não pudessem ser testadas, as gerações atuais não teriam condições de tomar decisões no presente. Por outro lado, nas situações em que ocorre o processo de sedimentação, as novas terras que surgem são incorporadas ao território das comunidades à medida que as pessoas começam a desenvolver atividades de subsistência, como a abertura de roças ou a construção de casas (ALENCAR, 2002). E tudo isso resulta numa sobreposição de agências, que conduz a novas alterações da paisagem.

O processo de formação de novas terras se inicia com o surgimento de uma praia, quando as dunas de areia mobilizadas pelas correntezas dos rios são depositadas em algum ponto do seu leito (Figura 9). Os termos utilizados para classificar as diferentes etapas do processo de transformação de uma praia em ilha evidenciam a sucessão de elementos que formam as paisagens da várzea do médio Solimões. As pessoas acompanham a transformação observando as diferentes espécies vegetais que se sucedem no processo de colonização da praia até que ela vire uma ilha (ALENCAR, 2002; AYRES, 1993; SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ/MCT-CNPq, 1996).

A sucessão da vegetação ocorre de forma lenta. Primeiro nascem gramíneas que ajudam a reter sedimentos carreados pelas águas para, em seguida, desaparecerem quando começam a crescer espécies como a oeirana (*Salix martiana* Leyb.), a tacana (*Gynerium sagittatum*), a taboca (*Guadua macrostachya*). A cada ano, após as cheias, outras espécies de grande porte e com maior capacidade de resistir à inundação vão se fixando. A presença da embaúba (*Cecropia latiloba*), por exemplo, conhecida como *mãe da terra,* porque ajuda a fixar sedimentos[19] e favorece a germinação de espécies de grande porte[20], é um indicador de que a praia vai se tornar uma ilha. Contudo, ela desaparecerá aos poucos porque "não se dá com outro mato mais forte do que ela. Ela morre tudinho", como a munguba (*Pachira aquatica*), a caxinguba (*Ficus anthelmintica)*, etc., que tenderão a *sufocar* aquelas que surgiram inicialmente (ALENCAR, 2002).

Portanto, um dos indicadores da idade de uma ilha é a cobertura vegetal que ao longo do processo de crescimento será classificada como *ilha nova*, *ilhinha* ou *ilha madura*, quando é possível identificar outros elementos da paisagem geográfica como as *restingas* ou as *terras altas*. Uma ilha será considerada *madura* quando sua cobertura vegetal for formada por vegetação mais densa, com árvores de grande porte onde é possível identificar espécies cuja concentração em determinados locais é referida por um termo coletivo: o *mulateiral,* o *muiratingal,* o *caxingubal*, etc. A presença dessas espécies permite que os moradores façam previsões sobre transformações futuras que ocorrerão na paisagem e os ajuda a tomar decisões sobre ações no presente (Figura 10).

Uma praia, ao se transformar em ilha, pode isolar um trecho de um rio ou paraná e fazer surgir lagos, ressacas e também canais. O surgimento desses elementos na nova paisagem é acompanhado cotidianamente por todos os que praticam os lugares em suas atividades reprodutivas, que partilham suas impressões sobre as transformações que observam. À medida que o processo de transformação avança, as pessoas procuram classificar os novos elementos que surgem e atribuir nomes a partir de suas características. Segundo Basso (1988, p. 100), o processo de atribuição de nomes aos elementos da paisagem a partir de determinadas características ocorre de acordo com os quadros conceituais dos grupos. Assim, o ato de nomear é também um modo de significar a paisagem.

Nessa região da várzea, o significado dos nomes atribuídos às características geográficas da paisagem são construções sociais que refletem os modos como

19. De acordo com cálculos dos moradores, a deposição de sedimentos durante uma cheia pode atingir a altura de 60 cm. Isso significa que a cada enchente o terreno aumentará, pois o barro será depositado sobre a liteira – restos de árvores tombadas e folhas secas (AYRES, 1993).

20. Outro exemplo do papel das plantas em relação às transformações de ilhas em ambiente de várzea é apresentado no capítulo de Isabelle e Silveira, no presente volume.

Figura 10. Praia colonizada por gramíneas, sinalizando uma etapa intermediária no processo de criação de uma ilha. Rio Solimões, paraná do Ferro. Fotografia: Marcos Lopes, 2011.

pessoas estão engajadas e se apropriam da paisagem, inclusive modificando-a. A atribuição de nomes se baseia em certas características físicas ou pode remeter a eventos sociais e, dessa forma, nos informar sobre as percepções que as pessoas possuem da paisagem. Como construção social, os nomes atribuídos a elementos da paisagem são compartilhados entre os demais membros do grupo social e remetem a eventos da vida social do grupo, que ocorrem quando as pessoas percorrem a paisagem realizando diversas atividades sociais. O ato de atribuir nomes aos elementos que surgem na nova paisagem – como lagos, ilhas, ressacas, restingas ou praias – expressam modos de interação com a paisagem e de perceber as modificações que ocorrem. Os nomes podem remeter a uma etapa intermediária do processo de modificação da paisagem, por exemplo, a ressaca da Prainha, que sinaliza a combinação de dois elementos de paisagem, uma praia nova e um lago que está sendo formado.

Esses pontos da paisagem passam a ser significativos para aqueles que praticam esses lugares e podem reforçar o pioneirismo de uma família ou de grupo social sobre um determinado espaço. Conforme vimos no box 1, a origem do nome da comunidade São Francisco do Boia está associada ao pioneirismo de quem formou o lugar: "deram o nome de São Francisco do Boia por causa do nome do marido dela, que era Francisco Nunes. Porque o lugar quem achou foi ele". Nesse sentido, o ato de significar o espaço e a paisagem é parte do processo de construção dos lugares e dos territórios (LITTLE, 2005) e expressa modos de perceber as paisagens (HIRSCH; O'HANLON, 1995). Essas situações de interação de grupos humanos com elementos do ambiente, onde se observa influências mútuas de processos ecológicos e sociais atuando na configuração e transformação das paisagens, podem ser analisadas a partir do conceito de *dwelling perspective* (INGOLD, 2000b), já que se trata de um tipo de registro, "um testemunho da vida e do trabalho das gerações passadas que habitaram e, ao fazer isso, deixaram ali alguma coisa de si mesmos" (INGOLD, 2000b, p. 189).

3. Classificação dos elementos que sinalizam mudanças na paisagem

Os moradores da comunidade São Francisco do Boia classificam os elementos da paisagem segundo suas posições dentro de um processo de transformação mais amplo, onde existe um elemento que é permanente – o paraná do Aranapu. Esse paraná funciona como um importante referencial de localização espacial em torno do qual as pessoas gravitam, fazendo deslocamentos cotidianos para realizar as atividades extrativas, bem como a mobilidade das casas. Apesar das mudanças em sua geomorfologia ou em seu curso, as margens permanecem, assim como o sentido da direção do fluxo das águas, que servem como referências importantes de deslocamento na paisagem fluvial. As pessoas usam como coordenadas de localização um ponto situado a jusante, *para cima*, ou em direção ao estuário, *para baixo* (ALENCAR, 2002; SAUTCHUK, 2007), *para dentro* ou *para fora* do paraná.

Ao realizar atividades como a abertura de roças, a coleta de frutos, a pesca, a caça, a extração de madeira, por exemplo, eles utilizarão como referência de localização espacial o paraná do Aranapu, de onde partem. Nesse sentido, o sistema de classificação local comporta as oposições entre o *centro* e a *beira*, entre o *campo* e a *mata*, para destacar importantes elementos de paisagem constantemente usados pelas pessoas como referências espaciais para se situar na paisagem quando percorrem o território realizando atividades de subsistência.

Alguns elementos da paisagem podem comportar novas classificações, como a *mata*, por exemplo, que, dependendo do grau de intervenção que as pessoas fize-

ram no ambiente, é classificada como *mata limpa*, quando permite vislumbrar o interior ao percorrer as trilhas existentes; ou *mata cerrada, mata bruta,* expressões que são usadas para se referir ao ambiente pouco alterado, e que se opõe às *capoeiras,* que sinalizam uma porção do ambiente alterada pela agência humana. Além disso, uma *mata* deixa de ser um espaço homogêneo quando se podem identificar "comunidades vegetais" que são referidas pelos moradores por um termo que remete a um coletivo, por exemplo: o *andirobal*, o *palhal*, o *seringal*, o *mungubal*, o *açaizal* entre outros. Cada comunidade vegetal pode estar associada a algum tipo de atividade de subsistência ou a uma etapa de um processo de sucessão dos elementos da paisagem. Elas são referências toponímicas da paisagem, ou seja, agregam significados da agência das pessoas que praticaram esses lugares[21], e passam a servir como âncoras da memória social do grupo, aos quais recorrem para situar temporal e espacialmente eventos sociais (ALENCAR, 2002; 2007).

Outro elemento dessa paisagem da várzea são as restingas, encontradas nas ilhas, nas margens de lagos e de terras situadas mais distantes das margens dos rios, em zonas intermediárias entre a *mata cerrada* e as margens dos rios ou lagos. As restingas são reclassificadas como *restinga alta,* que remete à idade de uma ilha, sendo um local ideal para construir as casas, para fazer as roças e cultivar frutas porque as terras não são inundadas todos os anos; e como *restinga baixa,* que sinaliza as bordas de uma nova terra que está se formando, por onde passa o canal de acesso aos lagos.

Nas restingas estão as matas de igapó, um elemento da paisagem que marca a transição entre comunidades florestais típicas da várzea e possui grande importância social e econômica, porque é onde são realizadas várias atividades de subsistência, tais como a pesca de inverno, a coleta de frutos, a extração de produtos madeireiros e não madeireiros. No inverno, quando as terras estão alagadas, é possível percorrer as matas de igapós usando canoas para pescar ou coletar lenha e frutos que amadurecem nessa época e servem como alimento para várias espécies de animais – peixes, pássaros e macacos.

As restingas também são chamadas de *braços* ou *línguas de terra*, pelo formato que elas adquirem quando são formadas paralelas a uma terra principal, e isoladas de outros *braços de terra* pelas *baixas,* que são as terras mais baixas cortadas por canais. As *baixas*, por sua vez, são classificadas como *baixa grande* ou *baixa pequena*. Uma *baixa* pode futuramente dar origem a um lago, caso o processo de sedimentação feche a entrada do canal, impedindo o fluxo de saída da água. À medida que essas

21. Por exemplo, uma floresta formada por árvores de andiroba (*andirobal*) ou de açaí (*açaizal*), que foram cultivados por uma pessoa, servirão como âncora da memória do lugar e da pessoa que *abriu o lugar* (ALENCAR, 2002; 2007).

restingas vão sendo isoladas pelo surgimento de novas ilhas, e ficando distantes das margens dos rios, elas serão reclassificadas como *terra geral* ou *terra de centro* (ALENCAR, 2002).

Outros elementos que se destacam nessa paisagem da várzea são os *chavascais* e os *aningais*[22], áreas pantanosas que sinalizam zonas de transição entre a terra que fica seca no verão e a terra que está sempre molhada. Os *aningais* são nichos ecológicos importantes, onde várias espécies de peixes e de quelônios buscam abrigo e alimentos e, em algumas regiões, são associados à presença de seres não humanos, como a Cobra-Grande. Por isso, alguns pescadores evitam circular em certas horas do dia e da noite por esses locais.

Para quem não conhece ou habita esse tipo de ambiente, é desafiador percorrer os igapós e restingas no período da cheia, quando as águas cobrem toda a terra, e se pode alcançar a copa das árvores mais baixas e percorrer longos trechos por entre o emaranhado de troncos e galhos de árvores de grande porte, das quais não é possível vislumbrar as copas. Diante desse campo de visão limitado, várias referências toponímicas são utilizadas pelas pessoas que praticam essa paisagem, no sentido de habitar, de agir e interagir com esses elementos. Por meio do conhecimento ecológico acumulado e de elementos cognitivos, elas procuram pontos da paisagem para identificar fronteiras entre diferentes ambientes, que lhes permitem se deslocar na paisagem, identificar e classificar cada um dos elementos do ambiente.

Um estudo realizado por Shepard Jr. et al. (2001) mostra que várias comunidades indígenas da Amazônia brasileira são capazes de reconhecer uma grande diversidade de paisagens. Os modos como percebem e classificam a paisagem a partir de certos elementos que são destacados evidenciam a existência de um elaborado sistema que toma a topografia e os tipos de vegetação das quais fazem uso como referência. Outros estudos mostram que esse modo de perceber e classificar a paisagem tem relação com as histórias individuais e também coletivas, quando certos elementos da paisagem são tornados significativos como símbolos de referência para ancorar suas memórias (BASSO, 1988; HIRSCH; O'HANLON, 1995; MORPHY, 1995).

As paisagens contêm as informações (CRUMLEY, 2007) que permitem identificar as diversas agências que contribuíram para transformá-las, sejam elas resultantes da relação entre pessoas e ambiente, sejam provocadas por eventos

22. Do Tupi *a'nina*. Planta da família das aráceas (CUNHA, 1998). "*Brás. Pop.* Os aningais são compostos principalmente pela planta conhecida regionalmente como aninga (*Montrichardia arborescens* Schott), que pode atingir 3 a 4 m de altura" (MACEDO et al., 2005). A ocorrência dessa espécie como um elemento que se destaca na paisagem é denominada *aningal*.

naturais. A experiência acumulada ao longo das gerações fornece às pessoas os pressupostos necessários para elaborar os cálculos para estimar em quanto tempo uma modificação ocorrerá na paisagem. Ao longo dos meses ou dos anos, elas observarão a presença de certos elementos da paisagem como indícios de mudanças futuras e, assim, poderão planejar suas ações, elaborar previsões, calcular os riscos do investimento em uma determinada terra, seja para fazer um roçado, cultivar banana ou construir uma casa. Alguns sinais são buscados após o período da cheia. O surgimento de uma praia é um indício de uma transformação. Ano após ano, as pessoas acompanharão a evolução dessa praia e farão previsões sobre o futuro, especulando se ela vai virar uma ilha ou desaparecer na próxima cheia: "daqui mais um tempo essa ponta de terra vai sumir"; ou: "aquela praia vai virar uma ilha".

Como os elementos que compõem as paisagens se repetem, o conhecimento sobre as dinâmicas das paisagens permite prever qual elemento da paisagem surgirá no futuro. Caso a praia comece a virar uma ilha, eles podem prever outras transformações na paisagem, pois sabem que a ilha poderá alterar o movimento das dunas de areia carreadas pelas águas, alterar o canal do rio ou do paraná, e provocar eventos de *terra caída* na margem oposta. Portanto, a percepção da paisagem não é desenvolvida de forma aleatória ou passiva, mas expressa formas de engajamento, experiências e práticas que orientam as ações das pessoas na interação com o ambiente. É a experiência de habitar esse tipo de ambiente, de se engajar na paisagem, de acompanhar e conhecer os elementos que se sucedem nos processos de transformação das paisagens, que permite aos moradores vislumbrar a paisagem do futuro.

Considerações finais

Neste capítulo, utilizei a história do grupo social que formou a comunidade São Francisco do Boia, para descrever a transformação das paisagens caracterizada por processos de erosão e de sedimentação. O objetivo foi apresentar as percepções locais sobre esses processos, chamando atenção para a existência de dois tipos de agência, a de elementos do ambiente e a humana.

Para isso, descrevi as etapas que caracterizam cada um desses processos, apontei os elementos de paisagem que são constantes, como o paraná do Aranapu, e que permitem identificar um padrão, pois os elementos da paisagem que desaparecem e reaparecem são limitados. Alguns deles correspondem a etapas intermediárias de uma transformação maior; a observação da sucessão desses elementos permite aos moradores elaborar previsões sobre o que pode acontecer na paisagem, no futuro.

Os moradores de São Francisco do Boia, pela experiência de habitar esse tipo de ambiente, conhecem as etapas dos processos geomorfológicos presentes na dinâmica da paisagem e reconhecem a agência de alguns elementos do ambiente em eventos como as *terras caídas* e o surgimento de novas terras. Cientes disso, eles estão sempre atentos aos sinais da *natureza* para, assim, tomar decisões. Às vezes a *terra caída* ou a praia que surge e desaparece podem ser vistos como dotados de vontade própria, como expressão da agência da natureza, ou seja, uma agência que a ação das pessoas não é suficiente para controlar.

As transformações na paisagem provocam a mobilidade constante das pessoas e dos povoados, pois nas áreas mais instáveis, os moradores são obrigados a desfazer suas casas e reconstruí-las em outro local sempre que as *terras caem* ou surgem praias que isolam os povoados. Assim, o modo como as pessoas percebem e se situam nessa paisagem depende da construção de algumas referências de localização espacial que ajudam a traçar os caminhos do lugar onde moram e do território por onde circulam. Esses referentes são escolhidos pela sua constância na paisagem, como o paraná do Aranapu, que é o principal referente toponímico de localização espacial.

Para continuar habitando nesse tipo de ambiente e conviver com as imprevisões, algumas estratégias são desenvolvidas, e uma delas é a construção de casas flutuantes, que seguem o padrão de localização espacial das casas construídas em terra, qual seja, a localização às margens dos rios. Atualmente é possível observar nas paisagens ribeirinhas a combinação desses dois tipos de moradia, o que sinaliza a introdução de novos elementos nas paisagens da várzea dessa região do médio Solimões. Portanto, nesse contexto, a combinação da agência de elementos do ambiente, como as fortes correntezas das águas dos rios, com a agência humana criando inovações tecnológicas para continuar habitando esse tipo de ambiente, são os principais elementos que informam os processos de transformação das paisagens.

Referências

ALENCAR, E. F. **Terra Caída: Encante, Lugares e Identidades**. 262 p. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Paisagens da memória:** narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 16, nº 2, p. 95–110, 2007.

_____. **Memórias de Mamirauá**. Belém; Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2010.

_____. **"Nesse tempo não existia essas ilhas por ali": s**obre modos de perceber o ambiente e narrar o passado. *Iluminuras (Porto Alegre)*, v. 14, n. 34, p. 11-32, 2013.

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. **Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, AM**. Relatório Técnico. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2012.

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. De. **Tradição e mudanças no modo de viver e habitar a Várzea do Médio Rio Solimões, AM**. *Iluminuras (Porto Alegre)*, v. 17, n. 41, 2016.

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. De; GONÇALVES, A. C. T. **Modos de Interação com o Ambiente e Estratégias de Subsistência dos Moradores da Várzea do Rio Japurá (AM)**. *Fragmentos de Cultura*, v. 24, n. 2, p. 303–317, 2014.

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. De; GONÇALVES, A. C. T. **Territories, Kinship and Strategies for the Control of Natural Resources in the Region of Japurá-Maraã, Amazonas**. *Uakari*, v. 10, n. 1, 2015.

AYRES, J. M. **As Matas de Várzea do Mamirauá: Médio Rio Solimões**. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá; MCT-CNPq, 1993.

AYRES, J. M.; MOURA, E. A. F.; LIMA-AYRES, D. de M. **Estação Ecológica Mamirauá:** o desafio de preservar a várzea na Amazônia. *Trópico em Movimento: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no trópico úmido*. Belém: UFPA, POEMA, 1994.

BALÉE, W. L. **Advances in historical ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. 429 p.

BASSO, K. H. **"Speaking with Names": Language and Landscape among the Western Apache**. *Cultural Anthropology*, v. 3, n. 2, p. 99-130, 1988.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Relações e dissensões entre os saberes tradicionais e o saber científico**. *Revista USP (São Paulo)*, v. 75, p. 76-84, 2007.

CRUMLEY, C. L. **Historical Ecology: Integrated Thinking at Multiple Temporal and Spatial Scales**. In: HORNBORG, A.; CRUMLEY, C. L. (Org.). *The World System and the Earth System: Global Socioenvironmental Change and Sustainability since the Neolithic*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007. p. 15-28.

CUNHA, A. G. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. 4 ed. São Paulo; Brasília: Companhia Melhoramentos; Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA, E. Da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 209 p.

GOW, P. **Land, Paper and People in Western Amazônia**. In: HIRSCH, E.; O'HANLON, M. (Orgs.). *The Anthropology of Landscape: perspective on Place and Space*. Oxford: Claredon Press, 1995.

HIRSCH, E.; O'HANLON, M. **The anthropology of landscape: perspectives on place and space**. Oxford: Oxford University Press, 1995. 268 p.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000a. 465 p.

_____. **The temporality of the landscape**. *The perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge, 2000b. p. 189–208.

LIMA, D.; ALENCAR, E. F. **A lembrança da História:** memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. *Lusotopie*, p. 27-48, 2001.

LIMA, D. de M.; ALENCAR, E. F. **Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões**. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Senac, 2000. p. 133-161.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade**. *Anuário Antropológico*, n. 3, 2005.

MACEDO, E. G. et al. **Anatomia e Arquitetura Foliar de Montrichardia linifera (Arruda) Schott (Araceae) Espécie da Várzea Amazônica**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - série Ciências Naturais*, v. 1, n. 1, p. 19-43, 2005.

MIRANDA, G. da S. **"Pescadoras consideradas":** o trabalho das mulheres de São Francisco do Boia em atividade pesqueira. 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, 2015.

MORPHY, H. **Landscape and the reproduction of the ancestral past**. In: HIRSCH, E.; O'HANLON, M. (Org.). *The anthropology of landscape: perspectives on place and space*. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 184-209.

NODA, S. do N. et al. **Paisagens e etnoconhecimentos na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 2, p. 397-416, 2012.

PORRO, A. **O povo das águas:** ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis, Vozes, 1996. 204 p.

SAUTCHUK, C. E. **O arpão e o anzol:** técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). 402 p. Tese de Doutorado (Antropologia) - Universidade de Brasília, 2007.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012. 489 p.

SCHWARTZMAN, L. F. G. et al. **Integração paisagem/território:** a influência da dinâmica geomorfológica da paisagem nos limites da RDSM. Relatório Técnico. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2014.

SHEPARD JR., G. H. et al. **Rain forest habitat classification among the Matsigenka of the Peruvian Amazon.** *Journal of Ethnobiology*, v. 21, n. 1, p. 1–38, 2001.

SILVEIRA, F. L. A. Da. **A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar**. In: SILVEIRA, F. L. A. da; CANCELA, C. D. (Org.). *Paisagem e Cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009. p. 71-83.

SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ/MCT-CNPq. **Mamirauá: Plano de Manejo**. Brasília; Manaus: SCM/CNPq/MCT; IPAAM, 1996.

Uma moradora da várzea com suas *criações* no igarapé do Preguiça, Lago Grande do Curuai. Fotografia: R. Folhes (outubro de 2015).

Capítulo 3

Mobilidade espacial e coprodução de paisagens na região do Lago Grande do Curuai, Santarém, Pará

Ricardo Folhes

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar como a mobilidade espacial, as práticas de uso e apropriação da terra e as relações de poder simbólico, político e econômico contribuem com as modificações sazonais nas paisagens em uma área de transição entre os ecossistemas de várzea e terra firme. Para tanto, baseio-me em um estudo etnográfico da transumância praticada por moradores de comunidades ribeirinhas e de terra firme residentes na região do Lago Grande do Curuai, situada no baixo curso do rio Amazonas, na confluência dos municípios de Santarém, Óbidos e Juruti. A expressão "área de transição" para se referir à faixa de terra situada entre a várzea e a terra firme não pretende evocar um contorno ou um limite territorial rígido, pois essas áreas podem alterar-se ao longo do tempo e no interior de uma mesma região. Refere-se, sobretudo, à proximidade entre os dois ecossistemas, condição que facilita aos moradores de uma região, como a do Lago Grande do Curuai, fazerem uso de ambos os ecossistemas.

A região do Lago Grande do Curuai corresponde ao "território usado" (SANTOS, 2005) por aproximadamente 20.000 pessoas residentes em pouco mais de cinquenta comunidades. Vila Curuai, com cerca de 4.000 habitantes, é a maior vila dessa região e a sede do Distrito do Lago Grande do Curuai, vinculado ao município de Santarém. A vila é também o principal ponto de conexão de mercadorias e de pessoas que transitam por esses dois ecossistemas. Entre os anos de 2006 e 2016, realizei pesquisas de campo na região do Lago Grande do Curuai buscando compreender o histórico de ocupação e de uso da terra. Em 2014, permaneci quatro meses em Vila Curuai e arredores para estudar a mobilidade humana entre os ecossistemas de várzea e de terra firme. Durante minha permanência na vila, cultivei o hábito de conversar com os comerciantes assentes nas redondezas do cais do porto ao cair à tarde (Figura 1). Esse era o momento do dia em que embarcações repletas de víveres provenientes das várzeas ancoravam ali. Sacos de *piracuí* (farinha de peixe) e peixes de vários tamanhos

Figura 1. Porto da Vila Curuai, em agosto de 2014. Os carros de boi ainda são os meios mais utilizados para transportar mercadorias das embarcações até os comércios e casas. Fotografia: Ricardo Folhes.

e espécies, tanto frescos como salgados, eram vagarosamente descarregados das embarcações e passavam a preencher as prateleiras e refrigeradores dos estabelecimentos comerciais. Terminado o desembarque, começava o embarque de sacos de açúcar, café, farinha de mandioca e fumo, além de garrafas de cachaça e de conhaque de alcatrão, entre outros *secos e molhados*. Com o embarque encerrado, as embarcações retornavam às várzeas onde as mercadorias seriam vendidas ou trocadas por peixes e *piracuí*, para, em seguida, retornarem à vila.

Nas conversas que mantive com os comerciantes, geralmente após esse movimento de embarque e desembarque de mercadorias, falávamos sobretudo das práticas econômicas dos moradores da vila, tanto no passado como no presente. As referências ao ritmo por vezes inesperado das enchentes e vazantes sazonais eram frequentes e os comerciantes sublinhavam as formas pelas quais a alteração sazonal das paisagens, os usos da terra e a mobilidade sazonal de pessoas entre os ecossistemas se relacionam mutuamente. Há uma forte articulação entre a vida social, a sazonalidade dos padrões climáticos e as paisagens que se transformam com o regime de enchentes e vazantes, de chuvas e estiagens[1]. São essas relações que ajudam a compreender os modos e meios de vida, e as interações que os moradores do Lago Grande do Curuai estabelecem com sua região.

Depois dessa introdução, apresento, na seção 1, o histórico de ocupação regional e mostro como ele influenciou as formas pelas quais os moradores da região

1. Essas relações foram bem analisadas por Mark Harris neste mesmo volume.

do Lago Grande do Curuai percebem e nomeiam as localidades de várzea e de terra firme. Na seção 2, mostro como a mobilidade sazonal de pessoas, rebanhos e mercadorias entre os ambientes de várzea e de terra firme compõe, combinado a fatores ecológicos associados ao ritmo de subida e descida das águas, uma complexa imbricação de agências sobre as paisagens. Na seção 3, analiso os arranjos fundiários que sustentam a mobilidade entre os ecossistemas de terra firme e várzea. Longe de seguir uma interpretação naturalizante da mobilidade sazonal entre os dois ecossistemas, como se ela fosse apenas uma condição da adaptação aos padrões ecológicos e climáticos, pretendo mostrar como a concentração de poder (econômico e político, por exemplo) em alguns agentes permeia as relações entre os moradores e representa um aspecto que participa ativamente do processo de construção de paisagens, pois influencia a constituição de regras e normas que garantem ou limitam o acesso aos recursos naturais. Na seção 4, analiso, em primeiro lugar, como algumas percepções sobre a ocorrência dos eventos climáticos interferem nas estratégias de uso da terra e, logo, na construção sazonal das paisagens. Finalizo essa seção com um exemplo que mostra as estratégias de apropriação de terras surgidas ao longo das alterações topográficas das várzeas. Nas considerações finais, ressalto a importância do papel das relações de poder nos processos de alteração das paisagens.

1. As várzeas e as *colônias* de terra firme: a ocupação da terra e os processos de nomeação das localidades

Ao longo do texto, utilizo o termo várzeas no plural para evidenciar que aquilo que do ponto de vista ecossistêmico pode ser entendido como um sistema único de várzea (MAURICE-BOURGOIN *et al.*, 2005) divide-se, de acordo com as percepções dos moradores das comunidades ribeirinhas, em vários tipos de várzeas. Assim, os moradores da região identificam, entre outras, a várzea do Torrão do Papa Terra, a várzea do Caraubal, a várzea do Igarapé da Onça, a várzea da Ilha dos Patos e a várzea de Boa Vista. Embora inscritas em um mesmo processo regional de apropriação da terra e dos recursos naturais (FOLHES, 2016), a história de ocupação de cada uma dessas várzeas apresenta singularidades que marcam de forma decisiva a maneira com que as populações locais as caracterizam e as nomeiam, conforme procuro mostrar a seguir.

Ao final do século XIX, um seleto grupo de famílias de fazendeiros e comerciantes controlava as terras e as relações mercantis nas várzeas da região do Lago Grande do Curuai. Algumas dessas famílias davam nomes às casas onde moravam nas várzeas; nomes que se transformavam em referências toponímicas dos lugares, fato reforçado por estas casas terem sido, além da morada, a sede do comércio, o *barracão do fazendeiro*, onde também ocorriam as festas religiosas. Quanto mais

poder e prestígio possuía o fazendeiro, mais conhecidos e frequentados eram seu *barracão* e a festa religiosa que ele organizava. A valorização econômica das terras de várzea se deve à alta fertilidade dos solos, a sua elevada piscosidade e à consequente apropriação fundiária deste ecossistema por elites oligárquicas. Os boatos de que pessoas originárias dessas elites possuíam títulos de propriedades (FOLHES, 2016) contribuíam para aumentar o prestígio e o poder simbólico das famílias de colonos europeus. Este prestígio favorece ainda hoje a persistência de representações segundo as quais a várzea seria o ecossistema *da fartura*, ocupado por quem tem as melhores condições materiais locais, enquanto a terra firme seria o ecossistema *da fome*, ocupado por quem possui condições materiais inferiores (STOLL, 2014, p. 29-39). Nesse sentido, Ezequiel Nobre, octogenário morador da região do Lago Grande do Curuai, comenta:

> Na várzea, todos eram de categoria elevada. Eram criadores de alta posição. Tinha o regime da sociedade de alta classe. A festa era familiar. A festa seguia o regime da família. Todos se julgavam de alta posição. Quando os fazendeiros da várzea faziam festas, falava-se em baile, em seresta. A entrada era baseada na cor da pele. Quem tinha a pele branca, podia entrar. Quem tinha a pele suja podia comer e beber pra fora da varanda, mas não podia entrar para bailar. Eram festas privadas, só entravam os convidados. Era a festa dos brancos. Nas colônias, em terra firme, era popular. As festas de mastro e de santo dava muita gente. Diferente dos bailes e serestas dos ricos na várzea (Ezequiel Nobre, 84 anos, citado em FOLHES, 2016, p. 196).

Ainda hoje, é comum que, ao descreverem a localização espacial de determinado fato ou fenômeno do presente, moradores das comunidades ribeirinhas utilizem, como referência geográfica e toponímica, o nome das antigas casas-sedes das fazendas. Assim, a outrora Casa Perseverança, localizada na fazenda homônima da família Figueira, na várzea do Torrão do Papa Terra, ou a Casa Boa Esperança, localizada na Fazenda Boa Esperança, cujos donos eram membros da família Soares de Aquino, na várzea da Ilha dos Patos (Figura 2), eram importantes referências toponímicas. Seus perímetros ajudavam a definir a maneira como eram reconhecidos os limites topográficos das várzeas em que estavam inseridas.

As diferenças físicas das paisagens também corroboravam e corroboram com as distinções entre as várzeas. Elementos salientes da paisagem ajudam a distinguir as várias várzeas, como os igarapés que delimitam faixas contínuas de solos aluviais durante as secas, como o Igarapé das Fazendas, ou mesmo os *tesos* que guardam as faixas de terras não submersas durante as cheias, como os *tesos* da Ilha dos Patos e do Torrão do Papa Terra, bem como as *pontas* de areia que surgem nas estações secas, como a Ponta do Cajirapó, todos ajudam a distinguir as várias várzeas.

Figura 2. Casa-sede da Fazenda Boa Esperança na Ilha dos Patos, na década de 1930. Fotografia cedida por Socorro Braun (2008). Em agosto de 2014, os herdeiros dos Soares de Aquino estavam construindo uma nova casa no mesmo lugar onde a casa antiga fora destruída por uma enchente no teso da Ilha dos Patos. Fotografia: Ricardo Folhes.

Na terra firme, além de igarapés, serras e ramais, as *colônias* e comunidades são importantes referências geográficas e toponímicas. O nome *colônia* refere-se a um lugar na terra firme onde um determinado grupo residencial iniciou (*abriu*) trabalho (agricultura, extrativismo, criação). Um grupo residencial é entendido, nessa situação, como um conjunto de casas onde residem casais e seus filhos solteiros, sob a tutela de um fundador, primeiro a ter chegado ao lugar. Os moradores dessas diferentes casas apresentam geralmente, mas não necessariamente, relações de parentesco entre si, sendo o compartilhamento de práticas, territórios e de recursos naturais sua característica essencial (STOLL; FOLHES, 2014). Os fundadores geralmente emprestavam à *colônia* o seu próprio nome de família, é o caso das *colônias* Terra Preta dos Nogueiras e Terra Preta dos Vianas, ambas fundadas na década de 1920, quando o movimento de ocupação de áreas mais distantes da beira do Lago Grande do Curuai, na terra firme, se intensificou na região. A nomeação das *colônias* não raro fazia também referência a santos padroeiros e a elementos da paisagem, como nas *colônias* Santa Luzia e Patauazal – palmeira bastante encontrada na região às margens dos igarapés de terra firme (Figura 3).

Casa de farinha na colônia de Patauazal, agosto de 2014. Fotografia: Ricardo Folhes.

Estando as colônias referenciadas a um território definido, elas possuem como unidade básica decisória sobre os usos da terra os grupos residenciais, compostos majoritariamente por grupos de colaterais (STOLL; FOLHES, 2014). Esse padrão não se alterou quando, a partir do começo da década de 1970, o sindicato de trabalhadores rurais e o Movimento de educação de base (MEB) em Santarém (LEROY, 1991) começaram a apoiar a organização política dos moradores dessas localidades que, em alguns casos, passariam a se chamar *comunidades* (STOLL; FOLHES, 2014)[2].

Vila Curuai se conecta às *colônias* e comunidades de terra firme a partir de uma estrada de chão conhecida localmente por Translago, que também é o único meio de acesso terrestre à cidade de Juruti, a oeste, e às comunidades do distrito de Arapixuna, a leste. Na década de 1990, a Translago ganhou o status de rodovia estadual (PA 257), mas continua, ainda hoje, muito precária. Ao longo do eixo da estrada, partem, na direção sul, um crescente número de ramais que atravessam, a sudeste, o relevo ondulado da serra do Aracuri e, a sudoeste, as terras planas e arenosas das savanas próximas à Vila Socorro, Araci e Ajamuri. Alguns desses ramais chegam até às comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas situadas na margem esquerda do rio Arapiuns, sendo importantes meios de circulação de

2. Coetaneamente, o mesmo fenômeno ocorreu nas localidades de várzea, que passaram a ser chamadas de *comunidades* (O'DWYER, 2005).

pessoas e bens. Há também diversas linhas de barcos de passageiros que ligam as comunidades ribeirinhas a Santarém e que são acessíveis aos moradores da terra firme. Mas apenas nas comunidades de Patacho e Aninduba, na região do Arapixuna, há portos rústicos de onde partem balsas que, ao cruzarem o canal do Arapixuna e a foz do rio Tapajós, levam pessoas, carros e mercadorias a Santarém. No limite leste da região do Lago Grande do Curuai está a Terra Indígena Cobra Grande, cujo território se prolonga da várzea ao rio Arapiuns (Figura 4).

2. A mobilidade espacial associada aos usos sazonais da terra atuam na coconstrução das paisagens do Lago Grande do Curuai

O período de *enchente* do Lago Grande do Curuai, como em todo o baixo rio Amazonas, começa normalmente em novembro ou dezembro, meses de auge da estação seca, e estende-se até maio/junho. A *vazante*, por sua vez, começa geralmente em junho ou julho, meses que correspondem ao auge da estação da cheia (BONNET *et al.*, 2008). As variações de periodicidade e de intensidade das enchentes/cheias e vazantes/secas nas várzeas são comandadas por um processo ecológico que alguns autores das ciências naturais têm chamado de "pulso de inundação" (JUNK *et al.*, 2012). O pulso de inundação também ajuda a definir os modos de vida dos moradores das terras firmes adjacentes, já que o movimento de subida e descida das águas altera as paisagens e define o movimento de espécies vegetais, animais e das populações locais entre os dois ecossistemas (ALENCAR, 2002; HARRIS, 2012).

A partir do final de julho e início de agosto, muitos moradores da terra firme iniciam o deslocamento das suas famílias em direção às várzeas, pois, com a descida das águas, aparecem na paisagem os lagos e igarapés que até então estavam submersos; eles se tornam os ambientes mais procurados para a pesca. Ao lado da pesca, a prática da pecuária ganha destaque nas paisagens das várzeas quando os solos aluviais começam a aflorar, tão logo a *vazante* se inicia. Nos solos aluviais descobertos e fertilizados pelas águas do rio Amazonas, brotam pastagens nativas onde se misturam *as criações*, termo local utilizado para se referir genericamente às várias espécies de animais (patos, galinhas, porcos, bois e búfalos) manejadas pelos moradores da região. Muitas das famílias que mantêm residência em terra firme mudam-se temporariamente para a várzea, a fim de trabalhar com o gado ou aproveitar a fartura da pesca que caracterizam este ecossistema nesse momento. Só não vão famílias inteiras porque o ano escolar prossegue e os roçados de mandioca também continuam a demandar trabalho na terra firme. O prosseguimento da vazante, a partir de meados de agosto, revela os contornos das restingas, lagos, igarapés, canais e furos, todos ambientes das várzeas onde a pesca se torna intensa e frutífera.

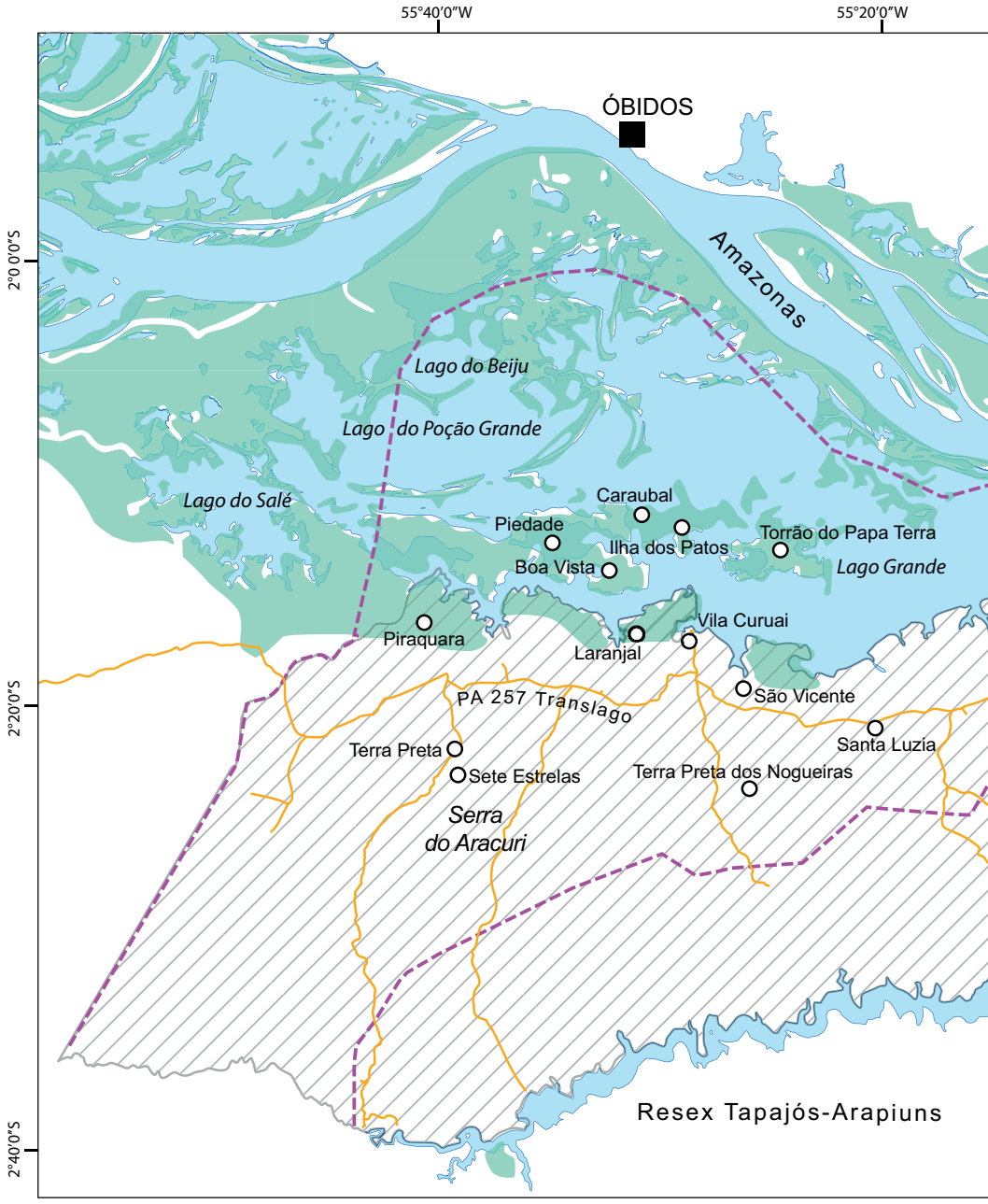


Figura 4. A região do Lago Grande do Curuai.

CIDADE
Comunidade
Aldeia indígena
Estrada e vicinal
Várzea
Drenagem
Região do Lago Grande do Curuai
Terra Indígena Cobra Grande
PAE Lago Grande

Elaboração Ricardo Folhes, Laurence Billault

Para os que foram até as várzeas, é hora de identificar nas *restingas* os terrenos mais altos onde serão erguidas pequenas construções de palha e madeira: os *tapiris*[3], que servem de moradia temporária, e os *retiros*[4], que servem para a lida com o gado (Figura 5).

Nas áreas de várzeas situadas entre Faro e Monte Alegre, no baixo rio Amazonas, os *tesos* e as *restingas* foram historicamente os lugares privilegiados para a construção de moradias. Nestes ambientes concentrou-se a derrubada das matas para a prática de atividades agrícolas. Enquanto a busca pelas "drogas do sertão" focava no extrativismo de cacau nativo nas matas de terra firme, nos *tesos* e *restingas* os cacauais eram cultivados e foram componentes importantes da paisagem por todo o século XIX e, em algumas regiões vizinhas ao Lago Grande do Curuai, como no Arapixuna, até as três primeiras décadas do século XX (FOLHES, 2016; HARRIS, 2010).

No entanto, uma das principais especificidades das várzeas da região do Lago Grande do Curuai é o fato de ali existirem abundantes pastagens nativas, localmente denominadas *campinas* (Figura 6). Essas reputadas pastagens que brotam nas estações secas anuais ajudaram a consagrar o gado bovino como um elemento importante da paisagem local desde meados do século XVIII, quando as primeiras fazendas ali se instalaram, abertas por missionários jesuítas (FOLHES, 2016). Salvo o período em que a juta teve importância econômica – décadas de 1960, 1970 e início de 1980 (GENTIL, 1988) – a pecuária e a pesca comandaram a vida econômica das várzeas na região do Lago Grande do Curuai, não obstante a agricultura, o extrativismo vegetal e a pequena atividade mercantil sejam também práticas fundamentais aos meios e modos de vida dessas pessoas (FOLHES, 2016).

Outubro e novembro são os meses que correspondem ao auge da atividade pesqueira comercial: cardumes de surubins, acarás, tucunarés, maparás, entre muitas outras espécies de importância regional, multiplicam-se e tornam-se mais facilmente acessíveis em função da diminuição do volume das águas. A grande disponibilidade de pescado impulsiona a produção de farinha de peixe – o *piracuí*, uma iguaria muito apreciada nas cidades do baixo rio Amazonas. As famílias trazem porcos, patos, gansos e galinhas em grande quantidade para a várzea, é o *tempo da fartura*.

A partir de janeiro, a paisagem começa a mudar radicalmente já que os solos aluviais são progressivamente submergidos com a subida das águas. As famílias iniciam o retorno à terra firme, levando o gado e os pequenos animais que

3. Casa sumária de palha e madeira, construída perto da beira para abrigar provisoriamente uma família durante o verão.
4. Curral ou fazenda em que se põe o gado durante certas épocas do ano.

Figura 5. *Retiro* (à esquerda) e *tapiri* (à direita) na Ilha da Maloca, Lago Grande do Curuai, em novembro de 2015. Fotografia: Ricardo Folhes.

Figura 6. Gado de vários criadores se mistura na várzea do Torrão do Papa Terra, em outubro de 2014. Fotografia: Ricardo Folhes.

Figura 7. Casa de palafita no teso do Torrão do Papa Terra durante a seca, Lago Grande do Curuai, outubro de 2014.
Fotografia: Ricardo Folhes.

engordaram na fartura das várzeas. No auge da cheia, nos meses de maio/junho/julho, apenas os *tesos* mais altos não são inundados e assemelham-se a "ilhas" no meio do Lago Grande do Curuai. Eles abrigam as poucas famílias que não voltam às comunidades de terra firme. Atualmente, nas várzeas dessa região, poucas famílias conseguem manter as típicas casas perenes construídas sobre pilares (Figura 7). Dois fenômenos explicam essa situação. Em primeiro lugar, a diminuição da oferta de espécies nativas de capins aquáticos na região, como a canarana (*Hymenachne amplexicaulis*), dificulta aos criadores fornecerem alimento ao gado confinado em *marombas* (estruturas de madeira que funcionam como currais, construídas para abrigar o gado durante as enchentes). Em segundo lugar, a ocorrência de enchentes acima da média (BONNET; COUDEL; BOMMEL, 2016) contribui para que, durante o período das enchentes, haja o deslocamento para a terra firme de comunidades quase inteiras que, no passado, residiam todo o ano na várzea (FOLHES, 2016).

Com a subida das águas, a vida econômica e social migra novamente para a terra firme, onde o gado volta a ser um componente importante da paisagem. Se, de um lado, as matas, as capoeiras e as manchas de savanas – nessa região chamadas *campos da natureza*[5] – ganham maior densidade e verdor na terra firme com as chuvas que caracterizam a estação das enchentes, por outro lado, em seus interstícios, ganham também verdor as pastagens plantadas. Na região do Lago Grande do Curuai, a pecuária em terra firme esteve praticamente restrita às savanas (*campos da natureza*) até a década de 1950. A partir desse período, passou lentamente a ocupar áreas de floresta, passando a ser uma das principais

5. *Campo de natureza* é o nome dado às manchas de savanas naturais. No baixo Amazonas paraense, tais ambientes começaram a ser utilizados para criação de gado branco em meados do século XVIII.

responsáveis pelo desmatamento na região e representando um fator importante de alteração das paisagens locais. Esse fenômeno se intensificou na década de 1980. São chamadas localmente de *campos de invernada*, as pastagens (naturais ou plantadas) que recebem o gado trazido das várzeas durante as enchentes (FOLHES, 2018).

O período das enchentes é também o tempo de reparar os arreios de pesca que, pendurados nos alpendres das casas ou nas árvores dos quintais domésticos, passam a decorar as *colônias* (FOLHES, 2016; STOLL; FOLHES, 2014).

3. A transumância entre a várzea e a terra firme e a coconstrução das paisagens

Transumância é um sistema tradicional de pecuária extensiva baseado na mobilidade espacial sazonal de rebanhos e criadores com vistas ao acesso a pastagens por todo o ano. De maneira geral, as distâncias percorridas podem variar de pouco mais de 10 km a percursos superiores a 1.000 km (DONG, 2016), podendo ultrapassar fronteiras nacionais, conforme acontece na região subsaariana do continente africano (KI-ZERBO, 2000). No baixo rio Amazonas paraense, a transumância está associada às enchentes fluviais sazonais nas várzeas, quando ocorre o deslocamento do gado e dos criadores até a terra firme, em percursos que variam de 10 até pouco mais de 200 km (FOLHES, 2016).

Na região do Lago Grande do Curuai, o termo *criador* é utilizado para designar quem possui um número de bois ou búfalos considerado pequeno (menos de 50 animais) ou médio (entre 50 e 200 animais). O termo *fazendeiro* designa os pecuaristas com mais de 200 animais. No entanto, não é raro que os moradores dessa região empreguem o termo *criador* para se referirem aos grandes pecuaristas, e *fazendeirinho* para se referirem aos médios e pequenos. Pois, mesmo entre aqueles considerados pequenos, são percebidas internamente diferenças materiais significativas entre quem tem 5 e 50 reses.

Não obstante seja nascido na região, o *fazendeiro* é normalmente absenteísta e para o manejo do gado contrata vaqueiros escolhidos entre seu próprio grupo de parentes. Mais raramente, isto pode ocorrer também com os médios criadores, porém, na maior parte das situações que encontrei em campo, os médios e todos os pequenos criadores eram nascidos e moravam na região e se ocupavam diretamente do gado. Vale ressaltar que, na região do Lago Grande do Curuai, o criador não deve ser relacionado a uma categoria étnica, identitária ou a uma especialidade profissional exclusiva. Pequenos e médios criadores são também agricultores, extrativistas e pescadores e conjugam estas atividades ao longo da transumância. No entanto, em certa medida, todos os que têm gado, mesmo

os pequenos criadores, são percebidos como aqueles que possuem melhores condições materiais em relação aos demais.

O sistema de transumância que ocorre nessa região tem como principal característica o movimento circular sazonal entre os ecossistemas para garantir o acesso do gado aos recursos forrageiros nas várzeas, durante o período da seca, quando os solos aluviais estão enxutos, e na terra firme, durante o período das cheias, quando as enchentes transformam a paisagem das várzeas em um grande lago e as chuvas deixam verdes as pastagens em terra firme. A prática da transumância contribui para configurar a estrutura fundiária regional, pois os criadores, inevitavelmente, têm que buscar condições de acesso aos dois ecossistemas. Inicialmente restrita às elites locais, a pecuária transumante tornou-se uma prática realizada por vários perfis de criadores (grandes, médios e pequenos), mas sempre marcada por uma relação desigual de poder, que pende favoravelmente para os primeiros (FOLHES, 2016), conforme será comentado mais adiante. Importa, antes, descrever alguns elementos da dinâmica agrária local.

Nas várzeas, enquanto as áreas destinadas à agricultura nas *restingas* e várzeas altas são de uso e apropriação familiar, a pecuária envolve o uso compartilhado das pastagens nativas expostas durante as vazantes. Conquanto sejam compartilhadas, essas pastagens não são, entretanto, de livre acesso (OSTROM, 2005). Elas são de uso comum, mas restrito a um grupo social que, embora normalmente seja formado por relações de parentesco, guarda diferenças econômicas internas, visto ser constituído por grandes, médios e pequenos criadores. As distinções econômicas resultam em condições assimétricas de poder que são fundamentais na definição das possibilidades de acesso às pastagens. Os arranjos atualmente observáveis foram fundados em relações de poder construídas desde o período colonial, quando as várzeas foram o ambiente preferencialmente apropriado pelas elites coloniais, inclusive por meio do acesso a cartas de sesmaria distribuídas pelo rei de Portugal (FOLHES, 2016; HARRIS, 2010; STOLL; FOLHES, 2014) e, posteriormente, já no período republicano, quando muitas declarações de posse foram registradas nessa região em nome de fazendeiros e comerciantes locais (STOLL; FISCHER; FOLHES, 2017).

A legislação brasileira trata de maneira diferente a dominialidade em terras de várzea e de terra firme. No código civil, as várzeas são definidas como sendo "bens público de uso comum do povo", um tipo de bem público só passível de uso e moradia por particulares a partir da emissão de autorizações de uso concedidas pelo poder público. Já a terra firme é considerada um bem dominical, tipo de dominialidade que permite tanto a alienação definitiva do Estado a particulares quanto a emissão de autorizações de uso com vistas ao comprimento da função social e ambiental da terra (BENATTI, 2016). Porém, na prática, as

terras dos dois ecossistemas possuem *donos* conhecidos e reconhecidos como tais na região[6]. Apesar das prerrogativas jurídico-legais prescreverem diferenças dominiais entre várzea e terra firme, as características ecológicas complementares fundamentam estratégias e práticas de ocupação baseadas na apropriação e uso da terra de ambos os ecossistemas. Mas como acessar os dois ecossistemas ao longo da transumância quando, na prática, a constituição de uma elite mercantil e latifundiária nas várzeas do baixo rio Amazonas (COSTA; INHETVIN, 2007) é radicalmente percebida na região do Lago Grande do Curuai, onde um seleto grupo de fazendeiros detém a maior parte do rebanho e das terras e concentra condições políticas que os permitem influenciar os arranjos locais definidores das condições de acesso aos solos aluviais?

Na região do Lago Grande do Curuai, as s*ociedades*, as *permissões* e os *arrendamentos* são as principais estratégias que tornam possível a transumância, embora, entre os criadores mais capitalizados, a compra de terrenos em um e outro ecossistema também seja numa estratégia possível (FOLHES, 2016). A *sociedade* é uma importante prática local, que viabiliza parcerias entre criadores de diferentes perfis socioeconômicos (pequenos e médios criadores, e fazendeiros). Para ocorrer a *sociedade*, um parceiro tem que possuir um *terreno* na várzea enquanto o outro deve ser *dono* de um *terreno* na terra firme. *Terreno* é o termo usualmente empregado na região, tanto na várzea como na terra firme, para definir uma área de terras considerada como pertencente à família nuclear, os chamados *donos* do terreno. Nesse sentido, na terra firme um número variável de *terrenos* constitui o território de um dado grupo residencial em uma *colônia*. É possível também que florestas e capoeiras existentes nos *terrenos* sejam acessadas por terceiros, às vezes por longos períodos de tempo, sendo o acesso normalmente regulado por uma *permissão,* concedida pelo *dono*. Mas no que diz respeito à transumância dos rebanhos, as *permissões* guardam algumas especificidades.

Nas situações em que os criadores possuem restrições de acesso às pastagens, as *permissões* nas várzeas e os *arrendamentos* na terra firme funcionam como instituições alternativas à *sociedade*. Ou seja, embora a *permissão* seja constitutiva da *sociedade*, aquela pode ocorrer independentemente desta. A *permissão* é a maneira pela qual os *donos* de *terrenos* de várzea (os grandes, médios e pequenos criadores) regulam o acesso aos solos aluviais deste ecossistema e, portanto, é uma forma alternativa que os *coloneiros* utilizam para conduzir seus rebanhos até a várzea, sem terem que mobilizar recursos financeiros na compra de *terrenos*. Por sua vez, os *arrendamentos* são importantes práticas de aluguel de pastos em terra firme.

6. Em Folhes (2016), mostrei como os boatos sobre a posse de documentos de terra na várzea são traços importantes das relações de poder e prestígio locais. No mesmo lugar, explico também como ocorrem as transações de compra e venda de terrenos nas várzeas da região do Lago Grande do Curuai.

Embora os *arrendamentos* possam ocorrer a partir de acordos geralmente orais estabelecidos entre pequenos criadores, eles são mais comuns na relação entre grandes e pequenos criadores (FOLHES, 2016).

Tanto as *sociedades* como os *arrendamentos* foram instituições inicialmente utilizadas exclusivamente nas várzeas, para possibilitar a transumância entre a várzea alta e a várzea baixa (LÔBO, 1993). Posteriormente, a partir da década de 1950, passaram a ocorrer para viabilizar a transumância entre os ecossistemas, o que, décadas depois, causaria grandes mudanças nas paisagens de terra firme (FOLHES, 2016). A coincidência de fatores climáticos (cheias altas e prolongadas), produtivos (o crescimento dos rebanhos) e institucionais (programas governamentais de concessões de créditos e incentivos fiscais) ajuda a explicar a intensificação da transumância dos rebanhos no baixo rio Amazonas nas últimas décadas. Mas sua expansão aconteceu, sobretudo, a partir das *sociedades*, das *permissões* e dos *arrendamentos* que estão amparados nas redes de parentesco e compadrio (FOLHES, 2016) e em relações paternalistas (ARAÚJO, 1993; GEFFRAY, 1995). Duas características do funcionamento das *sociedades* e das *permissões* nessa região permitem sugerir que esses arranjos seguem uma lógica paternalista. As *permissões* mantêm centenas de pequenos criadores na dependência dos *fazendeiros* das várzeas, pois estes são os maiores *donos* de terrenos nesse ecossistema. Desta forma, um número limitado de grandes fazendeiros emite centenas de *permissões* aos criadores da terra firme sem *terrenos* na várzea, gerando muitas vezes uma dívida fática dos pequenos criadores – seus *sócios* – caso a *sociedade* não vá bem. Essa dívida é paga com lotes, tirados nos *terrenos* dos pequenos criadores em terra firme (os *coloneiros*), que são *dados em consideração* ou vendidos a baixo custo aos fazendeiros das várzeas. Afinal, para os pequenos criadores da terra firme, gerenciar alianças ou relações de dependência com os *fazendeiros* envolve investir em relações de parentesco e de clientela como estratégias fundamentais para que tenham acesso aos recursos da várzea. Este fenômeno tem levado à concentração fundiária na terra firme, um processo que nem a criação de um Projeto de Assentamento Agroextrativista (Figura 4), em 2005[7], conseguiu limitar (FOLHES, 2016). Há ainda a dívida simbólica, pois muitos consideram a *permissão* um favor, um préstimo para realizar o tão desejado sonho de acesso à várzea. Esses arranjos, como vemos, permitem ou restringem decisivamente a mobilidade entre os ecossistemas de várzea e terra firme, atuando assim indiretamente na produção da paisagem nos dois ecossistemas.

Para exemplificar, descrevo um itinerário da transumância na região do Lago Grande do Curuai, colocando-o em perspectiva com a simultaneidade das

7. O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande foi criado em 2005. Para maiores detalhes sobre a modalidade PAE, ver Folhes (2016).

alterações nas paisagens: o itinerário do criador João Tavares. *Filho*[8] da várzea do Torrão do Papa Terra, morador de Vila Curuai, João possui 30 cabeças de búfalos na Maloca[9] (Figura 5), uma localidade situada na várzea do Igarapé do Preguiça, onde ele possui um *terreno* e um *tapiri* que lhe serve de apoio para a pesca e a produção de *piracuí*, atividades que lhe complementam a renda. Geralmente, o gado permanece na Maloca entre os meses de setembro a novembro, quando as águas atingem a cota mais baixa. Em dezembro, quando inicia a subida das águas, João começa a transumância do gado para a várzea, levando-o até um *teso* localizado na Ilha dos Patos, que fica nos *fundos*, ou limites, do seu *terreno*. Ali, o gado permanece até o final de janeiro. Em seguida, o rebanho é levado de barco até a várzea do Laranjal, situada na margem sul do Lago Grande do Curuai, onde João possui outro *terreno*, que, como o da Maloca, foi herdado dos seus pais. O fato de possuir *terrenos* em diferentes áreas da várzea, na margem norte e sul do Lago Grande do Curuai, faz de João um arrendador contumaz e um criador prestigioso, embora seja apenas um pequeno criador.

As pessoas a quem João costuma *arrendar terrenos* são criadores do seu grupo de parentes, assim como o são aqueles que lhe prestam serviços na lida do gado, na pesca e na fabricação do *piracuí* na várzea. No final de março, os solos aluviais da várzea do Laranjal estão totalmente submersos, obrigando João Tavares a seguir a transumância até um *terreno* em terra firme, na *colônia* Bom Futuro, recentemente comprado de um *coloneir*o com quem João Tavares manteve *sociedade* por alguns anos. Nesse *terreno,* o gado permanece por aproximadamente três meses. Em julho, o gado que emagreceu devido às más condições das pastagens em terra firme – a essa altura já sofrendo os efeitos da estiagem e do sobrepastoreio – começa a ser levado de volta ao Laranjal, e, em agosto, é mais uma vez conduzido até a Ilha dos Patos. Em setembro, João Tavares e seus animais chegam novamente à Maloca, completando um ciclo que nesse ano foi de 10 meses, durante o qual o movimento de águas, homens, animais, mercadorias e benfeitorias concorreram para construir as paisagens regionais.

4. "Quanto maior a enchente em um ano, maior a área de pasto no ano seguinte"

É interessante notar como os eventos climáticos são percebidos localmente e influenciam as estratégias que configuram a transumância. Segundo João Tavares, "quanto maior são as enchentes, maior é a área de pasto para os animais na

8. Sobre a noção de *filho* de um rio, ver Julia Sauma neste volume.
9. Para uma análise da coconstrução do domínio sobre os lugares em paisagens caracterizadas por várias camadas de donos/documentos/moradias, Emilie Stoll analisa neste mesmo volume o caso da localidade de Maloca.

estiagem seguinte", pois, segundo ele, maior seria a quantidade de sedimentos deixada pelas águas do Amazonas durante os alagamentos. Na opinião deste criador, o fato de um alagamento de maior amplitude na cheia aumentar a extensão dos solos aluviais na seca seguinte resulta no seguinte fenômeno: "nesses anos de águas altas, os fazendeiros colocam mais gado na terra firme, pois durante a seca haverá maior disponibilidade de campo natural para os animais". Este depoimento deixa evidente como os criadores da região do Lago Grande do Curuai usam de forma complementar os dois ecossistemas e como percebem de forma empírica que a alteração sazonal da paisagem da várzea influencia os usos da terra na terra firme e vice-versa.

Além das mudanças nas paisagens relacionadas a essa interface entre ecossistemas e suas alterações sazonais, há o fenômeno específico às várzeas, cujas paisagens estão em constante movimento, transformando-se de um ano para o outro. Ilhas se formam com a acumulação de sedimentos, ficando maiores a cada ano, e outras são levadas pela correnteza, desaparecendo com a erosão, fenômeno que, em algumas regiões, denomina-se *terras caídas* (ALENCAR, 2002; 2013 e no presente volume). Essa oscilação pode criar situações de especulação e ansiedade entre os moradores das várzeas, como bem observou Mark Harris na várzea do Paru, em Óbidos: "o que era terra num ano pode não aparecer no ano seguinte. Porém, por outro lado, novas terras podem aparecer, podendo ser utilizadas para plantios, construção de casas ou para o pastoreio animal" (HARRIS, 2004, p. 87).

Enquanto o fenômeno de erosão pode contribuir para que grupos residenciais percam importantes porções de *terrenos*, incorrendo, em consequência, em dificuldades para encontrar pastagem para alocar o gado, um fenômeno oposto pode acontecer quando os grupos residenciais se apropriam de faixas de terras que surgem após as grandes cheias e que depois se ampliam ao longo dos anos.

Nesse sentido, o exemplo narrado por Antônio Oliveira de Andrade, 46 anos, é ilustrativo. Antônio nasceu em uma família de pequenos criadores da várzea de Marimarituba, próximo à boca do Lago Grande do Curuai. Durante *as invernadas*, sua família costumava conduzir os rebanhos para as savanas da região do Arapixuna, antes de elas terem sido cercadas por grandes e médias fazendas na década de 1990, inaugurando a utilização de cercas na paisagem dos *campos da natureza*, onde, até então, misturavam-se os rebanhos de vários criadores. Antônio lembra que, numa vazante ocorrida em meados dos anos oitenta, uma ilha surgiu, tendo sido sua família a primeira a construir um *tapiri* e colocar gado nela. No ano seguinte, a faixa de terra aumentou, fenômeno que se repetiu por alguns anos. E graças ao *tapiri* inicial ali construído e ao uso que passou a fazer do lugar, a família continuou sendo considerada *dona* daquele acrescido de terras, que batizou de Ilha do Meio. Com a apropriação da ilha, a família pôde aumentar

seu rebanho por meio de aquisições de rezes e pela efetivação de *sociedades* com criadores da terra firme.

Mais uma vez vemos aqui como as modificações nas paisagens de um ecossistema, e os efeitos dessas modificações sobre o conjunto das relações sociais locais, interferem, inevitavelmente, nas paisagens do outro ecossistema nas áreas de transição entre várzea e terra firme.

Considerações Finais

Neste capítulo, analisei como a mobilidade espacial, as práticas de uso e apropriação da terra e as relações de poder simbólico, político e econômico contribuem com as modificações sazonais nas paisagens em uma área de transição entre os ecossistemas de várzea e terra firme. Os casos citados ajudam a compreender o funcionamento da transumância e a analisar a simultaneidade de agências que atuam sobre ela, e suas interações, também simultâneas, com as modificações sazonais das paisagens.

Até meados do século XX, a permanência do gado em terra firme esteve restrita às manchas de savana, e a transumância não resultava em grandes alterações nas paisagens da terra firme. Contudo, nas décadas seguintes, fatores de ordem socioeconômica e ambiental alteraram esta condição. De um lado, houve o aumento do número de criadores e do tamanho dos rebanhos. De outro, houve elevação do nível das enchentes e o prolongamento do número de dias em que os solos aluviais permanecem alagados (BONNET; COUDEL; BOMMEL, 2016). A união desses dois fatores restringiu a capacidade de suporte dos *tesos* das várzeas e das savanas em terra firme durante as enchentes e contribuiu para que capoeiras e florestas passassem a ser convertidas em pastagens. A pecuária, além de se consolidar como uma atividade econômica importante também na terra firme, uma vez que até então se restringia praticamente à várzea, transformou-se num dos elementos centrais que explicam a circulação entre os ecossistemas, abarcando cada vez mais áreas em terra firme situadas distantes das várzeas e, desta forma, contribuindo para a alteração das paisagens nos dois ecossistemas.

Para finalizar, ressalto que a mobilidade espacial sazonal não deve ser entendida apenas como uma condição de adaptação às incertezas climáticas e ao funcionamento dos regimes ecológicos de cheias e vazantes. Ao mediarem a mobilidade de pessoas e animais nas áreas de transição entre várzea e terra firme, as relações de poder devem ser consideradas como fenômenos constituintes da produção de paisagens e como fatores de interesse geográfico no que tange a análise das articulações entre ecossistemas.

Referências

ALENCAR, E. F. **Terra Caída: Encante, Lugares e Identidades**. 262 p. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade de Brasília, 2002.

_____. **"Nesse tempo não existia essas ilhas por ali": sobre modos de perceber o ambiente e narrar o passado**. *Iluminuras (Porto Alegre)*, v. 14, nº 34, p. 11-32, 2013.

ARAÚJO, R. **La cité domestique. Stratégies familiales et imaginaire social sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne**. 320 p. Tese de Doutorado (Antropologia) - Université Paris X Nanterre, 1993.

BENATTI, J. H. **Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável**. In: ALVES, F. (Org.). *A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia*. Brasília: Ipea, 2016. p. 17-29.

BONNET, M.-P. *et al.* **Floodplain hydrology in an Amazon floodplain lake (Lago Grande de Curuai)**. *Journal of Hydrology*, v. 349, n. 1-2, p. 18-30, 2008.

BONNET, M.-P.; COUDEL, E.; BOMMEL, P. **Rapport final du projet "Climate change and Floodplain lake biodiversity in the Amazon Basin: how to the ecological and economic sustainability"**. Projet de Recherche. Montpellier: IRD-CIRAD, 2016.

COSTA, F. de A.; INHETVIN, T. **A agropecuária na economia de várzea da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Manaus: ProVárzea/Ibama, 2007. 202 p.

DONG, S. **Overview: Pastoralism in the World**. In: DONG, S. *et al.* (Org.). *Building Resilience of Human-Natural Systems of Pastoralism in the Developing World*. Cham: Springer, 2016. p. 1-37.

FOLHES, R. T. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. 299 p. Tese de Doutorado (Geografia) - Université Paris III Sorbonne Nouvelle & Universidade Federal do Para, 2016.

_____. **A gênese da transumância no baixo rio Amazonas: Arranjos fundiários, relações de poder e mobilidade entre ecossistemas**. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 38, n°1, 2018, p. 138-158.

GEFFRAY, C. **Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne: essai sur l'exploitation paternaliste**. Paris: Karthala, 1995. 185 p.

GENTIL, J. M. L. **A juta na agricultura de várzea na área de Santarém-Médio Amazonas**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4, n. 2, p. 99-118, 1988.

HARRIS, M. **Peasants in the floodplain: Some elements of the "agrarian question" in Riverine Amazonia**. In: NUGENT, S.; HARRIS, M. (Org.). *Some other Amazoni-*

ans: perspectives on Modern Amazonia. London: Institute of the study of the Americas, 2004. p. 57-83.

_____. **Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, race, and popular culture in the north of Brazil, 1798-1840**. New York: Cambridge University Press, 2010, 331 p.

_____. **Rhythm of wetland life. Seasonality and Sociality**. In: MENOTTI, F.; O'SULLIVAN, A. (Org.), *The Oxford Handbook of Wetland Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 739-750.

JUNK, W. J. *et al.* **A classification of major natural habitats of Amazonian white-water river floodplains (várzeas)**. *Wetlands Ecology and Management*, v. 20, n. 6, p. 461-475, 2012.

KI-ZERBO, J. **Vers une gestion durable des plaines d'inondation sahéliennes**. Gland: IUCN, 2000, 224 p.

LEROY, J.-P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes / FASE Editora, 1991.

LÔBO, G. **Notas sobre a parceria pecuária do médio Amazônas paraense**. *Papers do NAEA*, n. 24, p. 1-18, 1993.

MAURICE-BOURGOIN, L. *et al.* **The role of flood plains in the hydrology and sediment dynamics of the Amazon River, Brazil**. In: WALLING, D. E.; HOROWITZ, A. J. (Org.). *Sediment budgets 1*. Wallingford: AISH, 2005. p. 310–319.

O'DWYER, E. C. **A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas**. In: LIMA, D. de M. (Org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Ibama/ ProVárzea, 2005. p. 207-264.

OSTROM, E. **Understanding Institutional Diversity**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

SANTOS, M. **O retorno do território**. *OSAL : Observatorio Social de América Latina*, v. 6, nº 16, p. 255-261, 2005.

STOLL, E. **Rivalités riveraines : territoires, stratégies familiales et sorcellerie en Amazonie brésilienne**. 563 p. Tese de Doutorado (Antropologia) - Ecole Pratique des Hautes Etudes / Universidade Federal do Pará, 2014.

STOLL, E.; FISCHER, L. R. da C.; FOLHES, R. T. **Recenser la propriété en Amazonie brésilienne au tournant du XXe siècle. Des registres de terres de João de Palma Muniz aux cartes de Paul Le Cointe**. *Histoire & mesure*, v. XXXII, n. 1, p. 53-90, 2017.

STOLL, E.; FOLHES, R. T. **La (dés)illusion communautaire : de l'ambivalence de la notion de "communauté" en Amazonie brésilienne**. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 100, nº 2, p. 73-113, 2014.

Dona Lulita, uma *filha* do rio Erepecuru.
Fotografia : Julia Sauma.

"Moramos no mundo dos invisíveis": Sobreposição, ruptura e movimento em uma área coletiva quilombola[1]

Julia Sauma

> *Estou com medo, pastor, muito medo*, uma voz fina cantarolava da canoa azul que vinha em nossa direção pelos jacintos que cobrem as superfícies das enseadas do rio Erepecuru. Olhei com dificuldade pelo sol forte do meio da manhã e vi uma figura cinza curvada, um largo chapéu de palha e o lento ritmo do remo. Ao aproximar-se do barco ancorado onde descascávamos uma enorme pilha de mandioca, Lulita – uma das velhas *filhas* daquele rio – repetiu sua declaração ao pastor evangélico que estava entre nós, *Estou com medo, pastor, muito medo*. A proa da sua canoa cutucou o nosso barco e Lulita se arrastou até um dos vãos laterais. Sentada em sua canoa, pequena, com cabelos grisalhos e olhos azuis, Lulita fitava o horizonte. Puxou um pequeno cachimbo de madeira de sua saia, o acendeu e tragou. *Ouvi dizer que você está procurando um marido jovem*, o pastor brincou. Lulita franziu os seus lábios e sacudiu a cabeça. *Do que você tem medo Lulita?*, perguntou o pastor. *Dos bichos*, ela respondeu com um sorriso seco e olhar distante, e depois virando para dentro do barco repetiu, *dos bichos, pastor*.

Em 1998 e 2000, após mais de uma década de negociações e duras expedições nas densas florestas que cercam suas comunidades para a demarcação física da sua terra, os *filhos do Erepecuru*[2] receberam os títulos federal e estadual da sua Área Quilombola. Com seus 231.610,2939 hectares, o território quilombola

1. O presente ensaio foi elaborado durante um Pós-Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP), com financiamento do Programa Nacional de Pós-Doutoramento da CAPES.

2. Durante os últimos onze anos, a pesquisa etnográfica que fundamenta o presente trabalho foi realizada em grande parte nos rios Erepecuru e Cuminá, afluentes do rio Trombetas. Contudo, diversas visitas, conversas, reuniões e entrevistas foram realizadas em comunidades quilombolas nos rios Trombetas, Acapu e Ariramba. A noção de ser *filho* de determinado rio é bastante comum nessa região. É o termo de autoidentificação mais comumente utilizado pelos remanescentes de quilombos de Oriximiná. Outros termos incluem: *remanescentes*, *quilombolas*, *coletivos* e *castanheiros*. Para uma discussão dessa sobreposição de autodenominações, ver Sauma (2013).

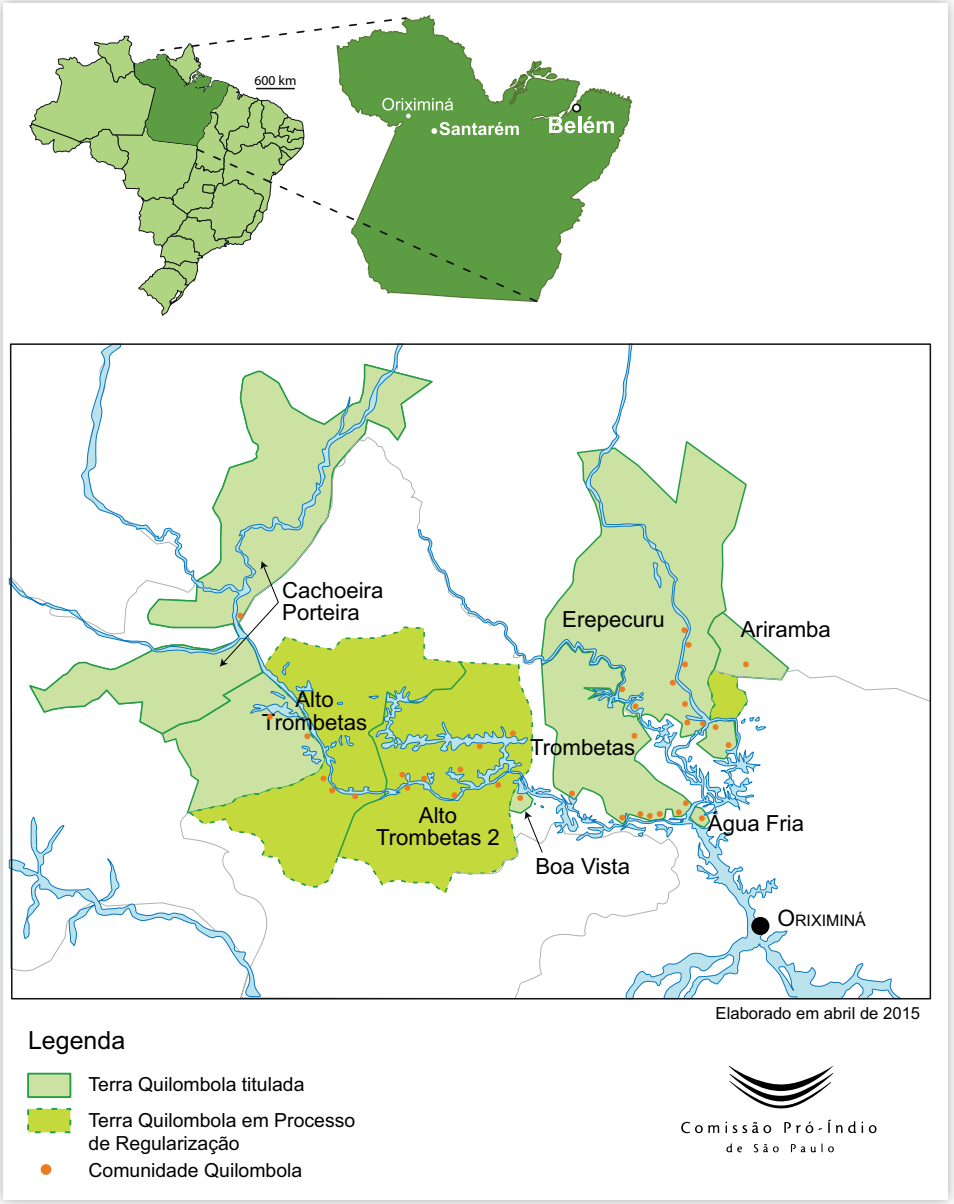


Figura 1. Terras Quilombolas em Oriximiná, Pará.
Direitos autorais: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Erepecuru é um dos maiores territórios quilombolas titulados no Brasil. É composto por ambiente de várzea e de terra firme, comunidades[3], roças e matas densas, castanhais, cachoeiras, rios, lagos e igarapés.

A titulação de sua *área*, como os *filhos* costumam denominar a sua terra, ocorreu dois anos após as primeiras demarcações e titulações de territórios quilombolas realizadas no Brasil, que contemplaram as comunidades Boa Vista do Rio Trombetas e Água Fria, ambas localizadas no rio Trombetas (Figura 1). Localmente, refere-se a essas primeiras áreas demarcadas como *áreas dos parentes*, obtidas através da *luta* que os *filhos* do Trombetas e do Erepecuru venceram através da *união*.

O presente ensaio parte da constatação de que o processo de formação dessas primeiras áreas quilombolas no Brasil evidenciou um problema para os quilombolas de Oriximiná no que diz respeito à configuração da relação entre pessoa e lugar contida na lógica agrária estatal dominante naquele momento. Por essa lógica, cada família rural – independentemente da região e das práticas tradicionais de extrativismo e de produção – deveria realizar todas suas atividades (de moradia, coleta e lavoura, por exemplo) em um único e circunscrito *lote individual*. Tal lógica foi desestabilizada pelos quilombolas de Oriximiná nesse momento crucial de sua história recente, através da sua demanda por *áreas coletivas*. Essa escolha foi feita ao compararem os procedimentos de demarcação propostos pelo Estado, ou seja, a divisão do território em lotes individuais, com o seu *jeito de viver*, que pressupõe a existência de diferentes tipos de lugares onde se "sobrepõem" áreas de moradia, de lavoura e áreas que servem para a caça e o extrativismo de produtos da floresta. Esta lógica é antagônica à divisão da terra em lotes individuais. *Ser coletivo*[4] foi um dos conceitos criados por eles para falar sobre o seu modo de viver, e distingui-lo assim da forma que o Estado brasileiro

3. Os *filhos* mais idosos dizem que anteriormente vivia-se em *localidades*, em grande parte virilocais segundo dados genealógicos dessa pesquisa. *Localidades* são lugares estabelecidos por uma ou duas famílias (muitas vezes irmãos) que, aos poucos, aumentavam à medida que as suas crianças cresciam e casavam. Segundo os meus interlocutores, uma *comunidade* é definida enquanto tal pela presença de uma capela. A primeira comunidade em seus rios, a Serrinha, foi iniciada pelo grande *sacaca* (curador e profeta) Balduíno Melo, mais ou menos no final da década de 1940.

4. Tais expressões, segundo os meus interlocutores, foram *criadas* em reuniões das associações quilombolas de Oriximiná para fortalecer o seu vocabulário, sempre emergente, de mobilização política. Criado, portanto, a partir de múltiplos encontros e trocas com professores, padres, ativistas, antropólogos, biólogos, entre outros, ele potencializa assim a possibilidade de comunicar (entre si e para os outros) sobre o seu *jeito de viver*. A ênfase que os meus interlocutores em Oriximiná dão à *criação* desse vocabulário nessas reuniões problematiza a interpretação que tais termos seriam o resultado de "apropriações" (GALLOIS, 2004) ou "ressignificações" (CARNEIRO DA CUNHA, 2009) de termos estatais e/ou acadêmicos, reflexão que infelizmente vai além do escopo do presente trabalho, mas que parte da forma como os meus interlocutores em Oriximiná parecem conceber as suas interações com *pessoas de fora*.

supôs que este deveria ter, como *individuais*. A *área coletiva* ou *área quilombola* seria, a meu ver, outro conceito produzido nesse encontro entre formas de viver e de ser, que surge como uma maneira de responder à ideia de que o lugar da pessoa quilombola seria o lote individual, circunscrito e desvinculado de outros lugares: o conceito nativo de *área* responde ao de *lote*, assim como o conceito nativo de *coletivo* responde ao de *individual*[5].

No entanto, seria precipitado afirmar que *viver um em cima do outro* – concepção ativada pelos quilombolas de Oriximiná no confronto conceitual e político entre ser *coletivo* e ser *individual* – é contingente à luta pela titulação. Tal disposição conectiva traz à tona duradouras práticas de convivência que orientam e são orientadas por noções cosmológicas e sociológicas cuja confluência compõe um espaço-tempo de inúmeras sobreposições – de pessoas e espíritos, lugares, tempos e *forças* – algumas das quais serão descritas aqui. Ao mesmo tempo, veremos como essa composição envolve os movimentos de abertura e fechamento.

No presente ensaio, analiso como a noção antropológica de paisagem ajuda a nossa compreensão da relação que meus interlocutores de Oriximiná estabelecem com os rios, as florestas e os lugares existentes em suas áreas coletivas. Contudo, também busco refletir sobre a necessidade de complementar a compreensão desse conceito com as "rupturas" que os *filhos* do Erepecuru e do Trombetas também identificam em suas *áreas*. Essas descontinuidades tomam a forma de quebras no espaço e no tempo, no perceptível e no verificável, que agem sobre, e também constroem, os lugares e as pessoas – como o medo de Lulita e os *bichos* do Erepecuru e do Trombetas (Figura 2).

1. Sobreposições

No dia em que os agentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)[6] chegaram à comunidade Boa Vista do Rio Trombetas – sem

5. O direito coletivo que os quilombolas reivindicaram transformou a própria concepção jurídica do 'conceito de direitos' e potencialmente até a de 'nação', tal como figura na Constituição brasileira (LEITE, 2008). Assim, o 'Estado pluriétnico' idealizado pela Constituição de 1988 (DUPRAT, 2012) veio a tratar o grupo juridicamente instituído – como as associações quilombolas que possuem os títulos de terras coletivas – como sujeitos individuais, criando um precedente para a resolução de problemas em torno da cidadania e justiça para Afrodescendentes no Brasil, pessoas que foram sistematicamente excluídas do projeto nacional republicano desde a abolição da escravidão em 1888 (LEITE, 2008).

6. Na época (1995), o Incra era o órgão responsável pela demarcação e titulação de terras da União. Contudo, muitas vezes, as terras reivindicadas por famílias e/ou comunidades quilombolas pertencem ao governo do estado do Pará e estão sob jurisdição do órgão estatal correspondente, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) em Oriximiná. A demarcação e titulação da Área Erepecuru envolveu o Incra e o Iterpa.

Figura 2. Aurora no Rio Cuminá. Fotografia: Julia Sauma.

alertar os seus moradores anteriormente – para realizar a primeira demarcação quilombola no Brasil, acreditavam que seguiriam os procedimentos já existentes na época para o estabelecimento de assentamentos rurais, nos quais cada família recebe um título individual pelo seu lote de terra. Contudo, tal proposta foi amplamente rejeitada pelos comunitários de Boa Vista do Rio Trombetas, que se reuniram assim que os agentes desembarcaram nos seus portos. Conforme o que Dona Maria Zuleide Viana dos Santos, moradora da comunidade e coordenadora da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo), me explicou, "eles queriam separar os lotes, mas você está vendo aqui como a gente vive. Como dividir quando a gente mora e trabalha *um em cima do outro*?".

Respondendo aos agentes do Incra em uma intensa reunião que ocorreu naquele julho de 1995, as famílias quilombolas argumentaram que o seu título tinha que ser *coletivo*, e não *individual*, pois o desmembramento da comunidade em lotes possibilitaria a venda da terra e significaria o fim do seu modo de vida, dos seus *costumes*, da sua *alegria* e *tranquilidade*. Segundo eles, o título individual ameaçaria a sua convivência *um em cima do outro*, sua "sobreposição" – termo que proponho

para descrever esse aspecto da vida, enunciado por meus interlocutores nesse momento. Os agentes do Incra saíram da comunidade Boa Vista do Rio Trombetas naquele dia sem demarcar nem titular qualquer lote individual e, depois disso, as famílias iniciaram o processo de formação da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista Trombetas (ACRQBV), bem como de delimitação física da Área coletiva Boa Vista do Rio Trombetas, *abrindo os picos* para delimitar a sua terra. Desta forma, eles conquistaram o primeiro título coletivo quilombola do Brasil, em novembro de 1995, abrindo um precedente jurídico para a demarcação de terras quilombolas no país.

Morar *um em cima do outro*, segundo Dona Zuleide e outros interlocutores quilombolas do Erepecuru e do Trombetas, implica morar em um lugar e trabalhar (na roça) em outro lugar. Isso significa que os quilombolas normalmente atravessam os *terreiros*, quer dizer, os arredores imediatos de diversas casas e, muitas vezes, até embarcam em suas canoas e adentram os lagos mais próximos, onde outros parentes moram, para chegar até sua roça. Morar *um em cima do outro* também significa "ter um pé de laranja no terreiro do seu parente". Toda família costuma plantar pés de fruta próximo as suas casas, que serão usufruídos por todos, mas estes sempre serão identificados como sendo da família que os plantou, mesmo quando esta família já desmontou sua casa e a reconstruiu em outro lugar (Figura 3). Morar *um em cima do outro* não envolve somente uma descrição da disposição espacial das relações de parentesco, mas também uma leitura temporal – e, portanto, "agentiva" – dos lugares que formam as áreas coletivas.

No centro de cada terreiro e de cada comunidade, plantam-se numerosas mangueiras que oferecem sombras frescas para realizar reuniões, conversas e partidas de dominó, assim como frutas doces feito mel durante os longos dias igualmente melados do verão. Muitas vezes, enquanto se deslocam rio acima ou rio abaixo, os moradores identificam uma dessas árvores ou um grupo de árvores na margem do rio, encobertas por mato e cipós, e lembram da história daquele lugar. As árvores não só ativam visualmente o passado, delas também emana a *força* das relações (casamentos ou separações) e dos eventos (nascimentos e mortes) que ali se desenrolaram. Elas evocam *forças* como a *tristeza*, a *raiva* ou a *alegria,* geradas pela convivência e que *entram* nos corpos. Tais lugares são significativos para os moradores, pois guardam algo do passado que permanece. Essa observação nos obriga a repensar qualquer "abstração do problema do espaço daquele do corpo e da ação, e [vai] contra a separação oposicionista do espaço e do tempo", como bem observa Nancy Munn (1996, p. 465) em relação à paisagem warlpiri, no *outback* australiano.

Ali, podemos dizer que a sobreposição de lugares também faz parte do modelo relacional operante, pois os antepassados warlpiri deixaram para trás as formas

Figura 3. Mangueiras na comunidade Jauari, rio Erepecuru. Fotografia: Julia Sauma.

momentâneas de determinada ação, deslocando o índice temporal da "relativa transitoriedade das ações a uma duração, estendida indefinidamente para o futuro" (MUNN, 1996, p. 455 tradução minha). Esse é o *jukurranu*, o "duradouro". No Erepecuru e no Trombetas, aquilo que dura é a *força* das relações (de parentesco ou não) que foram construídas em determinado lugar. E, assim como para os Warlpiri, tais formas duradouras produzem lugares onde o *jeito de viver* dos meus interlocutores pode operar, gerando "espaços excluídos" (MUNN, 1996, p. 455) que eles devem evitar. Contudo, o "duradouro", aqui, não implica somente *forças* que unem e separam parentes e lugares, mas também rupturas: descontinuidades que permanecem dentro dos rios, dos lugares, do mato e das pessoas.

Figura 4. Cachoeira do Chuvisco, rio Erepecuru. Fotografia: Julia Sauma.

2. Os *fundos* do Erepecuru

Maria Roberta me falou que o seu falecido marido, o *sacaca*[7] Chico Melo, contou que um dia ele viu a água borbulhando no porto da sua casa na comunidade Jauari. Ele subiu o barranco situado ao lado do porto e enxergou, no *fundo* do rio, o corpo de uma cobra gigante que se estendia para dentro da terra. Maria Roberta relatou esse acontecimento enquanto conversávamos sobre outras brigas que ocorreram entre parentes, na mesma época. Chico Melo falou para Maria Roberta que a cobra era filhote da antiga *mãe* do rio Erepecuru, que o *tempo da cobra* sempre poderia voltar e que isso aconteceria se seus parentes não parassem de brigar.

7. Para os quilombolas de Oriximiná, o *sacaca* tem um *dom de Deus* – muitas vezes identificado durante a infância – que implica uma ligação, através de *cordões invisíveis,* com espíritos que vivem nos fundos do rio e *mostram tudo* para o *sacaca*. Tais espíritos visitam o *sacaca*, geralmente à noite, levando -o até os *fundos* (fisicamente e em sonhos) e ensinando-lhe orações e outros conhecimentos que ele deve usar para ajudar seus parentes. São informações sobre plantas medicinais e onde encontrá-las, receitas de combinações entre plantas e outros elementos para curar determinadas doenças, ou onde encontrar pessoas e objetos desaparecidos (SAUMA, 2013).

A principal narrativa ancestral contada pelos *filhos* do Erepecuru é a "lenda das cobras-grandes" (LIMA, 1992; O'DWYER, 2002; RUIZ-PEINADO, 2002; SAUMA, 2013; 2014)[8], que descreve a chegada dos primeiros *negros escravos fugidos*[9]. A lenda contém diversos elementos importantes, mas para a presente discussão os pontos intrigantes giram em torno da ideia de que o Erepecuru era um rio *fechado* ou *encantado* (termos usados como sinônimos pelos quilombolas de Oriximiná) quando os primeiros *mocambeiros*[10] chegaram, e que o rio tinha uma *mãe*: uma cobra- grande que era *dona*[11] do rio. A cobra do Erepecuru não queria deixar os negros subirem. Ela tinha um irmão que era *dono* do rio Trombetas que tentou convencê-la a deixar os negros passarem, mas ela o ignorou. No final, as duas cobras brigaram de forma explosiva e desapareceram. Com isso, os negros puderam subir o rio e *abrir* os seus lugares, *desencantando* os lagos e a mata, e encontrando refúgio em localidades acima da cachoeira do Chuvisco, a *mãe cachoeira* dos *filhos* do Erepecuru (Figura 4).

A vida coletiva nas margens dos rios e lagos do Erepecuru e do Trombetas foi fundada a partir de uma série de violentas rupturas: a escravidão, a fuga das plantações e o conflito com e entre os *primeiros donos* – termo utilizado tanto para os *encantados* (como as cobras-grandes, os botos e os *invisíveis*) quanto para os povos ameríndios que habitavam ali e *ensinaram os antigos*[12] *a viverem na mata*. Contudo, como Chico Melo apontou, o desaparecimento daquele tempo de rupturas não significa que ele não voltará, pois permanece ali, logo abaixo dos

8. Como discutido por Ruiz-Peinado (2002), essa lenda tem diversas conexões com os mitos de origem kaxuyana e tiriyo. Conexões também podem ser feitas com diversos outros povos ameríndios da região (GONGORA, 2007). Porém, tal esforço ficará para outra ocasião.

9. Termo utilizado pelos quilombolas de Oriximiná para falar sobre os seus antepassados (ver, por exemplo, LIMA, 1992). Como proponho em outro lugar (SAUMA, 2013), acredito que esse termo (entre outros) marca a diferenciação intergeracional, uma persistente prática entre os *filhos* do Erepecuru.

10. Outro termo utilizado pelos quilombolas de Oriximiná para falar sobre os seus antepassados. Segundo os meus interlocutores, tal termo era utilizado pelos comerciantes da cidade de Oriximiná, antes da introdução do termo remanescente de quilombo.

11. Os termos *dono*, *dona* e *mãe* são utilizados pelos quilombolas para falar sobre a relação de maestria entre um ser (*visível* ou *invisível*, humano ou não humano) e o lugar onde vive / os seus pertences / certas aptidões (o seu *dom de Deus*) / os seus animais domesticados. Assim, os lugares têm *donos invisíveis*, a caça e as cachoeiras têm *mães* ou *donas invisíveis*, determinados lugares fundos têm *donos* ou *mães*. A diferença entre *donos* e *mães* (ou *donas*) parece denotar a sua fixidez: os *donos* são necessariamente associados a um lugar determinado. Muitas vezes, são figuras que circulam bastante e chegaram de longe. Já as *mães*, são mais fixas e regulam a circulação dos outros. Existe uma clara relação entre o termo *dono* nesse contexto e o uso feito desse termo por diversos povos ameríndios (ver, por exemplo, BRIGHTMAN, 2010; FAUSTO, 2008; VANZOLINI, 2010; WALKER, 2013).

12. Termo utilizado para falar sobre ancestrais mais recentes, conhecidos pela própria pessoa, pelos seus pais, avós ou algum parente.

seus portos. Além disso, hoje no Erepecuru, diversos locais na floresta e nos rios continuam *fechados* e têm *mães*, principalmente as cachoeiras, os igarapés, os castanhais e os lagos. Segundo os meus interlocutores, são locais onde existem *fundos* – poços de água profundos, locais de densa vegetação, grutas de pedras – onde há sempre algum tipo de abundância (água, caça, peixes, ouro, plantas medicinais) e uma *força*: o *Encantado*, potência criadora localizada e, ao mesmo tempo, os *bichos*, espíritos e *invisíveis* – *os encantados* – *mães* e *donos* que habitam no Erepecuru em *encantes*, comunidades localizadas nos fundos dos rios[13].

A *área coletiva* é composta por *fundos* e superfícies, lugares e seres *invisíveis* e *visíveis*, como Profeta – morador da comunidade Pancada, grande companheiro e guia nas matas do Erepecuru – explicou para mim há alguns anos: "Julia, nós, *visíveis*, moramos no mundo dos *invisíveis*". Nessa colocação transparece a importante observação, feita recorrentemente pelos meus interlocutores, de que o seu *jeito de viver* foi construído em um mundo que também pertence a outros seres, que já estavam ali quando chegaram. Para eles, a cobra-grande, os botos, os espíritos dos *fundos* são *coisas dos antigos*. Eles se distanciam, assim, de um tempo em que tais seres eram mais evidentes, em que a sua *área* era mais *fechada*. Mas, ao mesmo tempo, falam da presença desses seres no presente: de como viram a cobra-grande em uma tempestade, como uma parente foi levada para o *encante* ou engravidada por um boto, ou como um espírito fez uma vizinha *pular*[14].

13. Meus interlocutores identificam o *Encantado* (no singular) como *força* onipotente, que é especialmente forte em lugares fundos onde tal *força cria tudo que existe*: os *bichos*, *espíritos* e *invisíveis* – termos que são utilizados com maior frequência que a categoria coletiva de *encantados* (entidades criadas pelo *Encantado,* mas que independem dele). *Bicho* é um termo utilizado tanto para aqueles animais que circulam bastante e que podem enganar as pessoas – como o boto, o veado vermelho e a queixada – quanto para outros animais, tendo em vista que todos os animais foram criados pelo Encantado e têm a capacidade de agir de forma *complicada* ou *enrolada. Espírito* é um termo principalmente utilizado para encantados formados por pessoas que, em vez de morrer, desaparecem nos fundos. Quando aparecem, essas entidades são identificadas como *visagens*; elas também podem ser benéficas e ajudar o *sacaca* a *enxergar* e obter conhecimentos sobre plantas medicinais e orações. Os quilombolas de Oriximiná com quem trabalhei costumam dizer que todos *os sacacas* viram *espíritos dos fundos* no final de suas vidas. *Invisível* é um termo utilizado para espíritos do fundo, donos de determinado lugares e *mães* (como a mãe da caça e a mãe cachoeira).

14. Termo utilizado pelos quilombolas de Oriximiná para falar sobre fenômenos de "transe" (GOLDMAN, 1984), quando o corpo da pessoa é tomado por espíritos ou bichos, que tentam forçá-lo a fugir dos lugares das pessoas para morar em lugares fundos na floresta ou nos rios e lagos. Durante o tempo em que morei no Erepecuru, presenciei diversos casos de mulheres cujos corpos foram tomados por espíritos ou botos. Segundo meus interlocutores, é menos comum os espíritos tomarem o corpo masculino, pois são naturalmente menos abertos (ver abaixo). Mas o sacaca é frequentemente tomado por espíritos (normalmente de outros sacacas) para a transmissão de conhecimento.

Além de curar as doenças dos seus parentes e *limpar besteiras* (tirar feitiço) de suas casas, Chico Melo anunciava essa sobreposição entre o *visível* e o *invisível* e deixava claro que o *tempo da cobra* – um tempo de ruptura, de transformações abruptas – permanecia *no fundo* e poderia voltar e mudar tudo, mais uma vez. Uma das capacidades dos *sacacas* é *enxergar tudo aquilo que está no fundo*, aquilo que é *invisível*, mas presente e que, talvez, esteja atuando na vida dos seus parentes. A grande preocupação de Chico Melo – segundo a sua viúva, Maria Roberta, seus irmãos, filhos e primos – em relação a essa sobreposição entre os *fundos dos invisíveis* e as localidades dos *visíveis* (os *filhos* do Erepecuru) era a briga entre parentes. Segundo o *sacaca*, assim como na lenda, o conflito entre quem tem o mesmo sangue seria *muito forte*, capaz de atrair os *invisíveis* para a superfície (assim como a cobra-grande em seu porto) e *fechar* o rio e as matas novamente.

Segundo as narrativas que reforçam as preocupações de Chico Melo, e segundo as falas do seu filho, Clóvis Melo, que continuou o trabalho do seu pai no Erepecuru, a principal maneira de evitar tais conflitos seria recorrer a certas práticas, elaboradas há muitas gerações, que fundamentam aquilo que os quilombolas de Oriximiná identificam como *ser coletivo*: a *fé* (em Deus e no *sacaca*), o *compartilhamento* de instrumentos, de tempo de trabalho e de produtos – especialmente de comida (ou seja, caça e peixe) – e a *confraternização* (em visitas aos vizinhos e a participação em brincadeiras e festividades). Práticas que estão fundadas em *um jeito de viver*, um conjunto de princípios relacionais cujo principal objetivo seria evitar o conflito, mantendo submersas as rupturas que fundamentam um modo existencial, mas que também podem causar o seu fim.

3. Aberturas e fechamentos

De acordo com a lenda das cobras-grandes, quando os antepassados dos *filhos* do Erepecuru subiram o rio, suas águas e florestas eram completamente *fechadas* e *encantadas*, termos que, como já mencionei, são utilizados como sinônimos pelos meus interlocutores para falarem sobre o passado do Erepecuru, mas também para falarem sobre os pontos fundos de sua área hoje. Essa paisagem contém *lugares abertos* (as comunidades e roças, por exemplo) e *lugares fechados* (como a floresta ou os poços das cachoeiras e dos rios). Entre os lugares mais *fechados* e, portanto, mais perigosos que existem em suas *áreas* atualmente, está a mata densa, local onde até um caçador ou um castanheiro muito habilidoso pode ficar *encantado*, perdido, sem possibilidade de voltar para casa.

Contudo, tais termos não denominam somente pontos fixos. *Abertura* e *fechamento* apontam, acima de tudo, para o movimento permanente do ambiente ou talvez para os impulsos inerentes a essa paisagem, sustentados por ações que *limpam* e *sujam/encantam*, respectivamente. Na lenda, o desaparecimento das cobras-

grandes permitiu o *desencantamento*, quer dizer, a abertura de determinados lugares. Especialmente importante foi a abertura dos lagos, lugares onde há uma abundância de peixes e de caça. Essa ação foi iniciada pelos primeiros *sacacas* com orações e fumaça de charutos de *tauari* (LIMA, 1992) e continua atualmente com o trabalho que o *sacaca* faz para *limpar* as casas e com a incessante *limpeza* do mato que cresce nas roças, nos terreiros e nas sedes das comunidades. A *abertura* e a *limpeza* dos lugares são incessantes porque o *fechamento*, a *sujeira* e o *encantamento* também o são.

Reformulado na antropologia durante os últimos trinta anos para minar as concepções euro-americanas de representação que o fundamentam (ver, por exemplo, DANIELS; COSGROVE, 1988), o conceito de paisagem emergiu como meio de questionar o olhar ocidental universalizante e distanciado (BENDER, 1999; BENDER; WINER, 2001) que define o ambiente como algo estático e inerte (MUNN, 1996), sobre o qual as pessoas constroem a sociedade. Enfatizando, assim, as relações recíprocas e mutuamente constitutivas entre pessoa e lugar, os trabalhos que colocaram a paisagem no centro da antropologia também introduziram a ideia de que essa relação depende não somente do olhar, mas do movimento das pessoas e que não é somente a pessoa, mas o ambiente que também muda e age. Os efeitos teóricos e metodológicos de tal abordagem na disciplina não devem ser subestimados, acima de tudo, no que concerne a nossa compreensão de "pertencimento" (FELD; BASSO, 1996; INGOLD, 2000), em contextos de reivindicações por terras tradicionais[15].

No caso dos quilombolas de Oriximiná, tais trabalhos nos levam a entender os movimentos de *abertura* e de *limpeza* dos lugares como um dos índices da coletividade, do seu *jeito de viver* e, portanto, da *área coletiva*. Ali, a felicidade de uma família ou de suas próprias comunidades pode ser identificada a partir do quão *aberto* e *limpo* ou *fechado* e *sujo* os terreiros estão, pois são indicadores de quanto as famílias usam a sua inteligência e, assim, *têm fé em Deus* e do quanto elas compartilham (alimentos acima de tudo) e brincam juntas.

A agência dos lugares e o movimento das pessoas fundamentam a demanda por uma *área coletiva* para os *filhos* do Erepecuru e do Trombetas, uma vez que a manutenção do seu *jeito de viver* depende dessa sobreposição e da troca entre parentes, e entre os parentes e os seus lugares (do passado e do presente), dependendo assim de uma terra que *não se separa*. Não é somente a pessoa que está em movimento, mas também o ambiente, pois os lugares são abertos por pessoas (acima de tudo, por pessoas ligadas por relações de parentesco), mas começam a *fechar* assim que elas param de agir, e tais movimentos – a abertura

15. Reflexões recentes sobre a importância dessa literatura em tais contextos incluem Abramson (2000), Fay e James (2009), Di Giminiani (2010), James (2006), Povinelli (2002) e Verdery (2003).

acionada pelo parentesco e o fechamento que ocorre na sua ausência – definem os diferentes lugares que compõem as suas *áreas coletivas*.

Como vimos, quando os *filhos* do Erepecuru e do Trombetas veem uma mangueira ou outra árvore frutífera, ou a estrutura de uma casa em um lugar abandonado, e refletem sobre o tempo daquele lugar, sobre as pessoas que moraram ali, se foram felizes ou não, eles identificam a *força* do lugar a partir das circunstâncias que levaram ao seu *fechamento*. Tal processo pode ter ocorrido por diversas razões, mas a principal delas é a *sujeira*: um dos termos utilizados pelos quilombolas para falar sobre a briga e o *feitiço*, que ocorre principalmente entre parentes próximos quando agem de forma *gananciosa* um com o outro, quando não compartilham e não brincam. Assim, o conflito e a inveja entre parentes não levam somente a fechamentos cosmogônicos – como o retorno das cobras-grandes – mas também causam o fechamento de lugares específicos, que são abandonados pelos parentes e, portanto, deixam de ser *limpos*. Esse é um processo que, se não estiver muito avançado, pode ser impedido com a *fé em Deus* e com a *limpeza* da casa com defumações e banhos preparados pelo *sacaca*. Mas, às vezes, as *forças* (de raiva, tristeza ou até alegria) geradas por essas *sujeiras* ficam muito potentes e nada pode ser feito a não ser abandonar o lugar e deixá-lo *fechar*.

A partir dessas imagens – o mato que não para de crescer e as relações de parentesco que podem sempre *se sujar* – quero propor que a *abertura* e o *fechamento* dos lugares não são somente próprios a uma paisagem composta por movimentos de constantes esvaziamentos e enchentes, desaparecimentos e reaparecimentos (de águas, mato, terra, casas, *bichos*, *invisíveis*, relações e, portanto, de pessoas), mas se devem também à sobreposição de *forças* e parentes, *invisíveis* e *visíveis*. E a sobreposição se destaca nesses movimentos especialmente quando levamos em conta que a *abertura* e o *fechamento* não ocorrem somente nos lugares, mas também nos corpos das pessoas.

São inúmeros os casos em que se abandona um lugar ou que se desiste de retomar uma casa abandonada, por exemplo, por conta da intensidade da *força* encontrada ali. Na comunidade do Jauari, no rio Erepecuru, por exemplo, foi relatado o caso de um jovem casal que tentou retomar a casa abandonada dos pais do rapaz situada logo abaixo da comunidade, descendo o rio, e cuja armação e terreiro estavam encobertos por mato. Segundo seus parentes, o casal limpou o terreiro parcialmente e o rapaz reconstruiu uma parte da casa, mas no final desistiram e se mudaram para a comunidade porque *não conseguiram ficar felizes* ali: a *força* do casamento dos seus pais, que foram muitos alegres naquela casa, *força* que permaneceu naquele lugar, *mexia com eles*, especialmente com a esposa. Idealmente, o que se busca são lugares que um dia foram *tranquilos* ou lugares cuja *força* já diminuiu.

Cada comunidade também tem sua *força*; umas são alegres e agitadas; outras, tristes e paradas; outras, ainda, tranquilas. E tais *forças* mudam de acordo com o movimento das pessoas: quanto mais cheia a comunidade, mais alegre ela fica, porém mais vulnerável à raiva e à briga; quanto mais vazia a comunidade, mais triste, mas, apesar disso, ela também fica mais tranquila. Assim, as *forças* são um problema no Erepecuru – como os *encantados* –, pois estão em todo lugar e *são coisas que entram* no corpo das pessoas. A pessoa deveria ter a capacidade de regular tais influências. É importante *saber brincar* e assim poder participar de eventos como as festas e os torneios de futebol que geram a animação e a alegria, sem deixar essa *força* tomar conta do seu corpo e se transformar em raiva. Cada pessoa também deve saber *afastar a tristeza*, andando, visitando os amigos, participando de brincadeiras e assim por diante.

Tal capacidade reside, em grande parte, no corpo: a pessoa com o *corpo fechado* sabe regular a sua interação com tais *forças*, enquanto a pessoa com o *corpo aberto* é suscetível a *tudo que passa por ela*. Segundo meus interlocutores, o *fechamento* do corpo deveria acontecer ao longo da vida. Todos os bebês nascem com *corpos abertos*; à medida que as crianças crescem, a sua *mãe do corpo* – órgão que regula a

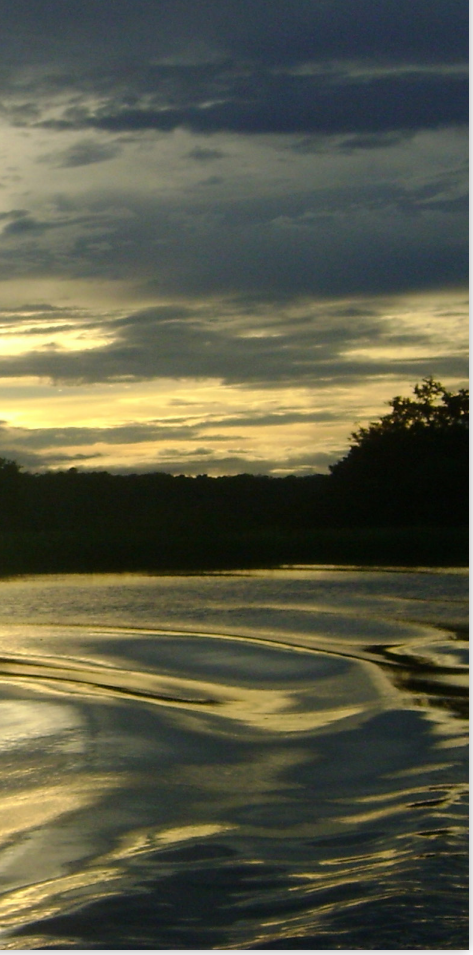


Figura 5. Pôr-do-sol no rio Erepecuru.
Fotografia: Julia Sauma.

circulação de nutrição e *força* no corpo – é fixada em seu umbigo, e com isso as suas *consciências* se desenvolvem, *fechando o corpo* e diminuindo a vulnerabilidade da pessoa. Contudo, o *fechamento do corpo* não é nem garantido nem absoluto. Diversos adultos – homens e mulheres – se identificam ou são identificados como tendo corpos que não se *fecharam completamente*[16]. Determinados estados transitórios, como doenças e a menstruação, também *abrem* o corpo.

Aqui, o *fechamento do corpo* da pessoa é sinônimo de visibilidade, ponto que é eloquentemente colocado nas descrições elaboradas pelos meus interlocutores sobre a susceptibilidade das crianças, que são completamente abertas às *forças do mundo*. Com o *quebranto*, por exemplo, uma doença infantil causada pelo contato da criança com alguém exausto, recém-chegado de uma longa viagem, a criança é então *tomada* pelo cansaço do outro, de forma que parece se transformar nessa *força*. O mesmo ocorre com outras *forças* como a raiva, a tristeza e a alegria.

16. As razões para esse *mau-fechamento* variam: às vezes ele é associado a um *dom* específico – tal como o dom dos curandeiros; às vezes ocorre por conta da falta de certos alimentos ou o excesso de outros, tais como as comidas *remosas*, que são muito *fortes*, como a carne de anta e de tatu, certas espécies de peixe, como o surubim, entre outros.

Enquanto isso, a pessoa com corpo fechado *enxerga mais* e *tem mais juízo* e, por isso, não é influenciada por ou consegue controlar a sua proximidade com aquilo que é invisível – como *forças* negativas ou excessivas, além dos *bichos* e *espíritos do fundo.* Para que tal *fechamento* aconteça, é necessário que a pessoa esteja num lugar *aberto*, pois essa *abertura* permite a circulação dos parentes, possibilitando as trocas e confraternizações, por exemplo, que nutrem a *mãe do corpo*, fazendo as crianças crescerem, suas consciências se desenvolverem e seus corpos se *fecharem*.

A convergência de *aberturas* e *fechamentos* em lugares e em corpos nesse contexto revela o ideal coletivo de pessoas com *corpos fechados* morando em lugares *abertos*: ambos processos que dependem da troca e da brincadeira entre parentes, assim como da *fé em Deus*, que possibilitam a visibilidade. Em contraposição, o *fechamento do lugar* e a *abertura do corpo* fazem a pessoa se aproximar da esfera do invisível, daquilo que não se vê ou que dificulta a visibilidade: o mato, o *fundo*, o Encantado, os encantados, *forças* excessivas que transformam o corpo em pura *força*. Assim, a descontinuidade inerente à sobreposição relacional que quero expor aqui, a duradoura ruptura nas terras que não se separa das *áreas coletivas*, não remeteria somente à permanência de um passado violento em um espaço contínuo, mas também aos desencontros entre o *visível* e o *invisível* (Figura 5).

Conclusão

Etnografias sobre espaços "contestados" (BENDER; WINER, 2001), nos quais se incluem as áreas onde há reivindicações por terras tradicionais, proporcionaram ricos campos de pesquisa, que foram cruciais para a emergência, na antropologia, da noção de paisagem como quadro analítico e descritivo que permite alinhar as concepções políticas, sociológicas e cosmológicas de diversos povos. Nesses trabalhos, enfatizam-se as práticas e narrativas que "constroem" os lugares e vice-versa, fundamentando as reivindicações por territórios tradicionais (ver, por exemplo, FELD; BASSO, 1996; LOVELL, 1998; LOW; LAWRENCE-ZÚÑIGA, 2003). A ênfase desta literatura na conexão entre práticas e "perspectivas de habitação" (INGOLD, 2000) aponta para a estreita relação entre a construção de formas (físicas ou figurativas) e o ambiente, através do engajamento prático das pessoas com o seu entorno. Acompanhando a busca por uma antropologia mais reflexiva, o esforço etnográfico e analítico de inserir o sujeito e a sua capacidade perceptiva como agente da paisagem teve a importante função de combater a ideia de que existe um olhar determinante sobre qualquer lugar – um olhar de fora e utilitarista, como aquele que contempla um mapa ou uma pintura. Essa perspectiva subverte assim uma concepção etnocêntrica da paisagem, levando-nos a prestar mais atenção nas íntimas relações entre as pessoas e seus lugares, e na importante conexão entre o movimento e a percepção.

Contudo, tal renovação analítica também gera um problema para o presente ensaio, bem expressado por Abramson (2000, p. 2): o autor sugere que a disseminação do uso desse conceito permite a emergência de uma miríade de paisagens internas a atores individuais, colocando o "ator humano além do domínio da estrutura". Em outros termos, para Abramson, os limites do conceito de paisagem estão no protagonismo excessivo dado ao sujeito a partir da ênfase em "processos humanos primários", como a percepção, algo que dá força a essa abordagem, mas que – levada longe demais – dificulta, por exemplo, a nossa compreensão do lugar do *invisível* no *jeito de viver* quilombola em Oriximiná, a não ser que este seja apreendido de forma metafórica ou figurativa. Esse descompasso fica especialmente claro quando levamos em conta que *o invisível*, no Erepecuru e no Trombetas, é ativo, mas não *deve* ser percebido, a não ser pelo *sacaca*. *O invisível* deve ficar fora do alcance perceptivo da pessoa, pois constitui um mundo que só emerge quando o *seu jeito de viver*, o seu ideal coletivo, não está operando corretamente.

A solução de Abramson – considerar a terra como "significante material da diferença cultural" (2000, p. 2) – ressoa em Oriximiná, onde o processo de demarcação do território quilombola gerou a oposição entre *coletivos* e *individuais*. Contudo, "terra" também é um termo que limita o nosso horizonte, potencialmente sobrecodificando a relação entre diferentes componentes – lugares, floresta e rio, *visíveis* e *invisíveis* – com a propriedade e a materialidade. Ou seja, o uso do termo "terra" dificulta nossa capacidade de entender a relação entre os processos de coconstrução de pessoas e lugares e o mundo imaterial, como nos casos de desencontros entre *visíveis* e *invisíveis*[17].

Proponho sobrepor analiticamente, em vez de substituir, a oposição entre sujeito (e, portanto, agência) e estrutura, com a contraposição entre *visível* e *invisível* – nas relações baseadas na troca entre pessoas e entre pessoas e lugares, e desencontros que *fecham* tais relações. Acredito que tal posição, que emerge a partir das

17. Há sempre a tentação de analisar essa relação em contextos amazônicos não ameríndios a partir da teoria do perspectivismo (LIMA, 1996; VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Como argumento em outro lugar (SAUMA, 2013), acredito que temos que ter muito cuidado. Tal teoria – ancorada em um rico corpo etnográfico e mitológico – certamente ressoa em diversos contextos amazônicos, inclusive no Erepecuru e no Trombetas. Contudo, também não acredito que o perspectivismo seja "aplicável"; o procedimento para o uso dessa teoria teria que ser o comparativo. No caso dos quilombolas de Oriximiná, os elementos emergentes da etnografia que poderíamos chamar de "perspectivistas" – como a capacidade de determinadas presas ou *bichos* (como o boto) serem tomados por humanos, e nas reflexões sobre os *encantes* e como tais locais parecem com uma comunidade (com casa, campo de futebol e comércio) – são sistematicamente sobrepostos, em suas narrativas, pela invisibilidade. Os enganos que emergem nos desencontros entre humanos e prezas ou *bichos* não são, a meu ver, fruto de uma continuidade excessiva (mitológica) de fundo, mas de uma descontinuidade absoluta. Tal reflexão será elaborada em uma publicação futura.

etnografias sobre os quilombolas de Oriximiná[18], complementa o trabalho feito pelo conceito de paisagem com as rupturas que podem permanecer no campo de ação do ator, mas fora do seu controle e fora do seu campo de percepção, como vimos no início deste trabalho com o exemplo do medo de Lulita, algo que acompanha os meus interlocutores no Erepecuru e no Trombetas todos os dias. A sobreposição entre corpos e lugares nas *áreas coletivas* dos quilombolas de Oriximiná abre um caminho para entender essa dinâmica, pois ambos *abrem* e *fecham*, produzem e recebem *forças*, mas um como reflexo do outro. Os *lugares fechados* do Erepecuru e do Trombetas são feitos por *forças* que desfazem os corpos das pessoas. As *áreas coletivas* dos quilombolas de Oriximiná sugerem, assim, uma concepção espaço-temporal construída pelos desencontros constantes e desconcertantes entre o *visível* e o *invisível*, de quem vive *um em cima do outro*.

18. Ver também Scaramuzzi (2016) e Félix (2006; 2011). Tal oposição é comum em outros contextos amazônicos não-ameríndios como vemos em, por exemplo, Harris (2000 e o presente volume) e Maués (2005), uma comparação entre tais descrições e análises e as narrativas quilombolas do Trombetas ficará para um futuro trabalho.

Referências

ABRAMSON, A. **Mythical, Land Legal Boundaries:** Wondering About Landscape and other Tracts. In: ABRAMSON, A.; THEODOSSOPOULOS, D. (Org.). *Land, Law and Environment: Mythical Land, Legal Boundaries*. London: Pluto Press, 2000. p. 1–30.

BENDER, B. **Subverting the Western gaze:** mapping alternative worlds. In: UCKO, P. J.; LAYTON, R. (Orgs.). *The archaeology and anthropology of landscape: shaping your landscape*. London: Routledge, 1999. p. 31-45.

BENDER, B.; WINER, M. **Contested Landscapes:** Movement, Exile and Place. London: Bloomsbury Academic, 2001. 414 p.

BRIGHTMAN, M. **Creativity and Control:** Property in Guianese Amazonia. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 96, n. 1, p. 135-167, 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas:** e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 436 p.

DANIELS, S.; COSGROVE, D. E. **Introduction:** Iconography and Landscape. In: COSGROVE, D. E.; DANIELS, S. (Org.). *The Iconography of Landscape: Essays on The Symbolic Representation, Design and Use of Past Environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DI GIMINIANI, P. **Ancient lands, modern transactions:** Land restoration among the Mapuche people. Ph.D. Dissertation - University College London, 2010.

DUPRAT, D. **O direito sob o marco da plurietnicidade/multiculturalidade**. In: RAMOS, A. R. (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 228-236.

FAUSTO, C. **Donos demais: maestria e domínio na Amazônia**. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 329-366, 2008.

FAY, D.; JAMES, D. **Restoring what was ours:** an introduction. In: FAY, D.; JAMES, D. (Org.). *The Rights and Wrongs of Land Restitution: "Restoring What was Ours"*. New York: Routledge-Cavendish, 2009. p. 1-2.

FELD, S.; BASSO, K. H. **Senses of Place**. Santa Fe: School of American Research Press, 1996. 293 p.

FÉLIX, C. C. **Todo lugar tem uma mãe**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. **Sentidos da Ação – Proteção e Perigo numa Comunidade Remanescente de Quilombo do Rio Trombetas**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

GALLOIS, D. T. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?** In: RICARDO, F. (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GOLDMAN, M. **A Possessão e a Construção Ritual da Pessoa no Candomblé**. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, 1984.

GONGORA, M. F. **No Rastro da Cobra-Grande.** Variações míticas e sociocosmológicas: a questão da diferença na região das Guianas. 150 p. Dissertação de Mestrado (Antropologia) - Universidade de São Paulo, 2007.

HARRIS, M. **Life on the Amazon:** the anthropology of a Brazilian peasant village. London: British Academy, 2000. 236 p.

INGOLD, T. **The perception of the environment:** essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000. 465 p.

JAMES, D. **Gaining ground:** "rights" and "property" in South African land reform. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006. 304 p.

LEITE, I. B. **O Projeto Político Quilombola:** Desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 965, 2008.

LIMA, J. **História dos negros que através da luta conseguiram libertar-se dos senhores de escravos**. Pará: 12 dat., 1992.

LIMA, T. S. **O dois e seu múltiplo:** reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 21-47, 1996.

LOVELL, N. **Locality and belonging**. London; New York: Routledge, 1998. 218 p.

LOW, S. M.; LAWRENCE-ZÚÑIGA, D. **The anthropology of space and place:** locating culture. Malden: Blackwell Pub, 2003. 422 p.

MAUÉS, R. H. **Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico:** a religião. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 259-274, 2005.

MUNN, N. D. **Excluded Spaces:** The Figure in the Australian Aboriginal Landscape. *Critical Inquiry*, v. 22, n. 3, p. 446-465, 1996.

O'DWYER, E. C. **Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá**. In: O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Gétulio Vargas, 2002. p. 255-280.

POVINELLI, E. A. **The Cunning of Recognition:** Indigenous Alterities and the Making of Australian Multiculturalism. Durham: Duke University Press, 2002. 338 p.

RUIZ-PEINADO, J. L. **Cimarronaje en Brasil:** Mocambos del Trombetas. Vilanova i la Geltru: El Cep i la Nansa, 2002.

SAUMA, J. F. **The Deep and the Erepecuru:** tracing transgressions in an Amazonian Quilombola territory. Ph.D. Dissertation - University College London, 2013.

_____. **Entrosar-se, uma reflexão etnográfica afroindígena**. *Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)*, v. 23, n. 23, p. 257, 2014.

SCARAMUZZI, I. A. B. **Extrativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/PA**. 338 p. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, 2016.

VANZOLINI, M. **A flecha do ciúme:** o parentesco e seu avesso segundo os Aweti do alto Xingu. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2010.

VERDERY, K. **The Vanishing Hectare:** Property and Value in Postsocialist Transylvania. Ithaca: Cornell University Press, 2003. 448 p.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

WALKER, H. **Under a watchful eye:** self, power, and intimacy in Amazonia. Berkeley: University of California Press, 2013. 239 p.

Dona Zenaide, moradora da Costa do Macaco, na comunidade de Arimum, com seus netos.
Fotografia: Emilie Stoll (Agosto de 2012).

"Vamos segurar nossas *pontas*!" Paisagens em movimento e domínio sobre os lugares no rio Arapiuns

Emilie Stoll

Introdução

Na estação seca, de agosto a dezembro, ao chegar às comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas do rio Arapiuns – último grande afluente do rio Tapajós, estado do Pará –, o viajante logo escuta dos moradores comentários sobre *a beleza* das longas praias de areia branca que se estendem por centenas de metros avançando sobre o grande rio[1] (Figura 1). Essas praias formam o que eles chamam de *pontas*, cuja toponímia e feição singular são conhecidas de todos aqueles que por elas transitam regularmente. Nelas, algumas famílias constroem casas provisórias de palha de curuá – os *tapiris* –, nas quais se instalam para ficarem próximas às margens do rio e dos *lagos*[2]. Essa época de seca é conhecida pela sua *fartura*, já que o jaraqui, um peixe de escama muito apreciado na região, sobe o rio em cardumes para desovar nas nascentes (processo chamado de *piracema*).

No outro período do ano, de janeiro a julho, durante a cheia e a vazante, as *pontas* ficam cobertas pela água, que se aproxima das casas construídas diretamente no chão, em terrenos elevados abertos em meio à mata secundária. Olhando de longe, o que se vê é essa mata encostando no rio (Figura 2). As *pontas* submersas formam então bancos de areia cobertos por uma camada rasa de água e precisam ser conhecidas e localizadas pelos condutores de canoas e barcos para evitar que encalhem. As *pontas* participam também da formação de *ilhas* e *lagos*, dois outros elementos que os moradores destacam na sua paisagem: o que eles chamam de *lagos* são retenções de água formadas pelo encontro de duas *pontas* que, durante a seca, represam a água do rio principal, enquanto as *ilhas* são elevações com vegetação que resultam do acúmulo de sedimentos em uma parte da *ponta* (como se vê

1. No baixo rio Arapiuns, onde foi realizado este estudo, a largura do rio atinge 12 quilômetros.

2. O que significa, portanto, estar mais perto de pontos de pesca, do porto onde o barco de linha para, e da água que é preciso carregar até a cozinha (em 2016, a maioria das casas da margem esquerda do rio Arapiuns ainda não possuía água encanada).

Figura 1. Pontas ao redor do Lago de Arimum no rio Arapiuns (14 de outubro de 2017).
Fotografia: Erik Jennings

na Ilha do Tatu, Figura 3). Como as *pontas*, as *ilhas* e os *lagos* estão constantemente em movimento.

As mudanças sazonais constantes se veem assim de maneira marcante nas *pontas*: elas oscilam entre o seco e o molhado; ora são faixas de terra emersas e visíveis, ora estão sob a água e são pouco visíveis. Elas constituem um prolongamento de terra que adentra o rio e são consideradas pelas populações locais como uma passagem entre a superfície e o *fundo*[3]. As *pontas* são, portanto, um espaço liminar, de interface, onde os humanos encontram-se com seres subaquáticos, os *encantados*. Essa liminaridade se expressa também no seu caráter híbrido, já que ali se encontram diferentes elementos (água/terra), diferentes mundos (terrestre/subaquático, humano/não humano) e, como veremos mais adiante, diferentes períodos (passado/presente). Além de oferecer à vista uma peculiaridade física (*ponta, ilha, lago*), a *ponta* também traz uma distinção ecológica: é um lugar *farto* em peixe e caça, onde crescem espécies vegetais comestíveis. Nesse sentido, as *pontas* são feições paisagísticas "salientes" (em termos visuais, práticos e cognitivos) do ambiente dos moradores do Arapiuns.

A liminaridade do estatuto das pontas é intrínseca a ecossistemas de planícies alagáveis, como várzeas ou deltas. Estudos recentes em planícies alagáveis têm efetivamente questionado a dicotomia clássica entre terra e água e seus derivados, já que fica muito aleatório estabelecer uma separação clara entre esses dois elementos que, muitas vezes, se misturam fisicamente. Na Amazônia ocidental, por exemplo, Fraxe (2011) estudou a dimensão que ela qualifica de "anfíbia" dos habitantes das várzeas do rio Solimões. Novas perspectivas abrem para epistemologias mais fluidas, como a geografia dos "ambientes híbridos" proposta por Lahiri-Dut (2014), baseada no estudo das terras encharcadas da várzea do delta do Ganges, em Bengala. A partir das suas observações no delta Mackenzie, no Canada, o antropólogo F. Krause propõe um programa para uma "antropologia anfíbia" (KRAUSE, 2017), que se baseia na análise de quatro aspectos constituintes dos ambientes alagáveis: i) o engajamento dos habitantes desses ambientes em atividades sociais cujas dinâmicas são afetadas pelo fluxo das águas (o que ele chama de *hydrosociality*); ii) a instabilidade dos povoados e dos lugares de moradia, que segue a mobilidade das pessoas e das relações de poder nas quais estão inseridas (para um exemplo na Amazônia, ver Alencar (2013); iii) a relação ambígua e transitória entre o molhado e o seco, que implica romper com as categorias clássicas e considerar o caráter híbrido (LAHIRI-DUT, 2014) de certos pontos ou elementos desses ambientes, como a lama (tal é a proposta de Isabelle; Silveira nesse volume); e iv) finalmente, Krause ancora sua proposta de uma antropologia anfíbia no ritmo cíclico das planícies alagáveis, o que Harris (1998) tem explo-

3. O *fundo* é o mundo subaquático onde habitam os *encantados* e outros *bichos do fundo*.

Figura 2. *Ponta* submersa, mata encostando no rio e *tapiri* alagado durante a cheia no Lago de Urucureá, rio Arapiuns. Fotografia: Emilie Stoll (julho de 2016).

rado no baixo Amazonas a partir do conceito de *taskscape*[4]. Partindo das pistas oferecidas por esse quadro teórico que enfatiza as atividades sociais dos coletivos que habitam esses lugares e considerando o caráter híbrido das *pontas* do rio Arapiuns, proponho um estudo etnográfico destas *pontas* e da maneira com que os ribeirinhos e indígenas do Arapiuns[5] as vivem e pensam. Trarei à tona percepções locais sobre a interação de elementos da paisagem e atores que aparecem nas narrativas dos moradores. Nessas narrativas, humanos, não humanos e elementos

4. Noção idealizada por Ingold (2000b, p. 190) para designar um conjunto de atividades ligadas ao modo de habitar um determinado ambiente com suas temporalidades e ritmos próprios.

5. Embora identifiquem-se com coletivos distintos, os indígenas e as populações ribeirinhas do rio Arapiuns compartilham práticas e representações sobre as *pontas*.

ambientais ocupam camadas sobrepostas. Suas múltiplas interações moldam o contorno das paisagens e a forma como as pessoas se relacionam com os lugares que habitam.

No baixo curso do rio Amazonas, as *pontas* são típicas dos rios de águas pretas, como o Arapiuns, e de águas claras, como o Tapajós[6]. Com sua areia branca fina, elas contribuem para alimentar uma retórica que apresenta a região de Santarém como o "Caribe da Amazônia" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016). Em razão dessa fama, a vila de Alter do Chão (próxima à confluência dos rios Tapajós e Arapiuns) recebe durante o verão milhares de turistas vindos do Pará, de outros estados brasileiros e do exterior. No Arapiuns, as *pontas* também atraem, mas a falta de infraestrutura[7] nos pequenos povoados faz com que até hoje a presença de turistas nesse rio fique restrita a excursões em barcos fretados e a roteiros de ecoturismo promovidos por ONGs ou pequenas empresas locais.

Se as *pontas* do Arapiuns chamam a atenção pela sua *beleza*, o discurso estético formulado pelas populações locais ultrapassa o simples prazer do olhar e não está associado a um uso balneário. A *beleza* destacada é associada à *fartura* do verão amazônico (tempo de *piracema*, das frutas, da abertura das roças) e, sobretudo, à maior sociabilidade permitida pelo aumento das visitas entre amigos e familiares, já que novos caminhos terrestres surgem com a emersão das *pontas* (Figura 1). Por outro lado, para muitos, a presença das praias significa que a vida cotidiana se torna também mais difícil: é preciso carregar a água por centenas de metros até as casas, os caminhos terrestres abertos implicam um deslocamento a pé sob o sol quente em distâncias maiores e, enfim, as *pontas* emersas atrapalham – e às vezes até impedem – a livre circulação dos barcos de linha[8] até a cidade. Assim, as *pontas* de areia mudam os eixos de circulação, facilitando os deslocamentos na escala local ao mesmo tempo que restringem os deslocamentos maiores.

Durante os dois anos que passei na comunidade de Arimum (baixo Arapiuns), em 2011 e 2012, pude observar o destaque que os moradores dão às *suas pontas*. Eles fazem com frequência referência a elas, em contextos variados e sob diversos registros de enunciação. Pode-se dizer que falar das *pontas* – e mais especifi-

6. Segundo a classificação do limnólogo alemão Harald Sioli, existem três tipos de rios: 1) de águas brancas argilosas, como o rio Amazonas, ricas em peixes, 2) de águas pretas, como o Rio Negro ou o Arapiuns, e 3) de águas claras, como o Tapajós. Rios de águas pretas e claras drenam solos arenosos e possuem taxas menores de fitoplâncton, portanto de peixe. São conhecidos como *rios da fome*.

7. Muitas comunidades ainda não possuem energia elétrica, rede de telefonia móvel e saneamento básico.

8. Duas vezes por semana, barcos a motor de médio porte fazem o percurso ida e volta entre a cidade de Santarém e certas comunidades ribeirinhas de uma das margens do rio. É o principal meio de transporte na região.

Figura 3. A Ponta do Tatu, uma *ilha* que *veio andando*, Arimum, rio Arapiuns.
Fotografia: Emilie Stoll (agosto de 2012).

camente de seus contornos que variam ao longo das estações – é uma obsessão discursiva. Além do seu caráter híbrido, o contorno (ou desenho) das *pontas* muda de uma vazante para outra sob o efeito da erosão ou da sedimentação. Algumas praias somem total ou parcialmente[9], abrindo *furos* (canais, passagens); outras se alongam, fechando *lagos* ou dão origem a *ilhas*. Assim, os moradores me disseram que a Ilha[10] do Tatu, por exemplo, localizada no Lago de Arimum, *veio andando,* em tempos remotos (Figura 3). Quando voltei a visitar a localidade, três anos depois, eles comentavam sobre a erosão rápida observável num dos lados da *ilha*, sugerindo que ela estava se movimentando novamente.

Os fenômenos de formação e destruição de terrenos em curto prazo informam os modos de habitar das populações das planícies alagáveis amazônicas (ALENCAR, 2002; HARRIS, 2000; VALENTIN, 2001). Na várzea e no mangue estuarino, esses modos de habitar estão marcados por trajetórias migratórias e pela

9. No estuário do rio Amazonas, Valentin (2001) fez uma etnografia das percepções locais dos antigos moradores da Praia Grande após a destruição desse lugar, levado pelas águas.

10. Os moradores designam como *ilha* uma elevação que se situa no prolongamento de uma *ponta* de areia. Durante a cheia, apenas a parte mais elevada fica emersa e cercada pela água, como uma ilha.

construção de novas casas e abertura de novas roças, que seguem o ritmo do surgimento de novas *ilhas* e do desaparecimento de outras (ALENCAR, 2002; 2013; VALENTIN, 2001). De modo distinto, em ecossistemas de terra firme como é o caso dos rios Arapiuns e Tapajós, as mudanças na paisagem afetam sobretudo as *pontas*, já que a sede dos povoados e as casas são construídas em áreas mais elevadas, que não chegam a ficar alagadas. Assim, nesse caso, a ênfase dada às transformações das *pontas* não tem como objetivo planejar estratégias que permitam manter a moradia ou realizar atividades agrícolas naquele espaço, como é o caso das várzeas do alto Solimões (ALENCAR, 2013). Como veremos através de um exemplo no Lago de Arimum, representativo da região do rio Arapiuns de maneira geral, as narrativas dos moradores trazem à tona um histórico de interações entre determinadas famílias e os seus lugares de moradia, nos quais as *pontas* são componentes destacados. Através de interações nas *pontas* entre dois coletivos (humanos e não humanos subaquáticos), várias gerações de moradores constroem um vínculo com o lugar, negociando sua ocupação legítima com outros *donos* de natureza diversa e com direitos de acesso diferenciados.

Ao dialogar com a literatura sobre ambientes híbridos e paisagens alagáveis em contínua transformação, este capítulo contribui com a discussão sobre a relação homem/paisagem[11] a partir da etnografia das *pontas,* consideradas como espaços e meio de mediação das interações entre coletivos humanos e não humanos do Arapiuns. Essas interações sustentam diferentes formas de domínio sobre a terra e forjam o sentimento de pertencimento de determinadas famílias aos lugares onde vivem.

1. A paisagem evanescente, espelho das relações entre humanos e seres *encantados*

No Arapiuns, muitas *pontas* são consideradas como uma *porta de entrada*, uma passagem entre a superfície terrestre e a chamada *cidade encantada*, onde vivem os *encantados*. Essa passagem, geralmente associada a um buraco muito fundo, dá acesso à moradia – ou *encante* – de um *encantado*. Formada por vários *encantes*, a *cidade encantada* está localizada num nível inferior ao do mundo humano, mas apresenta a mesma topografia. Isso implica que as casas dos humanos e dos *encantados* estão sobrepostas, umas na terra, outras *no fundo*, em níveis diferentes. Essa ocupação conjunta de um mesmo espaço, que chamarei de corresidência (o terreno de uma família ribeirinha coincidindo com o *encante* de um *encantado*), produz encontros e

11. Na Amazônia, uma grande contribuição é o livro do Hugh Raffles, *In Amazonia: a Natural History*, no qual o autor analisa as "políticas da natureza", explorando a complexidade de uma natureza múltipla, marcada por "uma materialidade ativa e irredutível", bem como por uma "discursividade irreduzível", ou seja "um domínio com uma agência complexa" (RAFFLES, 2002, p. 8).

induz interações e negociações na ocupação e no uso da terra. Essas interações são lembradas e transmitidas, sob a forma de narrativas orais, às várias gerações das famílias que habitam nas proximidades de uma *ponta* como podemos ver na trajetória de Seu Roosevelt.

O namoro do Seu Roosevelt com a Sereia do Arará

Seu Roosevelt é morador do Arará, um *lago* que se forma na estação seca pelo encontro de duas *pontas*, que represam a água do rio Arapiuns. Esse *lugar*, o terreno que fica nos arredores do *lago*, pertence à família desse senhor há muitas gerações. Quando visitei Seu Roosevelt e sua esposa em 2011, do outro lado do Lago do Arará também residiam uma sobrinha dele (filha do irmão) e alguns filhos casados dessa sobrinha. Trata-se então do terreno de um grupo residencial formado por várias gerações de descendentes de alguns irmãos de Seu Roosevelt, que ali passaram ou continuaram a residir com seus cônjuges após o casamento[12] (Figura 4).

No meu primeiro contato com *Seu* Roosevelt, na casa dele, ele me contou a história de seu encontro com uma sereia *encantada* que corresside no mesmo lugar, debaixo de uma pedra que fica no rio Arapiuns, em frente à entrada do Lago do Arará.

> Eu tive um romance com uma *encantada*, uma moça muito linda. Quando cheguei na região do Arará para morar, um dia eu vi uma pedra sair da água, aí no rio grande [Arapiuns]. Em cima da pedra, tinha uma mulher linda com os cabelos compridos até os pés. Era uma sereia *encantada*. Ela se apaixonou por mim e começou a me acompanhar todos os dias. Eu ia pescar? Ela nadava do meu lado. Aí ela tomava a formatura de uma sereia, com um rabo de peixe-boi, né. Ela vinha também comigo na terra firme, na forma de gente. Na época, eu já tinha uma mulher que morava comigo aqui. A cada noite, ela [a esposa] caía da rede. Era a sereia que tirava ela porque ficava com ciúme. Ela me acompanhava de noite também, em sonho[13].

Ao juntar-se com a primeira esposa, Seu Roosevelt se estabelece no terreno familiar no Arará. Porém, ele começa a ser perseguido pela sereia *encantada* que tenta seduzi-lo e perturba o sossego do casal, que acaba se separando.

> Depois, ela [a sereia] quis casar comigo. Ela me explicou como tinha que fazer: eu devia esperar ela no rio, uma noite de lua cheia, com uma saca de sal grande

12. Sobre a organização social e a transmissão da terra nas comunidades do rio Arapiuns, ver Stoll e Folhes (2014).

13. Seu Roosevelt Vianna Guimarães, na faixa de 50 anos, lavrador, morador indígena da aldeia Caruci (entrevista do 20/02/2011).

Figura 4. O Lago do Arará durante a seca e as casas dos moradores em 2017, na aldeia Caruci, rio Arapiuns. Fonte: Google Earth (modificado pelo autor)

> na mão. Ela sairia da água na forma de uma cobra grande, com a boca aberta para me comer. Era pra mim jogar a saca de sal na boca dela e ela viraria humana. Seria *desencantada*. Nós poderíamos, então, morar juntos na terra, na casa dela. A sereia me convidou uma vez na casa dela, no mundo *encantado*. Só que ela me avisou que não podia comer a comida que me seria oferecida. A irmã dela era maliciosa e tentou de me fazer comer a qualquer custo. Era pra mim recusar ou não poderia mais voltar na terra, eu ficaria de morto lá. A irmã tentou várias vezes me dar comida, inclusive pela força. Mas nada fez. Recusei. A casa da sereia era muito bonita. Ela falou que caso ela ficasse *desencantada*, a casa subiria para cima na terra. O dia chegou, mas não tive coragem de enfrentar a cobra grande. Não casamos.

Num segundo momento, ela tenta convencê-lo a *desencantá-la*, propondo-lhe uma casa *muito bonita*. Diante dessa perseguição por parte da sereia, Seu Roosevelt resolve se afastar do Arará e vai trabalhar em garimpos de ouro no município de Itaituba (rio Tapajós). Finalmente, a sereia desiste do Roosevelt e este vai consultar um curador[14].

> Depois, me separei [da esposa], fui para os garimpos de Itaituba. Lá continuei a sonhar com ela [a sereia], todas as noites. Mas, aí, a sereia já me falou que não queria mais casar comigo. Tinha encontrado outro rapaz na *cidade encantada*. Esses sonhos me cansavam muito. Fui ver um curador para tirar essas visões. Desde então, nunca mais vi ela. Mas eu sei que ela mora debaixo da pedra, aí no rio, perto do Arará.

14. Especialista ritual que cura as doenças espirituais e as feitiçarias.

Nesse exemplo, a presença de um *encantado* é revelada pelo surgimento de uma pedra no rio. O conflito entre a primeira esposa de Seu Roosevelt e a sereia leva o casal a se separar e precipita o afastamento geográfico de ambos do lugar onde está o *encante* (a casa da sereia), já que a primeira esposa também deixou o lugar. O retorno para o Arará só será possível após um duplo arranjo: um acordo matrimonial (a sereia achou outro cônjuge) e uma negociação com a intermediação de um curador para *cortar as linhas* de comunicação com a sereia, fechando o corpo de Seu Roosevelt[15]. Isso permitiu a ele voltar a morar no Arará depois de juntar-se com a segunda esposa.

Quem são os *verdadeiros donos dos lugares*?

Os moradores do Arapiuns consideram que os *encantados* são os *verdadeiros donos dos lugares*. A permanência das famílias humanas nos seus terrenos depende da boa vontade das *mães*, como também são chamados os *encantados*. Por exemplo, a Noiva Encantada que mora na Ponta do Jutaí, no Lago de Arimum, é considerada como a *mãe* dessa *ponta* e como a *verdadeira dona desse lugar*. E como *tudo lugar tem uma mãe*, a corresidência deve ser constantemente negociada no que diz respeito ao acesso e ao comportamento que os humanos devem adotar nas proximidades de um *encante* (*pontas*, *ilhas*, beiras de rios e igarapés). As *mães* têm também o domínio sobre os seres vivos (animais e vegetais) que vivem em seus *lugares*. Assim, para caçar, pescar, derrubar árvores ou mesmo atravessar igarapés, os habitantes do Arapiuns *pedem licença* para as *mães*. Dizem também que *não se deve abusar*[16] para não chamar a atenção delas, que poderiam lhes provocar uma doença em represália. São frequentes as histórias de famílias que tiveram que sair do lugar onde tinham sua casa construída porque a *mãe* tinha seu *encante* ali embaixo e se incomodava com a presença barulhenta dos humanos. Quando as crianças ficam doentes repetidamente, a esposa cai da rede à noite, barulhos e aparições noturnas amedrontadoras começam a se repetir (canto de galo, cantigas e barulhos de festa, navios iluminados, cobra grande com olhos de fogo, etc.), isso significa que a família não conta com a simpatia da *mãe* do lugar. Ela os perseguirá por vários meios até eles saírem do local.

Existem também *donos* encantados que se aborrecem com a atitude das famílias que ali residem e resolvem ir embora. As narrativas sobre encantados que vão embora mencionam ao mesmo tempo o crescimento da população num determinado lugar, levando ao aumento do barulho e da predação sobre os recursos

15. A filha de *Seu* Roosevelt me disse que ele tinha nascido *encapado* (dentro da bolsa de líquido amniótico). Por isso, ele tem uma certa propensão à mediunidade e tem o *corpo aberto*.

16. O abuso pode consistir em caçar ou pescar mais do que o necessário, trazer a carne *descuidada* (derramar sangue, estragar, etc.), fazer barulho perto dos *encantes*, desmatar, incomodar os *donos* pela sua presença não desejada.

naturais. Outras falam dos jovens que resolvem deixar de seguir as regras ou mesmo de *parar de acreditar nas mães*. Quando um *dono* encantado resolve partir, ele leva consigo todos os seres vivos que o cercam e que lhe pertencem: a caça, os peixes, as árvores. Ela pode também levar a saliência física que compõe seu *encante*: a praia, a *ponta*, a *ilha*, o *lago*, etc. É assim que *ilhas* vão e vêm *andando*, seguindo os passos dos seus *donos* subaquáticos, dependendo dos acordos e atritos com seus corresidentes humanos. Dessa maneira, interações malsucedidas entre os habitantes do Arapiuns e os *encantados* resultam em mobilidades espaciais tanto dos humanos quanto dos não humanos. E as mobilidades dos *encantados* produzem mudanças na paisagem, ou seja, são o motor da evanescência paisagística observável ao longo do rio Arapiuns.

A paisagem como registro das mudanças sociais ao longo do tempo

As narrativas sobre transformações na paisagem a partir de mudanças na composição dos elementos como *pontas*, *lagos* e *ilhas* do rio Arapiuns tecem tramas entrelaçadas de histórias sobre a formação dos lugares. Algumas falam da modelagem dos contornos do leito do rio, com a chegada de seres *encantados* que imprimem seus rastros na paisagem[17]. Outras mencionam a formação dos núcleos de povoamento humano e a sua progressiva expansão demográfica até a criação das *comunidades* nos anos 1970 (STOLL; FOLHES, 2014). Todas enfatizam o tempo transcorrido e as inexoráveis transformações sociais e paisagísticas que ocorrem de uma geração para outra. Também a recordação das relações entre humanos e não humanos através do tempo é acompanhada de descrições de mudanças na paisagem ribeirinha. Nas narrativas, estas mudanças coincidem diretamente com a relação estabelecida com os corresidentes *encantados*. Essas interações intersubjetivas ao longo do tempo entre dois coletivos produzem uma paisagem "evanescente", já que em movimento. A paisagem evanescente é assim entendida como o espelho de negociações bem ou malsucedidas a respeito do domínio da terra.

No exemplo a seguir, Dona Zenaide conta a história do Lago Azul, que surgiu do encontro de duas *ilhas* situadas na altura da costa do Macaco, no rio Arapiuns, e que se modificou com o passar do tempo, em função da relação entre seus moradores humanos e não humanos.

> Tinha uma ilha, que ela tava andando. Lááá, no Lago Azul. Aí, eles iam pescar, e a ilha andava. Porque logo no começo, tinha essa ilha que andava mesmo, no meio do rio, uma ilha assim. Não tem aquela ali com o Tatu? Essa do Tatu que têm? [Figura 3] Pois é, é uma bem parecida, assim. Ela fica flutuando, aí ela vai pra lá, numa certa parte. Vamos supor que ela é larga como daqui pra lá na beira.

17. Por exemplo, é comum ouvir dizer que as cobras grandes são nascidas em terra e que, uma vez crescidas, regressam ao rio; nesse retorno, seus corpos gigantes arrastariam consigo terra, cavando assim o leito dos igarapés.

> E é bem grande! Só que ela vaza só um pouco. E aí fica lá. E ela vai lááá, aí ela vem. E aí ela vem andar[18].

A narradora conhece bem essas histórias por ter vivido na costa do Macaco com seus pais. Eles se instalaram ali após o casamento de uma irmã de Dona Zenaide com o filho de Dona Justina, que era considerada como *dona* do lugar já que havia recebido o terreno de seus pais. Aqui se vê que o termo *dono* também é usado para humanos cujo domínio sobre um lugar é reconhecido. No trecho a seguir, Dona Zenaide chama a falecida Dona Justina (sogra de sua irmã) de "mãe Justina", deixando transparecer a polissemia dos termos *mãe* e *dono/a* nessa região. No decorrer da entrevista, minha interlocutora narra acontecimentos que remetem ao tempo da revolta da Cabanagem (1835-1840), assentando assim a cadeia de ocupação familiar há quase dois séculos. Nesse tempo, a comunidade que existe ali (comunidade de Arimun), ainda não havia sido fundada. E, nessa época, o grupo residencial do Macaco convivia com uma cobra-grande.

> Minha mãe Justina contava. De primeiro, quando era muito por sumido, tinha um suspiro[19] que vazava na beira deste rio grande. Deste rio grande vai embora [na extensão da *ponta*]. Aí vazava, vazava, vazava, que era só pra a gente ver. E fazia assim *finc finc! finc finc!*, a areia. E, aí, botava esse suspiro lá na costa do Macaco, que a gente chama. Olhe lá! Parece que era a cobra-grande que vinha por baixo da terra. E lá vinha aquele suspiro. A Senhora passava lá, isso aqui tava escorrendo aquela água igual no igarapé. No igarapé não escorre assim? Pois lá era assim. Olhe! A Senhora via aquela areia fazer assim [movimento de braço ondulando como o corpo de uma cobra]...

Indicações da presença de *donos encantados* (*mãe* do *lago*, cobra-grande) acompanham o crescimento do grupo residencial do Macaco com a chegada de aliados. Veremos na sequência da narrativa como o processo de povoamento, que culmina na fundação da comunidade de Arimum, incita o deslocamento da cobra-grande. Quando o povoado atinge um tamanho crítico, a cobra-grande some, fechando definitivamente a passagem entre a costa do Macaco e o Lago Azul.

> Agora mudou depois de já ter muita gente já, mas muito mesmo. Que nós já moremos pra lá, nós moremos por aí, e veio mais. Lá quem morava era essa mãe Justina. Aí as filhas dela foram casar, e foram ficando, foram ficando por aí. Eu ainda morei lá com minha mãe, meu pai. Agora tem uma neta também. Depois ficou meu irmão também, que já morreu. Ele morou por aí. (...) Já apareceu muita coisa lá. Agora não. Mudou muito depois de aparecer muita gente. Porque esse suspiro que se desembocava lá na beira do rio, aí fechou. Nunca mais va-

18. Dona Zenaide Vianna, 71 anos, agricultora, moradora da comunidade de Arimum (entrevista em 28/08/2011).

19. Entender "respiradouro".

> rou. Nunca mais. Vinha assim de por baixo da terra e desembocava lá, saía pro rio. Mas depois, nunca mais. Do Lago Azul quando nos entendemos, eu e meus irmãos, ele já tinha mudado muito. Já tinha outros novos.

Essas narrativas de encontros com os *encantados* remetem a diferentes períodos históricos e a múltiplas gerações num grupo residencial. Nem todos esses acontecimentos foram vivenciados por Dona Justina, mas lhes foram transmitidos por seus pais e avós. Hoje, sua nora e seus aliados se encarregam de passar adiante esses registros orais. Neles, vê-se que o crescimento do grupo residencial do Macaco provoca o afastamento da cobra-grande*, mãe* do *lago,* e, por consequência, mudanças na paisagem: o *lago* fechou e a praia deixou de "varar". A partida desse *encantado* também coincide com a diminuição dos peixes e o fim do *tempo de fartura*, escassez que teria sido provocada tanto pelo uso de técnicas de pesca predatórias (pesca com uso de bomba) quanto pela atuação da *mãe* do *lago,* que *faz sumir o peixe* para protegê-lo.

2. As *pontas* como uma visão sociogeopolítica das redes de parentesco

Na primeira parte do capítulo, vimos que as *pontas*, *lagos* e *ilhas* do Arapiuns são espaços privilegiados de encontro entre humanos e *encantados*. Quando essas interações são conflituosas, levam à partida da família perturbadora ou do próprio *encantado*, alterando assim visivelmente a paisagem. Porém, muitas vezes, os dois coletivos mantêm relações de boa vizinhança que resultam na permanência tanto do grupo residencial quanto dos *encantados*, multiplicando assim o estoque de histórias de encontros entre ambos. Nessa seção, vou mostrar que essa relação duradora entre coletivos humanos e não humanos enraíza determinadas famílias e legitima a sua presença em lugares específicos associados a *pontas*. Isto dá origem a uma visão topográfica da calha do rio, onde as *pontas* são marcos espaciais, sociais e temporais dinâmicos.

Legitimando a ocupação e forjando o domínio sobre os lugares

Ao interagir ao longo das gerações, o aumento do conhecimento mútuo entre os coletivos implica numa maior expectativa de contrapartidas e favorece a coexistência pacífica. Do *dono* subaquático, espera-se uma *fartura* renovada (por exemplo, a *mãe* do Lago Azul providencia peixe gordo); dos humanos, espera-se respeito e, às vezes, novas pessoas que serão escolhidas para o *encantamento*. Como vários trabalhos etnográficos têm apontado[20], para se reproduzir, os *encantados* raptam crianças ou seduzem cônjuges humanos (como na história do Roosevelt),

20. Ver por exemplo Faulhaber (1987), Slater (1994), Félix (2011) entre outros.

atraindo-os num "campo relacional ilusório" (TAYLOR, 1993, p. 435). O protagonista humano é enganado pela aparência humanoide de um *encantado* que tenta lhe *encantar* com uma relação comensal ou sexual "aberrante" (*id.*). Se essa relação for consumada, a pessoa perde de vez sua humanidade.

Essas interações de longa duração têm dois desdobramentos. Primeiro, uma corresidência bem-sucedida acaba legitimando a presença de um determinado grupo residencial naquele terreno, pois os *encantados, os verdadeiros donos do lugar,* concordam com a sua presença. Também chamado de *dono* pelas demais famílias dos arredores, o grupo residencial goza então do reconhecimento do domínio sobre esta terra. Ninguém mais pode se estabelecer naquele lugar sem lhes *pedir licença*. Segundo, a coexistência histórica entre os dois coletivos torna muito provável que membros da família que ali residem já tenham sido *encantados*. Desde então, estes passaram a morar no *encante* situado no nível subaquático. A corresidência implicaria então uma relação de aliança, embora esta não seja formulada como tal pelas populações locais. Nesse sentido, as *pontas* e as narrativas de encontros com *encantados* permitem enraizar grupos familiares em determinados lugares, bem como resgatar a memória das trocas de prole e cônjuges com o coletivo encantado associado. Há muitas narrativas sobre famílias vindas "de fora"[21] que se instalaram num local *sem pedir licença aos donos* (nunca é especificado se se trata dos *dono*s humanos ou encantados). Não demora muito, membros destas famílias ficam doentes ou são intimados a sair, como no exemplo dos invasores da Maloca, que será descrito um pouco mais a frente.

Pontas associadas a determinados grupos residenciais e encantados

Ao evocar as *pontas* (e seus derivados, *ilhas* e *lagos*) do rio Arapiuns, os habitantes fazem implicitamente referência a determinados grupos familiares associados a estas, hoje repartidos em diversas comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas: Seu Roosevelt e parentes são os *donos* do Lago do Arará (na aldeia Caruci); a família extensa Barbosa é *dona* da Ponta do Toronó (na aldeia Lago da Praia); a de Dona Justina, do Lago Azul na costa do Macaco (na comunidade e aldeia Arimum); os descendentes do Xubico Cardoso, da Ponta da Morena (na comunidade São Miguel), etc. As *pontas* oferecem assim uma topografia social e geográfica da calha do rio e dos seus habitantes, que se modifica ao longo das gerações. Alguns grupos residenciais espalharam longe a fama dos seus *donos* encantados corresidentes. É o caso da sereia do Lago do Arará que queria namorar Seu Roosevelt; do famoso *pajé sacaca* Merandolino que se transformava em cobra-grande para deslocar-se pelo rio e que, depois de falecer, se *encantou* na Ponta do Toronó

21. A expressão *de fora* abrange todos aqueles que não têm um direito legítimo sobre uma terra no local (que não fazem parte de um grupo residencial antigo), mesmo que sejam parentes (por ex. primos) ou oriundos do Arapiuns.

Figura 5. (1) Ponta da Vila (sede da comunidade de Arimum), (2) Ponta do Jutaí e (3) Ponta do Tatu. Fonte: Erik Jennings (modificado pelo autor).

(STOLL, 2016); e também da *mãe* do Lago Azul, que convive com o grupo do Macaco e ficou escondendo o peixe depois do uso de práticas de pesca predatórias, etc.

As narrativas resgatam a história da ocupação do lugar pelos grupos residenciais sucessivos, com detalhes que trazem elementos sobre a complexidade de uma sociedade pós-colonial, pós-escravocrata e marcada pela chegada contínua de diversos fluxos migratórios. Parece-me bem emblemática (embora localizada no Lago Grande de Curuai), a história da Pretinha encantada da Ilha do Jacaré, que assusta os viradores de tracajá na madrugada dos dias de verão. Contam que Pretinha era uma escrava africana dos Portugueses *donos* da Ilha do Jacaré. Um dia, ela foi tomar banho no rio e, ao se jogar na água, caiu diretamente na boca de uma cobra-grande que bocejava ali (BARROSO, 1988). Assim, os *encantados* são personalizados. Eles têm um nome, uma nacionalidade, um fenótipo e uma história conhecidos dos seus corresidentes humanos e essa identidade traz elementos sobre as camadas sucessivas de ocupação dos seus lugares. Outro exemplo, no Lago de Arimum, a Noiva Encantada cujo *encante* está situado na Ponta do Jutaí (Figura 5) é alemã. Seu irmão, Germano, está *encantado* perto do Lago Azul. Diz-se efetivamente que alemães passaram por ali *durante a guerra*[22], para chegar à fortaleza de Óbidos.

22. A maioria das pessoas associa essa presença alemã à Segunda Guerra Mundial. No entanto, há registros da presença alemã em períodos anteriores.

Figura 6. Localização dos topônimos de pontas no baixo rio Arapiuns. Elaboração Laurence Billault.

A toponímia das pontas: donos humanos, encantados e recursos vegetais

O vínculo entre uma *ponta*, um grupo residencial, um *encantado* e os recursos naturais presentes no lugar fica evidente na sua toponímia. As *pontas* levam o nome de um dos seus ocupantes humanos (Ponta do Cabo, Ponta da Preta), não humanos (Ponta do Galo [encantado], Ponta do Veado [encantado]) ou de um recurso natural abundante, geralmente uma espécie vegetal (Ponta Uxi Cará, Ponta do Jutaí, da Castanheira...). Esse recurso pertence à *mãe* do lugar e é também a razão pela qual uma família pode desejar construir ali a sua casa.

A toponímia das *pontas* vai mudando com o tempo e com a chegada e partida de seus ocupantes sucessivos. Por exemplo, o Lago de Arimum é formado a jusante pela Ponta do Navio. As famílias do lugar já avistaram várias vezes, à noite, um navio encantado cheio de luzes e com barulho de festa. No passado, ela já foi chamada de Ponta do Idelfonso, nome de um antigo morador que faleceu sem

deixar descendência. Hoje, a Ponta do Navio é ocupada por uma nova família e é também chamada de Ponta do Preto, em referência ao apelido do novo *dono*. Quando foram fundadas, a partir dos anos 1960-70, muitas comunidades e aldeias do Arapiuns conservaram o topônimo inicial da *ponta* onde foi construída a sede da vila. É o caso de Arimum e também de Vila Anã, nomes dos seus *donos* encantados, de acordo com algumas versões da origem desses nomes. Em outras localidades, o nome da comunidade foi trocado após a intervenção da igreja católica[23]. É o caso do Lago do Veado [encantado] que virou comunidade Lago Central. Da mesma maneira, a Ponta Uxi Cará tornou-se comunidade Vila Brasil.

3. Vários *donos* negociando o domínio sobre as *pontas*

Nas duas primeiras partes, vimos que as *pontas* têm *donos* humanos e *encantados* cujas interações e atividades influem na transformação da paisagem ribeirinha. Esse domínio compartilhado não é igualitário. Ele se estrutura seguindo uma hierarquia na qual os *verdadeiros donos dos lugares* – os *encantados* – têm a indiscutível primazia. Se seus desejos não forem atendidos, eles expulsarão os moradores humanos ou eles mudarão seu *encante* de lugar, levando consigo parte da paisagem e todos os animais e vegetais do seu habitat. O objetivo desta sessão é refletir sobre as várias formas e níveis de domínio estabelecidos sobre as *pontas* e os lugares do Arapiuns. Veremos, então, como o conceito de *ponta* vem à tona nos discursos das populações em momentos de tensões e conflitos fundiários.

Vários donos hierarquizados

Além dos *donos* humanos (os grupos residenciais atuais) e dos *encantados,* já evocados neste capítulo, existe pelo menos um terceiro coletivo que mantém, de certa forma, domínio sobre as *pontas* e demais terras do rio Arapiuns: os índios pré-colombianos, os primeiros habitantes desses lugares. Não é raro as populações encontrarem cacos de cerâmica, principalmente nos locais escolhidos para construir suas casas ou abrir seus roçados. O entendimento geral é que essas louças eram dos índios do passado que já morreram ou foram embora (VIRTANEN;

23. A formação das *comunidades* do baixo Amazonas está ligada à criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pelos padres católicos adeptos da Teologia da libertação, seguindo a linha diretiva da "opção pelos pobres" proposta pelo Concílio Vaticano II (1962) e da "evangelização libertadora" delineada durante o encontro episcopal dos Bispos em Santarém (1972). Centenas de *comunidades* foram criadas ao longo do rio Arapiuns nos anos 1970 (STOLL; FOLHES, 2014). A primeira etapa residia na construção de uma capela ao redor da qual os grupos residenciais dos arredores construíam uma casa para passar o final de semana e participar das atividades religiosas e sociais. Com a institucionalização e a chegada do Estado nos povoados, as comunidades passaram a funcionar como unidades administrativas e demográficas para a implementação de políticas públicas e projetos sociais (ARAÚJO, 1996; 2009).

STOLL, no prelo). Esses índios pré-colombianos também podem ser considerados como os antigos *donos* do lugar. A presença deles, com esse estatuto, fica muito nítida nas *ilhas* de várzea do Lago Grande de Curuai (na margem esquerda do interflúvio Arapiuns-Amazonas), onde o processo de cheias e vazantes permite descobrir a cada ano novas camadas de vestígios que afloram. No entanto, como o episódio abaixo revela, esse domínio, que teria ficado no tempo passado, pode também ser ativado no presente, mostrando a porosidade e a não linearidade entre diferentes camadas temporais na experiência dos moradores da região.

Em outubro de 2015, fiquei hospedada numa dessas *ilhas*, a Ilha do Taxi[24], com a família de Dona Maria, que lá residia durante o verão para produzir *piracuí* (farinha de peixe). Dona Maria havia recebido do seu pai um pedaço da Ilha do Taxi. Na estação seca, o chão fica encoberto de cacos de cerâmica, dispostos em um círculo cujo diâmetro coincide com aquele de casas circulares ameríndias (malocas). Isso acabou levando Dona Maria a batizar o lugar de Maloca. Uma noite, ela contou sobre um acontecimento que havia transcorrido alguns anos atrás. Uma família da Vila Curuai tinha chegado à Maloca sem pedir licença para ninguém e tinha construído uma casa na vizinhança das casas existentes. Dona Maria contou que esses novos ocupantes eram barulhentos e ficavam *gritando na beira*. Os *donos* da Maloca (o grupo residencial de Dona Maria) ficaram *só de olho*, mas não falaram nada. Certa noite, a *mãe* do lugar, uma cobra-grande, se *invocou* no corpo da moça[25] da casa e falou através dela que estava incomodada com o barulho, pois eles tinham colocado o gerador de energia bem encima do *encante* dela. A cobra pediu que fossem embora. Prosseguindo sua narração, Dona Maria acrescentou: "Aqui na Maloca é a terra dos índios; e índios não gostam de invasão", dando assim o ponto de vista desse segundo coletivo de *donos*. Por último, concluiu sua fala com seu próprio ponto de vista, esclarecendo que a família em questão era *dona* de uma outra *ilha* não vizinha à do Taxi[26]. Assim, em princípio, não podiam ter vindo sem autorização.

Esse episódio exemplifica uma hierarquia de *donos* que, juntos, podem conceder ou impedir o acesso a alguém de fora. A cobra-grande e os índios pré-colombianos contribuem assim para legitimar a permanência do grupo residencial de Dona Maria na Ilha do Taxi, e dificultam a instalação de outros, considerados *invasores*. Na fala de Dona Maria, no topo da hierarquia dominial estão os *encantados*; em segundo lugar, os índios pré-colombianos, primeiros habitantes do lugar e, finalmente, os grupos residenciais atuais.

24. Árvore amazônica da família das leguminosas, também chamada de taxizeiro (*Tachigali*).

25. Trata-se de uma possessão, tal como ocorre na pajelança cabocla no baixo Amazonas.

26. No presente volume, Ricardo Folhes explicita as regras de domínio vigentes entre os *donos* das *ilhas* do Lago Grande de Curuai.

Uma cadeia de donos ordenada em camadas

A essa hierarquia entre os vários *donos* das *pontas* e lugares, corresponde uma representação espacial, em três camadas sobrepostas de baixo para cima: uma subaquática (no *fundo*), uma aglutinada no barro sedimentado da *ilha* (os cacos pré-colombianos) e uma na superfície (em cima da terra). Nesse eixo topográfico, a posição dos atores não é definitiva, pois observa-se deslocamentos com temporalidades diversas. Assim, os índios pré-colombianos já foram os grupos residenciais da superfície. Além disso, os atores podem transitar entre a superfície e o *fundo*, por um período mais ou menos longo: membros dos grupos residenciais (atuais ou no passado) *se encantaram*, outros visitaram a *cidade encantada* e pessoas *encantadas* foram *desencantadas*[27].

O domínio sobre a terra está também ordenado num eixo temporal, combinando vários coletivos oriundos de épocas diferentes (atual, passada, pré-colombiana, mítica...). Camadas sucessivas de ocupantes sobrepõem-se umas sobre as outras, mas continuam se comunicando entre si, e é possível circular entre elas. Ao afirmar que índios pré-colombianos (oriundos de um passado remoto) são *donos* do lugar, os habitantes atuais se inserem numa cadeia de domínio sobre a terra que justifica sua ocupação territorial.

Finalmente, a administração brasileira participa dessa dinâmica criando novas camadas sobrepostas de dominialidade entre os *donos* humanos, ordenando-os segundo o tipo e o grau de domínio oficial e legal sobre a terra. Desde a introdução de uma legislação fundiária na colônia do Grão-Pará (1534) pela monarquia portuguesa, documentos escritos regulam o direito sobre a terra através da aquisição da propriedade. Do ponto de vista do direito fundiário, o *dono* da terra é quem possui um título de propriedade. Consequentemente, a maioria dos grupos residenciais *donos* das *pontas* do Arapiuns não é reconhecida legalmente como proprietária. Porém, a elas outros estatutos podem ser atribuídos (posseiro, concessionário com direito real de uso, ocupante imemorial, etc.) que legitimam sua ocupação territorial, mas que não equivalem a propriedade absoluta[28]. A cada um desses estatutos e graus de domínio corresponde a produção de um tipo de documento: título de propriedade, declaração de posse, licença de ocupação, concessão de direito real de uso, laudo de criação de Terra Indígena publicado no Diário Oficial da União, etc. Vale notar que existem, atualmente, inúmeros casos em que mais de um documento é emitido para uma mesma parcela de terra (por exemplo, um título de propriedade e uma concessão de direito real de uso)

27. É por exemplo o caso da Cobra Norato, uma cobra-grande famosa no baixo Amazonas, que foi *desencantado* por um soldado de Óbidos numa das versões da estória (STOLL, 2016, p. 38-39)

28. O conceito de propriedade absoluta, introduzido pela Lei de Terras de 1850, remete a uma propriedade individual, exclusiva e permanente, ou seja, não revogável sem compensação financeira.

o que acaba implicando sobreposições territoriais (por exemplo, uma propriedade privada e uma Reserva Extrativista, etc.)[29]. Documentos escritos introduzem, portanto, uma nova camada de hierarquia de domínio sobre a terra. Porém, no Arapiuns, mesmo um *dono* ou proprietário com documentos oficiais tem que negociar o acesso a seu terreno com a *mãe do lugar*, sob pena de ser perseguido e acabar tendo que abandonar o lugar.

Assim, as práticas legais e administrativas de transmissão do domínio da terra vêm complexificar a hierarquização entre os *donos* humanos atuais dos lugares, em um quadro mais geral, onde as concepções locais sobre dominialidade da terra incluem os *donos* não humanos.

Marcos territoriais e mobilizações pela terra: "Vamos segurar nossas pontas!"

Em 2012, fui convidada pelos moradores de Arimum a participar de uma reunião de lançamento do Plano de Uso da comunidade[30]. Durante o evento, foi mostrado um mapa realizado pelos técnicos de uma ONG a partir de coordenadas coletadas com GPS, em conjunto, por um funcionário da ONG e pelo Presidente da comunidade. A elaboração desse mapa acontecia num momento de tensões ligadas à sobreposição de duas unidades territoriais recém-criadas: o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Lago Grande e a Terra Indígena TI Cobra Grande, para atender a todos os moradores[31] de Arimum. Boatos sobre uma possível remoção dos não indígenas[32] após a criação da Terra Indígena fazia com que os moradores identificados como tradicionais temessem perder as terras das quais são os *donos* há gerações. Nesse mapa da comunidade, constavam todas as casas e as roças com o nome de seus *donos*, a toponímia das *pontas*, enseadas e igarapés, a delimitação do território total da comunidade bem como indicações sobre o uso dos espaços. No final da apresentação, Dona Zenaide exclamou: "Agora que marcamos os limites da comunidade, vamos poder segurar nossas *pontas*!".

29. Sobre a complexidade fundiária e as sobreposições territoriais no estado do Pará, ver Stoll et al. (2017).

30. Plano elaborado em decorrência da criação do PAE Lago Grande, em 2005.

31. O Brasil adotou uma legislação multicultural com a criação de categorias (indígenas, quilombolas, populações tradicionais) às quais as pessoas se autoidentificam. A essas categorias identitárias são associadas unidades territoriais (Terras Indígenas, Quilombos, Unidades de Conservação) com um tipo de domínio específico (posse imemorial coletiva, propriedade coletiva, concessão real de uso coletiva).

32. O procedimento de *desintrusão* é previsto por lei após a homologação de uma Terra Indígena.

As *pontas* e seus residentes *encantados* também haviam sido destacados no laudo de identificação da Terra Indígena[33] (realizado em 2008), como marcos dos limites do território coletivo que levantava controvérsia. É sintomático que, para definir os contornos do território do grupo (o perímetro da comunidade e o da Terra Indígena) ou o terreno de um grupo residencial (o Arará, o Macaco, etc.), as *pontas* sejam sempre mencionadas. O conceito de *ponta* traz consigo algo que vai muito além da paisagem. Ele inclui o vínculo dos habitantes com sua terra, que se constrói ao longo do tempo, através de interações com outros coletivos de *donos*. Essas interações dizem respeito a negociações para renovar e utilizar os recursos naturais, a trocas de prole e cônjuges, a memórias sobre a história do grupo. Enquanto saliências da paisagem social e topográfica ribeirinha, as *pontas* cristalizam os discursos e as representações dos territórios em disputa. O paradoxo reside no fato de que, embora sejam caracterizadas por uma evanescência intrínseca, as *pontas* são ao mesmo tempo fundamentais para o processo de transmissão (de um território fixo e da sua história) que leva em conta certa profundidade histórica (ao longo das gerações). Porém, elas trazem também à tona, a cada momento, a relatividade dessa situação, que pode ser revertida ao se deparar com alguém que se apresente como "mais *dono*" daquele lugar.

Conclusão: as relações sociais entre coletivos através das *pontas*

A etnografia do conceito nativo de *pontas* nas populações ribeirinhas e indígenas do rio Arapiuns permitiu desenvolver uma "antropologia anfíbia" (KRAUSE, 2017) na qual a paisagem não é considerada apenas como um pano de fundo ou um quadro dentro do qual se desenrolam as ações das pessoas. Considerei as interações dos habitantes com as *pontas* (e seus derivados, *ilhas* e *lagos*) – elementos "híbridos" (LAHIRI-DUT, 2014) em constante transformação –, o que me permitiu explorar as relações sociais entre coletivos e os elementos salientes de suas paisagens, cada um com sua agência própria e suas margens de negociação na interação. Num quadro renovado de estudos sobre as relações entre sociedades e meio ambiente[34], segui a proposta de "estudo relacional *através* da água" desenvolvida por Krause e Strang (2016) e analisei as relações sociais *através* das saliências paisagísticas. Procedendo assim, pude explorar as dinâmicas territoriais e sociológicas das populações do rio Arapiuns em relação ao seu ambiente.

33. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra indígena Cobra Grande (Santarém/PA) produzido pela equipe do Grupo Técnico Cobra Grande (antropólogo coordenador: Leandro Mahalem de Lima), Fundação Nacional do Índio / Ministério da Justiça, janeiro 2009.

34 Ver os debates sobre a divisão ocidental entre natureza e cultura (DESCOLA, 2005; INGOLD, 2000a) e sobre o desenvolvimento das "humanidades ambientais" (BLANC; DEMEULENAERE; FEUERHAHN, 2017).

Mostrei que as mudanças na paisagem ligadas às interações entre vários coletivos corresidentes interferem, numa escala regional, na mobilidade dos humanos e dos *encantados*. Essas mudanças participam de uma visão ribeirinha do mundo eminentemente territorializada, onde as *pontas*, as *cidades encantadas* e os terrenos dos grupos residenciais formam um só mapa cognitivo interligado. Chaumeil (2003) evidenciou um mesmo tipo de visão topográfica, estudando as formas de "xamanismo aquático" praticadas por diferentes grupos indígenas amazônicos; nelas, a figura de proa é a cobra-grande que circula na água e transita entre os mundos (terrestre-humano/ subaquático-espiritual).

No Arapiuns, as transformações físicas constantes das *pontas* ecoam mudanças sociais e históricas, numa temporalidade mais profunda: migrações de grupos residenciais, crescimento demográfico, adoção de novas técnicas de pesca, etc. Essas mudanças afetam diferentes coletivos, localizados em camadas sobrepostas ordenadas em várias dimensões (social, temporal, espacial). Assim, quando os moradores de Arimum comentam sobre as mudanças que ocorrem na Ilha do Tatu e nos demais pontos evanescentes da sua paisagem, eles avaliam o estado atual das suas relações sociais com seus corresidentes *encantados*. Mostrei que a relação dos moradores do Arapiuns com suas *pontas* e com os demais coletivos seguem um padrão de interação mais geral que se repete em outras esferas. Nesse padrão, os sujeitos estão numa posição sempre instável, da qual depende o domínio sobre o lugar. Numa região de ocupação antiga onde não houve uma regularização fundiária satisfatória[35], essa constatação abre novas perspectivas de pesquisa sobre a ocupação regional e as relações de poder entre grupos sociais, partindo do estudo socioterritorial das narrativas de encontros com os *encantados* de lugares específicos.

Epílogo

Em 2016, a Prefeitura de Santarém autorizou a construção de um segundo porto de grãos no Lago do Maica, situado em frente à cidade de Santarém, na várzea do rio Amazonas. Diante da notícia, meu amigo João Antônio (originário de Arimum), espantado, exclamou: "Vão acabar com *nossas pontas*!".

35. Na região de Santarém, foram criadas várias unidades territoriais destinadas a populações tradicionais (entre elas, a Floresta Nacional Tapajós, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, o PAE Lago Grande), quilombolas e indígenas (duas Terras Indígenas foram criadas: a TI Cobra Grande e a TI Maró). Porém, existem sobreposições territoriais em cada uma dessas unidades e, em várias delas, não foi expedido o título de domínio.

Referências

ALENCAR, E. F. **Terra Caída:** Encante, Lugares e Identidades. 262 p. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade de Brasília, 2002.

_____. **"Nesse tempo não existia essas ilhas por ali":** sobre modos de perceber o ambiente e narrar o passado. *Iluminuras (Porto Alegre)*, v. 14, n. 34, p. 11-32, 2013.

ARAÚJO, R. **Fondation d'un lieu et formes de domination sur les fronts pionniers**. *Lusotopie: L'oppression paternaliste au Brésil*, p. 243-252, 1996.

_____. **De la "Communauté" aux "populations traditionnelles"**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [on line], Colloques, publicado online o 06 de julho de 2009, acesso o 28 de maio de 2012. URL : http://journals.openedition.org/nuevomundo/56593.

BARROSO, W. **Lago Grande (boletim de amostra)**. Vila Curuai: Artesanato gráfico Tiagão, 1988.

BLANC, G.; DEMEULENAERE, E.; FEUERHAHN, W. (Eds). **Humanités environnementales:** enquêtes et contre-enquêtes. Paris: Publications de la Sorbonne, 2017. 350 p.

CHAUMEIL, J.-P. **Cuidades encantadas y mapas submarinos. Redes transnacionales y chamanismo de frontera en el Trapecio Amazonico**. In: Morin, F.; Santana, R. (eds). *Lo transnacional, instrumento e desafio para los pueblos indigenas*. 2 ed. Quito: Abya-Yala, 2003. p. 25-50.

DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005. 623 p.

FAULHABER, P. **O navio encantado:** etnia e alianças em Tefé. Belém: MPEG, 1987. 253 p.

FÉLIX, C. C. **Sentidos da Ação – Proteção e Perigo numa Comunidade Remanescente de Quilombo do Rio Trombetas**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

FRAXE, T. de J. P. **Homens anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2011. 223 p.

HARRIS, M. **The Rhythm of Life on the Amazon Floodplain: Seasonality and Sociality in a Riverine Village**. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 1, p. 65-82, 1998.

_____. **Life on the Amazon:** the anthropology of a Brazilian peasant village. London: British Academy, 2000. 236 p.

INGOLD, T. **Culture, nature, environment:** steps to an ecology of life. In: *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000a. p. 13-26.

_____. **The temporality of the landscape**. In: *The perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge, 2000b. p. 189-208.

KRAUSE, F. **Towards an Amphibious Anthropology of Delta Life**. *Human Ecology*, v. 45, n. 3, p. 403-408, 2017.

KRAUSE, F.; STRANG, V. **Thinking Relationships Through Water**. *Society & Natural Resources*, v. 29, n. 6, p. 633-638, 2016.

LAHIRI-DUT, K. **Beyond the water-land binary in geography:** Water/lands of Bengal re-visioning hybridity. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, v. 13, n. 3, p. 505-529, 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Alter do Chão: o Caribe da Amazônia**. *Ministério do Turismo*. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6373-alter-do-ch%C3%A3o-o-caribe-da-amaz%C3%B4nia.html>. Acesso em: 26/jun./17.

RAFFLES, H. **In Amazonia: a natural history**. Princeton: Princeton University Press, 2002. 302 p.

SLATER, C. **Dance of the Dolphin. Transformation and disenchantment in the Amazonian imagination**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. 321 p.

STOLL, E. **La fabrique des entités :** récits sur l'enchantement d'un riverain extraordinaire en Amazonie brésilienne. *Cahiers de littérature orale*, n. 79 (Des vies extraordinaires : les territoires du récit), p. 23-50, 2016.

STOLL, E.; FISCHER, L. R. da C.; FOLHES, R. T. **Recenser la propriété en Amazonie brésilienne au tournant du XXe siècle :** des registres de terres de João de Palma Muniz aux cartes de Paul Le Cointe. *Histoire & Mesure*, v. 32, n. 1 (Le chiffre et la carte. Pratiques statistiques et cartographiques en Amérique latine XVIII^{e}-XX^{e} siècles), 2017.

STOLL, E.; FOLHES, R. T. **La (dés)illusion communautaire :** de l'ambivalence de la notion de "communauté" en Amazonie brésilienne. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 100, n. 2, p. 73-113, 2014.

TAYLOR, A.-C. **Des Fantômes stupéfiants:** Langage et croyance dans la pensée achuar. *L'Homme*, v. 33, n. 126, p. 429-447, 1993.

VALENTIN, T. **L'Amazonie métisse :** narrations et définitions des figures de soi et d'autrui au sein de villages ruraux du Nord du Brésil - Etat du Para. Tese de doutorado (Antropologia) - Université Lumière Lyon 2, 2001.

VIRTANEN, P. K.; STOLL, E. **Grounds for political claims:** Earthworks and anthropogenic soils as cultural heritage and sources of territorial legitimation in Brazilian Amazonia. In: VAPNARSKY, V.; ERIKSON, P. (Org.). *Living ruins : Practices and conceptions of Heritage in contemporary Amerindian societies*. livro em preparação.

Casa ribeirinha, açaizal e porto numa ilha da baía do Guajará.
Fotografia: E. Stoll (2012).

Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças nas paisagens

Edna Castro

A fundação de Belém em 1616, a partir da construção do Forte do Presépio, na desembocadura do rio Amazonas, foi o principal marco do início da colonização portuguesa e de sua expansão para o interior do grande vale amazônico. Nomeada inicialmente de "Feliz Lusitânia", Belém passaria a ser o epicentro de onde irradiariam as ações e estratégias da colonização portuguesa na Amazônia. O sítio original foi escolhido na confluência dos rios Pará e Guamá com a baía de Guajará. Além desses corpos hídricos principais, a área onde se estabeleceu a cidade de Belém é entrecortada por uma série de igarapés e canais de maré, integrantes do sistema hidrográfico do estuário do rio Amazonas. Este território era habitado por vários povos indígenas, sendo os Tupinambá os mais numerosos e aguerridos.

Na desembocadura do rio Amazonas, encontra-se o arquipélago do Marajó, formado por centenas de ilhas[1]. Graças a sua posição geográfica, ele foi a porta de entrada para as expedições oficiais, de missionários de várias ordens religiosas e de viajantes e aventureiros. Ali foi construído o principal porto comercial da foz do Amazonas (e também do rio Tocantins), referência para o comércio e para as cidades, vilas, povoados e sítios que viriam a se desenvolver ao longo dos rios, no entorno de Belém.

Os relatos de missionários, de viajantes e de naturalistas constituem um conjunto importante da literatura sobre a Amazônia colonial, parte dele à espera de interpretações mais rigorosas e críticas. As expedições que percorreram o rio Amazonas e seus afluentes trazem observações sobre os povos originários e seus modos de vida, assim como extensos inventários de fauna e flora. O relato do Frei dominicano Gaspar de Carvajal que acompanhou a expedição de Francisco de Orellana (1540-1542) contém descrições extraordinárias sobre a natureza e os povos que moravam no vale dos rios Solimões e Amazonas, desde a província

1. Estimam-se aproximadamente 2.500 ilhas e ilhotas espalhadas no arquipélago do Marajó, no estuário, sendo a maior delas a ilha de Marajó. No entanto há outras 46 que são de grande e médio porte. Na maior parte, são ilhas de várzea com regime de marés e inundações periódicas. Existem 23 municípios considerados estuarinos e em terras continentais, e todos eles estão no território paraense.

dos Omágua até a sua foz. A expedição de Pedro de Ursúa intentou refazer o mesmo percurso de Orellana entre 1560 e 1561, descendo o grande rio, como também a de Lope de Aguirre, mas esta acabou se perdendo no emaranhado de rios e desviou-se em direção à Venezuela. Dessas viagens, a de Pedro Teixeira, que saiu do porto de Belém em 1637, se tornou memorável pelas narrativas sobre a imensidão do vale amazônico e as estratégias coloniais de conquista (REIS, 1953). Também inúmeras congregações religiosas da Igreja Católica chegaram a Belém desde o início da colonização[2]. Alguns destes missionários produziram relatos minuciosos que nos permitem, no presente, compreender os processos de catequese de índios, a relação colonial e as estratégias de dominação a eles impostas[3].

Essa região do estuário foi também percorrida, no século XIX, por diversos naturalistas e viajantes, tais como Alfred Wallace, Henry Bates, Adalberto da Prússia, Paul Le Cointe, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, Orville Adalbert Derby, Antonio Baena, Luiz e Elizabeth Agassiz, Auguste Plaine e Henry Pearsen, entre outros, que produziram relatos, desenhos, mapas e coleções de espécies, inventariando a diversidade de fauna e flora[4]. Essas obras certamente são importantes pelo testemunho, mas têm limites impostos pela visão colonial, e, consequentemente, pela relação de alteridade que se impõe no processo (DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2008) ao produzir imagens distorcidas, distantes, como assinalam Neide Gondim (2007) e Victor Leonardi (2003), e narrativas marcadas pela percepção e pelas crenças que viam o outro como inferior e ignorante (GOMES, 2007; PIZARRO, 2012), supostamente vazio de espiritualidade, do sensível, de saberes e valores.

2. Entre elas: Ordem de Santo Antônio, Jesuítas, Carmelitas, Mercedários, Capuchos da Piedade, Frades da Conceição da Beira e Minho, todas ungidas na empreita de conquista. De Belém, dirigiram-se para outras regiões mais distantes do epicentro da colonização, como os Franciscanos que se assentaram nas terras do Cabo Norte e os Carmelitas, nas terras do rio Negro (REIS, 1953).

3. As relações entre os Portugueses e os grupos indígenas que ocupavam toda a costa atlântica da Província do Grão-Pará e Maranhão e as áreas interiores foram marcadas por violência e confrontos sangrentos. Os registros documentais mostram o extermínio de aldeias e, também, o deslocamento de grupos localizados no estuário para outros territórios em função da dizimação e de conflitos. Bem sabemos que a violência é a outra face da conquista, da riqueza e do poder que a "descoberta" das Américas proporcionou aos países europeus. A morte de Portugueses, seja pelas guerras ou pelo flagelo de doenças, ataques de animais, fome e os medos que os assolavam, também são temas que povoam narrativas pungentes sobre a saga e a violência da conquista portuguesa na Amazônia. Outro movimento político de camadas subalternas da sociedade, cujo cenário principal foi o estuário amazônico, foi a Guerra da Cabanagem (1835-1841).

4. Por escapar aos objetivos deste artigo, deixamos de desenvolver essa análise sobre as observações encontradas nesses documentos, em especial as representações produzidas sobre o estuário.

A Amazônia é a parte do planeta de maior diversidade biológica, onde se encontra uma das maiores concentrações de água doce bem como enormes extensões de terras ainda com grande cobertura florestal[5]. No estuário do rio Amazonas, a floresta encontra-se parcialmente inundada, com períodos de enchentes e vazantes, apresentando os ecossistemas de várzea, manguezais e terra firme. É uma enorme área composta pelas embocaduras dos rios Amazonas e Tocantins, de grande biodiversidade e altas taxas de fitoplâncton. É ainda a zona de contato da água doce com a água salgada, dinâmica importante para a vida no estuário, onde os recursos de água doce se alternam com os do mar. Raimundo Moraes, em *Na Planície Amazônica* (1960), faz um inventário sobre a floresta, a biodiversidade de fauna e flora, a exuberância da vida ali existente[6]. Ele escreve que no "raio de uma hora, nas imediações de Belém, os entomologistas catalogaram 700 variedades de borboletas, quando as Ilhas Britânicas só possuem 66 e a Europa toda, 399" (1960, p. 86).

Por todos esses séculos, o estuário amazônico foi lugar de morada de diferentes grupos sociais que desenvolveram ali formas diversas de exploração econômica de recursos, tais como as drogas do sertão[7], a madeira, a caça e a pesca, os minérios e os frutos. A região destacou-se pela agricultura de várzea e de terra firme, com plantações de cacau, cana-de-açúcar, tabaco, frutas, grãos e mandioca, bem como a pecuária bovina e equina que se propagou sobretudo na ilha do Marajó. Nas margens de rios e nas ilhas do estuário, foram instalados engenhos para a fabricação de açúcar, rapaduras, cachaça, licores e outros derivados da cana-de-açúcar. As inúmeras ruínas desses engenhos testemunham, no presente, a diversidade de processos de trabalho na transformação industrial do açúcar e de outros produtos agrícolas. A maior parte dessas atividades tinha relação direta com as paisagens de águas, a exemplo da técnica de arrastar as toras de madeira derrubadas na mata através dos cursos d'água, ou com as atividades de navegação e de pesca.

O regime de vazão do rio Amazonas contribuiu para os movimentos de pesca que se alteram conforme a sazonalidade, o tempo de marés, os ventos, a capa-

5. Reforça-se neste início de milênio o debate sobre o uso dos mananciais aquáticos da Amazônia que, certamente, irá se aprofundar no correr desta década. O interesse mundial despertado mais recentemente pela água está relacionado a pressões para ampliar o lugar desse recurso no universo de mercadorias, do ponto de vista da dinâmica dos mercados.

6. A planície amazônica constitui, do ponto de vista da feição fisiográfica, a mais alta expressão na América do Sul, como se refere Sylvio Fróes Abreu (1942), acrescentando que ela está "situada entre as elevações do Brasil Central e o maciço guianense, e limitada a Oeste pelos enrugamentos andinos. A declividade é insignificante ao longo do rio, até a sua foz" (p. 68).

7. Termo genérico para nomear os produtos extraídos da floresta amazônica durante o período colonial, tais como plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais, entre outros.

cidade das embarcações e as técnicas utilizadas para a pesca. As pescarias eram praticadas na extensão do litoral, do Pará ao Amapá, nas águas fluviais e lacustres, atendendo ao consumo direto e à demanda de salga de peixe para exportação. O peixe salgado foi um dos principais produtos exportados pelo porto de Belém no período colonial. Os *pesqueiros* ou pontos de pesca – desde os pesqueiros reais até aqueles hoje identificados – são assim referências para os pescadores do estuário. Santana (2006) menciona uma série de pesqueiros atualmente em atividade na região, como o pesqueiro Ponta Fina, o Castelão, o Maguari, a Pepéua, a Croinha (ilha de Marajó), o Canal do Navio, o Anjo e o Anjinho (litoral de Marapanim), o Ponte de Algodoal (litoral de Maracanã) entre outros também localizados na confluência das águas fluviais e marítimas.

As populações originárias tiveram papel importante na atual composição da biodiversidade da floresta amazônica: enriqueceram-na com seus saberes tradicionais sobre a fauna e a flora, associados aos costumes alimentares, aos tipos de utensílios e às técnicas de trabalho, e sobretudo às práticas tradicionais de manejo da terra. Todos esses elementos foram essenciais na reprodução social e biológica daqueles grupos ao longo do tempo, e na reprodução e produção da natureza. Trata-se de um legado natural que é precioso para a história contemporânea do ambiente e das sociedades (POSEY, 2002).

As paisagens de águas do estuário são marcadas por uma diversidade de feições, de elementos singulares que as compõem, de agências não humanas que imprimem movimentos e alterações na conformação dos corpos (ver Stoll; Sauma; Isabelle e Silveira, neste volume). As ilhas que se deslocam, as praias que desaparecem ou se ampliam, o surgimento de *baixios*[8], tudo isso tem a ver com o volume das águas e sua força, com o regime de chuvas e com a sazonalidade. Agências que são observadas pelos moradores das ilhas e fazem parte de suas narrativas sobre as mudanças na paisagem.

O objetivo deste artigo é contribuir para a compreensão sobre o papel que Belém tem desempenhado nesse mundo de águas e de floresta que a envolve. E como a cidade, nas suas duas partes, continental e insular, agencia mudanças na paisagem e nas representações sobre essas paisagens. Inúmeros processos tiveram papel importante na redefinição da paisagem da orla de Belém e das ilhas, na geografia dos bairros de Belém, e na sua relação com a água, seja em referência à cobertura florestal, ao aparecimento de ilhas e *baixios*, às mudanças em furos e canais, ou às alterações na qualidade da água e na balneabilidade de suas praias (BRAZ, 2003; MOREIRA, 1966).

8. Espécie de enseada que os rios formam nos terrenos marginais e onde, por ocasião das vazantes, a água empoça.

Parto de uma perspectiva epistemológica fundada no reconhecimento dos sujeitos e de suas capacidades de agência. Portanto, de ações e estratégias acionadas ao longo das experiências vividas no contexto de interações sociais urbano-rurais, cidade e ilhas. Na linha da sociologia de Pierre Bourdieu, as práticas sociais são orientadas por esquemas de percepção e incorporadas pelos indivíduos ao longo de seu processo de socialização, como sistemas de disposições duráveis; se trata de dimensões incorporadas como o *habitus*, mas que concede ao agente um relativo poder de ação, ou autonomia no campo, frente à estruturas estruturastes. O conceito de agência é uma capacidade e um potencial de agir no mundo e de transformá-lo, pelas ação e intenções dos agentes (ORTNER, 2007). A agência humana, no sentido dado por Bourdieu (2007) e por Giddens (1997), é a capacidade dos seres humanos em definir ações e estratégias, em construir representações e relações simbólicas, de produzir sentidos no jogo. Nessa perspectiva, o "senso prático" opera as exigências e os ajustamentos de um dado campo, seguindo a lógica de relacionar as estruturas dos sistemas simbólicos às estruturas sociais, na dinâmica da produção e da reprodução de vínculos, de valores e de crenças dos agentes (BOURDIEU, 2009).

O texto está composto de quatro partes. Mais que descrever resultados de pesquisas realizadas no interregno de 2004 a 2012[9] , pretende-se na primeira parte formular certa percepção sobre as interações de caráter urbano-rural de Belém e suas ilhas, e os processos de mudança no estuário. Na segunda, aborda-se o papel da cidade de Belém nas mudanças de paisagem que ocorrem no estuário. Na terceira, a partir de uma análise sobre as ilhas, o trabalho, os portos e os cursos d'água, identificam-se algumas práticas de agentes humanos e sua percepção sobre as alterações na paisagem. Por fim, na quarta parte, trata-se de trabalho e alterações na paisagem em três ilhas da Orla Norte da cidade de Belém.

1. Mudanças e paisagens de Belém no estuário amazônico

Belém é uma cidade das águas. Suas margens são demarcadas pela presença líquida e o desenho de muitos de seus bairros é orientado pelos fluxos de rios e igarapés que os cortam. A água também circunda as 39 ilhas que fazem parte do município. Nesse sentido, essa sua relação com as águas nos permite pensar em

9. Pesquisas realizadas no âmbito do Projeto "Mudanças do Estuário Amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental" (MEGAM), coordenado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, com o apoio da FINEP, do CNPq e da Fundação Ford, sob a coordenação da autora deste texto. Ver, para maiores informações, o relatório do projeto MEGAM (2004), disponível online. Outra pesquisa, "Mapeamento de comunidades negras rurais no Pará", com apoio do Programa Raízes, do Governo do Estado do Pará e da Fundação Ford, com metodologia etnográfica e cartografia coletiva dos territórios sociais, incluiu áreas da região guajarina e dos rios Guamá e Bujaru, no correr de 2008 a 2012.

uma conformação particular da paisagem (CASTRO, 2014) produzida pela ação de agências humanas e não humanas.

O Amazonas é um dos rios mais extensos do mundo (6.992,06 km), tendo o maior fluxo de água por vazão. Ao receber águas do rio Tocantins pelo braço do rio Pará e de muitos outros rios menores, o rio Amazonas aumenta ainda mais o volume de água que irá despejar no oceano, contornando as ilhas do arquipélago do Marajó na sua passagem. Sua bacia hidrográfica é de mais de 7 milhões de quilômetros quadrados e sua foz é formada de ilhas de várzea com regime de marés e inundações. O Mapa da figura 1 expõe essa geografia particular de Belém, tendo em frente da cidade, na Orla Norte, as ilhas de Cotijuba, de Mosqueiro, de Caratateua, Jutuba, Paquetá, Mirim, Urubuoca e Tatuoca, entre outras. Mais distante, conforme o mesmo mapa, vemos a ilha do Marajó, separada de Belém pela Baía do Marajó. Na Orla Sul, as ilhas do Combu, do Morutucu e a Ilha Grande.

O ritmo da vida no estuário acompanha a sazonalidade e as mudanças no volume de água (Harris, nesse volume). As marés provocam marcantes mudanças na paisagem: terras mais secas ou inundadas, canais que se alargam ou se estreitam com a presença de terras caídas cujos sedimentos descem em direção ao estuário, ou ainda novas formações arenosas, ou novas ilhas (Alencar, nesse volume).

A cidade de Belém se estende para além de suas orlas, ou de suas bordas, se é que podemos falar de bordas, uma vez que entendo que as bordas remetem a um sentido de limite, de fronteira, de impedimento. Mas as observações mostram o contrário, que elas transbordam para além de seus aparentes limites, formando um continuum entre a parte continental da cidade, que é quase uma península, e as ilhas, esse conjunto que é parte integrante, pela dimensão de história e tempo, do mundo de águas e do estuário (Isabelle, nesse volume). A orla da cidade, com extensão de aproximadamente 50 km, existe na relação com as ilhas, a baía, os rios, os furos e os igarapés. Somando as 39 ilhas de Belém com as 32 do município contíguo de Ananindeua e aquelas dos demais municípios próximos, tais como Barcarena, Abaetetuba, Moju e Acará, ultrapassaríamos a centena de ilhas, todas próximas à capital (CASTRO, 2006).

Os igarapés atravessam Belém e formam bacias como a do Una, do Tucunduba e a do São Joaquim. Eles permitem a entrada e saída de pessoas, de mercadorias, de sonhos e realizações, de pessoas pertencentes a grupos sociais de várias origens, como um mosaico de agências sociais que interagem e exprimem a singularidade da cidade. Eidorf Moreira (1966) utiliza o termo "moldura hídrica" para falar dos fluxos de águas da cidade de Belém, e se refere ao "soberbo e grandioso estendal de águas. Sem exagero, pode-se dizer que nenhuma cidade do Brasil se mostra tão portentosa e interessante sob o ponto de vista hidrográfico. A água figura aí como peça fisiográfica e como elemento cênico, como moldura e como agente

Figura 1. Estuário Amazônico, cidade de Belém e ilhas.
Realização: Laurence Billault (IRD).

modelador" (MOREIRA, 1966). A cidade floresceu em função da água, cabendo, portanto, a designação de "flor das águas" dada por ele.

Belém tem um clima afável quando os ventos que vêm do Atlântico, depois de atravessarem as ilhas, varrem a cidade. Para Moreira, essa localização no estuário favorece a circulação do vento "uma vez que se acha situada no maior estuário continental" (MOREIRA, 1966); o autor considera assim que Belém é uma "cidade aberta", eolicamente falando. Mas, no inverno, que é o período das chuvas, um calor abafado começa no início da tarde; o mofo e a humidade podem tomar conta da casa ao mesmo tempo que o mormaço das tardes sem vento, quando se instala, traz a sensação de estufa.

Os portos e trapiches se espalham em Belém, desde os bairros do Guamá e do Jurunas, às margens do rio Guamá, e seguindo os bairros da Cidade Velha, da Campina, do Comércio, do Reduto, do Telégrafo, da Pratinha e do Tapanã, no

contorno da orla, até chegar ao Distrito de Icoaraci. Todos são lugares onde se dão as trocas econômicas entre cidade e áreas rurais, produzindo, portanto, as condições de reprodução social para muitas famílias. São espaços de encontros afetivos, de um mundo sensível e de cumplicidades e, por isso, reafirmam, no nosso entendimento, uma unidade urbana continente-insularidade (CASTRO; SANTOS, 2006; MOREIRA, 1966). Na história da cidade, agentes humanos e não humanos em interação estão ligados pelas águas. Como já referido, essa paisagem do estuário é também formada por pequenas cidades, porém importantes por alimentar intensas redes de trocas econômicas, culturais e sociais que se reproduzem no tempo e se espalham através do emaranhado de cursos de água e da floresta. As Figuras 2 e 3 trazem a imensidão de água e sugerem a observação desses dois mundos, da cidade continental e das ilhas. Então, como entender Belém senão enquanto um território fluido, flexível, plástico, permeável e que se materializa através de múltiplas agências humanas e não humanas?

Ao longo do tempo ocorreram mudanças nas paisagens de Belém relacionadas ao fluxo das águas, como relata Haroldo Maranhão (2000), em seus estudos sensíveis sobre Belém. Seus canais e rios urbanos foram aterrados, assoreados ou desviados de seus cursos por diferentes processos de intervenção governamental ou privada, redefinindo a aparência e a morfologia da cidade. As dinâmicas humanas com práticas predatórias estão fragilizando ecossistemas importantes como aqueles de zonas costeiras, lagos, rios, igarapés, igapós e mangues que têm desaparecido mais rapidamente que outros biomas de floresta natural. Observou-se no entorno de Belém, áreas alteradas pela drenagem, pela construção de diques e canais e também pelo desmatamento (FAURE; PROST; CASTRO, 2006) e pela contaminação (MOREIRA, 2005). Embora o foco deste artigo não seja a poluição do rio e das águas, essas referências são importantes pois indicam alterações da paisagem pela ação humana.

Cabe lembrar também as mudanças na paisagem urbana da orla em decorrência sobretudo de agências humanas, tais como os usos para a indústria e o comércio, o turismo e as atividades de lazer, ou para construir novas estruturas, tais como a ampliação do porto principal de Belém[10], o aterramento de igarapés (entre outros o Igarapé do Piri e o Igarapé das Armas) e de igapós (a exemplo das baixadas da Doca de Souza Franco e as áreas baixas que acompanhavam a orla do atual bairro do Jurunas). Parece-nos central nos estudos sobre os fluxos das águas na Amazônia entender a relação dos homens com os rios, com os lagos, igarapés, igapós

10. Atualmente permanece em funcionamento o antigo porto de Belém para operações regionais. Porém todo o movimento principal, sobretudo a exportação de *commodities* minerais, agrícolas e da pecuária é realizada pelo porto da Vila do Conde, no município de Barcarena, nas cercanias de Belém. No entanto, neste artigo, nos interessou ressaltar os pequenos portos e trapiches que se encontram na orla da cidade, por terem um papel importante na dinâmica local pelos fluxos de pessoas e de mercadorias, além de compor o quadro fluvial urbano-rural.

Figura 2. Belém vista a partir da Ilha do Combu
Fotografia: Jorane Castro.

Figura 3. Ilhas no estuário amazônico
Fotografia: Jorane Castro.

Figura 4. Belém e seus aterros
Realização: Laurence Billault (IRD).

e com a floresta, e como essas experiências estão no imaginário e conformam o seu mundo sensível, as representações e os sentidos atribuídos aos lugares da memória, da subjetividade e do simbólico. O Igarapé das Armas que desembocava nas Docas de Souza Franco, na área portuária de Belém, em meados do século XX, era navegável até a rua Boaventura da Silva. Nas suas margens aportavam barcos que vinham do interior para vender frutas, legumes, farinha, peixes, cerâmicas e outros gêneros. Onde hoje se assenta o Shopping Boulevard, os edifícios do SESC e do INSS, dezenas de empreendimentos e a maior área de verticalização da cidade, eram zonas baixas aterradas. Ao longo do tempo a várzea e os terrenos alagados foram sendo levantados, produzindo terras, ganhando-as pelo estreitamento de igarapés que se transformaram em canais, como o da Doca de Souza Franco e, na enseada da Marinha, no Bairro da Cidade Velha, o *canal* de Tamandaré.

Mas também a dinâmica do rio Amazonas se expressa em um movimento de agência que delineia a própria paisagem. Raymundo Moraes (1960) descreve as alterações no tamanho das ilhas do estuário pela sedimentação. Refere-se à ilha do Marajó, com a terra aumentada, e aponta que a Ilha Grande, Gurupá e outras foram alteradas pelo movimento de marés. A agência das águas, sua força, é também destacada pelo autor que considera, para além do panorama que aparece

ao viajante como monótono, repetido, igual na sua forma e cor, que daria uma aparência estática, ele enxerga um "surdo e incessante movimento construtivo" de alteração da paisagem.

> Labor estupendo, despercebido em conjunto, mas apreendido em minúcias, provoca essa interrogação: donde vem tanta terra? quem o autor desse trabalho ingente? A terra vem dos Andes, das punãs estrangeiras, dos parapeitos da portentosa cordilheira que se arqueia em muralha no ocidente do Vale. A tarefa ciclônica é do Amazonas, seus afluentes, confluentes e defluentes. Bancos, baixios, praias, restingas, além do que já foi balançado, são resultantes da faina perene daquele fabuloso dragão, que vomita dia e noite, anos e anos, a matéria sorvida nos cimos (MORAES, 1960, p. 27).

Evoca ainda, o autor citado, a superfície líquida, barrenta e lisa, servida pelas marés que desenham e alteram o estuário. E cita os *furos* de Breves, associando-os a um "labirinto extraordinário de mil fios líquidos, entre um flanco de Marajó e as rechãs levantinas do continente, foram tecidos pela ação ininterrupta das águas, pelo trabalho dinâmico do rio" (MORAES, 1960, p. 30).

2. Portos, ilhas e as canoas do Ver-o-Peso

Portos e trapiches de madeira se projetam no rio como longas palafitas, impondo-se à várzea, ao igapó ou à terra firme. Esse é o retrato da cidade de Belém vista a partir das águas, com seus arranha-céus, igrejas coloniais, bairros de palafita, feiras e mercados, inúmeras pequenas empresas de madeira (*serrarias*), de cerâmica, de pescado, misturando-se aos comércios e portos que desenham uma paisagem que remete insistentemente às relações sociais particulares, como áreas ribeirinho-urbanas, presentes ali e em outras cidades ribeirinhas da Amazônia, também marcadas pelo fluxo das águas e das marés.

O porto de Belém foi fundamental para a irradiação de processos de urbanização para outras cidades menores e para as áreas rurais. A história comercial de Belém também acaba reforçando as suas funções portuárias, estimulando a exploração dos recursos naturais e sua exportação para o mercado interno e externo. Por meio desse comércio, a região sempre esteve vinculada ao sistema globalizado de mercado. Dinamizada pelo capital comercial e comandando as diferentes formas de povoamento existentes ou que surgiam ao longo dos rios que compõem a bacia fluvial amazônica, Belém teve sua economia demarcada pelas relações sociais que se expressavam nesse mundo ribeirinho. Viveu historicamente de uma economia alimentada pelas riquezas naturais, da floresta, de lagos e dos cursos d'água, incluindo nesse universo uma quantidade enorme de ilhas que compõem um mosaico de pequenas a grandes ilhas, sendo a Ilha do Marajó a mais extensa.

Figura 5. Enseada do Mercado do Ver-o-Peso
Fotografia: Edna Castro.

Por isso, a orla da cidade sempre teve uma dimensão particular, com a cartografia aquática.

Nos seus primeiros momentos, como muitas outras cidades amazônicas que se confundiam com sua orla, as poucas ruas acompanhavam o desenho dado pelas margens dos rios, interceptadas pelo igarapé Piri que dividia os dois primeiros bairros de Belém, o da Cidade Velha e o de Campina (Figura 4). Através de uma entrada no território de várzea e igapó, devido à influência direta das marés, o igarapé Piri conformou os bairros com terras ganhas pelo aterramento, a exemplo de parte dos bairros que hoje são o Comércio, o Reduto e o Umarizal.

Dos inúmeros pequenos portos encontrados em sua orla, além do transporte de passageiros e mercadorias variadas, eram transportados muitos gêneros, por frete ou encomenda, ora embarcadas, ora desembarcadas. Destinavam-se a diversas feiras e ao mercado do Ver-o-Peso (Figuras 5 e 6), ou ainda às Docas do Pará, na Ladeira do Castelo, no Porto da Palha, no Porto do Sal, na Feira do Açaí, na Praça do Pecador, na Escadinha, além de outros que se estendem ao longo das orlas norte e sul. No extinto jornal *Folha do Norte*, havia uma coluna diária intitulada "Pequena Cabotagem, Velas & Motores" que dava conta da entrada e saída de embarcações da doca do Ver-o-Peso, também popularmente conhecida como Praia.

A economia da borracha com todos os desdobramentos sociais que se refletem no aparecimento e crescimento de cidades na Amazônia teve nos portos de inúmeras cidades do Pará, e nas grandes Belém e Manaus, um momento importante dos fluxos de aviamento e de comércio. Assim, a história comercial de Belém também acabou reforçando as suas funções portuárias, com a exportação primária de recursos naturais para o resto do país e para o exterior (PENTEADO, 1973). Por meio do comércio desses produtos, com parcial beneficiamento

Figura 6. Barcos de pesca no porto do Ver-o-Peso
Fotografia: Emilie Stoll, 2013.

ou não, esta região esteve desde os primórdios da colonização vinculada à dinâmica do mercado internacional. Sobretudo a partir do avanço da economia da borracha, nos fins do século XIX, e até o presente, a cidade de Belém esteve ligada a grandes portos do comércio mundial[11].

O rio Pará, a baía do Guajará e o rio Guamá permanecem como demarcadores da vida e da cultura na cidade. A maior parte das atividades da economia urbana se concentra na sua orla banhada por esses cursos d'água. Ao longo do tempo, foram definidos diversos usos da orla, predominando as formas privadas de apropriação, por empresas – madeireiras e serrarias, olarias, indústrias de castanha, de palmito e de cerâmica. Houve um processo paulatino de privatização desses espaços, que, consequentemente, limitou o acesso ao rio. Restam hoje poucos espaços coletivos para atividades, tais como as feiras livres e o funcionamento de

11. Desde o final do século XX, a área portuária de Belém foi objeto de várias intervenções governamentais via obras de engenharia, visando adequar os equipamentos técnicos à expansão econômica no contexto de novas demandas de modernização do mercado mundial. Houve a transferência de parte das operações de Belém para o porto de Vila do Conde, no município de Barcarena, com grandes impactos sobre o território e os trabalhadores portuários (CASTRO; SANTOS, 2006).

portos para embarque e desembarque de passageiros vindos de diferentes partes da Amazônia pela via fluvial. Seu uso foi limitado pela apropriação por instituições públicas, religiosas, militares e empresariais, tendo poucas áreas abertas ao público, tais como a praça do Pescador, o Ver-o-rio, o Portal da Amazônia, a Estação das Docas e algumas outras feiras livres e mercados.

3. Trabalho e trabalhadores ribeirinhos: cidade-portos-ilhas

Belém expressa, também, uma diversidade de mundos de trabalho regulados por sistemas distintos de mercado – formal e informal –, seja o mercado de bens e produtos, seja o mercado de trabalho. Daldício Jurandir, no livro *Belém do Grão-Pará*, descreve o Ver-o-Peso e a chegada de canoeiros que vêm a Belém vender peixe e outros produtos trazidos do interior (Figuras 7 e 8), e como os percebe na interação com a cidade e seus imaginários:

> As canoas entraram na doca, atordoadas pelo vento e batidas pela maresia. É o Ver-o-Peso colorido de velas, cheio dos meus irmãos canoeiros da baía de Marajó, do Salgado, do Tocantins. É o Ver-o-Peso, no amanhecer, quando as velas erguidas se enchem de sol e parecem crescer sobre os telhados da Cidade Velha como se toda a cidade, depois da chuva e da noite, acordasse para ver surgir o que todos os caboclos, o que todos os canoeiros esperam na sua vida de bubuia nas águas: a Cobra Norato que dorme debaixo da [igreja da] Sé (JURANDIR, 2004, p. 229).

Mas também é o Ver-o-Peso um lugar de trabalho, de barqueiros e de histórias distintas.

> Onde os canoeiros comem a piramutaba mais gostosa do mundo, Ver-o-Peso sem pintura nem literatura. Sujo, alegre de canoeiros, trançado de mastros. Ver-o-Peso tem na sua lama e nas velas que se levantam para o sol a história áspera e obscura dos barqueiros paraenses e o misterioso poder de todo o inesperado encanto de Belém (JURANDIR, 2004, p. 229).

A pesca artesanal e a industrial tiveram grande crescimento a partir do final dos anos 1970, em função da implantação de um parque industrial de captura e beneficiamento instalado às proximidades do Distrito industrial de Icoaraci. O avanço da atividade e a exploração predatória da pesca no estuário e na costa norte reduziram os estoques de certas espécies. Daí a comercialização de outras espécies e a pesca em áreas mais distantes, ainda não afetadas pela intensificação da atividade.

A cidade de Belém é também um porto de recepção de pescados que vêm de áreas fluviais e marítimas, sendo consumidos ou redistribuídos pelo circuito comercial para inúmeras regiões do país. A exportação para outros países é expres-

Figura 7. Barcos de pesca no porto do Ver-o-Peso
Fotografia: Emilie Stoll, 2013.

Figura 8. Pescadores no porto do Ver-o-Peso
Fotografia: Brigitte Choulet, 2012.

siva e realizada por indústrias localizadas na Orla Norte de Belém. E, por isso, em torno dessas atividades de pesca, há inúmeros processos de trabalho e categorias de trabalhadores envolvidos.

Esse contexto de cidade-portos-ilhas no estuário experimenta mudanças pela ação do Estado e de atores sociais com poder e capacidade de inserção diferentes no mesmo território. Por exemplo, grandes empresas da mineração, da indústria pecuária e do agronegócio coexistem com diferentes formas de organização comunitária que se espalham ao longo das ilhas e cursos d'água. As mudanças na paisagem têm a ver com as macrodinâmicas regionais e sua relação com a economia nacional e global. Entre estas, destacamos as políticas públicas de liberalização fundiária seletiva para grandes empreendimentos, o avanço de novas frentes do capital objetivando a exploração de recursos naturais, a apropriação de terras, o crescimento populacional, o desmatamento e a construção de grandes empreendimentos minerais e portuários. As alterações ambientais por que passa a bacia amazônica, com o desmatamento que se acelerou na última metade do século passado, e a poluição por atividades industriais e de comércio nesse Hinterland[12] revelam um movimento crescente de transformação das paisagens pelas agências humanas.

As ilhas no delta do estuário fazem parte do ecossistema de várzea, no fluxo e refluxo das marés. E por isso Moreira (1966) se refere a elas como "ilhas à flor das águas". Podem ser novas ou mais antigas, mas estão sujeitas a alterações provocadas pela sedimentação provocada pela "trama tentacular das radículas, das raízes, dos tubérculos, dos rizomas, das sapupemas", no entendimento de Moraes (1960, p. 30). Formado por grandes e pequenas ilhas, o arquipélago do Marajó é uma encruzilhada entre o urbano e o rural – uma fronteira e muitas pontes que formam o mundo sensível. Como diz uma moradora, "estou aqui, na ilha, não é?… Mas estou também na cidade na hora que eu queira ir; é isso que é ser da ilha" – entre águas que sobem e que descem a cada seis horas, uma fronteira tênue entre o humano e o não humano.

Para Moraes (1960), cada ilha que se vê no estuário foi trazida de longe pelo rio Amazonas. Pode ser um pequeno núcleo, um detrito mineral, grãos e areia, parte de terra caída que viajou pela força do rio e acabou se fundindo lentamente no tempo, como um "trabalho da corrente, ele urde-se lentamente, partícula a partícula, fio a fio, camada a camada, sem convulsões que denunciem o furor da natureza" (MORAES, 1960, p. 35). Mas a agência do rio não se vê apenas no aumento das terras pela sedimentação, também na sua perda, na supressão de terras, solapadas pelo atrito de uma nova corrente (MORAES, 1960, p. 154).

12. Área de influência de uma cidade portuária que, por concentrar significativa atividade econômica, pode contribuir para a formação de circuitos econômicos e integrar as cidades menores na rede urbana.

Figura 9. Um porto ribeirinho avistando a cidade de Belém por trás
Fotografia: Corinne Choulet, 2012.

São paisagens "evanescentes", paisagens que se transformam, que desaparecem, que criam novos contornos, outros cenários ao se fazerem e desfazerem. O movimento das águas redesenha as paisagens, reinventa o presente e interfere no futuro que será provisório, fluido.

É realmente fantástica a narrativa de Moraes sobre a dinâmica das águas e do rio Amazonas e das agências implicadas nesse movimento. Ele afirma que o Amazonas é o "grande obreiro destas alternativas formidáveis, o construtor da planície. É ele que vai modificando tudo na caminhada, a mostrar através de sua dinâmica poderosa, da sua força irresistível, da sua trajetória ciclópica que a água trabalha a terra num tear potamográfico" (MORAES, 1960, p.155). Esse mundo das águas inclui os rios, os igarapés, os lagos, as baías, os igapós, os campos alagados, as áreas florestais de várzea, a floresta de terra firme, as ilhas e as demais formações com suas particularidades (TOCANTINS, 2001; WOLFF, 1999).

Navegando entre essas ilhas do estuário, avistam-se as casas das famílias ribeirinhas que ali moram e trabalham (Figuras 9, 10 e 11). Esses moradores com os quais estivemos durante a pesquisa de campo descreveram sua percepção sobre as agências não humanas e as mudanças na paisagem, acionando lembranças e observações sobre a dinâmica das águas, das ilhas e da floresta, e a interação entre elas. A maior parte das famílias das ilhas mora ali há várias gerações, pro-

duzindo sua sobrevivência material e simbólica. Reinventam o cotidiano através de inúmeros processos de trabalho tais como a pesca, a plantação de açaí, a exploração de madeira até ao trabalho do carpinteiro na fabricação de canoas, de casas e equipamentos, e a comercialização de seus produtos. Também produzem polpa de frutas e doces, se ocupam do trabalho doméstico, do cuidado com os quintais, estando sempre atentos às experimentações e às interações entre agências humanas e não humanas, pois, precisam dar conta das chuvas, dos ventos, das marés. Lembram dos avós, dos lugares onde residiram membros da família, dos cemitérios, dos lugares de trabalho, das escolas que ali estavam, mas foram deslocadas com as famílias.

Na maior parte, são casas de madeira com teto de telha ou de palha, nas beiras dos rios, na foz de igarapés e de furos, com seus trapiches de madeira onde atracam as embarcações. As vezes são troncos de miritizeiros depositados no solo aquoso (lama) servindo como pontes entre o rio e as casas. Por ali passam crianças e adultos, equilibrando-se nas toras, homens carregando rasas de açaí, puçás com peixe e tudo o mais nesse vai e vem da casa ao rio, do rio a outros lugares. Na maior parte, as casas têm jiraus suspensos, fora da casa, onde plantam ervas apreciadas na cozinha e ervas medicinais. No interior da casa, com poucos cômodos, vemos o jirau da cozinha que serve para lavar a louça e apoiar outros serviços domésticos. As Figuras 12 e 13 mostram essas áreas de várzea durante as marés altas, quando as águas invadem os quintais ou encostam nas aningas mais altas.

Carlos Diegues recorre a dois conceitos na interpretação do lugar simbólico da ilha que, para ele, é expressão múltipla no imaginário social. O primeiro, de "insularidade", "resultante de práticas econômicas e sociais decorrentes da vida num território geograficamente limitado, com fronteiras geográficas e culturais definidas". O segundo, de "ilheidade", neologismo utilizado pelos pesquisadores franceses (*îleité*) para designar "as representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamentos, etc." (DIEGUES, 1998, p. 51). "A ilha é principalmente a consciência que se tem dela. É um lugar que escapa ao elemento aquático, uma singularidade ameaçada", como se refere Diegues. (1998, p. 95). Essa percepção orienta um olhar generoso para entender o devir, ou seja, entender o movimento mais que o produto.

Figura 10. Casa ribeirinha no estuário amazônico
Fotografia: Corinne Choulet, 2012.

Figura 11. Casas ribeirinhas de madeira em palafitas nas ilhas de Belém
Fotografia: Emilie Stoll, 2013.

Figura 12. Várzea na ilha de Mosqueiro, Orla Norte
Fotografia: Jorane Castro

Figura 13. Várzea na ilha do Combu, Orla Sul
Fotografia: Jorane Castro

4. Trabalho, trabalhadores e paisagens das ilhas

As ilhas do estuário constituem um universo de trabalho de unidades familiares com atividades extrativas, agrícolas, de pesca, artesanato e com experimentações agroecológicas. Abastecem a cidade por vários canais desde as feiras livres e mercados, as redes de supermercados e restaurantes, até os espaços domiciliares onde chegam gêneros importantes – como os derivados da mandioca, frutas, grãos, leguminosas e outros – através do complexo sistema de trocas familiares que alcançam espaços relevantes na cartografia urbana, embora invisível para os dados de uma economia regional. Esse abastecimento tem peso importante nas estratégias de reprodução social na periferia da cidade. Essas relações, portanto, são marcadas pelas redes de sociabilidade e de trocas culturais, notadamente interfamiliares.

O trabalho nas ilhas também é importante no contexto da produção de bens e serviços e na manutenção das tradições sociais e alimentares. O tempo de trabalho é contínuo. Ele se realiza fora e dentro da unidade doméstica (SILVA; CASTRO, 2014). Ele se estende da coleta de recursos à produção agrícola, ao processamento e à comercialização em feiras e mercados. No final de semana, os trabalhadores – homens e mulheres – se deslocam para outras ilhas onde desenvolvam atividades ligadas ao turismo, a jogos ou a festas. Portanto, eles ofertam continuamente produtos regionais para abastecer lugares diversos ao longo do ano. As festas regionais, como o Círio de Nazaré, são momentos importantes para se observar a relação entre as ilhas e a cidade, considerando vários elementos, tais como os vínculos com as tradições, a reprodução da cultura alimentar e a relação entre o real e o simbólico (ECKER, 2009).

Os principais meios de transporte para ir e vir nesse território sobretudo rural são, certamente, a canoa, a *rabeta* e os barcos motorizados que fazem parte dessa relação de intimidade, como nos mostra Isabelle (2018). São constantes as travessias de uma ilha a outra, ou para a cidade ou de volta para as ilhas. Essas embarcações fazem parte da vida das pessoas. Em canoas, elas penetram na mata para colher açaí ou retirar madeira, ir pescar, levar as crianças à escola, atravessar para as feiras de Belém e Icoaraci, enterrar seus mortos ou acompanhar o calendário de festas. A canoa viabiliza inúmeras formas de trabalho, mas também serve nas atividades de lazer de crianças, jovens e adultos (Figura 14).

Nas ilhas é muito comum as famílias terem os seus quintais e fazerem sua manutenção. São terrenos ao lado ou no fundo das casas, terreno ou terreiro, e correspondem a espaços femininos. As mulheres têm uma relação especial com os quintais, pois ali estão as espécies vegetais principais para a culinária e para as curas. Ao lado das casas, esses lugares fazem parte de um campo do sagrado, do imaginário, das memórias e das tradições, de práticas de cura, de escuta, mas também de plantio e de uso das espécies que atendem a vários fins, que servem para alimentar as crianças e os adultos, para o uso nos rituais e oferendas, para as curas na família e demais que precisem. O lugar da mulher no universo familiar é também o da reprodução da vida, e de união desse mundo mágico da natureza com o mistério da reprodução biológica, no qual o alimento constitui um item importante nas práticas sociais, e o trabalho é central. Muitas vezes o trabalho é coletivo, familiar, em um número expressivo de organizações sociais, como as comunidades rurais, quilombolas, os povoados indígenas, ou mesmo a vida nas pequenas cidades, todos eles são espaços, na Amazônia, de difusão de saberes e de práticas de trabalho que interligam a vida da cidade à floresta (CASTRO, 2000).

Também como espaço de trabalho, o quintal faz parte do sistema de produção familiar e das relações afetivas nas ilhas. Nesses espaços em torno da casa, há pequenos animais de criação, hortaliças, frutas, ervas da culinária paraense e plantas cujas sementes, cascas e raízes são usadas nas curas do corpo e espirituais. Saberes e práticas sociais são repassados através de um sistema complexo de socialização e de trocas sociais com as novas gerações, e, sobretudo, referido à agências (ORTNER, 2007) que se expressam no imaginário e na memória social. Tudo isso é importante para garantir a reprodução do sistema de vida na ilha. Uma série de ações coletivas e de estratégias de resistências (DE CERTEAU, 1994, p. 75), testada ao longo do ano faz parte do cotidiano de moradores das ilhas.

As práticas de trabalho das mulheres nas ilhas contêm saberes e sensibilidade sobre agências não humanas, sobre plantas, animais, o seu cuidado e manejo, "bem como sua relação com os quintais e as formas mútuas de habitação: seja das mulheres pelo quintal e do quintal pelas mulheres, fazem parte de um imaginário complexo onde constelam variadas imagens sensíveis", como afirma

Figura 14. Porto e embarcações na Ilha do Combu
Fotografia: Jorane Castro.

Peixoto (2017, p. 21) no estudo sobre quintais e gênero em curso na comunidade quilombola Mangueiras, na ilha do Marajó. Nos períodos secos, os quintais se tornam o arraial da comunidade, lugares de conversas de final de tarde. No final de semana, longos bancos são colocados embaixo de mangueiras ou cacaueiros, na sombra e proteção do sol, onde se contam e recontam histórias e acontecimentos de humanos e não humanos, entre o material e o simbólico, o real e o imaginário, passando assim em revista relatos de outros e situações vividas. Assim, considerando os conhecimentos e as atividades desenvolvidas no quintal, ele é um lugar de aconchego, de relação sensível com o imaginário.

Conclusão: mudanças nas paisagens de ilhas de Belém

O modelo de desenvolvimento intensivo adotado no Brasil, as políticas desenvolvimentistas e o crescimento populacional das cidades são fatores responsáveis pela alteração, nas últimas décadas, dos recursos existentes no estuário amazônico, nas proximidades de Belém. Observa-se a intensificação do uso dos recursos naturais florestais e aquáticos. Mudanças são também perceptíveis na composição da vida social na cidade de Belém, com crescente desigualdade e segmenta-

ção social na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. O uso do espaço urbano e as formas de sua apropriação mostram ainda processos em curso que são diversos e inseparáveis das diferenciações de classe.

Em 1980, o Governo do Estado do Pará elaborou o Plano de Estruturação Metropolitana de Belém (PEM), concebido sob a égide da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O PEM visava à integração e à racionalização das ações planejadas no espaço da Região Metropolitana de Belém. Concebido como um instrumento de ordenação espacial, o plano estabelecia uma área de cerca de 87 km² para a produção rural destinada a atender à demanda de hortifrutigranjeiros e a gerar emprego e renda com o uso dos recursos naturais. Embora não tenha sido institucionalizado, o PEM reconhecia que a ilha de Caratateua (conhecida popularmente como Outeiro) passava por um processo de ocupação, sofrendo sérios problemas ambientais, como a extração de substâncias minerais para uso na construção civil, o desmatamento indiscriminado, a poluição ambiental e a deterioração da faixa da praia. Além disso, era significativo o êxodo dos pescadores para o interior da ilha, devido ao aparecimento de loteamentos residenciais perto da orla guajarina. A pesca artesanal e a agricultura foram consideradas incipientes, enquanto o extrativismo foi considerado relevante graças à coleta do açaí, da pupunha e de outras frutas regionais.

A vida nas ilhas do município de Belém, como já referido, está intimamente relacionada ao trabalho como unidade polivalente e constantes atividades de trabalho que se realizam predominantemente em dois espaços: na própria ilha e na orla da Belém (neste caso para comércio de seus produtos). Das três principais ilhas, do ponto de vista de sua maior inserção na vida urbana de Belém, duas delas – Mosqueiro e Outeiro – estão ligadas ao continente por pontes. A terceira, Cotijuba, tem acesso relativamente fácil através de uma linha de transporte fluvial regular que sai da orla de Belém, no Distrito de Icoaraci. Nas últimas décadas, observaram-se um contínuo crescimento demográfico em todas elas e o aparecimento de novos núcleos urbanos. A ilha de Mosqueiro é, no entanto, a de maior população.

Considerando a ilha de Outeiro, as características de ruralidade continuavam marcantes nos anos 2000 na geografia e na estrutura social de pelo menos três de suas localidades – Fama, Itaiteua e Tucumaeira – segundo os estudos realizados por Guerra (2003). As famílias ainda praticam um trabalho polivalente seguindo a temporalidade do sistema agroflorestal que se distribui em atividades agrícolas nas partes mais altas dos lotes e, nas áreas de várzea, o aproveitamento extrativo de recursos florestais, como o açaí (que é o produto principal), outras frutas (taperebá, cacau, buriti), madeira, raízes, sementes, cipós, palhas, entre uma diversidade de recursos aproveitáveis para a fabricação de produtos artesanais. Nes-

sas práticas de trabalho, encontram-se conhecimentos transmitidos por gerações, tais como a arte de trançar a palha para fazer objetos de uso doméstico ou para a venda, ou as sementes usadas para produção de biojoias. Entre suas estratégias de sobrevivência, observa-se ainda que combinam atividades agroextrativistas com serviços urbanos que podem ser temporários ou permanentes, deslocando-se para a cidade de Belém. A mobilidade tem outras razões, além do trabalho, como formação profissional e tratamentos de saúde.

Está em curso uma crescente incorporação dos espaços das ilhas à vida urbana de Belém e, com isso, a alteração da paisagem do estuário. Apesar do reconhecido potencial dos recursos, as alterações nos ecossistemas são bem visíveis, com desmatamentos decorrentes de atividades econômicas e com o aumento de loteamentos desordenados. No entanto, a maior parte de sua cobertura florestal continua preservada, apesar dos fragmentos bastante alterados, no correr das últimas décadas, como mostram Faure, Prost e Castro (2006). As ilhas mais próximas das cidades têm sofrido recentemente um rápido processo de ocupação, com fluxos de migrantes vindos dos bairros de Belém continental e de municípios do Nordeste Paraense. Eles se deslocam para fixar residência ou podem ser turistas que desejam viver ali momentos de lazer e repouso. Verificou-se também, no correr dos anos 1980, a implantação de algumas pequenas empresas de ramos diversos que criaram postos de trabalho, tornando-se um fator de atração à permanência na ilha. Cabe ressaltar que o crescimento populacional tem provocado aumento do desmatamento e a poluição de praias e furos. Dados os limites territoriais do município de Belém na sua parte continental, com alta densidade populacional nos bairros de baixa renda, acredita-se que há uma tendência em curso das ilhas se tornarem, cada vez mais, uma alternativa de moradia urbana de Belém.

Guerra (2003) identifica três marcos temporais de alteração da paisagem na ilha de Outeiro que estão associados aos padrões espaciais de ocupação: 1) no início dos anos 1980, observa-se a transformação da paisagem ao longo da Estrada Velha do Outeiro, indo da beira-mar até a Praia Grande, devido à intensificação do uso de balsas na travessia sobre o rio Maguari; 2) em meados da década de 1990, a ocupação se intensifica na estrada vicinal que liga um bairro do Outeiro aos povoados Fama e Tucumaeira devido à construção de uma ponte (ponte Enéas Pinheiro) para acesso rodoviário à ilha[13]; 3) nos últimos 20 anos, a pressão sobre as terras vem aumentando, com rápida elevação de seu valor no mercado de terras, observando igualmente o crescimento dos fluxos migratórios permanentes, a exploração de recursos naturais e também o desmatamento. Quanto aos dados gerais sobre a população rural das ilhas de Belém, em 1970, havia ali 30.513 habitantes, passando para 395.502 em 1991 e decrescendo para 292.607 em 1996.

13. Para obter mais informações consultar trabalhos disponíveis em www.projetomegam.ufpa.br

Nos censos seguintes, esses números diminuem, mas em função da inclusão da população residente nas ilhas em uma nova classificação pelo IBGE como população urbana. A população flutuante também cresceu bastante em função das melhorias de infraestrutura na ilha. Em 2000, a Prefeitura municipal de Belém concluiu a obra do trapiche e da praça central de Outeiro, atraindo mais turistas, e ocorreu uma dinamização dessa atividade, o aumento da venda de lotes, e o comércio de gêneros alimentícios, bebidas e hospedagem.

A ilha de Cotijuba, terceira em dimensão territorial, tem acompanhado o movimento demográfico ocorrido com Mosqueiro e Outeiro. Em todas essas ilhas, observa-se desde os anos 1990 o aumento do parcelamento do solo em função de loteamentos quase sempre clandestinos promovidos pela especulação imobiliária. Nos três casos, emergem os primeiros loteamentos na área de praias, com interesse turístico, alterando a paisagem. Antes, sua modificação dava-se pelos usos tradicionais na agricultura, pequenas roças com cultivo de mandioca, feijão, milho e algumas leguminosas, plantação de quintais em torno da casa com fruteiras, extração de lenha para a produção de carvão vegetal, da pesca, além da caça de pequeno porte. Em cada caso, houve um processo que alterou o desenho da ocupação da ilha: 1) a migração da população para a ilha de Outeiro; 2) a instalação de indústrias no Distrito de Icoaraci, que gerou oportunidades de trabalho, tornando as ilhas próximas em alternativas de moradias, apesar das travessias no dia a dia; 3) o aumento de interesses turísticos. Tudo isso significou a elevação da pressão para construir moradias pelas camadas populares[14].

Observam-se mudanças nos padrões espaciais de ocupação, aparecimento de problemas ambientais, pois, nessas áreas rurais, as mudanças no uso dos recursos naturais modificaram os processos de trabalho, o tempo de trabalho, as relações de produção e a apropriação dos recursos naturais. Observa-se também o comprometimento da qualidade da água, dos recursos e da balneabilidade, com sérios distúrbios nas condições de vida (interferência na habitação, saúde, transporte coletivo, lazer e segurança pública). Na virada do século XXI, observou-se, nas orlas das ilhas do estuário, em especial naquelas com praias de opção turística, processos de privatização de suas orlas, colocando em risco o desenvolvimento do turismo e do lazer. Isso, no caso de Outeiro, desencadeou movimentos populares em defesa do meio ambiente e da moradia, com relativo sucesso na redução daquelas práticas.

Finalmente, cabe ainda ressaltar que ocorrem outros tipos de processos de transformação no território de águas do estuário amazônico, a exemplo do que vêm

14. Cabe ressaltar que ao interior de Belém, a ocupação de áreas de baixadas se esgota, mesmo aquelas em áreas de igapós, alagáveis com as grandes chuvas, como as margens dos igarapés que atravessam a cidade, os igarapés do Una, São Joaquim, Tucunduba, Mata Fome e o Paracuri, verificando-se grande expansão em direção aos municípios de Ananindeua, Benevides ou às ilhas.

ocorrendo no município de Barcarena, próximo de Belém, provocados pelas plantas industriais de alumínio e alumina, outros minérios e pela instalação do complexo portuário. Embora aparentemente fuja ao escopo deste artigo, os impactos da mineração – principalmente em Barcarena – são sentidos pelos moradores das ilhas referidas neste artigo. Seus moradores apontam os problemas relativos aos riscos ambientais, às mudanças na qualidade da água, a redução de pescado, entre outros advindos da instalação desses empreendimentos às margens dos cursos de água. O seu caráter poluidor e as formas de expropriação ocorridas no estuário por tais empreendimentos, ao longo de 40 anos, pois a Albras e a Alunorte_foram as primeiras plantas a se instalarem ali, em meados dos anos 1980. Os moradores das ilhas se referem ainda aos conflitos de larga complexidade. Os riscos de desastres ambientais crescem na proporção do tempo dos empreendimentos e da acelerada instalação de muitos outros, mais recentemente, atraídos pelo complexo portuário de grande porte instalado no município. Essas alterações, ações e estratégias humanas se somam às agências não humanas, tornando o estuário amazônico uma zona de alta relevância para os estudos sobre paisagens em constante transformação.

Referências

ABREU, S. F. **O solo da Amazônia**. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 4, n. 2, p. 43-56, 1942.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**, Petrópolis, Vozes, 2009.

BOUDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo, Ed. Bertrand, 1989.

BRAZ, V. **Poluição dos recursos hídricos da Amazônia: aspectos urbanos**. In: ARAGÓN, L. E., CLUSENER-GODT, M. (Orgs.) *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém: NAEA, 2003.

CASTRO, E. M. R (Org.) **Belém de Águas e Ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

CASTRO, E, M. R. **Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder**. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. (Org.). *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. São Paulo: Letra Capital Editora, 2014.

CASTRO, E. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 165-182.

CASTRO, E. M. R.; SANTOS, M. A. **Belém de águas e de Portos:** ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1. Artes de fazer.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares:** simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998. 280 p.

DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciênciass Sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25-34.

ECKER, C. **As variações paisageiras na cidade e os jogos da memória**. In: SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. (Orgs.). *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009.

FAURE, J.; PROST, T.; CASTRO, E. **Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região das Ilhas**. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de Águas e Ilhas*. Belém: CEJUP, 2006.

GIDDENS. A. **Política, sociologia e teoria social**. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

GOMES, D. M. C. **The Diversity of Social Forms in Pre-Colonial Amazonia**. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 25, p. 189-225, 2007.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GUERRA, G. **Mudanças pela ação antrópica no estuário amazônico**. Relatório de Pesquisa. Belém: NAEA, 2003.

ISABELLE, V. **Uma coderiva no mundo sensível do igarapé Jamaci e nas múltiplas dimensões das paisagens insu-lares e de várzea belenense**. Tese de Doutorado (Antropologia) - Universidade Federal do Pará, 2018.

JURANDIR, D. **Belém do Grão-Pará.** Belém, Edufpa/Casa de Rui Barbosa, 2004.

LEONARDI, V. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. 2. ed. Brasília: Editora UnB; Paralelo 15, 2003. 282 p.

MARANHÃO, H. **Pará, capital**: Belém. Memória & Pessoas & Coisas & Loisas da Cidade. Belém: Supercores, 2000.

MEGAM. **Estudo das Mudanças pela ação antrópica e gerenciamento ambiental no estuário amazônico**. Relatório de Pesquisa Final. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistemológica**. A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* n. 34 (Dossiê: Literatura, língua e identidade), p. 287-324, 2008.

MORAES, R. **Na planície Amazônica**. São Paulo: Conquista, 1960.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOREIRA, K. C. **Qualidade da água em Belém e na ilha do Combu**. Belém: CEJUP, 2005.

ORTNER, S. **Poder e projetos:** reflexões sobre agência. In: GROSSI, M. P.; ECKER, C.; FRY, P. (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PEIXOTO, L. B. L. **Ilhas de floresta.** Um estudo sobre mulheres e quintais cultivados na Comunidade Quilombola de Mangueiras Salvaterra (Pará, Brasil). Qualificação de Tese (Antropologia) - Universidade Federal do Pará, 2017.

PENTEADO, A. R. **O sistema portuário em Belém**. Belém: UFPA, 1973.

PIZARRO, A. **Amazônia:** as vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

POSEY, D. A. **Kayapó ethnoecology and culture**. London: Routledge, 2002.

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro.** Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953.

SANTANA, G. **Zoneamento, usos sociais e representações dos espaços aquáticos em Fortalezinha, Maracanã, Pará**. In: CASTRO, E. (Org.) *Belém de águas e ilhas*, CEJUP, Belém, 2006.

SILVA, I. S. ; CASTRO, E. **Fluxos comerciais de produtos regionais e trabalho em feiras, mercados e portos de Belém.** In: RODRIGUES, C. I.; SILVA, L. de J. D.; MARTINS, R. F. (Orgs.). *Mercados Populares em Belém: Produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano.* Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 181-211.

TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a vida**. Manaus: Valer, 2001.

WOLFF, C. S. **Mulheres da floresta**: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

Trilha dos porcos na lama do córrego.
Fotografia: Débora Flor

Uma coderiva no mundo sensível das paisagens enlameadas de Belém[1]

Véronique Isabelle
Flávio Leonel Abreu da Silveira

Introdução

A cidade de Belém (estado do Pará, Brasil) está situada no estuário da bacia do rio Amazonas. Seu município é constituído por uma vasta porção de terras continentais, reunindo diversos bairros urbanos, e também por uma extensa área insular, oficialmente composta por 39 ilhas[2] que se estendem ao longo da massa hídrica da baía do rio Guajará e do rio Guamá.

Belém se configura assim como um mosaico heterogêneo de áreas urbanas, portuárias, de ilhas e rios. É um complexo aglomerado urbano, onde florescem formas sociais diversas, atravessadas por assimetrias econômicas que se evidenciam, por exemplo, no contraste visível entre os altos prédios luxuosos e as *baixadas,* situadas em áreas alagáveis, geralmente nas margens de rios e igarapés que adentram e atravessam o espaço urbano belenense. Nos referimos a esse cenário de contrastes com a expressão "tensões paisageiras".

Nas suas pulsações e entrelaçamentos entre terras, águas e florestas, a cidade se ergueu ao longo dos quatrocentos anos do seu processo de urbanização a partir de uma relação complexa e tensional com os cursos hídricos. O processo de ocupação dos seus espaços confronta formas nativas de viver as paisagens e formas determinadas por modelos exógenos inspirados de uma certa visão de modernidade (SILVEIRA; ISABELLE, 2017). Por exemplo, podemos observar que uma grande parte do planejamento urbano de Belém, influenciado por modelos de cidades continentais, foi pensado "de costas para o rio" (MERGULHÃO, 2015), negando assim a presença do elemento mais substantivo de suas paisagens. Paradoxalmente, Belém constitui-se, ao mesmo tempo, como uma

1. O texto que apresentamos é uma primeira reflexão sobre o tema proposto que foi aprofundado na tese de doutorado da primeira autora sob a orientação do segundo autor (ISABELLE, 2018).

2. É possível, no entanto, que o número de ínsulas – entre ilhas e ilhotas – do município de Belém ultrapasse a marca de cem, conforme Araújo (1995, p. 6).

cidade insular e ribeirinha, que abraça o rio Guamá e se constrói a partir das interações com as águas.

Propomos aqui uma reflexão sobre essa zona tensional, marcada pela presença das águas na metrópole belenense, que se inscreve nas diversas margens da cidade, mais especificamente naquilo que chamamos de "margens-devir", por serem constantemente (re)definidas. Nestes termos, buscamos ampliar o nosso olhar sobre a cidade a partir de uma perspectiva que considera as potências e as agências das águas, o que nos leva a propor um olhar sobre a cidade de Belém a partir do seu *continuum* rural-urbano (SILVEIRA; ISABELLE, 2017), que se estende em suas ilhas e no continente, e contempla tanto áreas de várzea quanto de terra firme. Tal perspectiva convida o leitor a se deparar com a mistura complexa e dinâmica de águas e terras como elementos fundamentais das margens-devir dessa metrópole amazônica, através dos quais se materializa a experiência que fazemos da cidade. Assim, a figura do enlameado, como expressão da mescla de matérias, permite um devaneio sobre as formas materiais em transformação, em devir, portanto, para melhor compreendermos o caráter anfíbio dessas paisagens.

As paisagens do estuário guajarino, vistas desse ângulo, têm forte ressonância com o que Maturana (1999) indica como sendo uma "coderiva" entre humanos e não humanos, num meio marcado pelos fluxos de elementos (mas também de signos e símbolos), meio que produz entrelaçamentos complexos entre a "natureza natural" (INGOLD, 1992) e as experiências humanas no mundo. As múltiplas agências dos seres em coderiva coformam essas paisagens, num devir processual. Entendemos tais paisagens como uma "expressão cabocla"[3] de habitar[4] certos ambientes liminares – como as áreas de várzea com suas paisagens enlameadas. Estas áreas abrigam elementos da ordem do sensível que aderem às memórias dos e nos lugares praticados (SILVEIRA, 2004).

Nos interessamos aqui pelas "paisagens vernaculares" (ZUKIN, 2000) do estuário, assim compreendidas por serem continuamente praticadas (DE CERTEAU, 1994) por seus moradores em seus itinerários cotidianos (ECKER; ROCHA, 2005). Estes trajetos implicam um ir e vir entre as margens insulares e continentais e se inscrevem nas memórias que os moradores forjam do lugar. As reflexões propostas aqui buscam contribuir para um melhor entendimento da convivência

3. O termo *caboclo*, mais do que uma categoria, implica a existência de coletivos humanos distintos. Portanto, as complexidades desse termo, nas quais residem justamente as suas potências, provoca inúmeros debates quanto a sua possível definição. Entre eles citamos Galvão (1953; 1976), Wagley (1977), Rodrigues (2006), Lima (1999), Harris (1998). A ideia de "expressão cabocla" será contextualizada e definida mais adiante.

4. Habitar significa, para nós, emergir no fluxo de um contexto (INGOLD, 2000a), "praticar" um lugar (DE CERTEAU, 1994) – o *taskscape* (panorama de tarefas) de Ingold (2000b) – considerando também a sua dimensão imaginária intimamente relacionada à memória (BACHELARD, 2009).

cotidiana com o elemento lama dos habitantes das áreas de várzea e ilhas do entorno de Belém, a fim de melhor compreender as dinâmicas e transformações das paisagens amazônicas.

1. As margens-devir de Belém no *continuum* rural-urbano

A cidade de Belém e suas faces contemporâneas emergiram, paulatinamente, como constructos humanos entre densas florestas tropicais úmidas e imensos rios que formam o estuário guajarino. A sua edificação ocorreu, em grande parte, ao longo dos rios e igarapés e se estendeu sobre vastas áreas de várzea e de igapó presentes em seu território. As fortes chuvas e a proximidade do mar influenciam as marés e produzem, cotidianamente, importantes modulações nas paisagens. A cidade é portanto marcada pelas dinâmicas das águas, por suas circulações e movências que reconfiguram continuamente os conteúdos e as formas que (re) definem, principalmente, seus contornos tocados pelo elemento hídrico, assim como a própria conformação da "guirlanda" (MOREIRA, 1989) de ilhas que coroa a cidade de Belém (Figura 1).

Tal característica morfológica faz com que "nenhuma cidade do Brasil apresent[e] tão numerosa constelaria de ilhas como Belém" (MOREIRA apud ARAÚJO, 1995, p. 9), o que a distingue assim das demais capitais brasileiras. Fora do seu "acanhado limite continental" (*idem*), essa cidade se apresenta como um complexo conjunto de ilhas atravessadas por infinitas pontes que ligam seus "braços -barcos" para abraçar uma cidade nascida ribeirinha (Figura 1).

Abordar a vida urbana a partir da perspectiva das águas permite (re)considerar a importante presença das áreas de várzea e igapó dentro do território da cidade, assim como dos rios subterrâneos que circulam, ocultos, sob seus espaços ocupados. Portanto, consideramos que os elementos terra e água são indissociáveis neste contexto de um estuário de águas barrentas[5], cujo território é encharcado. Essa afirmação nos leva a questionar o conceito de margem ou ainda o de ribeirinho, além de uma determinada configuração geográfica.

Ao ampliar o enfoque sobre a noção de margem para além de uma relação meramente horizontal estabelecida entre a beira e o rio, é possível vislumbrar, sensivelmente, a sua multidimensionalidade na tensão entre o fundo e a superfície, que se inscreve na espessura da lama. Quer seja na costa continental ou nas ilhas, nas áreas alagadiças ou mesmo por baixo dos aterros e até, quiçá, alcançando o

5. Devido aos sedimentos que contêm as águas do rio Amazonas e seus afluentes, dificilmente podemos enxergar algo imerso apenas a dois centímetros da superfície da água.

Figura 1: Mapa da dimensão insular de Belém.
Realização: Laurence Billault (IRD).

mundo do fundo[6], a lama se faz presente. Sob esta perspectiva, a lama imprime uma outra margem nas paisagens. A ideia de "margem vertical", no seu sentido geográfico, penetrando a cidade para além das bordas dos rios, nos convida a pensar a categoria "ribeirinho/a" não como exclusivamente relacionada as suas beiras, mas também como fazendo referência à experiência complexa vivida no território da cidade. Encontramos, portanto, um conjunto de vivências heterogêneas experimentadas por seus habitantes com as águas, as margens e as ilhas presentes no mundo urbano contemporâneo de Belém.

O contexto hidrogeomorfológico da metrópole, como território encharcado e atravessado por rios de águas barrentas onde "a terra e a água se comem e se bebem mutuamente" (BACHELARD, 2002, p. 111), possibilita a ligação entre matérias e elementos heterogêneos (tais como ilhas e continente, humanos e não humanos, natureza e cultura) de maneira a fundi-los ou mesmo confundi-los. Isso nos leva a procurar entender Belém no seu *continuum* rural-urbano. Essa ideia evoca sutilmente uma interpenetração de realidades, de estados de apreensão e de (re)formulação do espaço e do tempo (ISABELLE; COSTA, 2015), que nos permite apreender a cidade como um todo, vislumbrando seus tons e contrastes.

Essa perspectiva possibilita também uma dissolução de possíveis "centros", definidos no âmbito de relações de poder simbólico – principalmente econômico e político –, assim como de possíveis fronteiras que perduram e reforçam dicotomias (por exemplo, entre o tradicional e o moderno, o rural e o urbano e assim por diante). Apreender o *continuum* rural-urbano de Belém, especialmente ao descermos das alturas dos seus prédios – alguns com mais de 30 andares –, nos leva a um encontro com suas dinâmicas aquáticas e, por certo, com suas margens-devir, onde um dos principais elementos constitutivos é a lama.

2. A lama que (in)forma as paisagens do estuário guajarino

A lama, elemento fundamental das paisagens do estuário guajarino, desenha os contornos da cidade e de suas ilhas, as (con)forma, as modela e, portanto, nos informa do dinamismo dessas paisagens. As transformações nas paisagens da cidade ocorrem, em grande parte, pela necessidade que as pessoas têm de estenderem seus territórios. Os aterros, sobre os quais se edificou Belém, testemunham este dinamismo que um observador atento, como Seu Antônio (68 anos, trabalhador do porto do Sal, situado no bairro da Cidade Velha), nos conduz a descobrir. Logo atrás do mercado do porto do Sal, restam algumas amarras que serviam, até aproximadamente sessenta anos atrás, para atracar os barcos. Hoje

6. O *mundo do fundo* é uma expressão que se refere ao mundo das encantarias subaquáticas (ver os capítulos de Julia Sauma e de Emilie Stoll no presente volume).

em dia, essas amarras ficam a uma distância de pelo menos 200 metros do rio. Esse processo de afastamento das águas do rio se deu à medida que as pessoas iam aterrando a área e a beira ia *puxando* (a beira se expandia sobre o rio) e a lama ia, portanto, *crescendo*. Em sua fala, Seu Antônio expõe claramente o jogo complexo que se estabelece entre as agências humanas e não humanas (no caso aqui a lama, a beira e o rio) na dinâmica da paisagem.

Em outro exemplo, Seu Miguel (70 anos, antigo morador do bairro do Telégrafo) lembra que na sua infância o bairro era uma vasta área de várzea e igapó. Nele moravam principalmente populações oriundas do interior do estado, que ali construíram palafitas e pontes para poder habitar essa porção da cidade. Aos poucos, os espaços foram sendo aterrados, as pontes se tornaram calçadas e ruas, as palafitas se tornaram casas de alvenaria. Vemos então como as pessoas transformam as paisagens de várzea quando buscam estabelecer um domínio sobre suas matérias, especialmente sobre a lama.

As paisagens insulares da cidade são, também, constantemente remodeladas e deslocadas pela agência das águas, assim como pela ação dos humanos e dos não humanos vivos. As ilhas da região são encharcadas pelas águas, o que lhes dá um caráter maleável, diferente de ilhas vulcânicas, por exemplo, que aparecem como uma formação rochosa cercada por águas, mas sem que suas matérias se mesclem. Seu Alexandre (58 anos, morador da ilha de Paquetá) explica as importantes transformações que ocorreram nas paisagens desta região insular:

> O vovô dizia pra mamãe assim: "Ah, Preta, tu nem sabe d'uma coisa". Ela disse: "Que é?". A draga tá cavando lá no cais do porto, pro navio encostar, e vem jogar essa lama, com *cuí*[7] de pau e tudo, e tá jogando aqui no canal do Arapiranga, entendesse? Aí ele disse assim pra mamãe: "Minha filha, se eu já tiver morrido, com uns anos pra frente, os que ficarem vão contar! Isso vai virar um *baixo*[8], vai virar tudo ilha pra cá". [...] Essas outras ilhas tudinho aí que tem, foi tudo assim, é tudo lama que vem descendo, a lama vem descendo, aí vai crescendo, encosta, né? Encosta na ilha, na beira, aí a tendência é só crescer. Aí vai crescendo capim, aí vem o mangue[9], aí vem a siriúba[10], aí pronto! E aí vai dando a raiz, vai alteando. Olha, aqui nesse porto, aqui tem essa siriúba aí, isso aí era *baixo*, *baixo*, *baixo*, atolava que só. Olha agora! Tá durinho aí, por quê? Por causa da siriúba! Minou raiz pra todo canto, aí segurou a terra. Se cortar ela, acabar com ela, vai

7 Significa pedacinhos e restos.

8. Os *baixos* são bancos de lama no rio.

9. O mangue forma um ecossistema complexo que faz a transição entre o meio aquático e o terrestre. O mangue é também o nome dado às arvores que compõem esse ecossistema.

10. A siriúba (*Avicennia nitida*) é uma das árvores que compõe o ecossistema do mangue.

Figura 2: Raizes de mangue. Fotografia: Débora Flor.

> cair a beira. Não vê ali na tia Luzia, né? A tia Luzia, caiu tudinho aquela beira lá. Porque tiraram as árvores lá. Aqui não cai, olha, aqui nesse porto nosso, graças a Deus, não cai! Porque tem essas árvores aí tudinho. Mas se nós cortar tudinho isso aí, as raízes morrem, enfraquece a terra. Olha, tu podes prestar atenção ali, olha, ali, espia aonde é a raiz da açaizeira, olha! Elas tão lá em terra, mas as raízes tão todinhas por baixo por aí. É uma natureza, né?

É possível perceber que Seu Alexandre reconhece empiricamente as importantes transformações nas paisagens insulares que decorrem de ações dele e do coletivo ao qual pertence (Figura 2). Elas passam pela formação de *baixos*, provocados por uma intervenção humana: o descarrego, no canal de Arapiranga, de matérias retiradas da área portuária de Belém. Ele descreve também o crescimento e a consolidação de ilhas à medida que se estabelece uma vegetação de manguezal e, especialmente, a siriúba. Ele menciona o caimento das beiras, que ocorre quando as pessoas retiram as árvores que lhes fornecem sustentação. Sua narrativa demonstra a existência de uma percepção aguçada das paisagens e também das consequências sobre elas das ações de seus habitantes que não apenas reconhecem, mas também sabem prever as transformações ao longo do tempo, na medida em que acompanham a dinâmica hidrogeomorfológica e os regimes de movimento das águas. Desta forma, ele consegue expor sensivelmente o jogo de inter-rela-

ções entre os humanos e não humanos (no caso aqui os vegetais) que dinamiza as paisagens de várzea das ilhas de Belém. Sua fundação – imprecisa, transformativa, não linear – corresponde ao lugar que a lama ocupa naquele ecossistema de várzea que forma essas paisagens em contínua modificação.

3. A (de)composição das matérias orgânicas e do tempo

A lama representa um acúmulo milenar de matérias orgânicas e de memórias sedimentadas. Ela representa uma matéria evocada no singular e que se apreende na sua totalidade, provocando em nós a sensação de um todo que engloba, que engole. Como matéria ambígua (aquosa, viscosa, pastosa), a lama provoca certa repulsa àquele que não tem o hábito de interagir com ela, causando-lhe, não raro, desconforto: ela provoca instabilidade no caminhar, tem textura pegajosa e imprecisa, um cheiro forte que provém de matérias orgânicas em processo de decomposição, suas cores são opacas e fechadas, mesclando tons de marrom e cinza que destoam do aspecto terroso do solo. Por fim, a lama pode evocar o perigo, para quem anda sobre ela, de ser engolido por essa matéria que esconde um mundo desconhecido e misterioso.

Como amálgama de matérias orgânicas em processo de decomposição, a lama convida a uma reflexão sobre a finitude da vida. Nestes termos, podemos atribuir-lhe um caráter escatológico que faz referência, filosófica ou teologicamente, à ideia de fim do mundo. No entanto, esse caráter insinua também um retorno às origens, ao início do mundo e a uma concepção cíclica do tempo (LE GOFF, 1996). Diferente de uma concepção temporal histórica e linear, o tempo cíclico permite considerar a necessidade da morte para o nascimento da vida (ELIADE, 1969), da mesma maneira que o processo de decomposição de matérias orgânicas libera no solo os nutrientes necessários aos seres vivos que compõem o ecossistema de várzea.

Essa concepção do tempo se evidencia nos coletivos humanos com quem trabalhamos, por exemplo, nas atividades de manejo dos recursos naturais que eles realizam de acordo com os ciclos lunares[11] – como praticar a pesca de camarão na lua minguante, depois da desova que ocorre na lua cheia; plantar na lua crescente para favorecer o crescimento das plantas; cortar determinadas espécies de árvores na lua nova ou na minguante para que a madeira não empine ou rache; planejar os deslocamentos pela água de acordo com as marés e as luas. É também interessante notar que a maneira como se constrói as casas nessas áreas de várzea

11. A lista de atividades é complexa e exaustiva para ser tratada neste texto. Por isso, apenas alguns exemplos serão apontados. O tema é problematizado e aprofundado na tese de doutorado da primeira autora.

segue a lógica do tempo cíclico. Os moradores da ilha de Paquetá (descrição a seguir) vivem em *palafitas* de madeira que, devido ao clima e à agência das águas, se desgastam em cerca de cinco anos. Enquanto a casa velha está sendo desmontada pelos moradores, a nova moradia está sendo construída ao lado, ao mesmo tempo, e os materiais que podem ser reaproveitados são efetivamente recuperados, num jogo de "braconnage"[12] (DE CERTEAU, 1994). Esta ideia nos interessa, principalmente para pensarmos em que medida essa perspectiva temporal reverbera nas dinâmicas do cotidiano e nos elementos que compõem as cosmologias dos habitantes das áreas de várzea das ilhas de Belém.

Por outro lado, a lama, com seu caráter viscoso e sem forma, ambíguo e latente, evoca a ideia de um tempo fora do tempo, que pode, por sua vez, fazer pensar em uma certa forma de espera (ou de esperança), portanto sem resistência nem resiliência. Esta ideia revela o lugar simbólico e fértil do liminar[13] nessas paisagens de várzea, que se insere entre dois estados de existência. O período liminar é aquele em que as entidades liminares são necessariamente ambíguas e sem status determinado, pois "é como se fossem reduzidas ou oprimidas até uma condição uniforme, para serem modeladas de novo e dotadas de outros poderes, para se capacitarem a enfrentar sua nova situação de vida" (TURNER, 2013, p. 98).

Ao continuar esse jogo de analogias que a lama pode evocar, invocamos a imagem da matéria que, ao separar-se das beiras pela ação da erosão fluvial, entra em uma fase liminar. Ela transita pelo fluxo das águas até postar-se nas suas funduras, permanecendo latente até ser (re)agregada para participar do nascimento de uma ilha ou do crescimento dos continentes. Esse processo pode fazer pensar em certas imagens que foram dissimuladas, ocultadas e retidas nas densas camadas de sedimentos e que, pela força da memória, voltam a ser palpáveis e (re) formuláveis nas narrativas dos moradores locais.

Nesse contexto, a lama se apresenta como uma matéria rica e fértil para refletirmos sobre as dinâmicas das paisagens amazônicas na sua configuração complexa de tempos, relações e também na sua dimensão poética. Tal dimensão, instância da "razão sensível" (MAFFESOLI, 1998), ambiciona perceber as sutilezas das agências das suas matérias nas paisagens de várzea, que, em seus movimentos, se espraiam por toda a região do estuário guajarino à medida que se reconfiguram em formas insulares ao mesmo tempo que, a seu modo, tocam o corpo da urbe.

12. Para De Certeau (1994), "*braconnage*" significa coletar e compor, a partir de fragmentos, o seu próprio espaço cotidiano.

13. O limbo ou o "liminar", inspirado por Van Gennep (1960) e Turner (2013), corresponde a uma fase de transição dentro de um ritual. Segundo esses autores, todos os ritos de passagem ou de transição são caracterizados por três fases pelas quais passa um indivíduo ou um grupo de pessoas: a separação, a margem (ou limbo) e a (re)agregação.

4. O lugar do estudo: a ilha de Paquetá e o igarapé Jamaci

A reflexão desenvolvida aqui traz elementos etnográficos que provêm da experiência de campo da primeira autora entre os moradores da ilha de Paquetá[14], associada às experiências etnográficas do segundo autor no contexto urbano belenense e seus arredores. A primeira pesquisa etnográfica foi desenvolvida em uma área de várzea com os moradores do igarapé Jamaci, localizado em uma ilha do extremo oeste do município de Belém, situada em frente de Icoaraci[15] (Figura 3). Este igarapé adentra a ilha de Paquetá e se ramifica, num movimento ondulatório, em diversos outros igarapés menores que servem, geralmente, para indicar as divisões entre terrenos de moradores locais.

Ao longo do igarapé Jamaci existem 23 núcleos familiares que possuem relações de parentesco entre si. São cerca de 30 casas (algumas desocupadas) conectadas ao igarapé por uma ponte feita de tábuas de madeira ou de troncos de árvores nos quais são amarrados os *cascos*[16], as canoas, as *rabetas*[17] ou as lanchas[18] (Figura 4). Existem, no entorno, uma Unidade Pedagógica da Escola Bosque[19] (onde estudam crianças e jovens da ilha de Paquetá e também da ilha Nova e da ilha de Jutuba), dois campos de futebol (utilizados principalmente no verão), uma capela da igreja católica de Nossa Senhora da Conceição, padroeira das ilhas, uma igreja evangélica Quadrangular e uma da Assembleia de Deus, ainda em construção.

Os moradores praticam uma economia mista (autoconsumo e venda) principalmente voltada ao cultivo do açaí e à pesca artesanal de peixe e camarão. Por ser uma área constituída basicamente por várzea, a agricultura de roçado não é praticada na ilha de Paquetá. No entanto, alguns moradores possuem plantas medicinais e/ou de tempero perto da casa. Há diversas árvores frutíferas além do açaí, que ocupa longas extensões da ilha. Os moradores do Igarapé Jamaci comercia-

14. O trabalho de campo no igarapé Jamaci foi realizado entre junho de 2015 e março de 2017.

15. Icoaraci é a sede urbana de um dos oito distritos de Belém. Distante cerca de 20 quilômetros do centro histórico, conta com aproximadamente 180.000 habitantes.

16. Pequenas canoas de madeira pouco estáveis que comportam uma ou duas pessoas.

17. Grande canoa motorizada.

18. Embarcação de porte médio para o transporte de passageiros e mercadorias. A diferença entre o barco e a lancha reside no fato de que o barco possui um mastro enquanto a lancha não.

19. A Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque de Belém é um projeto educacional desenvolvido a partir de uma perspectiva ambiental interdisciplinar, que incentiva a participação efetiva dos alunos no processo construtivo do conhecimento, inter-relacionando conteúdos escolares e viabilizando a pesquisa (SOUZA, 2004).

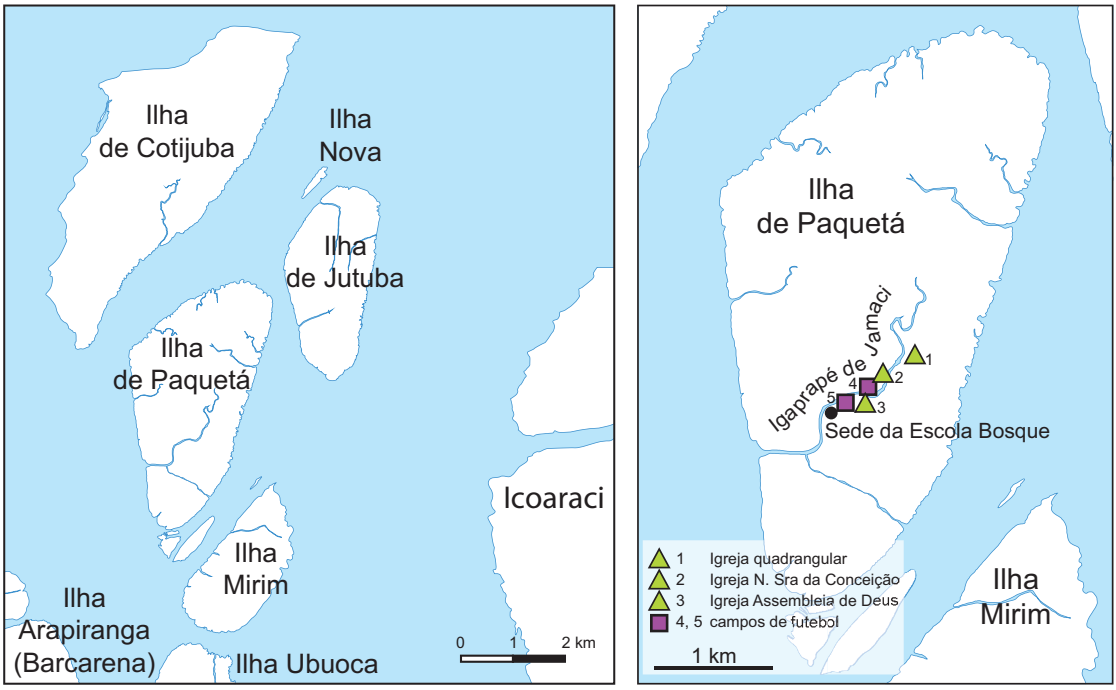


Figura 3: Ilhas da região do extremo leste do Município de Belém e a Ilha de Paquetá
Fonte: Google Maps.

Figura 4: Moradia no igarapé Jamaci. Fotografia: Véronique Isabelle.

lizam diariamente seus produtos na ponte de Icoaraci[20] e, portanto, transitam frequentemente entre as ilhas e a cidade. Criam animais domésticos para consumo próprio, tais como porcos, galinhas e patos que circulam livremente na ilha. A energia elétrica é produzida por geradores particulares e as pessoas precisam buscar água potável em Cotijuba, uma ilha vizinha, situada a 15 minutos de *rabeta*. Eles organizam suas atividades cotidianas de acordo com o tempo das marés, que (re)modelam constantemente as paisagens da ilha. Trata-se, assim, de uma região onde as pessoas convivem constantemente com os elementos água e lama.

5. As figuras do enlameado na ilha de Paquetá

As formas de habitar nas várzeas belenenses têm relações diretas com um universo sensório capaz de lhes (re)definir atribuições simbólico-práticas que correspondem às formas de manejo ligadas às transformações constantes das paisagens insulares ao longo do tempo. Por isso, seus habitantes possuem um repertório diversificado de termos para definir diferentes tipos de lamas que eles descrevem a partir das suas experiências corporais.

A lama *aguada*, por exemplo, se confunde com as águas compostas e turvas, onde a indeterminação das matérias é experimentada pelos moradores da ilha, principalmente nas beiras de certos igarapés. É nela que os habitantes percebem pequenos peixes, anfíbios e crustáceos que se escondem do olhar predador das garças que habitam aquele conjunto de ambientes. Nesta qualidade de lama, pratica-se a *pesca de gapuia* (Figura 5). Essa antiga técnica artesanal implica *tampar* (interceptar) uma parte do igarapé quando a maré começa a secar a fim de coletar com as mãos os peixes e camarões presos na armadilha. Este tipo de lama é também chamado de *piquenta* porque provoca coceiras na pele. Por isso, é preciso passar um óleo de cozinha no corpo antes de se dirigir aos locais em que ela é abundante. Posteriormente, é preciso lavar-se com *sabão grosso* ou água com sal para eliminá-la da pele. As arraias, com seu ferrão venenoso, se escondem neste lodo. Debaixo dos troncos, também há jacarés, caramujos, uruás[21], sararás[22] e siris[23], quando *a água*

20 A ponte de Icoaraci, mais do que servir apenas ao transporte sobre o rio, é um espaço de comercialização de produtos oriundos das ilhas. Para um estudo etnográfico da paisagem de trabalho numa outra ponte-mercado, ver Marques e Scherer no presente volume.

21. O caramujo e o uruá são moluscos comestíveis detentores de concha preta que lembra a forma do caracol. O caramujo é pequeno (2 centímetros de diâmetro), enquanto o uruá pode atingir até 15 cm.

22. Trata-se de pequenos caranguejos marrons que vivem geralmente nos manguezais, cujos machos se caracterizam por apresentarem uma grande pinça em relação ao seu corpo.

23. Crustáceo muito apreciado para o consumo. É um tipo de caranguejo que possui nadadeiras e são pescados com uma armadilha chamada *puçá*, feita com um aro no qual é amarrada uma rede.

salga, no auge do verão. O *lavatório*, por sua vez, é uma poça constituída pela lama *aguada*, onde os porcos e os búfalos têm por hábito se deitar para se refrescar e se proteger do sol em dias de calor. Os porcos fuçam nela em busca de minhocas e outros alimentos que degustam ruidosamente.

Melada é a denominação da lama que suja as superfícies com as quais ela entra em contato. Essa lama possui uma textura fina, cuja aderência faz com que ela *grude na pele*, como afirmam os moradores da ilha. *Escorrega* é a lama lisa que se acumula nos troncos, nas pontes e no solo, em uma fina camada depositada pela maré quando seca. É a lama que provoca efetivamente deslizes e por isso é considerada *traiçoeira*, tal como uma cobra que surpreende o passante. A lama *atoleira*, densa e pesada, impõe aos passos um ritmo lento. Ela é muito presente no inverno, entre dezembro e abril, principalmente quando chove e também quando *a água cresce na terra* – durante a lua cheia ou a lua nova, quando as marés grandes transbordam sobre a superfície terrestre. É esse tipo de lama que vemos nos mangues, onde longos braços de raízes proliferam e se estendem, tentando se fixar no seu corpo instável.

A *gulosa* é uma lama que *puxa para baixo* quem pisa sobre ela. Quem se arrisca a passar pelos seus domínios, afunda no seu corpo viscoso, pois trata-se de uma lama movediça. Há enfim a *lama dura*, um tipo de lama que possui certa firmeza, inclusive para inscrever na sua superfície as impressões detalhadas dos gestos daqueles que a percorrem. É nela que geralmente se encontra o buraco liso que indica a entrada do ninho da cobra sucuriju. A *lama dura* pode se tornar *enxuta* durante o verão e, por isso, a sua presença convida a jogar bola, a percorrer a ilha à vontade; é aquela lama que pode rachar ao ressecar e que, paulatinamente, muda de cor. Mas essa lama mantém sua reversibilidade, já que com um pouco de água ela amolece, se dissolve e escapa.

As pessoas que convivem diariamente com as formas materiais dos diversos tipos de lama desenvolvem modos de habitar específicos que levam em conta a observação atenta (INGOLD, 2000a) das diferentes formas que toma essa matéria. Suas práticas cotidianas de manejo são marcadas pela plasticidade do material, mas também pelos fluxos das águas (Figura 6). Isto significa dizer que as pessoas percebem sensivelmente as mudanças abruptas ou sutis nas suas paisagens vividas, e que essas mudanças, por sua vez, influenciam suas próprias agências. Essa qualidade plástica se encontra também, de formas diversas, nos corpos das pessoas que habitam essas regiões de caráter movente (BASSALO, 2011).

Brasil

Figura 5: Prática da pesca de gapuia com Madalena, Adinair e Valdemir Alves Rodrigues, na companhia de Véronique Isabelle. Fotografia: Débora Flor.

Figura 6: Valdenilson no igarapé. Fotografia: Débora Flor.

6. A configuração dos corpos nas modulações paisageiras

As primeiras experiências em paisagens de várzea impõem diversas aprendizagens corporais para quem é acostumado a andar sobre um chão reto e duro. Essa aprendizagem implica passar por algumas situações desconfortáveis, como perdas do equilíbrio, atolamento, quedas e o receio de mover-se em estruturas instáveis quando, por exemplo, uma pessoa deve andar *igual a um papagaio* – utilizando-se de passinhos de lado – por cima de troncos finos, ou quando fica *tremendo o corpo* ao passear de *casco*. Assim, nesse ambiente, cotidianamente aprendemos a nos manter sobre superfícies instáveis, guiados por um complexo jogo de atenção, tensão e equilíbrio (SILVEIRA; BASSALO, 2012, p. 1059). Aos poucos, desenvolvem-se "táticas corporais" (DE CERTEAU, 1994) para acolher no próprio corpo, o mais harmoniosamente possível, os movimentos que nos impõem essas paisagens.

É possível observar a agilidade com que os moradores da ilha se movem, mesmo carregando peso, nas áreas escorregadias por causa do limo ou da lama ou nas pontes feitas de troncos finos, lisos e/ou que estremecem a cada passo (Figura 7); quando sobem nos açaizeiros[24] compridos e flexíveis para apanhar seus frutos; quando, às vezes em cima da árvore, balançam o tronco para pular de uma palmeira a outra; quando acompanham o movimento ondulante das águas com seu ritmo, suas agitações e fluxos das suas diversas embarcações; ou quando se embalam em uma rede para descansar, devanear e sonhar.

Numa abordagem fenomenológica, o corpo, nas suas múltiplas dimensões, apresenta-se como um sujeito vivo ao mundo, um "veículo para estar/ser no mundo" (MERLEAU-PONTY, 1952). E "ter um corpo é, para uma criatura viva, ser envolvido num ambiente definido, identificar-se a projetos e se engajar continuamente nele" (MERLEAU-PONTY, 1952, p. 97). Nestes termos, as constantes modulações que definem as paisagens da várzea insular de Belém obrigam seus moradores a uma adaptação e atenção permanentes, através de táticas corporais que os permitem manter o equilíbrio sobre as superfícies "vacilantes" que compõem seus espaços de trânsito no dia a dia. Dessa vivência, resultam também expressões corporais peculiares na construção de suas experiências cotidianas (BASSALO, 2011; SILVEIRA; BASSALO, 2012).

Essas táticas corporais também se estendem aos não humanos. É interessante ressaltar a capacidade de adaptação das plantas do manguezal, que também habitam e caracterizam o ecossistema desta "zona anfíbia" (MEIRELLES FILHO,

24. Palmeira amplamente cultivada pelo seu fruto, o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), de cor roxo-escuro, cujo sumo representa a base da alimentação local. Sua venda é a principal atividade econômica das zonas de várzea nas ilhas. O palmito da planta também é extraído para a venda.

Figura 7. A ponte. Fotografia: Véronique Isabelle.

2004) da região belenense e do estuário. Segundo Vannucci, as plantas do manguezal "parecem possuir um genoma especialmente plástico, que lhes permite adaptação rápida a mudanças, no meio ambiente em nível individual e fenotípico – o que naturalmente lhes permite sobreviver em condições ambientais que mudam continuamente – além de mutações em nível genotípico, de modo mais permanente" (2002, p. 46). Sem entrar em questões de genética, esta argumentação demonstra a plasticidade dos corpos vegetais continuamente engajados nestas paisagens de várzea, para que possam se adequar as suas dinâmicas.

Nesses ambientes, mundos terrestres e aquáticos se combinam, o que confere inevitavelmente um "caráter anfíbio" às paisagens insulares, assim como aos humanos e não humanos que as habitam. Seus corpos desenvolvem a capacidade de se adequar aos dois ambientes que se complementam nas interagências corpo-meio. Esse corpo anfíbio seria, justamente, aquele que consegue tanto encontrar formas de equilíbrio nas dinâmicas das águas para acompanhar seus fluxos e modulações quanto habitar regiões onde a terra e a água se misturam em diferentes níveis de complexidade. Ele seria também aquele que encontra táticas de caráter simbólico-prático para acompanhar as constantes modulações do meio no qual está engajado e, até, como o indica Ingold (2000b), para incorporar em seus movimentos, ritmos e ciclos de ordem biológica, geológica e sociocultural.

A soma das interações dos corpos engajados em termos práticos no mundo em que vivem (JANOWSKI; INGOLD, 2012) engendra uma relação coexistencial que, parece-nos, decorre de uma ontologia de corpos-paisagens.

Partimos do contexto da ilha de Paquetá para pensar a pluralidade das formas desses corpos-paisagens e o agenciamento dos seus devires em contínuo movimento nessa mistura de águas e terras. Através das figuras do enlameado, eles se alastram nas margens-devir da cidade e compõem, a nosso ver, uma "região mestiça". Tal região representa a mistura das matérias e das "expressões caboclas"[25] de habitar esses corpos-paisagens, considerando as suas dimensões imaginárias. Por certo, essa mistura complexa revela elementos da ordem do sensível que aderem às memórias do e no lugar (SILVEIRA, 2004).

7. Uma coderiva na espessura sensível da lama

Abordar essa região mestiça pelo viés da memória implica uma coderiva dos antropólogos com seus interlocutores nas múltiplas dimensões do seu mundo sensível, que esse último se expresse em seus gestos ou em suas narrativas. A ideia de coderiva indica aqui um ato de memória que, mais do que buscar imagens internas guardadas na mente, exige dos coletivos humanos que eles se engajem perceptivelmente a partir de corpos-paisagens impregnados de e do passado (INGOLD, 2000a). Neste sentido, esse engajamento implica um esforço do corpo que percebe esses elementos da ordem do sensível à medida que os imagina (JANOWSKI; INGOLD, 2012). Por isso, o ato de memória é também um ato da imaginação criadora que ocorre quando o "afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção" (BOSI, 1994, p. 46), cuja admirável conjunção resulta em imagens sensíveis.

Pela memória que aparece como uma "força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora" (BOSI, 1994, p. 47), podemos fazer emergir das matérias dos ambientes liminares de várzea imagens táteis, lentas, viscosas, deformadas, aglomerantes, que derivam de uma imaginação que age entre a forma e a matéria (BACHELARD, 2002). Podemos também perceber nas "expressões caboclas" de habitar esse lugar a emergência de imagens palpáveis, vivas, sendo constantemente modeladas nos gestos, nos objetos, nas narrativas dos seus intérpretes. Essa pluralidade de imagens se revela com a persistência das memórias dos narradores (SILVEIRA, 2004).

25. Entendemos as "expressões caboclas" como um amálgama complexo de imagens, gestos e ideias que derivam da confluência e do confronto de fluxos provocados pelas dinâmicas dos processos ditos "civilizatórios" na região. As transformações contínuas dessas expressões também constituem práticas de resistência, pois permitem acompanhar e atravessar tais fluxos com suas singularidades e nos seus ritmos próprios.

Nesse sentido, as imagens são detentoras de agências e seus efeitos concretos inserem nas matérias seus impulsos e ritmos que inscrevem uma duração[26] no espaço e no tempo, apesar das transformações. O contexto a partir do qual desenvolvemos nossa reflexão nos incita a propor uma abordagem que considera a memória destes e nestes corpos-paisagens caboclos, e que se alastra para além deles. Na espessura das suas dimensões sensíveis, percebemos que as imagens se propagam, proliferam e irradiam em uma constelação de ilhas.

Considerações finais

Propomos aqui um exercício de reflexão acerca do caráter multidimensional das paisagens que praticamos ou que nossos interlocutores praticam, narram ou inscrevem em textos e imagens. Assim, buscamos melhor compreender os seus entrelaçamentos simbólico-práticos, especialmente no que concerne às relações humanos/não humanos e cultura/natureza, bem como suas agências no contexto belenense (SILVEIRA; ISABELLE, 2017). Partimos do pressuposto de que todas e quaisquer paisagens são fenômenos dinâmicos. Por isso mesmo, elas estão em processo contínuo de transformação visível ou sutil no espaço e no tempo, já que as dinâmicas paisageiras no mundo amazônico tanto podem ser palpáveis (no sentido da materialidade de suas formas) quanto podem ser intangíveis (nos termos da fluidez/transfiguração das formas em termos sensíveis, imaginários).

A própria noção de paisagem no singular parece-nos problemática. Como um fenômeno em intenso devir (SILVEIRA, 2009), ela é sempre outra por ser transformacional, por ser/estar em coderiva pelo agenciamento de suas formas e conteúdos – quiçá pela proliferação de outras paisagens na configuração formal de suas matérias e símbolos no tempo. Considerando tais aspectos, as paisagens em devir se afirmam como uma coderiva de seres humanos e não humanos. Esse processo coexistencial vincula coisas e seres com suas agências múltiplas e sensíveis, cujas complexidades merecem tanto o entendimento de seus fenômenos materiais – como fluxos de matérias e coisas – quanto das sutilezas reveladoras do *mysterium* que guardam.

A reflexão desenvolvida aqui a partir das imagens da lama como elemento fundamental para abordar as paisagens de várzea no estuário guajarino permite-nos perceber que as suas dinâmicas e transformações ocorrem a partir da (re)modelagem contínua das suas matérias por diversas agências. Ao mesmo tempo, esses corpos-paisagens caboclos (re)modelam continuamente a nossa forma de percebê-los e entrelaçam o rural e o urbano no contexto belenense.

26. Desenvolvemos a ideia de duração das imagens em diálogo com Rocha (1995), Eckert e Rocha (2013) e Bachelard (1988).

Referências

ARAÚJO, J. M. K. **Caligrafias de Belém**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1995. v. 1. A dimensão insular.

BACHELARD, G. **A Dialética da Duração**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **A água e os sonhos:** ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BASSALO, T. de F. R. **Diálogos com a metrópole:** um estudo antropológico sobre moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA). Dissertação de Mestrado (Antropologia) - Universidade Federal do Pará, 2011.

BOSI, E. **Memória e Sociedade.** Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1. Artes de fazer.

ECKER, C.; ROCHA, A. L. C. da. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 197 p.

_____. **Etnografia da duração:** Antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas. Porto Alegre: Marca Visual, 2013. 256 p.

ELIADE, M. **Le mythe de l'éternel retour:** archétypes et répétition. Paris: Gallimard, 1969. 182 p.

GALVÃO, E. **Vida religiosa do caboclo da Amazônia**. *Boletim do Museu Nacional*, n. 15, p. 1-18, 1953.

_____. **Santos e visagens:** um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 153 p.

GENNEP, A. Van. **The Rites of Passage**. Chicago: University of Chicago Press, 1960. 214 p.

HARRIS, M. **What it Means to be Caboclo.** Some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object. *Critique of Anthropology*, v. 18, n. 1, p. 83-95, 1998.

INGOLD, T. **Culture and the perception of the environment**. In: CROLL, E.; PARKIN, D. J. (Org.). *Bush Base, Forest Farm: Culture, Environment, and Development*. London, New York: Routledge, 1992. p. 39-46.

_____. **The perception of the environment:** essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000a. 465 p.

_____. **The temporality of the landscape**. In: *The perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge, 2000b. p. 189-208.

ISABELLE, V. **Uma coderiva no mundo sensível do igarapé Jamaci e nas múltiplas dimensões das paisagens insulares e de várzea belenenses**. Tese de Doutorado (Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2018

ISABELLE, V.; COSTA, M. **Belém Insular**. Texto da exposição "Belém Isular" (Projeto SescConfluências). Belém: Sesc Boulevard, 2015.

JANOWSKI, M.; INGOLD, T. **Imagining Landscapes:** Past, Present and Future. London: Routledge, 2012. 184 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, D. de M. **A construção histórica do termo caboclo:** Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MATURANA, H. **Transformación en la convivencia**. Santiago: Dolmen Ediciones, 1999.

MEIRELLES FILHO, J. **O livro de ouro da Amazônia:** mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MERGULHÃO, P. **A paisagem negada, transformada, (re)descoberta, e a paisagem desejada na contemporaneidade "Amazônida"**. In: *Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto : Desafios e Perspectivas*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1952. 533 p.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. In: *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: CEJUP, 1989. v. 1.

ROCHA, A. L. C. da. **Antropologia das formas sensíveis:** entre o visível e o invisível, a floração de símbolos. *Horizontes Antropológicos* (Porto Alegre), v. 1, n. 2, p. 107-117, 1995.

RODRIGUES, C. I. **Caboclos na Amazônia:** a identidade na diferença. *Novos Cadernos NAEA*, v. 9, n. 1, p. 119-130, 2006.

SILVEIRA, F. L. A. da. **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens.** Estudo da memória coletiva dos contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado (Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. **A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar**. In: SILVEIRA, F. L. A. Da; CANCELA, C. D. (Org.). *Paisagem e Cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009. p. 71-83.

SILVEIRA, F. L. A. da; BASSALO, T. de F. R. **Corpos em equilíbrio:** imagens e cotidiano no ribeirinho no Porto do Açaí e na Ilha do Maracujá, Belém (PA). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, n. 3, p. 1049-1074, 2012.

SILVEIRA, F. L. A. da; ISABELLE, V. **Paisagens e imaginários amazônicos na contemporaneidade.** Reflexão preliminar sobre as "cosmo-lógicas" caboclas no continuum rural-urbano. In: COSTA JÚNIOR et al. (Org.). *Natureza e Sociedades: Estudos Interdisciplinares sobre Ambiente, Cultura e Religião na Amazônia*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

SOUZA, E. S. De. **A Prática docente na Escola Bosque:** o desafio educativo de uma proposta construtivista. Dissertação de Mestrado (Educação) - Universidade Federal do Pará, 2004.

TURNER, V. **O processo ritual:** estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 2013.

VANNUCCI, M. **Os manguezais e nós:** uma síntese de percepções. São Paulo: Edusp, 2002.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica:** estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 312 p.

ZUKIN, S. **Paisagens urbanas pós-modernas:** mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*, São Paulo: Papirus, 2000. p. 104-115.

Bairro popular em Manaus (2009).
© Hervé THERY / CREDA / CNRS Photothèque.

Múltiplas formas de trabalho precário na paisagem urbano-fluvial do porto do Cacau Pirêra, Iranduba, Amazonas

Raquel Salgado Marques
Elenise Faria Scherer

Introdução

O porto do Cacau Pirêra, localizado no distrito do Cacau Pirêra (município de Iranduba, Amazonas), existe há muitos anos e a estrada que leva a ele, a rodovia Manoel Urbano (AM-070), conecta diversos municípios da região metropolitana de Manaus, como Iranduba, Manacapuru, Novo Ayrão e as comunidades situadas nas adjacências dos lagos Janauari e Acajatuba. O porto está situado na margem direita do rio Negro, em frente à cidade de Manaus e próximo ao encontro das águas do Rio Negro com o rio Solimões, que se misturam muito lentamente, formando o rio Amazonas. Localizado a uma distância de 25 km da cidade de Manaus, o distrito de Cacau Pirêra possui uma população aproximada de 10.000 habitantes, distribuída em bairros próximos ao porto. Até 2011, esse porto era o principal elo urbano-fluvial entre o porto de São Raimundo, situado na zona oeste da cidade de Manaus, e os municípios da margem direita do rio Negro que integram a região metropolitana de Manaus[1] (Figura 1).

Desde 1946, quando o porto do Cacau Pirêra foi criado, este espaço urbano-fluvial recebeu pouquíssimos investimentos: não houve nenhum esforço de modernização de sua infraestrutura portuária. Ao longo desses 71 anos (de 1946 a 2017), a improvisação predominou na constituição da infraestrutura de embarque e de transporte de pessoas e cargas. São utilizadas, como ancoradouros, pequenas balsas flutuantes, conectadas à terra por pontes de madeira, geralmente em péssimo estado de conservação. Essa zona portuária é também um espaço onde diferentes sujeitos buscam sua sobrevivência, construindo um território

1. Do porto de São Raimundo saíam (e saem ainda, embora em menor número) as balsas que faziam o transporte de carros, caminhões, cargas e pessoas. Partiam também os barcos de pequeno porte e as lanchas que cotidianamente transportavam passageiros no movimento de ida e de vinda entre este porto e o porto do Cacau Pirêra.

de trabalho[2] e realizando, para isso, intervenções na paisagem. Na região, essa criação, invenção cotidiana de estratégias de obtenção de renda é chamada de *viração*[3]. Essa *viração*, que significa ir em busca de qualquer trabalho, é um dos traços que caracteriza o modo de vida do *caboclo-ribeirinho*, como são denominados os moradores que vivem às margens dos rios amazônicos (FRAXE, 2004). Os moradores do distrito do Cacau Pirêra, que podemos considerar como *caboclos-ribeirinhos*, atuam nessa paisagem portuária que se modifica com o ciclo das águas, caracterizado por períodos de enchente e de vazante dos rios Negro, Solimões e Amazonas. Se nos contrapomos à afirmação de que os rios amazônicos "comandam a vida" (TOCANTINS, 2001)[4] – já que entendemos que são os processos sociais que definem a vida cotidiana dos povos da Amazônia –, há que se admitir que o movimento das águas influencia decisivamente as mudanças no mundo vivido e na paisagem; paisagem que é definida por Milton Santos (2001, p. 103) como um "conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza".

À primeira vista, o movimento de pessoas que embarcam e desembarcam no porto Cacau Pirêra forma um caleidoscópio, um colorido especial, tipicamente regional. São pessoas que cotidianamente buscam formas de obter renda, num espaço aparentemente caótico e desordenado. Mas, ao adentramos nesse mundo aparentemente embaralhado e confuso, percebemos diversas formas de convivência, redes de sociabilidade e práticas sociais comuns aos *ribeirinhos* na Amazônia (ACEVEDO MARIN, 2005; LEITÃO, 2010; SCHERER, 2012). São múltiplas as formas de trabalho precário que se vê nesse porto e elas envolvem diferentes categorias de trabalhadores: pescadores artesanais, vendedores de peixe (os *peixeiros*), verdureiros, vendedores de frutas regionais, carregadores de todo tipo de mercadorias e de bagagens, motoristas de táxis, mototaxistas, motoristas das lanchas (os *lancheiros*), crianças vendendo guloseimas (bananas fritas, tapiocas, doces), entre outras.

Os dados aqui analisados foram coletados em pesquisas desenvolvidas em dois momentos. A primeira foi realizada entre os anos 2010 e 2011, quando a ponte

2. De acordo com Milton Santos, "o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e do sistema de coisas superpostas". O território tem que ser entendido como território usado, não como território em si. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (SANTOS, 2001, p. 8).

3. A palavra *viração* vem do verbo virar. Na linguagem popular, *te vira* ou *estou me virando* para sobreviver, significa realizar algum tipo de trabalho que garanta ganho financeiro para a reprodução da vida.

4. Nesse livro, Leandro Tocantins aborda a relação simbiótica que os habitantes da Amazônia têm com os rios e como suas vidas são afetadas pelo regime das águas.

Rio Negro, que liga a cidade de Manaus ao município de Iranduba (Figura 1) ainda estava em construção[5]. O objetivo era verificar os tipos de trabalho existentes numa paisagem urbano-fluvial de um porto típico da Amazônia – Cacau Pirêra – onde predominavam a improvisação e a precariedade das condições de trabalho, num contexto de vida pulsante que se modifica em decorrência do movimento sazonal das águas. Para a coleta dos dados, recorremos à observação etnográfica centrando nossos olhares de *flaneurs* na paisagem socioambiental. Realizamos entrevistas-narrativas[6] com vários agentes sociais que vivem e fazem parte dessa paisagem, sobretudo com os carregadores de bagagens. Apoiamo-nos também na etnofotografia[7], recurso que certamente contribuiu para atingir os objetivos da pesquisa, já que permite aproximar-se da vida cotidiana através de registros visuais. As observações e as narrativas foram, portanto, completadas com cenas fotográficas, possibilitando-nos registrar informações e detalhes que, muitas vezes, o olhar sozinho poderia deixar escapar (TIBALLI; JORGE, 2007, p. 63). Em 2017, seis anos após a inauguração da ponte Rio Negro, retornamos a campo para averiguar as mudanças ocorridas nas condições de trabalho e na paisagem local, já que a inauguração da ponte provocou uma redução importante das atividades portuárias. O objetivo era também conhecer as variadas percepções ambientais dos agentes sociais que ali permaneceram.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, contextualizamos o porto do Cacau Pirêra, o trabalho e a paisagem do local antes da construção da ponte, com o objetivo de se situar o leitor por meio da descrição do modo de vida naquele lugar. Na segunda parte, abordamos a mobilidade do trabalho que ocorria no período rigoroso da seca amazônica. Naquele momento, devido à

5. A ponte que atravessa o Rio Negro começou a ser construída em 2007 entre a área conhecida como ponta do Ouvidor, no bairro da Compensa (Manaus) e a ponta do Pepeta, na ilha do Camaleão, em Iranduba (Figura 1). A construção fez parte de um projeto do governo do estado financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), sob a responsabilidade de um consórcio composto pelas empresas paulistas Camargo Corrêa e Construbase Arquitetura & Engenharia Ltda. A extensão da ponte é de 3,6 quilômetros, com vinte metros de largura. A obra teve um orçamento inicial de 580 milhões de Reais, mas foi finalizada com cerca de 1 bilhão de Reais. Sua inauguração era inicialmente prevista para dezembro de 2009, no entanto só em 2 de junho de 2011 foi colocada a última aduela de sustentação, o que permitiu que a ponte fosse finalmente inaugurada em outubro do mesmo ano.

6. Acreditamos que "não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa" (BAUER; GASKELL, 2002; MUYLAERT et al., 2014).

7. Na observação etnofotográfica, o pesquisador está sempre se mostrando: a sua presença se faz notar em função do instrumento que utiliza. Esta característica da etnofotografia torna o pesquisador/fotógrafo objeto de observação, colocando-o no campo de visão do grupo que ele observa. Abre-se assim a possibilidade de um diálogo com seus interlocutores sobre os objetivos da pesquisa. O pesquisador dificilmente escapará às indagações a respeito da fotografia de modo geral e do destino que será dado às imagens do grupo social fotografado (TIBALLI; JORGE, 2007).

Figura 1. Mapa de localização do porto de Cacau Pirêra
Concepção/realização: Giselane Campos (UFAM); Laurence Billault (IRD).

descida das águas, os trabalhadores se deslocavam do porto do Cacau Pirêra para a ponta do Brito e, em seguida, para a Ponta do Pepeta (Figura 1), reinventando o trabalho e reconfigurando uma outra paisagem. Na terceira parte, abordamos a construção da ponte Rio Negro e as mudanças que essa obra provocou nas formas de trabalho e na paisagem urbano-fluvial da área.

1. Trabalho e paisagem no porto do Cacau Pirêra

1.1. A paisagem urbano-fluvial do Cacau Pirêra

Na paisagem do porto, destacam-se: i) as casas flutuantes; ii) o espaço onde funciona a feira do produtor João Luiz Hartz, com suas rampas de concreto e outras de madeira, improvisadas, onde atracam barcos de vários tipos e cores

Figura 2. Casas flutuantes à beira Rio Negro no período da cheia.
Fotografia: acervo das autoras, 2010.

que fazem a navegação regional; iii) até 2011, as balsas que faziam o transporte de automóveis e caminhões, onde se observava um constante vai e vem de passageiros; iv) o trabalho e a reprodução da vida que se reinventam a cada dia.

Trata-se de um lugar de trabalho, de circulação de mercadorias e de pessoas, mas também de moradia. Essa paisagem se modifica ao longo do ano. No período da enchente (ou cheia), de dezembro a julho de cada ano, as casas flutuantes ficam sobre as águas do rio Negro (Figura 2). Nas diferentes construções, observam-se a invenção e a criatividade dos moradores, e também a improvisação, o que revela o descaso do poder público com as formas de viver na Amazônia. A percepção dominante é que tudo está inacabado e precocemente deteriorado.

Apesar da precariedade, até a inauguração da ponte Rio Negro em outubro de 2011, o porto do Cacau Pirêra teve uma importância fundamental para as cidades de Manaus e de Iranduba. Ali ocorreram, de forma intensiva, múltiplas atividades comerciais, envolvendo várias categorias de trabalhadores que, visando garantir sua sobrevivência cotidiana, constituíram parte da paisagem portuária. A atividade mercantil e seus processos econômicos foram responsáveis pelo movimento do porto. Havia um intenso trânsito de balsas e barcos que transportavam mercadorias e passageiros, e estes consumiam produtos oferecidos pelos vendedores ambulantes que trabalhavam à beira rio. Até o ano de 2011, as balsas eram o principal meio de transporte de passageiros que se deslocavam para vi-

sitar familiares ou simplesmente para realizar atividades de lazer nos inúmeros balneários que existem no distrito. As balsas chegavam ao porto do Cacau Pirêra sempre lotadas (Figura 3) e o movimento era mais intenso no período das festas regionais, como as famosas Cirandas de Manacapuru[8]. Com a construção da ponte Rio Negro, as balsas foram desativadas em 2011.

1.2. Retrato de um território de trabalho

Como o porto era desprovido de qualquer estrutura urbano-fluvial, a única evidência, ainda presente no local, que indica que ali existia um porto é a placa "Porto Cacau Pirêra" (Figura 4). Na paisagem do porto, destacavam-se os trabalhadores e as trabalhadoras imersos num vai e vem intenso, misturando-se aos passageiros que faziam uso dos vários tipos de meios de transporte que levavam às localidades adjacentes ao distrito do Cacau Pirêra e ao município de Iranduba. Observando esse movimento, tinha-se a impressão de que esses vários elementos da paisagem interagiam de forma desordenada, mas aos poucos pudemos perceber que se tratava de uma desordem organizada, complexa de vivências humanas, de laços de solidariedade e de práticas sociais.

Esse caleidoscópio que formava a paisagem perdurou por várias décadas. A precariedade ficava mais perceptível no período das chuvas, quando poças de água se formavam na estrada que leva até o porto – que não era asfaltada – e o trânsito de passageiros e trabalhadores se tornava um desafio. Entre os trabalhadores, destacamos os carregadores que transportavam todo tipo de bagagens e mercadorias (Figura 5). Cotidianamente, carregavam nas costas, cabeças e braços as mercadorias dos passageiros ou aquelas trazidas pelas balsas e barcos, tais como: produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, caixas de refrigerantes e frutas, e até animais (porcos e aves). Podemos dizer que ali vigorava, e ainda hoje vigora com menos intensidade, a "era do músculo" (PIGENET, 2001). Num constante vai e vem, os carregadores acotovelavam-se em meio à multidão que circulava pela praia durante o período da vazante do rio Negro. E durante a época da cheia dos rios, equilibravam-se sobre as pontes de madeira deterioradas, que ligavam os barcos aos pequenos comércios e bares flutuantes[9]. Eles circulavam por cima do lixo e desviavam com habilidade das pessoas e dos animais que por ali transitavam, usando sua força muscular, quer fosse debaixo de um sol escaldante, em dias de calor intenso ou sob a chuva. Podemos dizer que, nesse movimento incessante de idas e de vindas, o trabalho e a paisagem se modificavam de acordo com o ritmo das águas e do tempo ecológico dessa região da Amazônia.

8. As cirandas são danças folclóricas tipicamente regionais apresentadas no mês de abril de cada ano, durante o Festival Cultural do município de Manacapuru, região metropolitana de Manaus.

9. Para uma análise dos movimentos dos corpos *caboclos-ribeirinhos* em equilíbrio num ambiente de lama, ver Isabelle e Silveira, no presente volume.

Figura 3. Balsa lotada com passageiros e veículos, ancorada no porto do Cacau Pirêra no período de cheia.
Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Figura 4. Identificação oficial do porto de Cacau Pirêra.
Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Figura 5. Carregadores de bagagens no porto do Cacau Pirêra.
Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Figura 6. Movimento do desembarque da balsa e dos barcos no porto do Cacau Pirêra.
Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Figura 7. Barco e lancha ancorados no porto de Cacau Pirêra. Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Figura 8. Vendedores de peixes ao lado do ancoradouro das balsas, com seus carrinhos de mão, vendendo uma grande variedade de pescados. Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Outro componente da paisagem a ser destacado eram os pequenos barcos regionais chamados de *lanchas*, de diversos tipos e tamanhos, que eram conduzidas pelos denominados *taxistas marítimos*. Estes atracavam as *lanchas* no porto improvisado, construído com madeira, com troncos de árvores e pneus velhos, materiais capazes de suportar as intempéries e as condições climáticas amazônicas. Na figura 7, vemos, ao redor das embarcações e do porto flutuante, as canaranas (*Hymenachne amplexicaulis*[10]), assim como resíduos sólidos descartados pelos transeuntes.

As barracas dos vendedores de frutas, verduras e legumes estavam estrategicamente situadas em frente às balsas. Já os vendedores de peixes se posicionavam ao lado da rampa que dava acesso às balsas, onde expunham seu produto à venda em carrinhos de mão, muitas vezes sem qualquer tipo de proteção contra o calor do trópico úmido (Figura 8).

Na entrada do porto, localizava-se a feira do produtor João Luiz Hartz (Figura 9) – feira que continua a existir –, na qual se destacavam os boxes improvisados para a venda de frutas regionais, de plantas medicinais, de peixes e verduras; os açougues de carne e uma diversidade de outros produtos que eram oferecidos aos gritos pelos vendedores. Havia também as barracas onde se vendia, e ainda se vende, um café da manhã composto de frutas regionais (abacaxi, melancia, manga), tapiocas e sanduiches, que exalavam cheiros que se confundiam e deixavam um rastro no ar dessas particularidades regionais. Este espaço se caracterizava pelo pulsar de uma rede de sociabilidades, como um mundo que, nas palavras de Leitão, era formado "de impressões e expressões, onde todos os sentidos são aguçados e todas as possibilidades de interação social são ativadas e têm uma ordenação" (LEITÃO, 2010, p. 20).

1.3. Descaso do poder público e degradação ambiental na paisagem portuária

A paisagem do porto do Cacau Pirêra era marcada pelo lixo acumulado à beira-rio e pela presença de animais como cachorros e gatos que vasculhavam os resíduos sólidos em busca de alimentos, configurando um ambiente ecologicamente degradado. Este cenário contradizia, inclusive, o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 que estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações".

As balsas que chegavam até o porto do Cacau Pirêra atracavam em duas rampas, que estavam em estado precário de conservação e contribuíam para formar uma

10. Planta palustre nativa da Amazônia que forma ilhas flutuantes e fornece excelente forragem.

Figura 9. Feira do Produtor João Luiz Hartz e a balsa se aproximando para a atracação na época da cheia. Fotografia: acervo das autoras, 2010.

paisagem marcada pela degradação. Ao se reportar ao direito à cidade, Henri Lefebvre nos lembra que a cidade "só pode ser formulada como *direito à vida urbana*, transformada, renovada" (2001, p. 116). Este, rigorosamente, não era o caso do porto descrito e das comunidades que compõem o distrito do Cacau Pirêra.

Ao longo do tempo de existência do porto, as políticas governamentais de saneamento básico foram insuficientes e, diríamos, inexistentes. O mesmo podemos dizer sobre a infraestrutura portuária. O descaso do poder público revelava as relações desiguais de classe e de propriedade que caracterizam os espaços urbanos nas cidades[11]. As políticas governamentais e de infraestrutura, na compreensão de Lefebvre (1999), contribuem para a produção diferenciada do espaço urbano, provendo a emergência de áreas de reprodução do capital

11. Apesar de a travessia do rio Negro ser feita pelos portos de São Raimundo e Cacau Pirêra (Figura 1), este último não se beneficiou das mesmas intervenções urbanas que contemplaram o primeiro. Há um profundo descaso por parte do poder público em relação ao porto do Cacau Pirêra. Até hoje, não se elaborou ou implantou uma política governamental urbano-portuária condigna de seus usuários, que considere o elemento humano e o ambiente.

(ou áreas que ofereçam as condições necessárias à sua reprodução), em detrimento de outras, como é o caso do porto do Cacau Pirêra. Os processos de "ambientalização"[12] encontrados no porto do Cacau Pirêra revelam as ações antrópicas que transformam a paisagem e são decorrentes de um determinado estilo de desenvolvimento – diga-se, excludente – que tem sido adotado pelos governantes locais. São provenientes de um desenvolvimento desigual causador de rupturas sociais que provocam a polarização de classes nas sociedades humanas, além de contribuir para a degradação dos sistemas naturais, já que o lixo acumulado é jogado no rio, contaminando as águas e os recursos aquáticos.

2. Mobilidade do trabalho, reprodução da vida e movimento das águas em Cacau Pirêra

A partir do mês de agosto, o ciclo das águas começa a se modificar quando inicia a vazante (descida das águas), período conhecido como *a seca* na região Amazônica. Em razão desse movimento hidrológico, a paisagem se modifica e, com ela, a vida social no porto de Cacau Pirêra. Em decorrência dessa mudança, o movimento de atracação e desatracação das balsas diminuía, pois havia o risco de estas ficarem encalhadas nos bancos de areia que se formavam no leito do rio Negro. Para evitar acidentes, as balsas eram deslocadas para um lugar chamado Ponta do Brito, próximo ao porto do Cacau Pirêra (Figura 1). Acompanhando esse movimento das balsas, havia também a mobilidade dos trabalhadores e das suas formas de trabalho que configuravam um modo de vida em um porto que agora era um porto de verão.

O porto provisório da Ponta do Brito apresentava também improvisações, à semelhança do que ocorria no porto do Cacau Pirêra. As balsas atracavam em rampas deterioradas e a poeira provocada pela circulação dos carros transportando mercadorias e pessoas impregnava o ambiente (Figura 10), o que podia causar problemas respiratórios. Na figura 11, observamos algumas pessoas à espera da chegada ou da saída das balsas, sob o calor intenso do verão amazônico.

12. Para o antropólogo José S. Leite Lopes, "o termo 'ambientalização' é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos 'industrialização' ou 'proletarização' (este último usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de 'desindustrialização' e de 'subproletarização' desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por Norbert Elias para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes, tais como 'curialização' – designativo da formação das sociedades de corte europeias entre os séculos XIV e XVIII – ou 'esportificação' – que ganharam o mundo no século XX a partir da Inglaterra do século XIX" (LOPES, 2006, p. 34-42).

Figura 10. Desembarque de balsa na Ponta do Brito
Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Figura 11. O descaso do poder público: passageiros à espera da balsa enfrentando o sol e a poeira na Ponta do Brito. Fotografia: acervo das autoras, 2010.

Figura 12. Ponto de atracação improvisado pelos motoristas de táxi marítimo no período da seca na Ponta do Brito. Fotografia: acervo das autoras, 2011.

Nessa paisagem, podíamos ver também os motoristas de *táxi marítimo* improvisando outro ponto de atracação e desatracação, utilizando para isso tábuas e boias de pneus, onde esperavam os passageiros para fazer a travessia (Figura 12).

A partir do mês de outubro, quando a vazante amazônica chega ao ápice, observava-se um segundo deslocamento das atividades de embarque e desembarque da Ponta do Brito para a Ponta do Pepeta[13], localizada na ilha do Camaleão, situada ao lado da ponte Rio Negro (Figura 1). Novamente, o trabalho se reinventava, assim como a vida social. Ali imperava a poeira, o barro, o lixo e o trabalho de vendedores ambulantes. Para fugir do calor e dos raios solares, alguns armavam suas barracas, literalmente, embaixo da ponte Rio Negro que ainda estava em construção (Figura 13).

13. Local onde funcionava a Cerâmica Marajó, administrada por Ricardo Silva – o "Pepeta" –, famoso atacante do time de futebol Nacional Esporte Clube dos anos 1970.

Figura 13. Vendedores ambulantes durante o período de seca na Ponta do Pepeta, próximo à ponte Rio Negro. Fotografia: acervo das autoras, 2011.

Na figura 13, vemos a ponte, que ainda não havia sido concluída. Já nessa época, as balsas que faziam a travessia Manaus-Porto do São Raimundo e Cacau Pirêra iam aos poucos sendo desativadas. Portanto, o mundo do trabalho, ou seja, a v*iração* resistia ao mesmo tempo que se reinventava. A paisagem portuária começava a se modificar.

3. A reinvenção da paisagem urbano-fluvial em Cacau Pirêra após a construção da ponte Rio Negro

A ponte Rio Negro começou a ser construída em 2009 e foi inaugurada após três anos de construção, em 24 de outubro de 2011, data que coincidiu com a comemoração dos 342 anos da cidade de Manaus. Esta é a primeira ponte estaiada (suspensa por cabos) construída sobre um rio na Amazônia. Foi a realização de uma ideia acalentada há mais de 30 anos. Por muito tempo, figurou como uma obra que resolveria vários problemas socioeconômicos da capital do estado do

Amazonas e dos municípios vizinhos, que formam a região metropolitana. No entanto o projeto, que implicava uma construção faraônica, não era consenso entre os que dele iriam usufruir. Alguns moradores e trabalhadores da área atingida pela construção da ponte preferiam que fosse construído um porto flutuante – tal como o Roadway que existe em Manaus – que oferecesse condições de enfrentar as intempéries amazônicas e as mudanças do ciclo das águas.

Após a inauguração da ponte Rio Negro, as balsas que faziam a travessia entre o porto do São Raimundo, em Manaus, e o porto do Cacau Pirêra foram desativadas. Em decorrência, o multifacetado mundo do trabalho à beira-rio também se modificou. Diferentes formas de trabalho deixaram, depois de muita resistência, de existir, a exemplo dos motoristas de *táxis marítimos*, que abandonaram a profissão e seus pequenos barcos. Anteriormente, eles realizavam várias travessias diárias, levando 14 a 20 passageiros em cada viagem. Eles ainda resistiram, mas como "não tinha demanda de passageiros, aos poucos foram obrigados a retirar os pequenos barcos", como nos disse em 2017 um ex-motorista. De acordo com as informações obtidas, das dezessete lanchas que atuavam na travessia entre aqueles portos, apenas duas ou três continuaram a operar após a inauguração da ponte Rio Negro.

Historicamente, o rio Negro tem sido considerado como uma importante via de transporte de pessoas e cargas, mas ele foi substituído pela ponte-estrada. Os barcos e as balsas foram trocados pelos carros e caminhões. O espaço urbano-fluvial foi ressignificado, assim como a paisagem. O porto do Cacau Pirêra perdeu sua importância, as atividades mercantis enfraqueceram-se em decorrência da diminuição da circulação de mercadorias e de pessoas. Os vendedores ambulantes que trabalhavam no porto do São Raimundo, na cidade de Manaus, se deslocaram para outros lugares em busca de novos territórios de trabalho. Muitos trabalham hoje nas proximidades da *cabeça* da ponte Rio Negro (seu início), no bairro da Compensa.

Atualmente, a travessia Manaus-Cacau Pirêra tem outra cor e é outra a forma de mobilidade. A paisagem foi reconfigurada, gerando novas percepções socioambientais. Para alguns vendedores ambulantes de frutas, por exemplo, houve uma melhora considerável porque eles receberam da Prefeitura do município de Iranduba barracas personalizadas dispostas lado a lado. Com isso, eles sentem que têm melhores condições de trabalho, haja vista que antes sentiam-se inseguros. Embora antes da construção da ponte avaliassem que o movimento de fregueses iria diminuir com a desativação das balsas que traziam os clientes, para surpresa desses trabalhadores, houve um aumento na demanda por frutas regionais. Como nos disse uma vendedora de frutas do porto do Cacau Pirêra em 2011, "agora vocês vêm aqui, antes só desciam da balsa agoniados, passavam direto, mal olhavam pra gente. Agora não, agora aqui virou ponto

turístico. As pessoas vêm de carro, param e compram". Portanto, houve uma transformação dos usos desse espaço e também da paisagem, na medida em que novos elementos foram introduzidos, visando atender à demanda de um novo público consumidor: os turistas.

As balsas que faziam a travessia do Rio Negro partindo do Porto de São Raimundo até o Porto do Cacau Pirêra foram deslocadas para o Porto da Ceasa na Zona Sul de Manaus. Ali, elas fazem a travessia do rio Negro-Solimões, o que permite aceder ao início da estrada BR-319, que conecta a cidade de Manaus ao Sudeste do Brasil. O porto do Cacau Pirêra continua, no entanto, sendo o ancoradouro de pequenos barcos, que saem do porto do Roadway, localizado no centro de Manaus, para realizar o transporte de passageiros com suas malas, mochilas e pequenas mercadorias (como grades de refrigerantes, caixas de cervejas, entre outros).

Por outro lado, novas formas de trabalho foram inventadas e reinventadas, a exemplo dos *motoristas-guias,* que usam canoas ou pequenos barcos para levar turistas até os pontos de atração nas águas rionegrinas. Pequenos barcos em forma de patos coloridos são hoje usados para passeios, divertindo sobretudo crianças acompanhadas de seus familiares, que apreciam a beleza cênica das paisagens do rio Negro. Esses barcos são mais um dos vários elementos que foram introduzidos e contribuem para as transformações da paisagem ribeirinha.

Com a inauguração da ponte Rio Negro também o comércio de vendedores ambulantes diminuiu sensivelmente. Mas ainda permanecem alguns vendedores de peixes, vendedores de sacos plásticos e vendedores de temperos regionais, taxistas, mototaxistas, entre outros. Eles compõem a nova paisagem cotidiana, menos tensa e intensa que aquela anterior à construção da ponte. Esses espaços sociais de reprodução e invenção da vida num espaço socioambiental degradado, deteriorado e confuso, são ocupados, se olharmos atentamente, por pessoas que estabelecem relações hierarquizadas, divididas e de reciprocidade. Vejamos o exemplo dos pescadores que vendem peixes produzidos em cativeiros ou em tanques, de um lado, e aqueles que vendem peixes provenientes dos rios, de outro. Os peixes de rio são mais caros e são vendidos em bancas próximas à feira coberta. Os peixes criados em cativeiros são comercializados dentro das próprias canoas, sob a proteção de um guarda-sol ou a céu aberto. É possível dizer que a comercialização é hierarquizada em decorrência da preferência dos consumidores pelo pescado de rio. O consumo de peixes regionais faz parte da cultura amazônica e os consumidores resistem a mudar seus hábitos e a comprar peixes criados em cativeiro. Este gênero vem, no entanto, ocupando um crescente espaço nas transações comerciais devido ao esgotamento dos recursos ictiofaunísticos.

Para concluir: as percepções sobre as paisagens urbano-fluviais de Cacau Pirêra

O espaço da beira-rio da cidade de Manaus sempre foi palco de atividades laborais dos mais variados segmentos de trabalhadores. Com uma extensão de 43 km, desde a foz do rio Tarumã, ao norte, até a foz do rio Puraquequara, ao sul, esse espaço oportuniza a circulação de pessoas e facilita a entrada e saída de mercadorias. No porto de Cacau Pirêra, situado do outro lado do rio Negro, a paisagem e o multifacetado mundo do trabalho caracterizavam-se, e ainda se caracterizam, pela precarização e o descaso com um espaço público que produz e reproduz uma informalidade que avilta os homens e sua dignidade. Aquele porto é um lugar, como tantos outros da Amazônia, desprovido de políticas urbano-fluviais. É uma expressão paradigmática da precariedade a que são submetidos homens, mulheres, idosos e até mesmo crianças, todos procurando formas de sobreviver. É a negação do trabalho como fundamento do ser social. A degradação e a deterioração dos bens naturais comuns contrastam com a paisagem deslumbrante e única do Rio Negro.

Scherer e Oliveira observaram que, na Amazônia, os rios servem "de estradas e caminhos para a ocupação dos territórios e de novas formas de irradiação de modos de vida; por eles chegam novas relações sociais e novas sociabilidades na região" (2009, p. 220). No porto do Cacau Pirêra, as trocas de mercadorias e as vivências humanas expressam formas de viver amazônicas. Naquele mundo de homens e mulheres que enfrentam sol, chuva, calor, poeira, as intempéries do tempo, longas jornadas de trabalho, insegurança e violência vive-se de maneira inconstante, em face do imponderável da vida. Os trabalhadores na sua labuta diária têm receio de não conseguir vender seus produtos, de não pagar suas contas. Nas suas narrativas, muitos desses trabalhadores afirmam que foram parar ali no Cacau Pirêra *empurrados* pela falta de um trabalho formal, pela falta de qualificação profissional e pelo desemprego. Ali encontraram formas de sustento para si e suas famílias.

Nessa paisagem em contraste, percebemos a dimensão que o rio representa a todos aqueles que dele fazem uso. A paisagem rionegrina suscita uma sensação de harmonia e paz de espírito nas pessoas, apesar da árdua luta que o trabalhador enfrenta em seu cotidiano (MARQUES, 2011). Os trabalhadores submetem-se, de fato, a longas jornadas diárias, sem direito à folga ou ao lazer. Para Enrique Leff (2002, p. 179), as condições de vida precárias contribuem para a degradação e a deterioração dos bens naturais comuns. O trabalho à beira-rio tem sido palco desse processo de deterioração das condições de vida e do ambiente. Nesse sentido, o meio ambiente, e em particular o rio, abriga práticas cotidianas densas, tanto de significados quanto de atividades concretas de trabalho. Assim, por meio

dessa percepção, é possível dizer que a paisagem rionegrina é parte constitutiva da dinâmica da cidade.

Durante a nossa pesquisa, o olhar de encantamento e de emoção dos trabalhadores do porto do Cacau Pirêra, ao se referir ao rio, reafirma a importância que ele tem para aqueles que estão ali todos os dias. Aquele território configura-se assim como um campo de lutas, onde indivíduos disputam interesses e preocupações. No contexto dessa paisagem portuária em transformação, foi possível observar o desenvolvimento de uma rede de relações entre grupos sociais formados por comerciantes varejistas, vendedores ambulantes e outros comerciantes que tinham o seu local de negócio dentro das balsas. Durante o intenso movimento de vendedores, não era apenas o comércio de produtos regionais que se realizava, mas, nos intervalos das vendas, efetivavam-se também intercâmbios, trocavam-se narrativas, vivências sociais que contribuíam para o desenvolvimento de interações, de sociabilidades. Esses momentos possibilitavam o conhecimento mútuo e a criação de laços entre esses agentes que atuam transformando a paisagem a partir, e por meio, da organização espacial desses lugares (TRINDADE JÚNIOR; TAVARES, 2008, p. 157).

Se a paisagem do rio Negro é admirada e contemplada por sua beleza cênica, a paisagem do porto do Cacau Pirêra apresenta, como descrevemos acima, a outra face da moeda. Nela atuavam (e ainda hoje atuam, ainda que em menor escala) diversos agentes, realizando vários tipos de trabalho à beira-rio, caracterizados pela precariedade e pela informalidade. Esses trabalhadores são as engrenagens que movimentam e fazem girar a rede de negócios do porto. No entanto, são invisíveis aos olhos do poder público. A circulação de mercadorias depende, tanto simbólica quanto economicamente, desses trabalhadores e das demais pessoas que ali circulam continuamente.

Apesar das mudanças que ocorreram após a construção da ponte Rio Negro, muitos desses homens "simples" (MARTINS, 2000)[14], invisibilizados aos olhos do poder, continuam ali na luta miúda do seu dia a dia, adequando-se e resistindo na incansável busca pela sobrevivência. Desde a inauguração da ponte, o fluxo do comércio no porto Cacau Pirêra e arredores de fato decresceu, como diminuiu a circulação de pessoas. Várias dimensões ou tipos de trabalho desapareceram. Mas, ao mesmo tempo, outras formas de trabalho foram inventadas. Assim, as pessoas que ainda labutam ali criam cotidianamente uma paisagem em movimento que abarca trocas de bens materiais, imateriais e simbólicos e fazem do porto do Cacau Pirêra um lugar entre tantos outros onde se produz a vida na Amazônia.

14. Para José de Souza Martins (2000), o "homem simples" é aquele que na simplicidade da vida encontra-se à margem da sociedade.

Referências

ACEVEDO MARIN, R. E. **Portos e Trapiches como espelhos de Belém e das comunidades negras rurais**. In: TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da; SILVA, M. A. P. da (Org.). *Belém:* a cidade e o rio na Amazônia. Belém: Edufpa, 2005. p. 130-144.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRAXE, T. de J. P. **Cultura Cabocla-ribeirinha.** Mitos, Lendas e Transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. In: RAMOS, M. H. R.; JAMUR, M. (Trad.). Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITÃO, W. M. **Pescadores, balanceiros, vendedores de café:** trabalhadores da pedra do Ver-o-Peso. In: LEITÃO, W. M. (Org.). *Ver o Peso: Estudos antropológicos no mercado de Belém*. Belém: Edufpa; NAEA, 2010. p. 12-20.

LOPES, J. S. L. **Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação**. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MARQUES, R. S. **Travessia do Rio Negro:** informalidade e precarização do trabalho no porto do São Raimundo e Cacau Pirêra, Manaus - AM. Dissertação de Mestrado (Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2011.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MUYLAERT, C. J. et al. **Entrevistas narrativas:** um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 48, p. 184-189, 2014.

PIGENET, M. **Les dockers.** Retour sur le long processus de construction d'une identité collective en France, XIXe-XXe siècles. *Genèses*, v. 1, n. 42, p. 5-25, 2001.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHERER, E. **Trabalho ocultado:** os carregadores e transportadores de bagagens da Roadway e da Estação Hidroviária de Manaus. São Paulo: Annablume, 2012. 188 p.

SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. De. **Amazônia:** Território, Povos Tradicionais e Ambiente**.** Manaus: Edua, 2009.

TIBALLI, E. F. A.; JORGE, L. E. **A Etnofotografia como meio de Conhecimento no Campo da Educação**. *Habitus*, v. 5, n. 1, p. 63-76, 2007.

TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a vida**. Manaus: Valer, 2001.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. da; TAVARES, M. G. da C. **Cidades ribeirinhas na Amazônia:** mudanças e permanências. Belém: Edufpa, 2008.

Casa durante a seca nas margens do canal do Jari, distrito de Arapixuna. Fotografia: Emilie Stoll (novembro de 2018).

EPÍLOGO

Quem fui eu e como sou hoje?

Miguel Pinto

Meu nome: Igarapé do Arapixuna. Quando me conheceram me chamaram de Rio Arapixuna.

Não sei quando nem como eu fui formado. Só sei que, por tempos que podem ser milhares de anos, permaneci do mesmo jeito. Nas minhas margens vicejavam matas, animais, extensos igapós, abrigos de onças, jacarés e outros tipos próprios da mãe natureza. Minhas águas eram povoadas por dezenas de qualidades de peixes. Destes, muitos se alimentavam dos frutos dos igapós. Bando de macaco-prego fazendo festa nas castanheiras, siganas em revoada de um lado para outro. Eu tinha dois começos: um no Amazonas, nas imediações de onde hoje é o Bom-buraco, outro em um pequeno lago, onde se formou a comunidade de Carariacá. Vim me tornar um só no lugar que tomou o nome de Boqueirão. Depois de baixar uns cinco quilômetros, resolvi me repartir em dois. A minha parte que tomou o rumo à esquerda recebeu o nome de "Igarapé das Araras" e desembocou no Tapajós, formando a Ponta do Inanú. Quanto à direita, eu entrei pela direita do mesmo Tapajós até a altura onde veio se formar a Vila-Franca. Assim fiquei por tempo desconhecido. A minha profundidade dava condições de tráfego a batelões e a qualquer outra embarcação o tempo todo. Mas, foi pela década de 70 a 80 que o Amazonas resolveu acabar comigo. O que ele fez todos sabem. Em silêncio, sem lançar projetos no papel, sem mandar engenheiro fazer topografia, sem barulho de máquinas, sem gastar um só litro de combustível, começou ampliando o furo do Carariacá, disto resultando tudo o que era preciso para o começo e a continuação da maior judiaria que me aplicaram em toda a minha existência. Naquela década, o Amazonas começou a me aterrar. Hoje essa malvadeza já está onde os meus dois braços originais se encontravam: no Boqueirão, onde, no ano de 1995, eu tinha uma profundidade de oito metros em pleno verão, foi campo de pelada. De lá pra cima, estou todo desfigurado. Estou irreconhecível. Parece que até por abuso, o malvado Amazonas vem formando um pequeno paranã por onde era Eu. Para o meu resto o que vai acontecer, só Deus sabe. Resta-me o orgulho de ser nestas imediações do Pará o mais utilizado, por onde dezenas de barcos diariamente passam por mim. Nas minhas margens,

já vicejavam, em quase toda sua extensão, imensos cacauais substituídos pelos jutaís. Eu já fui rico e poderoso, bonito e profundo.

Tenho uma história importante, mas quase ninguém se importa com ela. Sempre fui prestativo, mas ninguém me agradece. Quem fui eu? Como sou hoje e como serei amanhã?

Miguel Pinto (1923-2004) era um morador da comunidade de Arapixuna, no município de Santarém, no Baixo Amazonas paraense. Apaixonado pela história, ele escreveu esse texto em 1996 para o programa das festividades de Nossa Senhora de Sant'Ana, padroeira de Arapixuna.

Festividades de Sant'Ana 96 15

QUEM FUI EU E COMO SOU HOJE

Meu nome: Igarapé do Arapixuna. Quando me conheceram me chamaram de Rio Arapixuna.

Não sei quando e nem como eu fui formado. Só sei que por tempos que podem ser milhares de anos, permaneci do mesmo jeito. Nas minhas margens vicejavam matas, animais, extensos igapós, abrigos de onças, jacarés e outros tipos próprios da mãe natureza. Minhas águas eram povoadas por dezenas de qualidade de peixes. Destes muitos se alimentavam dos frutos dos igapós. Bando de macaco-prego fazendo festa nas castanheiras, siganas em revoada de um lado para outro. Eu tinha dois começos: Um no Amazonas, nas imediações de onde hoje é o Bom-buraco, outro em um pequeno lago, onde se formou a comunidade de Carariacá. Vim me tornar um só no lugar que tomou o nome de Boqueirão. Depois de baixar uns cinco quilômetros, resolvi me repartir em dois. A minha parte que tomou o rumo a esquerda, recebeu o nome de "Igarapé das Araras" e desembocou no Tapajós formando a "Ponta do Inanu". Quanto a direita eu entrei pela direita do mesmo Tapajós até a altura onde veio se formar a Vila-Franca. Assim fiquei por tempo desconhecido. A minha profundidade dava condições de tráfego a batelões e qualquer outra embarcação o tempo todo. Mas, foi pela década de 70 a 80 que o Amazonas resolveu acabar comigo. O que ele fez todos sabem. Em silêncio, sem lançar projetos no papel, sem mandar engenheiro fazer topografia, sem barulho de máquinas, sem gastar um só litro de combustível, começou ampliando o furo do Carariacá, disto resultando tudo o que era preciso para o começo e continuação da maior judiaria que me aplicaram em toda a minha existência. Naquela década o Amazonas começou a me aterrar. Hoje essa malvadeza já está onde os meus dois braços originais se encontravam: No Boqueirão, onde no ano de 1995, onde eu tinha uma profundidade de oito metros em pleno verão, foi campo de pelada. De lá pra cima, estou todo desfigurado. Estou irreconhecível. Parece que até por abuso, o malvado Amazonas vem formando um pequeno paraná por onde era Eu. Para o meu resto o que vai acontecer, só Deus sabe. Resta-me o orgulho de ser nestas imediações do Pará o mais utilizado , por onde dezenas de barcos diariamente passam por

mim. Nas minhas margens, já vicejavam, em quase toda sua extensão, imensos cacauais substituídos pelos jutais. Eu já fui rico e poderoso, bonito e profundo.

Tenho uma história importante, mas quase ninguém se importa com ela. Sempre fui prestativo, mas ninguém me agradece. QUEM FUI EU? COMO SOU HOJE E COMO SEREI AMANHÃ?

Colaboração Miguel Pinto

BABI
2000
A MELHOR DOMINGUEIRA DE SANTARÉM

achevé d'imprimer
en juillet 2019
sur les presses
de
l'imprimerie f. paillart
à abbeville

dépôt légal : 3e trimestre 2019
no. imp. 16291

Edna Alencar
Edna Castro
Ricardo Folhes
Mark Harris
Véronique Isabelle
Raquel Salgado Marques
Chantal Medaets
Miguel Pinto
Hugh Raffles
Julia Sauma
Elenise Faria Scherer
Flávio Leonel Abreu da Silveira
Émilie Stoll

NAEA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ODYSSEA

PALOC
PATRIMOINES LOCAUX, ENVIRONNEMENT & GLOBALISATION • IRD - MNHN

Institut des Amériques

9 788571 431836